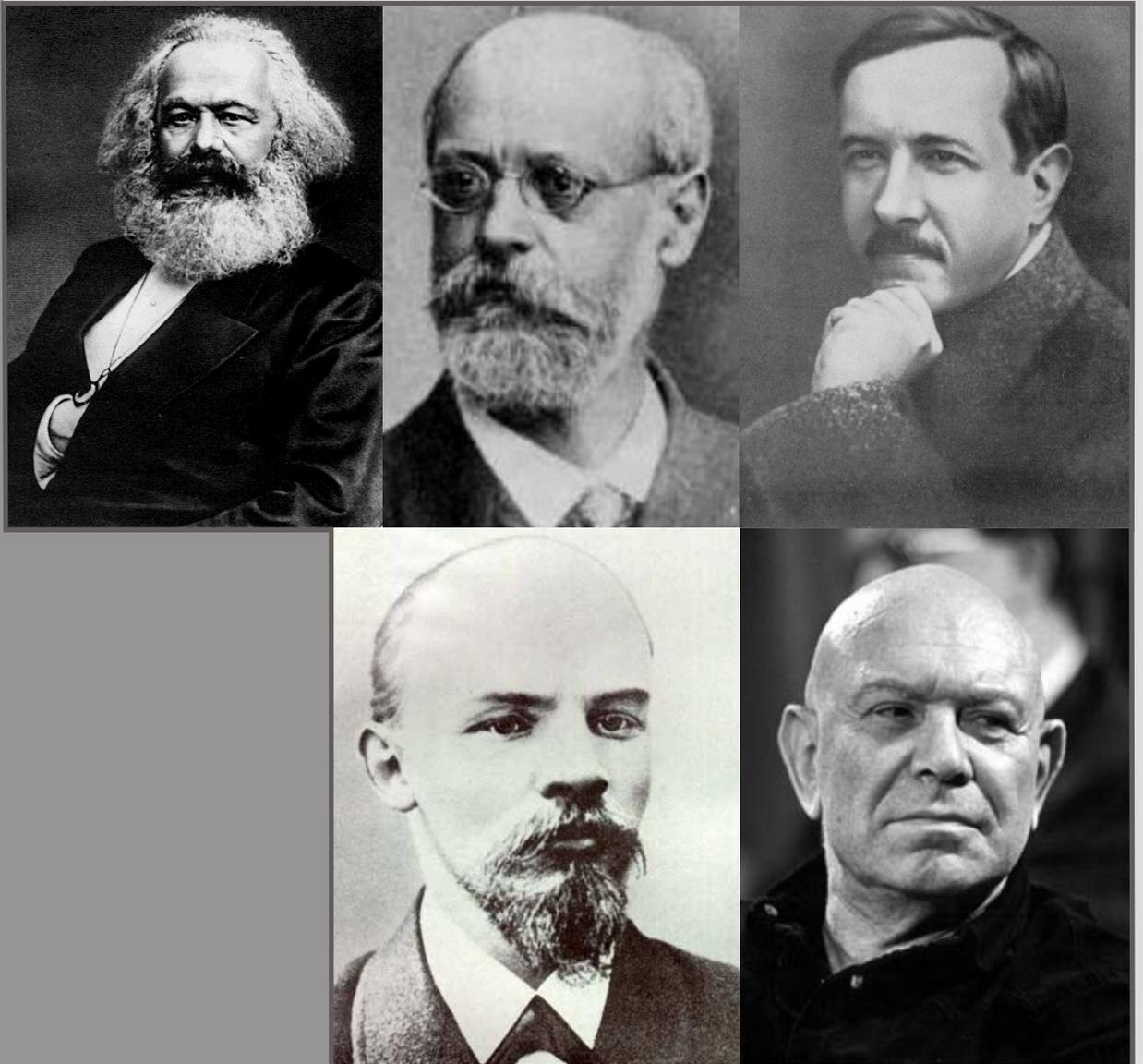


ISSN 1806-6755

Jul/Dez. 2006

Revista NERA n. 7



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

TEORIAS DO CAMPESINATO: resistências e recriações

unesp 

Revista NERA, n. 7

Teorias do campesinato: Resistências e re-criações

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jul.-Dez./2006

Revista NERA

Coordenação de Publicação

Bernardo Maçano Fernandes
Anderson Antonio da Silva
Eduardo Paulon Girardi
Matuzalem Cavalcante

Editor

Matuzalem Cavalcante

Conselho Editorial

Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo)
Clifford Andrew Welch – Grand Valley State University (Michigan, EUA)
Emilia de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (Rio de Janeiro)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas)
Valéria de Marcos – UFPB (João Pessoa)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro)
João Cleps Júnior – UFU
Jorge Montenegro Gómez – UNESP (Presidente Prudente)
María Franco Garcia – UNESP (Rosana)
Silvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco)
Norma Giarraca – Universidad de Buenos Aires
Claire Barbay – Université de Paris X
Miguel Teubal – Universidad de Buenos Aires
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Sam Moyo – Instituto Africano de Estudos Agrário (Zimbábue)
Hervé Théry – USP (São Paulo)
Wilder Robles – University of Winnipeg
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo)
Abdurazack Karriem – Cornell University, Ithaca, NY, USA

Endereço:

Rua Roberto Simonsen, 305 – 19.060-900 – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – ramal 5552
e-mail: nera@fct.unesp.br

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, n. 1, n. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, n. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, n. 4
2004 – ano 7, n. 5
2005 – ano 8, n. 6
2005 – ano 8, n. 7
Semestral

ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/ UNESP

Sumário

1 A DEFINIÇÃO DE CAMPONÊS: CONCEITUAÇÕES E DESCONCEITUAÇÕES
Teodor Shanin

22 A MÍSTICA NA LUTA PELA TERRA
Antonio Alves de Almeida

35 A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ECONÔMICA CAMPONESA: ALGUNS ASPECTOS DO PENSAMENTO DE CHAYANOV E DE MARX
Beatriz Maria Soares Pontes

48 A HIERARQUIZAÇÃO DOS ESPAÇOS AGRÁRIOS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL: OS ASSENTADOS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E OS NÃO ASSENTADOS
Benedita Maria Gomes Esteves

68 CAMPESINATO E REENQUADRAMENTO SOCIAIS: OS AGRICULTORES FAMILIARES EM CENA
Delma Pessanha Neves

94 AGRARIAN REFORM AND THE PRODUCTION OF LOCALITY: RESETTLEMENT AND COMMUNITY BUILDING IN MATO GROSSO, BRAZIL
Hannah Wittman

112 AÇÃO PASTORAL E QUESTÃO AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA
Munir Jorge Felício

125 **POLÊMICA**
MOVIMENTOS SOCIAIS, MÍDIA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SENSO COMUM
Débora Lerrer

141 **RELATÓRIO DE CAMPO**
ESTRATEGIAS DE VIDA, ESTRATEGIAS DE LUCHA – APUNTES DE UN RABAJO DE CAMPO: EL MST, SÃO PAULO, BRASIL
Norma Giarraca e Jorge Ramón Montenegro Gómez

Apresentação

Nos dias atuais, o campesinato é um dos temas mais debatidos por um segmento da geografia agrária, da sociologia rural e da antropologia rural. O NERA, participando desse debate teórico, vem a alguns anos se preocupando com esse conceito, visto a diversas problemáticas que vem ocorrendo no panorama político do Brasil.

O fortalecimento da tendência que defende a dissolução do campesinato no mundo capitalista vem dominando o meio acadêmico e as políticas de Estado, difundindo a idéia da mercantilização e da tecnificação das relações e forças de produção. Essa corrente de pensamento tenta condicionar o progresso econômico promovendo políticas que diferenciam e marginalizam os camponeses não-capitalizados. Os valores e os costumes camponeses, que estão desvinculados do interesse tecno-mercantil, são vistos como um atraso inadmissível.

A insustentabilidade dessa proposta tem apresentado, em toda América Latina, um quadro social de confrontação de movimentos socioterritoriais com governos federais e empresas transnacionais. O campesinato organizado promove manifestações, ocupações de terra e protestos de todas as ordens, agressivos ou pacíficos. A questão em disputa é a sobrevivência de famílias, de comunidades. Possivelmente, é graças a esse enfrentamento que o processo de marginalização não se alastrou de forma mais intensa, uma vez que muitas das políticas sociais que estão em andamento foram conquistas do povo.

A imposição de políticas economicistas continua desprovida de conhecimento das heterogeneidades sócio-culturais, espaciais e ambientais. Já não bastam os insucessos humanos de degradação ambiental e dizimação de comunidades.

A sociologia do conhecimento enfatiza que o sistema de idéias está profundamente relacionado com a prática. Interessante se faz lembrar do raciocínio de Nicolai Bujarin, onde a ciência é uma construção técnica e política determinada pela estrutura classista da sociedade.

À reflexão teórica e empírica sobre resistências e recriações do campesinato, a Revista Nera dedica esse número. Com um excelente artigo do professor Teodor Shanin iniciamos essa edição. Nele são apresentadas contribuições teóricas para a conceituação e desconceituação de camponês. Com lúcida profundidade científica e filosófica, o autor levanta questões que polemizam, ainda mais, os atuais debates da diferenciação do campesinato.

A revista segue com o sociólogo Antonio Alves de Almeida analisando a mística e os símbolos utilizados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) na luta pela terra no Estado de São Paulo.

Em seqüência, a geógrafa Beatriz Maria Soares Pontes nos apresenta um artigo que discute teoricamente a unidade econômica camponesa. Baseada na leitura de Chayanov e de Marx, defende que a lógica da análise marginalista é inaplicável a realidade camponesa, que tem como fim à satisfação de suas necessidades.

Benedita Maria Gomes Esteves nos apresenta parte de sua pesquisa sobre as trajetórias de famílias seringueiras no Estado do Acre e no Departamento de Pando, na Bolívia. A historiadora revela a diferenciação social, política e econômica, existente entre seringueiros da região que resistem ou se recriam em territórios diferentes.

A antropóloga Delma Pessanha Neves expõe uma análise processual da adesão sócio-profissional do extensionismo rural para a constituição dos agricultores familiares, assegurando o reconhecimento econômico e político do setor.

Já a socióloga Hanna Wittman trabalha com a reforma agrária e a produção do local em um assentamento em Mato Grosso, tratando da transferência dos sujeitos de áreas de conflito para o re-assentamento comunitário.

Munir Jorge Felício faz uma leitura geográfica da ação pastoral feita pela Diocese de Presidente Prudente, vinculada à discussão paradigmática da questão agrária e do capitalismo agrário.

Na seção Polêmica, Débora Lerrer interpreta os meios e o conteúdo propagado pela mídia, a partir de três prisões de Diolinda Alves de Souza, mulher de José Rainha Júnior, do MST.

Na seção Relatório de Campo, Norma Giarraca e Jorge Ramón Montenegro Gómez, apresentam um relatório de um trabalho de campo feito pelos membros do GTDR (Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural), do Clacso (Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales), nas regiões do Pontal do Paranapanema e de Ribeirão Preto.

Com o intuito de colaborarmos com o desenvolvimento da ciência, oferecemos esse número. Que a leitura e a discussão sejam promovidas.

Matuzalem Cavalcante

Editor

A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista

Teodor Shanin

Professor doutor da Moscow School of Social and Economic Sciences
Endereço profissional: Vernadsky Prospekt 82/2, 117571, Moscow, Russia
Telephone: +7-095-564-85-82/Fax: +7-095-434-75-47
Website: <http://www.msses.ru>

Para um amigo, dolorosamente perdido.

“A Declinatio Rustica alemã do século XIII tinha seis declinações para a palavra camponês – vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e no plural – miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis”.

J. Le Goff

“O campesinato não é uma classe, mas uma noção”.

G. Plekhanov

“...como se fosse uma questão de reconciliação dialética de conceitos e não de compreensão das relações reais”.

K. Marx

Há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. Tal decisão jamais é inconseqüente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. O que importa são as maneiras com tais palavras são utilizadas.

Sem dúvida, pode-se exagerar as preocupações com terminologias, desviando-se para um discurso fastidioso, em que longas palavras são usadas para tecer mais palavras, ainda mais longas, sem jamais retornar ao mundo dos vivos. Para evitá-lo, o pensamento dos cientistas sociais deve sempre mergulhar diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos. Entretanto, de vez em quando, recomenda-se fazer um teste do conceito ou voltar às suas raízes epistemológicas. Para que, agora, o momento é propício para isso, pois por razões às quais retornaremos brevemente, a moda intelectual de “estudos camponeses” parece aproximar-se de um novo estágio e de um momento decisivo.

O camponês como mistificação

Para testar um conceito, convém começar considerando seu conteúdo, à maneira consagrada pela “hipótese de nulidade” da estatística convencional, isto é, iniciar a partir das razões pelas quais o conceito deveria ser totalmente descartado. Nessa perspectiva, a afirmação de validade do conceito, seus vínculos com a realidade, sua consistência interna, seu marco teórico e seus possíveis esclarecimentos podem ser rigorosamente examinados. Começemos por esses começos, enunciando-os.

Camponês é uma mistificação. Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão, muito freqüentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão

da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos, a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades, seja na Borgonha feudal, no cerrado devastado e queimado da Tanzânia, no Punjab mercantilizado de hoje ou na Gezira produtora de algodão para a indústria. Finalmente, os termos gerais, a-históricos e fora do contexto, costumam odiosamente se transformar em reificações da realidade ou, o que é ainda pior, em manipulações conscientes por políticos espertos ou acadêmicos caçadores de prestígio. Eis por que, e como, os camponeses se tornam uma mistificação.

Tudo isso é fatalmente verdadeiro para cada um dos quatro momentos analíticos considerados. A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir “o diacrônico” e “o sincrônico” nos fenômenos sociais). Enfim, o termo “camponês” pode ser usado, e tem sido usado, como mistificação. Entretanto, dizer tudo isso é apenas limpar o terreno para a discussão das questões centrais que estão em jogo aqui. O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. A “definição de camponês” só pode ser entendida dentro desse contexto. Nesses termos, uma “hipótese de nulidade” serviria para mostrar que a utilização do conceito de “camponês” torna a realidade social opaca aos nossos olhos ou, pelo menos, em nada contribui para o seu esclarecimento. Se isso acontecer, a conclusão mais consistente seria livrar-se deste inadequado termo, para evitar as aflições a que ele nos pode levar. A alternativa, isto é, reter a utilização conceitual de “camponês”, terá que ser esclarecida e definida.

O atual surto de marxismo acadêmico tem exercido papel importante, e cada vez mais significativo, nessas considerações. Sua “globalização” crescente trouxe novamente os camponeses para o foco das atenções. Novos *insights* e nova força no debate têm nos oferecido oportunidade de reconsiderar tanto o pensamento dos estudiosos como as sociedades. Algumas das argumentações tem reafirmado e, em certa medida, recolocado o juízo contra a legitimidade do conceito de camponês. Outras têm declarado o oposto. Dentro do quadro de referências conceitual marxista está sendo explorada uma problemática cuja relevância será facilmente reconhecida, mesmo fora desse campo. Muitas das posições tomadas, conclusões oferecidas e dúvidas levantadas demarcam as fronteiras e linhas de batalha entre marxistas e não-marxistas.

O artigo partirá do sentido em que o conceito vem sendo utilizado, considerando a maneira como se torna problemático dentro da recente discussão marxista, para, no fim, pôr a questão da desconceituação. Persegue, *grosso modo*, o juízo contra a relevância do conceito de camponês, acima mencionado.

O camponês como generalização

Mesmo para indagar sobre o camponês com fundamento, é necessário dizer primeiro do que se trata. Mais ainda se quisermos utilizar analiticamente esse conceito. O que se quer dizer com “camponês”? Começemos pelos estudiosos das sociedades camponesas, que tentam generalizar o conteúdo de suas análises. A afirmação de Redfield de que “a sociedade e a cultura camponesa têm algo de genérico em si... (sendo)... uma organização da humanidade com semelhanças em todo o mundo” e a descrição, de Fei, do camponês como um “modo de vida”¹ representam bem um sentimento amplamente difundido entre a maioria daqueles que estudam o camponês de modo sistemático e comparativo. Tais intuições não devem ser menosprezadas, pois refletem muitas vezes um conhecimento tácito, enraizado na experiência. Entretanto, podem igualmente representar uma visão profissional distorcida de “camponesólogos”. Portanto, para ser mais preciso, a afirmação (e a orientação para qualquer teste potencial) da especificidade do camponês pode ser

apresentada através de seis categorias de características, pelas quais os camponeses têm sido distinguidos, em comparação com os “outros”.

Em primeiro lugar, tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional.² Outra maneira de apresentar o problema é demonstrar o quanto as condições da vida produtiva camponesa necessitam e se moldam pelo estabelecimento de um eco-sistema e um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, com uma ênfase particular no cultivo, mais do que na manufatura³ (um esquema diferente, ainda que estruturalmente semelhante, aparecerá em economias nômades).⁴

Segue-se uma variedade de características economicamente relevantes. Por exemplo, o planejamento da produção e o cálculo do desempenho diferem substancialmente dos de uma empresa capitalista. As noções de subconsumo camponês de Kautsky e de “auto-exploração” de Chayanov parecem referir-se a um problema geral de pobreza e opressão, mas também às suas resoluções específicas, sob formas que não operam fora do âmbito da economia camponesa.⁵ O padrão efetivo de controle da terra, expresso na propriedade familiar, e os “direitos de posse” diferem da propriedade legal dos não-camponeses contemporâneos.⁶ Uma vasta série de funções ocupacionais é “encaixada” na situação de camponês como uma ocupação. Os métodos típicos de expropriação do excedente camponês pelos detentores do poder político e econômico são diferentes daqueles usados em relação aos trabalhadores assalariados. A exploração intercamponesa e interaldeias mostra, uma vez mais, formas e direções de desenvolvimento específicas. Os vínculos estabelecidos entre os movimentos de oferta/demanda/preço dentro das sociedades mercantis mudam consideravelmente nas populações massivamente camponesas (por exemplo, o movimento dos salários que é, muitas vezes, inversamente proporcional ao preço do pão). Pelos padrões de cálculos aceitos, muitos estabelecimentos rurais camponeses, que “trabalham com prejuízo” e deveriam “ir a bancarrota”, continuam operando e inclusive investindo.⁷

Em segundo lugar, os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, freqüentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo. Os sistemas de intermediação e apadrinhamento, a tendência à “segmentação vertical” e ao facciosismo, o lugar do banditismo e da guerrilha, até mesmo a atmosfera típica da política e da rebelião camponesas podem ser, e de fato têm sido, significativamente comparados, em sociedades distantes em milhares de milhas, tanto no espaço geográfico quanto social.⁸ O mesmo é válido para os padrões e problemas das interações políticas dos camponeses, tanto com os proprietários de terras, como os de fora – representantes das burocracias nacionais.

Em terceiro lugar, normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão. Esses padrões tanto refletem como por sua vez influenciam as formas de produção e de vida social. A preeminência da racionalização tradicional e conformista, o papel da tradição oral, “mapas cognitivos” específicos (por exemplo, uma percepção circular do tempo) podem ser usados como exemplos.⁹ Os padrões específicos de socialização e aprendizado ocupacional do camponês foram também descritos e relacionados.¹⁰ O mesmo se pode dizer das tendências ideológicas camponesas e dos padrões de cooperação, confrontação e liderança políticas.

Em quarto lugar, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo. Particularmente, o grupo doméstico camponês, mas também a aldeia e a rede mais ampla de interação social, como um centro mercantil e o anel local mais baixo da autoridade estatal, são, de longe, facilmente reconhecíveis para os camponeses, estudiosos e líderes políticos. Os padrões internos típicos de interação e/ou exploração, dentro das pequenas unidades compostas, que os camponeses geralmente compartilham com os trabalhadores rurais, artesãos, pequenos burocratas e pequenos capitalistas, são característicos e altamente

repetitivos, assim como a posição subserviente geral das unidades sociais camponesas, dentro da rede mais ampla de dominação política, econômica e cultural.

Em quinto lugar, pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa (é claro que, na realidade, a estatística e a dinâmica são indivisíveis). Particularmente a reprodução social, isto é, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram padrões específicos e genérico dos camponeses. Relevante, aqui, é o já referido aprendizado ocupacional dentro da família. O ritmo de vida da aldeia e do grupo doméstico camponês reflete, nitidamente, os principais ciclos “naturais”, ou seja, o ano agrícola.

Finalmente, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. Sem dúvida, as teorias de mudança estrutural têm sido corretamente expressas no quadro de referências, mais amplo que o campesinato, das sociedades nacionais ou dos sistemas internacionais. Ao mesmo tempo, a especificidade camponesa tem sido afirmada a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem. Por exemplo, a comercialização tem resultado, em geral, inicialmente em um estágio de “agriculturação” do camponês, fazendo com que suas tarefas não-agrícolas anteriores sejam assumidas pela produção industrial em massa (enquanto os aldeões são, freqüentemente, jogados nas redes de exploração de empresas agrícolas capitalistas, de vários tipos). Do outro lado, a coletivização levou a uma variedade de padrões especificamente camponeses e de ação e reação, por exemplo, os padrões diferenciais de produção no terreno doméstico em oposição à área coletiva e seu impacto sobre as atuais esferas sociais da agricultura.¹¹ Pode-se também mencionar, aqui, a recorrente surpresa diante da tenacidade das formas sociais camponesas (o “problema do não-desaparecimento”) e, mesmo, a “recamponesação” de algumas áreas.

Não há lugar, aqui, para discutir o alcance de dados comparativos, apresentados com freqüência suficiente para sustentar essas generalizações. Passemos diretamente ao que implicam tais generalizações. Começando pelas negativas, o uso da generalização como conceito implica obviamente a homogeneidade dos camponeses. Tampouco supõe uma separação nítida das categorias reais, do gênero 1:0. Qualquer generalização, baseada na comparação, assumirá a heterogeneidade dos dados, assim como as «margens» ou “limites” da ambivalência conceitual. A primeira acusação contra o camponês como uma entidade conceitual, na relação acima, ou está longe do fundamental ou põe em dúvida a essência analítica das ciências sociais, e não simplesmente um de seus termos. O *status* de camponês, como generalização, foi bem expresso, em uma recente conferência de Eric Wolf, como o de uma “síndrome recorrente”¹², que claramente admite, e de fato necessita, a diversidade (muitas vezes expressas em taxonomias adicionais). A generalização empírica, enquanto tal, constitui uma parte indispensável das ciências sociais. Seu perigo reside no possível excesso de generalização, pela extrapolação de semelhanças ou seqüências conhecidas, simplesmente porque são conhecidas. Disse isso, a própria existência de registros sobre as repetitivas e contundentes semelhanças é um ponto que vale a pena considerar, e é a importância das generalizações baseadas na comparação entre os camponeses. Têm ajudado a focar estudos, provocar *insights* e empregar métodos de pesquisa já testados, assim como desenhar um campo de análise. Mas não a substituem.

O florescimento de “estudos camponeses”, nos anos 60, estava vinculado a novas tentativas de definir o camponês pela exploração da lógica estrutural subjacente à sua “camponesidade”. Nessa discussão, a ala da antropologia ocidental, que interpretou as instituições de Redfield e Fei em termos de economia política, encontrou e fundiu-se com setores da história rural da Europa Ocidental e como os que seguiram a tradição de estudos camponeses da Europa Oriental, tanto marxistas quanto não-marxistas. O resultado desses encontros leva a muito mais do que simples generalizações a partir do empírico, mas de modo geral não oferece uma análise estrutural plenamente desenvolvida.¹³

Um exemplo pode ajudar e, no caso, é mais simples usarmos a nós mesmos como bode expiatório.¹⁴ Há aproximadamente uma década, foi proposto um delineamento de quatro características do camponês, incorporando: a) a propriedade rural familiar como a

unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas. No discurso, as quatro características qualificavam a vida camponesa plenamente desenvolvida, enquanto três delas – a, c e d – aplicavam-se a vários “grupos analiticamente marginais”, por exemplo, os artesãos rurais. Isso foi feito para dar coerência a uma coletânea, estruturando dados comparativos e contribuindo para desenhar um campo de interesse. Até aí, tudo bem. Mas o resultado foi exíguo em termos de uma análise sistemática da lógica estrutural, na raiz da generalização apresentada. O que a torna, em muitos pontos, insatisfatória.

Para começar, os quatro componentes desse delineamento são insuficientes, não porque falte um outro que deva ser acrescentado, mas principalmente por que os vínculos entre esse quatro ficaram sem maiores especificações. Sem dúvida a utilidade da tipologia está em grande parte sujeita à pressuposição implícita de tendências/padrões de determinação mútua de seus elementos. Isso explicaria por que podemos facilmente deduzir várias características de cada um dos componentes, observado apenas um em profundidade. Para dar um exemplo, o modo como a agricultura camponesa opera pode nos dizer muito sobre o caráter da comunidade rural, o estabelecimento rural familiar camponês e os padrões típicos de exploração dos produtores de tal sociedade. Entretanto, mesmo uma elaboração desses vínculos ainda não será suficiente. Hobsbawm salientou que a pressuposição de *hierarquias* de elementos básicos de estrutura social é uma característica que definem a teorização social marxista.¹⁵ Tais princípios de interpretação são também, de fato, uma parte necessária da maioria dos sistemas teóricos. No caso observado, jamais uma hierarquia de importância (ou ainda, a suposição de que ela não exista) foi claramente explicitada, o que possibilita interpretações ambivalentes e/ou ecléticas.

Além disso, ao definir camponês como um processo e tipologizar padrões de mudança, a forma como os diferentes elementos dessa complexa equação se vinculam à história social mais geral ficou relativamente inexplorada (realmente um passo atrás com relação a uma discussão anterior).¹⁶ Por exemplo, não foi sequer considerado o impacto do comércio internacional e da economia política global sobre os rumos básicos do desenvolvimento da agricultura camponesa. Observando “pelo lado contrário”, o impacto das histórias específicas dos camponeses sobre as sociedades, das quais fazem parte, foi totalmente negligenciado.

Finalmente, a forma como foi apresentada a problemática da incorporação societária dos camponeses sofre de todas as limitações essenciais concernentes à história, a que já nos referimos, e às quais pode ser acrescentado um toque de “provincianismo”, no sentido de uma tendência a abordar qualquer problemática, por assim dizer, apenas do camponês “para fora”. Tudo isso é igualmente insatisfatório, embora possa ter sido explicável, como “uma virada em sentido contrário”, em um argumento contra a marginalização conceitual dos camponeses.

Embora não seja aqui o lugar para outra análise exaustiva, que hierarquize os elementos, deve-se trazer à luz o que anteriormente se deixou implícito. A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Conseqüentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas experiências “ocidentais”, é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção. A repetição mundialmente abrangente de traços econômicos, políticos e culturais,

assim como dos típicos padrões de sua dinâmica, teria a ver com o *modus operandi* dos estabelecimentos rurais familiares camponeses e com as formas específicas em que se vinculam e se transformam. Quando (e se) fosse utilizada uma navalha Ocam*, seria melhor aceitar o manejo do estabelecimento familiar como a definição mais estrita de camponês, salvo se houver razões definitivas para se proceder de outra maneira.

Essa foi essencialmente, a abordagem para a caracterização do campesinato que constitui a linha mestra da pesquisa e do debate político, na Europa Central e Oriental, durante o século passado. Embora os pressupostos, as questões e as conclusões diferissem, a maneira como o conceito foi identificado e adotado perpassou os campos ideológicos e as escolas de pensamento. Particularmente, enquanto se acirrava uma discussão em torno da questão de estabilidade do camponês, parecia não haver dúvidas sobre onde repousa a raiz do campesinato. Tampouco havia qualquer critério pelo qual pudéssemos julgar quando e se, no bojo das transformações econômicas e sociais, essa entidade chegaria ao fim. Foi a unidade de produção familiar camponesa e sua metamorfose estrutural, ou seu desaparecimento, que delinearão essas questões. Passadas três gerações essa tradição ainda se reflete, inteiramente, na geração atual dos principais estudiosos marxistas do camponês, na Europa Oriental.¹⁷

Interpretações de Marx, contraditórias e muitas vezes consideravelmente distanciadas, tornam-se rapidamente uma importante indústria acadêmica no período pós-1968. É dentro desse tipo de discussão que, recentemente, se tem ouvido um apelo à desconceituação do camponês, invocando-se para tanto a própria autoridade de Marx. Não é portanto inoportuna uma rápida observação de seus reais pontos de vista. O *insight* e a inspiração de Marx, no que se refere aos camponeses são, em grande parte, os de um europeu da Europa Central (com conhecimento das línguas e a tradição da Europa Oriental), situado no meio inglês de um capitalismo “descamponesado”. No estudo em que se debruça mais diretamente sobre os camponeses de sua época, Marx caracterizou e delineou “a mais numerosa classe da sociedade francesa” através do conceito de “posse parcelária” (*parzellen*). O que é *parzelle* senão o estabelecimento descrito na continuação de seu texto?

Com efeito, Marx aponta-o tranqüilamente como a “oficina individual (que) contém a economia total, constituindo um centro independente de produção” de um período anterior, subseqüentemente comercializado e parcialmente transformado pelo início do desenvolvimento capitalista da França. Ou, para descodificar a linguagem metafórica, uma “batata” dentro do “saco de batatas” (como Marx caracterizava os camponeses franceses) é, sem dúvida, a mesma unidade, isto é, um estabelecimento rural familiar camponês. A tendência prevista do desenvolvimento posterior também foi esclarecida. Trata-se da “dissolução da propriedade privada baseada no trabalho de seu proprietário”, isto é, do avanço do desenvolvimento capitalista devido à reestruturação da sociedade em duas classes fundamentais, dissolvendo, nesse processo, as unidades de produção familiares camponesas e, portanto, o campesinato. Ou seja, “a produção de capital e de trabalhadores assalariados é, portanto, o principal produto do processo pela qual o capital se valoriza”.¹⁸ Conseqüentemente, alinha mestra da teoria social marxista abordou o campesinato contemporâneo através da problemática de sua transformação capitalista expressa em dois principais debates conceituais, referentes à diferenciação e aos modos de produção. E nessa linha foi tratada a questão da posição dos camponeses dentro da história e da sociedade.

* N. do trad.: Navalha de Occam – forma como se tornou conhecida a assertiva de que “princípios e noções não devem ser multiplicados sem necessidade”, atribuída ao filósofo escolástico inglês William of Ockham, ou Occam (1284-1349).

A diferenciação camponesa: a multilinearidade da transformação capitalista da agricultura

A transformação capitalista propiciou a principal tendência que a mudança estrutural assumiu nas sociedades camponesas contemporâneas. Capitalismo significa “descamponesação” – século XIX, esse ponto de vista foi, em geral, adotado pelo “público ilustrado”, com muito poucas exceções: os românticos reacionários, os populistas rígidos e alguns dos “revisionistas” da Social-Democracia alemã. Todos eles, porém, foram desafiados pela frente única dos economistas acadêmicos e da maior parte dos marxistas ortodoxos. Para estes, o que estava em discussão não era a descamponesação capitalista da agricultura, mas apenas a forma e a velocidade que tomaria.

A principal obra que dominou o pensamento marxista daquela época foi *A Questão Agrária* de K. Kautsky. Ela foi (e ainda é) rica em conteúdo e em *insight* quanto à problemática camponesa. Aceitou a possibilidade de algumas diferenças no modo como o capital penetra na agricultura, em contraposição aos outros ramos da economia. Apontou para a acumulação de capital e para a mudança na agricultura alemã. E salientou que a referida falta de concentração da propriedade fundiária não significava necessariamente o fracasso do capitalismo em ali se estabelecer. O principal motor da transformação capitalista da sociedade rural foi a indústria, que sobrepoujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa. A posição de Kautsky seguiu de perto e elaborou a apresentação de Marx do exemplo inglês/irlandês em *O Capital*, adequadamente generalizado e desdobrado.¹⁹

Talvez o sucesso político de Lênin tenha sido responsável pela decisiva influência de sua contribuição a esse debate, no que cerne as posteriores gerações de marxistas. Em suas primeiras obras, Lênin era ainda, em muitos aspectos, um “kautskiano”, mas com ênfase claramente diferente. Para ele, eram a dinâmica intercamponesa de “aprofundamento” das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe que constituíam o ponto central da transformação capitalista.²⁰ A ênfase passa da produção para as relações mercantis. A polêmica pretendia atingir uma ala dentro do populismo russo, a qual acreditava que a homogeneidade e a estabilidade da sociedade camponesa abortariam o desenvolvimento capitalista na Rússia. A lógica das relações de mercado e da capacidade de exploração dos camponeses mais ricos indicava uma polarização necessária dos camponeses em ricos e pobres e, eventualmente, em capitalistas rurais e proletários rurais. O problema da diferenciação, seu caráter, sua velocidade e seus resultados políticos dominaram, subseqüentemente, a análise das sociedades camponesas na III Internacional e nos movimentos comunistas do “Leste”. Longos trechos do livro de Lênin de 1899 aparecem, ainda hoje, praticamente de forma literal, em muitos estudos de diversas sociedades.

Entre a apreciação de uma conclusão analítica como magistral e a auto-exaltação religiosa perante ela, existe uma linha divisória muito tênue. A melhor maneira de explicar a diferença é simplesmente perguntar: aprendeu-se algo de substantivamente novo, durante os oitenta anos que se passaram desde que foi publicado o livro de Lênin? Teria o próprio Lênin aprendido algo de novo, nos 25 anos de sua experiência revolucionária que se seguiram à publicação de seu tratado?

Começemos pela segunda questão: a própria abordagem de Lênin sobre o campesinato passou por uma mudança consistente, embora lenta. Já por volta de 1907, ele declarava ter claro exagero em suas primeiras conclusões sobre a natureza capitalista da agricultura russa, no período de hegemonia de Plekhanov na Social-Democracia russa. Lênin foi além (embora mais implicitamente) na aceitação da permanência de traços camponeses. Esta mudança subjaz e explica as modificações dos programas do partido em 1917, 1921 e foi mais firmemente expressa nos últimos momentos de vida de Lênin.²¹ Com efeito, o simples fato de o “programa agrário” de seu partido ter sido cancelado já significava que a análise de 1896-1898, diretamente relacionada a ele, não podia se sustentada. O livro, porém, jamais foi reescrito. Foi canonizado junto com o autor.

Na última década, foram feitas tentativas de considerar, outra vez, a discussão da diferenciação, tanto no Ocidente como na URSS. Inúmeras correções da análise foram sugeridas particularmente pelos historiadores soviéticos contemporâneos, observando novamente os dados russos. As tentativas dos franceses de utilizar a metodologia de Lênin, no que concerne à diferenciação do campesinato em outros lugares (por exemplo, na Índia), apresentaram também novos *insights* e novas oportunidades. Todavia, na maioria desses estudos, as equivocadas hipóteses básicas de Lênin, no que se refere à diferenciação camponesa, são tratadas por muitos marxistas quase como se fossem leis da natureza, com um nítido sinal de aprovação dos economistas neoclássicos. Os comentários e/ou emendas críticas à tese original, agora transplantada, centraram-se apenas na rapidez da polarização e nas possíveis contratendências. Ora, deve-se também examinar os modelos e arquétipos fundamentais que estão na raiz das análises de diferenciação. Em que medida é satisfatório o preâmbulo teórico de Lênin, em seu livro de 1899, para o cenário contemporâneo?

O quadro que emerge de complexas partículas e fragmentos da comparação internacional parece mais complexo e multidirecional do que o modelo de diferenciação inicial poderia admitir. No caso da transformação capitalista da agricultura parece ocorrer não uma, mas três tendências principais, simultaneamente em diferentes regiões e partes do mundo e, às vezes, dentro da mesma sociedade. Chamaremos essas tendências de processos de diferenciação, pauperização e marginalização.

Sem dúvida, a *diferenciação* exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou, muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa. As argumentações teóricas e fatuais, em seu favor, vão válidas. Mas sua interpretação como um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestavelmente necessário não o é.

Começando pelo modelo teórico, a exploração, mais a “causação circular” e a “acumulação de vantagens e desvantagens” de Myrdal²² deveriam levar a uma crescente acumulação de capital “no topo”, isto é, nas mãos dos ricos e/ou capitalistas rurais e urbanos. Pressupõe-se, no conjunto, uma economia de mercado livre. Presume-se que tal processo deveria também produzir emprego para os recém-pauperizados, tornando-os proletários e expandindo o capitalismo em seu sentido clássico. Tratemos um dos componentes: a mais-valia não é acumulada, nem na aldeia, nem nas cidades do interior mas em uma metrópole a 5.000 milhas de distância. O que se segue é uma “polarização” distorcida, na qual a tendência declinante não corresponde uma ascendente, ou seja, defrontamo-nos não com uma diferenciação e proletarização da maioria, mas com um processo de *pauperização* expresso no fenômeno da “população excedente”, do “subemprego rural”, da “cultura da pobreza”, das favelas, etc. O que se produz não é um “exército industrial de reserva”, pois ninguém deve apelar para essas reservas nas décadas que virão. Tampouco são “desviantes”, “marginais”, ou qualquer outra palavra que suponha excepcionalidade, porque o grupo social a que se refere é central e constante em tal sociedade.

Tal modificação do “modelo de diferenciação” é realista? Obviamente, isso acontece em todas as sociedades coloniais e tipifica o que é, hoje, conhecido como “neocolonialismo” e “periferização”. O cenário resultante é realista? Claro, basta olhar para Java²³ etc. etc. Ele requer um esforço analítico e conceitual específico? Sem dúvida, porque, para começar, os camponeses nessas circunstâncias nem desaparecerão completamente, nem permanecerão estruturalmente como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo. Difere até mesmo a etnografia do cenário, isto é, aquilo que faz a análise social verdadeiramente relevante.

Prosseguindo, o capitalismo “juvenil” e otimista do século XIX influenciou muito a visão marxista clássica. Era visto como agressivo, construtivo, dominador e supereficaz em sua capacidade de se expandir Com o dedo de Midas que transforma em ouro tudo o que toca, o capitalismo também transforma em capitalismo tudo o que toca. A terra é o limite.

À luz do que realmente encontramos hoje, tudo isso parece um grande exagero. É indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização dos lucros) de transformar

tudo ao redor à sua semelhança não o é. Os camponeses são um exemplo. No México, inegavelmente capitalista, a incidência relativa de camponeses na população tem decrescido, mas seu número tem permanecido consideravelmente estável, desde 1910. No Brasil, certamente não menos capitalista, tem ocorrido um aumento absoluto no número de camponeses, isto é, uma real “re-camponesação”.²⁴ Mesmo o líder do Banco Mundial (adotando uma notável mudança de opinião) falou recentemente em centenas de milhões de pequenos produtores rurais até o fim do século.²⁵ O que significa tudo isso, em termos da suposição da transformação capitalista da agricultura camponesa?

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky. Os camponeses são *marginalizados*, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada. O mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da “nação”. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles. E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno “da questão do seu não-desaparecimento”.

Claro que os problemas teóricos da conceituação desse fenômeno podem ser todos resolvidos, tanto declarando que a “agricultura” (amplamente inespecificada) demora a ser capturada, quando definindo simplesmente como capitalista. Além das grandes reduções (e qualquer que seja o nome que as distingue, “dualismo”, “articulação”, etc.), a tendência de alguns tipos de vinculação com o capitalismo determinarem de fato as características camponesas específicas foi cada vez mais entendida e apontada como um dos possíveis padrões essenciais de transformação dentro da agricultura camponesa contemporânea. Uma vez mais, tanto o modelo quanto o cenário podem ser facilmente validados, de forma satisfatória, pelo testemunho do “Terceiro Mundo” bem como da Europa.

Aceitar a marginalização como um dos padrões de mudança *camponesa*, sob o impacto do capitalismo, é condição para a resolução de mais uma dúvida conceitual. Quando, se acontecer, um camponês deixa de ser camponês, mantendo embora uma unidade de produção o estabelecimento rural familiar? Especificamente uma família dinamarquesa que utiliza a força do trabalho familiar para dirigir e supervisionar dois tratores próprios, quatro carros e uma propriedade rural supermecanizada, sustentada por um investimento massivo de capital e lucros, mas sem trabalhador assalariado algum, deve ser definida como camponesa? Se não, onde reside o divisor? Um estudo recente de Danilov *et alii* sugere uma hábil solução conceitual para o caso. Divide as forças produtivas do estabelecimento rural familiar em “naturais” (terra e força de trabalho) e aquelas que são produzidas pelo homem (maquinaria e equipamento) e sugere que definamos como camponeses somente aqueles estabelecimentos em que a produção é decisivamente determinada pelos meios “naturais” de produção.²⁶

O mesmo trabalho, a mais recente e original contribuição marxista à conceituação de camponês, soou também como um poderoso lembrete das limitações básicas das velhas teorias clássicas da diferenciação.

Elas pressupõem uma economia de mercado livre, abstraindo em grande medida a natureza da intervenção do Estado. Entretanto, já na China Medieval, as reformas agrárias imperiais removeram com o êxito das grandes propriedades de terra, revertendo os processos de diferenciação novamente à equalização.

A NEP soviética representou uma outra dimensão da regeneração dos camponeses, pelo estado e pela revolução. Por outro lado, em inúmeras sociedades em desenvolvimento,

o Estado transformou a economia camponesa através da imposição da centralização monopolista da troca rural, o que, ao mesmo tempo em que limitou a burguesia rural, estabeleceu uma “gigantesca manufatura dispersa”, explorada em sua natureza: por exemplo, a posição dos pequenos proprietários produtores de café de Ghana. Tal transformação estatal definiu novamente o “lugar e o papel do camponês dentro da estrutura social”. Dito isto, não há necessidade de acréscimos ou comentários supérfluos.

Modos e camponeses, camponeses como modo de produção

A outra maneira como a problemática camponesa foi abordada, com a retomada da discussão marxista, deu-se através da elaboração das propriedades dos modos de produção. Os problemas conceituais da especificidade, isto é, da “existência” de camponeses podem ser e têm sido assim apresentados. Sua particular importância reside no fato de centrar a atenção da análise naquilo que parece ser o cerne da dificuldade de toda a problemática conceitual, isto é, na questão da inserção dos camponeses na sociedade e na história mais amplas.

Parte do debate atual em torno dos modos de produção não tem sido mais que uma verborragia em moda, um jeito de conseguir um lugar no palanque ou um distintivo marxista, dentro de comunidades onde tais coisas são importantes. Isso lembra em parte os piores exemplos do Funcionalismo: manipulação lógica de abstrações elaboradas, numa verbosidade fértil em neologismos, essencialmente estéril para o avanço na compreensão da realidade social. Entretanto, ao lado de tudo isso, encontramos algumas das mais sérias oportunidades e considerações teóricas. A identificação de unidades de análise fundamentais, seu caráter, sua flexibilidade e sua utilização variada exercem um papel crucial na maneira como são moldados nossos mapas intelectuais, que, por sua vez, moldam a realidade social. Tais unidades de análises fundamentais, dentro do pensamento teórico marxista, são os modos de produção.

A autoridade de Marx, ainda em grande medida, designa o que se entende por modo de produção. A utilização que ele faz de conceitos é muitas vezes parcial, mutável ou implícita, sendo extraída de trabalhos que encontram alhures sua coerência interna. Isso é válido também para o conceito de modo de produção. Mas a maioria dos que estudaram Marx concorda quanto às características e aos elementos centrais do conceito em questão, embora possam variar consideravelmente em sua respectiva ênfase.

O modo de produção representa a forma geral (no sentido de abstrata) e específica (no sentido de uma estrutura histórica particular) m que são providas as necessidades materiais da sociedade, em dado estágio do seu desenvolvimento. Isso o torna crucial para análise da natureza geral da existência da sociedade e da caracterização de sua especificidade. Explica também por que a exposição do conceito começa usualmente pela independência entre as relações de produção e as forças produtivas, isto é, “aparece igualmente como a relação de indivíduos entre si e seu comportamento cotidiano específico em relação à natureza inorgânica, seu modo de trabalho específico”.²⁷ Um sistema de economia política centrada na criação, apropriação e controle de excedentes, através da dominação do homem pelo homem, isto é, uma “relação essencial de apropriação (que é) a relação de dominação”²⁸ fornece o elemento central e distintivo de um modo de produção. É parte do conceito um padrão típico de dinâmica, específico a todo modo de produção. Na terminologia estruturalista, um modo de produção tem, então, tanto uma dimensão sincrônica quanto diacrônica, isto é, representa não apenas um sistema especificamente estrutural, mas também uma época histórica. Incorpora processos de reprodução, no que diz respeito aos bens materiais, à força de trabalho e ao sistema de relações sociais. Especifica também padrões próprios de mudança estrutural.

O conceito de modo de produção, tal como foi definido, fornece o núcleo coeso e/ou determinante de inúmeras outras características. O caráter e a extensão de tais determinações nunca são simples, sendo geralmente mútuas. Os sistemas legais de propriedade refletem bem essa questão (à qual Marx dedicou muita atenção). Ele define

uma economia política, mas representa também um padrão de consciência típica. Reflete as relações reais de produção e controle, mas ao mesmo tempo mostra uma capacidade e uma autonomia parciais para realimentar (com sua própria capacidade de determinação) a economia *stricto sensu*. O mesmo pode ser dito das inúmeras estruturas básicas de controle social, interação e consciência, entre as quais o estado Moderno é provavelmente a principal.

O rejuvenescimento da análise marxista, nos anos 70, levou a um aumento considerável na atenção e sofisticação do uso do conceito de modo de produção. Esta mudança na perspectiva teórica foi intensamente influenciada, durante algum tempo, pelo trabalho de Althusser e seus discípulos, no qual o marxismo se confrontou e interagiu com o estruturalismo francês contemporâneo. O foco analítico moveu-se em direção ao que estava oculto sob o observável, ao estrutural, ao não-objetivo, com a lógica dos modos de produção obscurecendo outras unidades de análise. A atração intelectual por tal preferência relaciona-se à busca, pelos intelectuais, do que é mais seguro e determinista, expresso como mais profundo, mais objetivo, mais sujeito a leis e teórico. Isso se refletiu terminologicamente na maneira como “ciência”, “científico” e “rigoroso” chegaram a ser usados como distintivos fundamentais do conhecimento marxista (tornando *O Capital*, de Marx, mais “científico” que seu *Dezerto Brumário*).

Essa linguagem teórica levou a redefinição do termo “formação social” e à rápida ascensão à fama do termo “articulação”, recém-chegado ao discurso marxista. Por formação social passou-se a designar uma sociedade específica – geralmente um Estado-nação – definida, então, como uma articulação específica de modos de produção, um dos quais exerce um papel dominante. A essência da análise social passou a ser, em grande medida, o exame das formas em que os modos operam e se articulam dentro das sociedades/formações sociais.²⁹

Uma vez aceito o modo de produção como a unidade central da análise social, o escopo da problemática referente à conceituação de camponês pode ser reformulado na seqüência de questões a seguir: O esquema oferece, também, uma abordagem sistemática ao problema da estrutura histórica e societária dos camponeses, isto é, invalida as “hipóteses de nulidade” dois e três, acima mencionadas.

a) O campesinato, enquanto tal, deve ser constituído como um modo de produção e, se for, como se “articula” com a sociedade em geral? (e senão for...)

b) O campesinato deve ser visto como um componente de um modo de produção específico (e exclusivo)? (e se não for...).

c) O campesinato deve ser compreendido como uma entidade social suficientemente autônoma para se relacionar com diferentes modos de produção e para se transferir de um para outro? (e se não for...)

d) O campesinato é uma “palavra vazia” desnudada e anulada pela utilização satisfatória do conceito de modo de produção?

Para começar, camponês é um modo de produção? Evidentemente, a resposta relaciona-se à maneira como são definidos modo de produção e camponês. Nos termos acima sugeridos, os camponeses não são um modo de produção porque lhes falta a estrutura política-econômica relativamente auto-suficiente, isto é, os sistemas mais significativos de exploração e apropriação do excedente tem sido, de modo geral, externos a eles. Desnecessário dizer que os camponeses não são todos “iguais” e que toda comunidade camponesa dispõe de estruturas complexas de exploração interna “de vizinhança”, freqüentemente encadeadas em redes de “apadrinhamento”. Entretanto, para a maioria dos camponeses, a desigualdade (e a exploração) intercamponesa é secundária diante da extracamponesa, tanto em termos da quota extraída quanto da maneira como agem sobre eles a dinâmica estrutural e a estrutura de classes. De fato, a guinada em direção à predominância decisiva de estruturas de desigualdade e exploração intercamponesa e interaldeias significa o fim do campesinato enquanto tal, isto é, enquanto um grupamento social específico.

Há duas abordagens alternativas que Eva à caracterização do campesinato como um modo de produção. A primeira consiste em estipular dois subtipos de “modos de produção”,

um na linha acima sugerida, e outro definido diferentemente. Tal sugestão é encontrada em inúmeros estudos recentes que apontam para um “modo de produção secundário”, diferente de um principal na medida em que aparece apenas em articulação com outros modos de produção, mas nunca por si próprio.³⁰ Uma sociedade (uma formação sócio-econômica?) fornece, portanto, a estrutura dentro da qual uma economia política exploradora age como um elo determinante entre o modo de produção dominante (explorador) e o secundário (explorado). O modo de produção secundário representaria uma estrutura encadeada de forças e relações de produção, uma economia política necessariamente incompleta, em cujos limites se situam o conflito e as determinações societárias dominantes. As “regras do jogo” do modo de produção dominante dominariam a formação como um todo.

As origens (e a legitimação) do conceito de “modo de produção secundário” e sua presente utilização estão na discussão sobre os pequenos proprietários – “produtores imediatos” a que Marx se referiu como “um modo de produção... (que) também existe sob a escravidão e outras situações de dependência... mas... floresce onde o trabalhador é o livre proprietário das condições de seu trabalho e ele mesmo as põe em movimento”.³¹ As interpretações desse texto variam muito, do tratamento do conceito como um dispositivo essencialmente pedagógico (isto é, um “ponto de partida” abstrato, fixado para esclarecer a dinâmica do capitalismo) à suposição de um modo de produção plenamente desenvolvido (“principal”) de produtores independentes de mercadorias, por exemplo, em uma época da história dos Estados Unidos em que ele constituiu uma barreira temporária ao desenvolvimento do capitalismo nesse país.³² A idéia de um modo de produção secundário camponês recai, de certo modo, entre essas polaridades. A economia camponesa é abordada como uma subcategoria de um gênero mais amplo de “modos de produção de pequenos produtores de mercadorias”, cuja posição na sociedade foi bem captada pelo termo “sociedade tributária”.

A segunda alternativa consiste em redefinir o termo modo de produção de maneira ainda mais radical. Uma vez mais, o próprio texto de Marx tem sido usado como suporte. O modo de produção é considerado, aqui, em seu sentido mais direto e descritivo, isto é, como uma forma de produzir, um processo de trabalho, um estágio tecnológico geral de desenvolvimento social, um conceito de alcance muito reduzido, ao longo das linhas expressas, por exemplo, na designação de Marx da *Agricultura* como um modo de produção *sui generis*.

Ambas as alternativas delimitam o camponês como um modo de produção (ou então o fazem para os “pequenos produtores de mercadorias” principalmente camponeses). Quais os ganhos e limitações heurísticas de tal estratégia analítica? A delimitação e a apresentação da especificidade camponesa, dentro do conceito de “modo de produção camponês”, fornecem uma abordagem possível à teorização e à análise de inúmeros problemas em questão como, por exemplo, a estrutura societária dos camponeses. Ao mesmo tempo, porém, o gume do conceito de modo de produção tem estado sujeito, em grande parte, à sua designação específica como um sistema/dinâmica, dentro do qual a produção e a apropriação exploradora são centrais e encadeadas (o mesmo talvez se possa dizer da própria contribuição do marxismo às ciências sociais). Um modo de produção, como uma unidade de análise que não traz essas características essenciais, parece forçar os termos ao ponto de categorizar na ausência de seus *insights* analíticos mais importantes. Colocado na balança, o conceito de “modo de produção camponês” tem provavelmente demasiadas limitações heurísticas para ser sustentado.

Camponeses e modos: totalidades e unidades

Passando à segunda questão da seqüência referente aos modos e camponeses, o campesinato é um componente de um modo de produção exclusivo? O candidato mais provável, aqui, seria o feudalismo, que se apropria do produto e do trabalho camponeses, dentro de uma economia e uma sociedade essencialmente agrícolas e descentralizadas, em

cujo topo estão os proprietários de terras/governantes locais/cavaleiros. Mas, já de início, há sérias dúvidas. Inúmeros modos de produção (“épocas progressivas na formação econômica da sociedade”³³, na própria definição de Marx) contêm “alguma coisa”, que ele e os que estudaram os camponeses delimitaram como âmago da especificidade camponesa. Lembremos também que em *O Dezoito Brumário...* Marx usou e explorou o conceito de “camponês” na (primitiva?) França capitalista. Os grupos domésticos camponeses como unidades básicas de produção e vida social, os camponeses como um grupo com semelhanças estruturais consideráveis e, mesmo, como uma auto-identidade política estabelecida, podem ser facilmente situados dentro de sistemas sócio-econômicos diferentemente estruturados, desde “o Asiático” (se existir tal “coisa”), passando pelos limites extensivos dos domínios escravistas na antiguidade, pelo florescente capitalismo (primitivo?) da Alemanha, até a NEP soviética e a Polônia de hoje. A única maneira de insistir em encaixar os camponeses exclusivamente no modo de produção feudal é através de uma tautologia, isto é, definido arbitrariamente: a) todos os modos de produção que contêm camponeses como feudais; b) todas as unidades de produção familiares exteriores ao feudalismo como não-camponesas (ou, ainda, como reminiscências arqueológicas a-conceituais, que compartilham o espaço societário com aqueles que legitimamente o ocuparam, isto é, os trabalhadores assalariados sob o capitalismo). Tais procedimentos limitam, mais do que expandem, nossa compreensão da realidade social em suas complexidades e contradições.

Em termos mais gerais, a diversidade de abordagens relativas à inserção do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de economia/sociedade camponesa em um modo de produção pode ser apresentada por um *continuum* entre dois pólos, ambos representados em trabalhos publicados durante a última década. Por um lado, é exclusivamente a característica da unidade de produção dominante que define a estrutura mais ampla (modo de produção? formação? sociedade?); por outro lado, as características essenciais do estabelecimento rural/familiar e, conseqüentemente, da economia camponesa têm sido tratadas como determinadas exclusivamente pelo sistema sócio-econômico mais amplo, isto é, pelo modo de produção (dominante?).

Um exemplo da primeira abordagem: o “o grupo doméstico está para a economia tribal, assim como o domínio feudal para a economia medieval, ou a corporação para o capitalismo moderno; cada um é a instituição produtiva dominante no seu tempo”.³⁴ Embora a designação de Sahlin de um grupo doméstico como tipicamente tribal (excluindo do esquema o estabelecimento rural familiar camponês) possa induzir em erro, especialmente no mundo contemporâneo, sua lógica é admiravelmente clara. Ela tem sido também explícita e corretamente relacionada à taxonomia comparativa dos sistemas econômicos, de Chayanov, e posta em contradição manifesta com o estruturalismo de Terray. A conclusão plenamente elaborada de tal abordagem já foi expressa na categoria de Thorner de economia camponesa, definida como uma “economia global de países de dimensão considerável” e como “uma forma de organização de sociedade humana amplamente difundida”, delimitada pelas porcentagens de unidades sociais especificamente camponesas, dentro da população, da economia, etc. Conseqüentemente, um conjunto de características, das quais o grupo doméstico enquanto unidade típica de produção é a mais fundamental, define um sistema econômico e uma época de extensão e heterogeneidade consideráveis, pois as economias camponesas existiram “muito antes do feudalismo, ao longo do feudalismo e muito depois dele”. Será também a diminuição na proporção de estabelecimentos familiares camponeses o que tornará inaplicável o termo “camponês”, a partir de certo momento, para designar tal “economia em seu conjunto”.³⁵

Por outro lado, diferentes modos de produção, sistemas ou sociedades implicariam uma essência social totalmente diferente para o estabelecimento rural familiar camponês (e para o campesinato, de forma geral), mesmo que possam ser apontadas semelhanças formais. A observação de Marx de que “mesmo as categorias econômicas, apropriadas a modos de produção anteriores, adquirem um caráter histórico novo e específico sob o impacto da produção capitalista”³⁶ é conseqüentemente interpretada como significado que “não há um ‘campesinato’ em geral, apenas formas específicas de produção agrícolas,

trabalhadas e controladas, em maior ou menor grau, por unidades domésticas... específicas ao modo de produção no qual existem. As tipologias baseadas nas condições técnicas, agrônômicas e culturais são, na melhor das hipóteses, equivocadas”. Ou, na forma mais concisa do mesmo texto, “o campesinato como uma categoria econômica teórica não existe no marxismo...” e deve ser tratado como “um destacamento específico da pequena burguesia”.³⁷ O mesmo valeria necessariamente para a história camponesa específica e para qualquer de suas supostas características básicas. No limite, isso pode ser acompanhado do certificado de ortodoxia-e-verdade, através da simples divisão do campo conceitual entre o estruturalismo marxista e uma “abordagem não marxista” dirigida à unidade.

Provavelmente a melhor maneira de tentar resolver esses problemas é começar por prestar mais atenção às questões epistemológicas mais amplas que aqui se apresentam, isto é, as relações entre a “totalidade” e suas subunidades. Uma estrutura geral determina e define exclusivamente suas unidades componentes, ou é a soma total de subunidades que define o todo? Há outras possibilidades? Aqui, também é relevante a terceira pergunta da seqüência de questões acima estabelecidas: os camponeses podem ser vistos como entidades transferíveis “intermodos” ou tal noção é absurda?

A resposta parece, de fato, residir, pelo menos inicialmente, no plano epistemológico. A análise marxista é, sem dúvida, corretamente estruturalista na medida de sua recusa em aceitar a redução de qualquer totalidade à soma de suas subunidades (como também, aliás, o conhecimento não-marxista sofisticado).³⁸ A conclusão que daqui não se pode tirar é a redução “pelo lado contrário”, isto é, uma tentativa de dedução das subunidades a partir das características do todo, através do “desenvolvimento simples, lógico, da verdade geral”. Deve-se apreender, de uma só vez, a interação do todo e suas partes, em todas as suas características específicas, diferentes e relacionadas, a dinâmica muitas vezes contraditória e as ordens da lógica, tanto da totalidade quanto de suas unidades. Sendo assim complexa, não há como virá-las do lado contrário. Aqui as palavras “relação dialética”, freqüentemente empregadas em excesso, não estarão fora do lugar. Para exemplificar, as classes sociais refletem as contradições e as leis do movimento dos modos de produção, mas nenhuma dedução das primeiras a partir dos segundos (*ou vice-versa*) pode substituir a análise específica. Voltando aos camponeses, o que deve ser rejeitado é um falso problema que supõe uma falsa dualidade de possibilidades. Sem dúvida, não podemos compreender como operam as unidades de produção camponesas sem seu contexto societário. Tampouco podemos, simplesmente por isso, deduzir-las ou reduzi-las ou dissolvê-las conceitualmente. O deducionismo não é uma resposta satisfatória ao empirismo.

Em outras palavras, aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Que dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses. Mais uma vez, a questão delimita a fronteira marxista/não marxista, pois, como precisou o comentário autocrítico de um expoente da escola do funcionalismo estrutural, à sua crise conceitual seguiu-se a nova “forte ênfase na autonomia de qualquer subestrutura, subgrupo ou subsistema...”, assim “problematizada”³⁹ – uma observação que poderia, igualmente, enquadrar alguns estruturalismos marxistas. Finalmente, e o que é mais importante, essas conclusões não são simplesmente um exercício de lógica, mas são centrais para estratégias de pesquisa e ação política, pois implicam que os camponeses e sua dinâmica devem ser considerados *tanto* enquanto tais, *como* dentro dos contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem.

Para tranquilizar aqueles que gostam da autoridade de referências textuais, tudo isso, é óbvio, também está metodologicamente implícito no próprio trabalho de Marx. Por exemplo, sua consideração sobre o capital mercantil e os comerciantes relaciona-os a diferentes modos de produção e dá-lhes uma história própria, parcialmente autônoma. O capital mercantil não é totalmente independente do capitalismo, nem simplesmente o reflete, nem é, ainda, apenas um estágio dentro dele. Tampouco são os comerciantes a-históricos, em termos da sociedade onde operam. Ora, se afirmamos que é na produção e não na circulação que a “verdadeira economia política começa”, o capital mercantil é isolado para análise em sua relativa independência, mas como uma parte claramente necessária do processo de compreensão do todo.⁴⁰

Então, que são os camponeses, conceitualmente falando? Voltando, uma vez mais, aos princípios epistemológicos, os conceitos, as generalizações e os modelos não são a realidade, que é, de fato, infinitamente mais rica. Isso torna sem sentido uma pergunta genérica, tal como: “Os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe?”, pois esses conceitos não são mutuamente excludentes, nem intercambiáveis; as luzes que trazem podem ser tomadas. Os conceitos são instrumentos de análise; sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade. Nenhuma dessas conceituações pode ser total, exceto aquelas que são tautológicas e/ou triviais. Além disso, tal afirmação não constitui defesa de um ecletismo de princípios, pois a hierarquia de importância é central e pressuposta, e diferentes conceitos mostram diferentes medidas de esclarecimento (ou nenhuma que seja), especialmente quando a pergunta está determinada. São portanto a maneira de utilizar o conceito e seus resultados heurísticos o que é central em nosso caso, isto é, discussão sobre um debate atual dentro de um quadro de referência de análise claramente marxista.

Os camponeses entraram na discussão marxista como a pré-história analítica do capitalismo, como sua forragem passiva dentro da “acumulação primitiva”, mas, em particular, como classes históricas “para si” com, por assim dizer, baixo “caráter de classe”, explicável, por sua vez, dentro dos termos da especificidade camponesa.⁴¹ A utilização e as ênfases diferem no tempo e no contexto. Os camponeses pertencem aos tempos antigos e medievais no *Grundrisse*, ao passado mais imediato da Inglaterra em *O Capital*, de Marx, mas são centrais à análise da história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em “países de maioria camponesa”. “Classe para si” representa aqui não apenas uma definição mais expressiva do que “classe em si”, mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas “portadora” de características de uma “matriz” geral, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros.⁴² Somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descristalização de classe, coalizões de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas. A luta de classes significa, neste nível, não apenas uma contradição objetiva de interesses, mas uma confrontação real de organizações específicas, palavras de ordem e homens. Um geração depois, os camponeses, historicamente reais, gradualmente tomaram o lugar de seus congêneres conceituais, analíticos e abstratos “em si”, à medida que os escritos e os feios de Lênin se tornavam maduros, politicamente mais profundos, mais fortes na confrontação decisiva e mais perto da vitória. Algum dia, uma história similar sobre Mão e Tito também será escrita. Quando a análise política imediatamente relevante reconheceu o lugar dos camponeses, estes se transformaram, de derivações e deduções, em exércitos e atores; e, simultaneamente, admitiu-se, cada vez mais, a autonomia analítica relativa da classe com relação ao(s) modo(s) e/ou sociedade a que se vincula. Os camponeses tornaram-se, de fato, uma classe, mesmo “dentro de um país capitalista” – citando o Lênin pós-1906.⁴³

Entretanto, isto não é um *happy end*, apesar de resolvidas todas as dúvidas e reconhecidos os camponeses como o que realmente são, isto é, “uma classe”. Os

camponeses “são” uma classe, uma economia, uma *part-society** e, além disso, outras “coisas” que ainda não conceituamos. Só a definição de uma problemática torna possível a seleção de um quadro de referências conceitual válido. Ademais, nenhuma realidade social pode ser monopolizada e nitidamente dividida por um tipo de unidade de análise devidamente selecionado, do qual derivem todas as conclusões. A realidade não só é pura; tampouco pode sê-lo a análise relevante da realidade. De fato, livrar-se das impurezas significa desfazer-se justamente dos pontos onde a perplexidade engendra a descoberta nas ciências sociais.

Tudo isso nos leva ao último ponto de ambas as seqüências sugeridas sobre a problemática da conceituação de camponês: a questão da possível inutilidade e/ou qualidades insatisfatórias do termo. Isso é necessário porque, para compreender o que “são” os camponeses, devemos compreender o que e como pensarmos sobre eles.

Camponeses como uma moda

Uma história dos camponeses como uma entidade conceitual ou como uma moda séria, uma tarefa importante em si mesma. Limitá-la-emos, aqui, a poucos aspectos relevantes para o problema em pauta. O significado político do conceito garantiu uma periodicidade de seu próprio uso, sempre refletindo a história social em sentido amplo, mas também uma dinâmica específica do pensamento acadêmico. Ocorria uma insurreição no que pode ser grosseiramente chamado de primeiros estágios da industrialização e da transformação capitalista da Europa Central e Oriental, isto é, nas sociedades situadas na periferia próximas às origens do capitalismo. Estava relacionada à rápida industrialização, à ascensão dos movimentos nacionalista, populista e socialista, e assim por diante. Começou na segunda metade do século XIX e produziu, até o começo do século XX, a maioria dos instrumentos conceituais e ideológicos relevantes de que hoje dispomos. Grande parte disso chegou ao pensamento “propriamente ocidental”, através da mediação de europeus da Europa Central e Oriental que escreviam em inglês (por exemplo, Marx Znaniecki, Weber e Sorokin) ou ainda através de traduções (por exemplo, Weber, Lênin e Chayanov).

A insurreição chegou a um fim abrupto e dramático, durante a década de 1920/30, derrubada pelas repressões bem como pelo avanço das entrelaçadas ideológicas e políticas do nacionalismo militante e pela rápida industrialização, que situou os camponeses no lugar onde estavam a bruxaria e o rústico, isto é, fora do alcance das preocupações intelectuais e políticas progressivas. A Europa Oriental e Ocidental emparelhou-se, assim, a uma tendência anterior européia ocidental/norte-americana dominante. A modernização e a industrialização foram consideradas necessárias e “uma coisa boa”. Uma taxonomia básica de moderno/tradicional (com uma implícita suposição nós/eles) tornou os camponeses terminologicamente invisíveis, dentro do pacote geral de “tradicional” e outros exóticos. Durante a década de 1930/40 e, posteriormente, na euforia das teorias da modernização “pós-colonial” da década de 1950/60, os camponeses continuaram a não existir, conceitualmente falando.

Uma sucessão de crises das chamadas “sociedades em desenvolvimento” e da agricultura mundial, o colapso das prescrições modernizantes simples-e-rápidas, a decisão da China de “andar com os próprios pés”, a descoberta pelo Banco Mundial da tenacidade camponesa, etc., mas especialmente a maneira com os camponeses vietnamitas derrotaram

* N. do Trad.: Não traduzimos o termo, por se tratar de uma noção utilizada na sua forma original. Tal noção teve Kroeber como precursor. Para ele “camponeses constituem *part-societies* e *part-cultures*”. Eles são “definitivamente rurais – entretanto vivem em relação a cidades mercantis; formam um segmento de classe de uma população maior, que geralmente contém também centros urbanos... falta-lhes o isolamento, a autonomia política e a auto-suficiência das populações tribais; mas suas unidades locais retêm muito de sua velha identidade, integração e apego ao solo e aos cultos”. Extraído e traduzido de KROEBER, A. L., *Antropology*, New York, Harcourt, Brace and Co., 1948, p. 284.

o país mais industrializado do mundo, tudo isso trouxe os camponeses abruptamente para o foco das atenções. Seguiu-se uma explosão virtual de estudos, publicações e debates. A estrutura das casas editoriais e da academia, enquanto empresa, rapidamente transformou tudo isso em moda crescentemente controlada pelas leis do mercado da moda. Isso significou um rápido aumento da utilização da palavra como um truque editorial (ao lado de mulheres nuas e camisas com retratos do Che). Significou brigar por dizer alguma coisa de novo ou de bom para fazer carreira, em um campo que se abarrotava de depressa, muito antes de qualquer avanço real do conhecimento que o justificasse. Fácil predizer o estágio seguinte, dentro da racionalidade de tais dinâmismos acadêmicos: desencantamento, sinais de fastio com o termo utilizado em excesso e trivializado, descobertas de sua “não-existência real”, apelos a desconceituação, investida em novos truques e, freqüentemente, uma tentativa de tirar academicamente proveito da desmistificação de velhas predileções (pode-se sempre excetuar uns poucos livros). Estamos agora nos aproximando rapidamente desse estágio, dentro do ciclo da moda camponesa. Ela mostrou-se “articulada” a, e “sobredeterminada conjuntamente” por, uma onda de marxismo deducionista das universidades ocidentais, por sua vez crescentemente atacado por aqueles para quem a realidade social é indedutível, especialmente quando se trata de marxismo.

Escusado dizer que ver os seguidores de modas instalarem-se em outro lugar deleitaria àqueles que se empenham seriamente no estudo. Entretanto, na medida em que se empenham seriamente no estudo. Entretanto, na medida em que algumas questões foram elaboradas e que portanto alguns estudiosos entraram em campo, o resultado da explosão da moda não poderia ser de todo negativo. Este pode ser, também, o momento exato de revogar um conceito totalmente batido e “desgastado”. Afinal, palavras como “camponês” não são as Sagradas escrituras e quanto menos complexa a terminologia, melhor. Por exemplo, que tal substituí-lo por “o destacamento agrícola da pequena burguesia” para torná-lo límpido, puro e claro?

Revogação de conceitos: algumas regras práticas

Para responder a essa pergunta, passemos a algumas “regras práticas” para a desconceituação, antes de voltarmos, pela última vez, à questão da definição de camponês. Começando novamente pelas negações, o que se segue pode ser dito de maneira geral.

(a) Nenhum conceito deve ser revogado simplesmente por representar apenas alguns aspectos da realidade. Todo conceito é simplesmente seletivo e, portanto, tem limitações e obscuridades necessárias. Exigir demasiado de nossos conceitos significa dualizar a análise: de um lado, os fatos totalmente empíricos e, de outro, as construções totalmente teóricas e, portanto, absolutas. Ambos têm pouca utilidade.

(b) Nenhum conceito deve ser revogado por razões puramente dedutivas e/ou lógicas, sem uma investigação exaustiva dos *insights* sobre a realidade, que podem ser perdidos por tal desconceituação e/ou a adequação de formas alternativas de lidar com esses *insights*.

(c) Nenhum conceito deve ser revogado para se adequar a uma simples divisão de conceitos em “nossos” se situam em um mundo asséptico, livre de qualquer mistura alienígena. As preocupações e descobertas marxistas devem ser reconhecíveis, tanto nos fatos quanto na problemática, pelos analistas não-marxistas genuínos, e *vice-versa*, exceto as diferenças profundas. Dentro do próprio marxismo, o purismo dedutivo destrói os vínculos com a realidade, que é mais rica que qualquer conceituação. Devemos evitar em particular as oscilações da moda, que levam ao esforço de ser um marxista de acordo com a última delas. Como no sexo, quanto menor o esforço, melhor o desempenho.

Justifica-se a desconceituação para conceitos que não trazem qualquer esclarecimento, devido ou à representação equivocada da realidade social e/ou à irrelevância para problemas de importância e/ou à estrutura lógico defeituosa e à incoerência. Tudo isso pode se dar de saída ou resultar de uma mudança na realidade ou,

ainda, da adoção de novos conhecimentos teóricos ou de métodos aceitos para sua verificação. Nesse sentido, como fica o camponês?

Retomando, primeiramente, a posição acima enunciada, o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não- apenas- camponesa e/ou extra-historicidade. Essas idéias são como espantalhos, coisas que as crianças se encantam em derrubar. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. O conceito de camponês é seletivo; a questão é o que podemos aprender valendo-nos apenas dele. Os camponeses são uma mistificação; o problema é quando o são, como e quando não o são.

A simples questão “os camponeses existem?” Seria obviamente tola se colocada e reificada em seu conteúdo; não discutimos aqui a realidade imediata, mas uma generalização, ligada a um modelo conceitual – uma simplificação e uma formalização significativamente seletivas, com o propósito de uma melhor compreensão. Deveríamos, portanto, colocar a questão de outra maneira, perguntando que esclarecimentos pode-se ter pela utilização do conceito e quais são os obscurecimentos em tal teorização.

Um exemplo pode ilustrar o problema. A derrota da intervenção armada dos EUA no Vietnã está ainda viva na memória e é, sem dúvida, um evento social da maior importância política na história contemporânea. É também um tipo de “dado” com relação ao qual tanto a compreensão da realidade quanto a tentativa de molda-la têm sito e serão tentadas no mundo inteiro. Podemos explicar satisfatoriamente a derrota do maior, mais rico e tecnologicamente mais adiantado complexo militar industrial, sem levar em conta a estrutura social especificamente camponesa de 90% dos vietnamitas? Uma complexidade de fatores opera, sempre, em tais conflitos; mas isso não está em questão. Podemos compreender o que aconteceu considerando *apenas* o sistema econômico internacional, o modo de produção capitalista, a neurose de Johnson e/ou as contradições e protestos internos dos EUA. Ou foi a selva, a lavagem cerebral, as táticas militantes e/ou as qualidades do fuzil AK 47? Ou foi simplesmente a superioridade da *Weltanschauung* socialista e a devoção pessoal dos quadros do partido? Todos esses fatores exerceram um papel, mas provavelmente basta comparar o Vietnã com as áreas que tentaram desafiar a potência militar imperialista para admitir a importância analítica crucial de se considerar a especificidade camponesa neste caso.⁴⁴ Foram citados ou colocados em notas de rodapé, na seção 2, outros exemplos de ganhos heurísticos. É pelo trabalho cotidiano de pesquisa e de programas e ações políticas reais que as utilizações de um conceito devem ser julgadas. E é por esses critérios que a generalização da especificidade camponesa não deixa de trazer novas luzes, não é irrelevante para as questões importantes do mundo em que vivemos, nem incoerente na sua estrutura lógica. O conceito de camponês é, sem dúvida, insuficiente em si mesmo, assim como qualquer outro conceito, exceto no que diz respeito a suas diferenças de extensão. O porquê da última das acusações básicas contra o campesinato como um conceito válido – a de seu caráter mistificador – será respondido nas linhas a seguir.

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades lingüísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de “capitalismo”, “proletariado” e, é claro, “modo de produção”, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância”.⁴⁵ É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais.

O camponês é uma mistificação principalmente para aqueles que são propensos a se tornar mistificados. Tipicamente, foi nas mãos do brilhante teórico e indiferente político Plekhanov que os camponeses russos desapareceram conceitualmente, para reaparecerem apenas com o conhecimento e a ação política de Lênin na Guerra Civil e posteriormente (Mais tarde, Li-Li San e Mão pareciam representar, outra vez esta dualidade.) Foram os grandes deducionistas, com pouco contato com a realidade, que caíram mais facilmente na armadilha da reificação (no outro extremo, o mesmo acontece àqueles para quem apenas o empírico importa). A conceituação da especificidade camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de acatar a questão em um nível teórico. Não é essencialmente uma resposta, mas uma pressuposição que ajuda a engendrar novas respostas específicas.

As questões fundamentais da realidade social ou podem ser compreendidas em um nível razoável de sofisticação epistemológica, ou não podem de modo algum. Ao mesmo tempo, inclusive o rigor mais estrito de dedução, por si só, não pode resolver os problemas básicos, mais do que o uso correto do silogismo pode nos provar a existência do mundo à nossa volta. Em última instância, os conceitos devem servir não a “uma questão de reconciliação dialética de conceitos”, mas à “compreensão das relações reais”.⁴⁶ Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combater-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou.

(Tradução de Cynhia A. Sarti e Wanda Caldeira Brant)

Notas:

¹ REDFIELD, Robert, *Peasant Society and Culture*, Chicago University of Chicago Press, 1956, p. 25; FEI HSIU-TUNG, “Peasants and Gentry”, in *American Journal of Sociology*, 52: 1-17, 1946.

² Ver, por exemplo, GALESKI, *Borguslaw, Basic Concepts of Rural Sociology*, Manchester, Manchester University Press, 1972.

³ Por exemplo, WOLF, Eric, *Peasants*, New York 1966; e MALITA, N., “Agriculture in 2000”, in *Sociologia Ruralis*, 50, 1971.

⁴ Por exemplo, NADERI, N. Afshar, *The Settlement of Nomads: its social and economic implications*, Tehran, 1971.

⁵ CHAYANOV, A. V., *The Theory of Peasant Economy*, Illinois, Homewood, 1966; BANARJEE, J., “Summary of Selected Parts of Kautsky: The Agrarian Question”, in *Economy and Society*, 5 (91), 1976, p. 26-28, 35. Anteriormente, Marx falou sobre a capacidade do camponês de “Irich himself” (vir a ser irlandês): MARX, K., *Capital*, Harmondsworth, 1976, vol. 1, p. 1068.

⁶ WOLF, E., *op. cit.*, capítulo 2.

⁷ Para discussão, ver SHANIN, T., “The Nature and Logic of Peasant Economy”, in *Journal of Peasant Studies*, 1 (1-2), 1973.

⁸ WOLF, Eric, *Peasant Wars in the 20th Century*, London, Harper & Row, 1969; STAVENHAGEN, Rodolfo, *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*, New York 1970, etc.

⁹ Por exemplo, BALLEY, F. G., “The Peasant View of the Bad Life”, in *Advancement of Science*, December 1966. Além disso, DOBROWOLSKI, K., *Peasant Traditional Culture*. (Para tradução inglesa, ver SHANIN, T., *Peasants and Peasants Societies*, Harmondsworth 1971.)

¹⁰ GALESKI, *op. cit.*, capítulo 2.

¹¹ Por exemplo, CUONG, Pham, e Van BA, Nguyen, *Revolution in the Village: Nam Hong, 1945-1975*, Hanoi 1976.

¹² WOLF, Eric, “Is the Peasant a Class Category Separate from Bourgeois and Proletarian? (notas para uma palestra, 2.3.77), Binghampton 1977.

¹³ Para uma reflexão crítica relevante, ver CLAUS, G., “Toward a Structural Definition of Peasant Society”, in *Peasant Studies Newsletter*, 2 (2), 1973.

¹⁴ SHANIN, T., “Peasants...”, *op. cit.*, Introduction.

¹⁵ HOBBSBAWN, E. J., “Karl Marx’s Contribution to Historiography”, in BLACKBURN, R., *Ideology and Social Sciences*, London, 1972.

- ¹⁶ SHANIN, T., “Peasants...”, *op. cit.*, p. 238-263, escrito em 1966.
- ¹⁷ Por exemplo, os trabalhos de B. Galeski, V. P. Danilov, A. M. Anfimov.
- ¹⁸ As citações foram tiradas de MARX, K., *Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. Selected Writings*, vol. I, Moscou 1973, p. 478-9; *Pré-Capitalist Economic Formations*, London 1964, p. 79, 118; *Capital*, *op. cit.*, vol. I, p. 962.
- ¹⁹ Ou seja, o último capítulo de MARX, K., “Capital”, *op. cit.*, vol. I, parte 8.
- ²⁰ LÊNIN, V. I., “The Problem of Markets”, in *Collectrd Writings*, vol. I, Moscou; e *Development of Capitalism in Russia*, Moscou 1974; e também, posteriormente, *Polnoc Sobranie Sockynenii*, Moscou, vol. 17, p. 120-127, 1968.
- ²¹ Particularmente, On Cooperation, Better Fewer but Better e a carta ao Congresso, de 22/24 de dezembro de 1923, in Lênin, V. I., *Selected Works*, Moscou 1971, p. 681-713.
- ²² MYRDAL, G., *Economic Theory and Underdeveloped Regions*, London 1957.
- ²³ Por exemplo, GEERTZ, H., *Agricultural Involution*, Berkeley 1963.
- ²⁴ LOPES, J. R. B., *Capitalist Development and Agrarian Structure in Brazil*, São Paulo, CEBRAP, 1976 (manuscrito).
- ²⁵ Ver MAC NAMARA, *Address to the Board of Governors*, Washington Bird, 1974.
- ²⁶ DANILOV, V. P.; DANILOV, L. V.; RESTYANIKV, V. G., *Osnovnye Etapy Razvitiya Krest'yanaskogo Khozyaistva*, Moscou, 1977. Para uma abordagem, de modo geral, semelhante na escrita “ocidental”, ver AMIN, S., *Capitalism and Ground Reant*, Dakar, 1974.
- ²⁷ MARX, K., “Pré-Capitalist...”, *op. cit.*, p. 94.
- ²⁸ *Ibid.*, p. 102.
- ²⁹ Por exemplo, ALTHUSSER, L., e BALIBAR, E., *Reading Capital*, London 1970. Sua apresentação inicial na edição inglesa. Para uma discussão recente, ver FOSTER-CARTER, A., “The Modes of Production Debate”, in *New Left Review*, 1978, p. 107.
- ³⁰ CARDOSO, C. F. S., “On the Colonial Modes of Production of the Americas”, in *Critique of Anthropology*, 4 & 5: 1-36, Autumn 1975 (primeira publicação, em espanhol, em 1975).
- ³¹ MARX, K., “Capital”, *op. cit.*, 926; “Pre-Capitalist...”, *op. cit.*, p. 94.
- ³² Ver o debate de O'CONNOR, J., e SHERRY, R., *Monthly Review*, 28, 1976.
- ³³ MARX, K., “Selected...”, *op. cit.*, p. 504.
- ³⁴ SAHLIN, M., *Stone Age Economics*, London 1974, p. 76.
- ³⁵ THORNER, D., “Peasant Economy as a Category in Economic History”, in SHANIN, T., “Peasants...”, *op. cit.*, p. 202-208, 216-217.
- ³⁶ MARX, K., “Capital”, *op. cit.*, p. 950.
- ³⁷ HIST, P., “Can There Be a Peasant Mode of Production?” (manuscrito), p. 7. Sua versão final aparece como ENNEW, J.; HIRST, P.; e TRIBE, K., “Peasants as na Economic Category”, in *Journal of Peasant Studies*, 4 (4), 1977. A citação foi tirada das p. 295-296.
- ³⁸ Por exemplo, Von BERTLANFFY, L., *Problems of Life*, New York 1952; KOESTLER, A. e SMITHIES, J. R., *Beyond Reductionism*, London 1969. Ver também SHANIN, T. (ed), *The Rules of the Game*, London 1972.
- ³⁹ EISENSTADT, S., “Sociological Theory and an Analysis of the Dynamics of Civilizations and of Revolutions” in *Daedalus*, 106 (4), 1977, p. 66.
- ⁴⁰ Por exemplo, MARX, K., “Capital”, *op. cit.*, vol. 3, capítulos XIX e XX. Ver também a importante carta de Engels para C. Schimidt, in MARX, K. e ENGELS, F., *Collected Writings*, vol. 3, Moscou 1973, p. 483-485.
- ⁴¹ Ver o texto citado na nota 14. Para um esclarecimento de um ponto de vista algo diferente, ver WOLF, E. R., “Is the Peasat...”, *op. cit.*, p. 2-4. “Marx... todavia, trabalhava com um modelo homogêneo da sociedade hipotética... A razão por que isto me parece importante está no fato de o campesinato encontrar-se sempre estabelecido em um local demarcado. Por definição, eles habitam periferias e semiperiferias, e periferias dentro de periferias. E talvez, por isso, é difícil ou impossível falar do campesinato como uma classe”.
- ⁴² Um século depois de Marx, as análises marxistas têm acrescentado muito pouco à lista básica de significados, apresentados pela dicotomia “classe em si... (em relação à) classe para si...”. Ambos os lados desta fórmula levam consigo o aspecto definidor necessário de um interesse de um interesse coletivo, objetivo e fundamental, em um sistema e relações de produção e exploração. O segundo acrescenta um componente relacionado de consciência típica de grupo, auto-identificação e organização de classe. A suposição da cristalização de características da “classe para si”, via luta de classes, deu início a uma historiografia de etapas necessárias e propiciou uma maior racionalização da história política. Para uma discussão que, embora velha, é ainda a melhor disponível, ver OSSOWSKI, S., *Class Structure in the Social Sciences*, London, 1963.

⁴³ A experiência revolucionária de 1905/6 encontra sua expressão na nova consciência daqueles escritores. Por exemplo, LÊNIN, V. I., “Agrarian Programme of Social Democracy...” (1908); “Polnoe...” *op. cit.*, vol. 17, p. 170-172.

⁴⁴ HOBBSAWN, E., “Vietnam and the Dynamics of Guerilla War”, in *New Left review* (17), 1965.

⁴⁵ BRAITHWAITE, R. B., *Scientific Explanation*, Cambridge 1953, p. 93.

⁴⁶ MARX, K., *Grundrisse*, Harmondsworth 1973, p. 90.

A mística na luta pela terra

Antônio Alves de Almeida

Mestrando em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo

Endereço profissional: Av. Manoel Pedro Pimentel, 155. Ap. 143, Bloco 4E, Condomínio Acácias, Jardim Wilson, 06020194 – Osasco, São Paulo, Brasil.

Telefone: (11) 3681-8000

Endereço eletrônico: tony.hist@bol.com.br

Por detrás dos mitos e ritos, cerimônias mágicas e benzimentos, procissões e promessas, podemos perceber os contornos, ainda que tênues, do homem que espera uma nova terra, um novo corpo. E seus sonhos religiosos transformam-se em fragmentos utópicos de uma nova ordem por construir.

Rubem Alves

Resumo

Este artigo se insere em uma pesquisa de mestrado intitulada *As Lutas Pelas Terras do Senhor: A Comissão Pastoral da Terra no Estado de São Paulo (1990-2000)*, e busca analisar os usos e significados dos símbolos e da mística pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na luta e conquista da “terra prometida”. Os símbolos de maior visibilidade são: a terra, a água, a cruz e a Bíblia. Eles fazem parte do cotidiano, do universo objetivo e subjetivo dos lavradores. Assim, permitem, segundo os agentes de pastoral, uma assimilação mais rápida por esses homens e mulheres da sua representatividade e do seu vigor na mística.

Palavras-chave: mística, símbolos, terra, CPT, Igreja Católica.

Resumen

La mística en la lucha por la tierra

Este artículo se inserta en una pesquisa de maestría intitulada *Las Luchas Por Tierras Del Señor: La Comisión Pastoral de la Tierra en el Estado de São Paulo (1990-2000)*, y busca analizar los usos y significados de los símbolos y de la mística por la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) en la lucha y conquista de la “tierra prometida”. Los símbolos de mayor visibilidad son: la tierra, el agua, la cruz y la Biblia. Ellos forman parte del cotidiano, del universo objetivo y subjetivo de los campesinos. Así, permiten, según los agentes de pastoral, una asimilación más rápida por esos hombres y mujeres de su representatividad y de su vigor en la mística.

Palabras claves: mística, símbolos, tierra, CPT, Iglesia Católica.

Abstract

The mystic in the fight for the land

This article is inserted in a master’s research entitled *The Fight for the Lord’s Land: The Land Pastoral Commission of the State of São Paulo (1990-2000)*, and aims to analyse the uses and meanings of the symbols of the mystic for the Land Pastoral Commission (LPC) in the fight and conquer of the “promised land”. The most visible symbols are the land, the water,

the *cross* and the *Bible*. They make part of the daily life, of the objective and subjective universe of the ploughmen. Thus, according to the pastoral agents, it permits to these men and women a faster assimilation of their representativeness and vigour in the mystic.

Key-words: mystic, symbols, land, CPT, Catholic Church.

A análise da categoria *mística* é dificultosa, é em si um tema mais complicado que outros no universo teológico. Isto se dá em decorrência de alguns fatores: 1) A mística não é universal, são fenômenos particulares, lingüísticos, inseridos em um determinado contexto histórico-religioso, assim não existe mística, mas sim místicas; 2) É muito difícil para alguém contemporâneo (inserido na academia) abordar o tema da mística porque a rigor não acredita na mística; 3) os sujeitos que a praticam afirmam que é algo que não se explica, a única forma de saber o que ela é realmente é sentindo-a, vivendo-a. Nesta perspectiva Bogo (2002, p. 20) afirma que “[...] esta força inexplicável que há dentro do coração de cada lutador ou lutadora não é para ser explicada com palavras, mas vivida, sentida e transformada em rebeldia, para derrotar os poderosos e libertar a vida de todas as amarras e torturas.”

Mesmo assim, com as devidas limitações acima citadas, farei uma abordagem sociológica do vigor e do uso da mística na Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹ na luta pela terra, pela água e pelos direitos, seus limites e potencialidades, considerando, evidentemente, o contexto sociocultural e religioso em que a mesma se desenvolve.

Destarte, entendo que é significativa a definição da categoria *mística*. Segundo o verbete do Dicionário da Língua Portuguesa Novo Aurélio, mística significa: “1. O estudo das coisas divinas ou espirituais. 2. Vida religiosa e contemplativa; misticismo. 3. Crença ou sentimento arraigado de devotamento a uma idéia, causa, clube, etc. 4. Essência doutrinária: a mística liberal.”

As lideranças expressivas da CPT, em grande parte “intelectuais orgânicos”, teólogos e clérigos adeptos à Teologia da Libertação, entendem a mística como mistério. Para Boff (1999, p. 11) “começamos por esclarecer a palavra mística, pois ela já nos introduz nas características deste caminho de encontro com Deus. Mística é um adjetivo (em grego *mystikós*) da palavra mistério (*mistérion*)”. Mas é um mistério, segundo Boff, que não equivale a enigma que, decifrado, desaparece. Ao contrário, quanto mais se decifra, mais misterioso fica. A ansiedade de buscar mais, no mundo da utopia, é algo que não se esgota nunca. Através do mundo real e do imaginário², os integrantes da CPT entendem que é possível vislumbrar a reforma agrária, a “terra prometida” por Javé e a cidade santa, a Nova Jerusalém.

Para o padre assessor da CPT no Estado de São Paulo, Antônio Ferreira Naves “mística é uma palavra do grego que significa fechar os olhos para enxergar longe [...] para poder ver a reforma agrária [...] para poder ver as coisas belíssimas, as estrelas, as árvores, as plantas”. (Entrevista concedida em 12/07/2003).

A compreensão da prática e dos usos da mística na CPT na luta pela terra está diretamente relacionada à sua identidade, eminentemente cristã, ao tipo de serviço que ela desenvolve desde a sua gênese: assessoria, apoio jurídico, formação política e teológica etc. Nessa ótica, Ivo Poletto esclarece:

A CPT é, em si mesma e desde o começo, uma expressão mística, uma animação para colocar em prática a radicalidade do amor e da construção

¹ A CPT é uma das várias pastorais da Igreja Católica, foi formada com caráter ecumênico, no mês de junho no ano de 1975 em Goiânia, com a participação dos bispos, padres e pastores protestantes das igrejas das regiões norte e centro oeste do Brasil.

² O imaginário, o dom, o universo simbólico é analisado por Godelier (2001). Ver também Castoriadis (1982).

da justiça e da paz proposta e vivida por Jesus Cristo e presente na palavra das suas igrejas. Ela foi, para muitas comunidades, um tipo de sinal levantado, uma convocação para aproximar-se e colocar-se a serviço dos caídos nos diferentes caminhos da realidade rural brasileira. (Entrevista concedida em 15/09/2002).

A mística na CPT é compreendida por seus integrantes essencialmente como um mistério, ancorada no amor a Deus, na fé, na Santíssima Trindade, na espiritualidade, na profecia, na justiça, na dignidade da pessoa humana que é reconhecida como imagem e semelhança de Deus. Dom Pedro Casaldáliga entende que “[...] a mística tem que envolver a pessoa toda. [...] A mística é muito mais que uma linha, uma diretriz, na CPT. Deve permear as diretrizes. É opção, é atitude, é vivência. Evidentemente, estamos nos referindo à mística cristã – católicos ou evangélicos das diferentes igrejas. Então, vivenciar esta mística cristã, em profundidade.” (Boletim da CPT, Ago./Set. 95, p. 5).

À semelhança de Casaldáliga, a compreensão sobre a mística do Frei Wilson Dallagnol (2001:112) é a de que “não se trata simplesmente da ‘mística da terra’ enquanto tal, mas da pessoa humana que está envolvida com esta terra, por ela luta para conquistá-la e a ela reverencia quando a tem. É aquele ato de amor e reverência ao Criador da terra”.

Inspirada no amor a Deus, dono da terra e de tudo que nela existe, há a compreensão na entidade que a construção do Reino (de Deus) inicia-se aqui, um reino em que não haverá concentração de terras e de riquezas, não haverá injustiças e tudo será produzido respeitando as reais necessidades do homem e da mulher, da criança e do idoso, e não a lógica do lucro e da riqueza no molde capitalista, não haverá, portanto, exploradores e nem explorados.

A mística, a fé no Deus dos pobres é a mola propulsora para a realização desse projeto utópico³ transcendente. Sem essa substância físsil a CPT tende a alterar a sua orientação, e como uma entidade religiosa, se perder a transcendência do divino, do sagrado, tornar-se-á eminentemente política, quase não se diferenciando de movimentos sociais, sindicatos do meio rural ou de Organizações Não Governamentais (ONGs).

O uso da mística nessa entidade cristã dá-se em diferentes contextos rurais, individual e coletivo, sempre associada a uma diversidade de símbolos. Nas pesquisas de campo pude participar e observar o ritual da mística, a sua respectiva preparação, a escolha dos objetos e dos símbolos para o rito, o seu desenvolvimento e a atuação dos participantes; a respeito disso retornarei posteriormente.

Os símbolos são largamente utilizados pelos homens e mulheres, jovens e idosos na mística coletiva. Para eles é difícil imaginar uma celebração, uma reunião, uma assembléia, uma ocupação de terra, que não irá se praticar a mística, e naturalmente esse processo é mais ou menos intenso em consonância com o grau de intensidade religiosa das lideranças e dos trabalhadores de cada região. Mas antes de descrever o ritual com a sua respectiva simbologia, é significativo a compreensão do que é o símbolo⁴, o que ele representa e quais os que são utilizados na CPT.

A reflexão sobre os símbolos, seus usos e significados, tem longa tradição nas Ciências Sociais. Tal reflexão geralmente objetiva, em última instância, a compreensão do ethos ou as cosmovisões de determinados grupos. A reflexão sobre esses objetos tem demonstrado, entre outros, a universalidade de alguns, as resignificações de outros, suas aproximações e distanciamentos.

As interpretações desses símbolos têm nos mostrado, entre outras possibilidades, suas resignificações constantes, oscilando em consonância com a religião e a cultura local.

³ Rubem Alves (1999:109) afirma que “utopias se referem a algo que não se encontra em lugar algum (do grego ou = não + topos = lugar). (...) São as classes sociais oprimidas que, não encontrando satisfação para seus desejos em sua “topia”, emigram pela imaginação para uma terra inexistente onde suas aspirações se realizarão. Sua atividade política se torna, então, peregrinação na direção da terra prometida, construção do mundo que ainda não existe”.

⁴ Os símbolos da CPT são em sua grande maioria símbolos bíblicos; para uma compreensão mais detalhada referente a simbologia e o seu significado, ver a obra de Girard (1997) .

Assim, o discurso religioso tem a proeza de transformar objetos, entidades brutas e vazias em portadoras de sentido, logo, passam a fazer parte do universo humano, tornam-se extensões das pessoas.⁵

O conceito de símbolo, além de amplo, também é polissêmico. Nesse sentido, a contribuição de autores como Girard torna-se relevante na compreensão do conceito e da concepção dos símbolos. Segundo Girard (1997, p. 26):

'Símbolo' provém do termo grego *symbolon*, derivado do verbo *sym* – *ballein*, que, em seu sentido primeiro, significa 'lançar com, pôr junto com, juntar'. Daí decorrem alguns sentidos que nos interessam de modo particular: 'comparar, trocar, encontrar-se, explicar'.

Para começar, a etimologia nos ensina que o símbolo implica, primeiramente, uma dualidade; depois, uma unificação: juntas duas coisas, formando uma só; chega-se ao denominador comum de duas coisas, comparando-as; duas pessoas assumem um compromisso mútuo por contrato. Em todos esses casos a unificação se faz não por redução à unidade ou por fusão, mas por ajustamento: "lançados com" ou "postos juntos", dois pedaços de quebra-cabeça, duas coisas comparadas, duas pessoas que contraem matrimônio não perdem totalmente sua individualidade; não obstante, são feitas para estar junto.

Nesse plano, o verbete *símbolo* da enciclopédia Mirador Internacional (1977, p. 10419) traz uma afirmação significativa:

Se a função do símbolo consiste em simbolizar, a função de simbolizar consiste em apresentar ou em 're-apresentar', por meio de determinado objeto, outra realidade, diversa e irreduzível ao objeto que funciona como símbolo. Ao representar ou sugerir, ou insinuar, determinada realidade, o símbolo substitui-se a ela, assinalando a impossibilidade de apreendê-la e eximi-la diretamente. O símbolo é, portanto, uma mediação, que relaciona duas realidades heterogêneas que, com exclusão da representação simbólica, não poderiam ser ligadas uma à outra.

Os símbolos podem ser de diferentes categorias e ordens de realidades, sagrados ou profanos, correspondendo ao momento histórico e cultural em que foi estabelecido. Possuem a capacidade de produzir uma síntese entre compreender e sentir o mundo. A religião nesse aspecto exerce um papel importante. Para Rubem Alves (1999, p. 24) a religião é "teia de símbolos, rede de desejos, confissão da espera, horizonte dos horizontes, a mais fantástica e pretenciosa tentativa de transubstanciar a natureza".

A cultura camponesa, mesmo considerando as suas nuances, a sua diversidade e a sua especificidade regional, ou até mesmo em âmbito local, é permeada por um universo muito rico de símbolos. Para a CPT, o trabalhador rural, a sua cultura, o seu modo de vida, os seus símbolos devem ser respeitados e valorizados. Nessa ótica, Marcelo de Barros Souza e José L. Caravias (1988, p. 391) esclarecem que "em vários países, a Pastoral da Terra tem revalorizado os elementos da cultura dos lavradores, seus cânticos e suas histórias, seus ritos e sua medicina. Não faz isso como tática de conquista, ou mera concessão de simpatia. É a redescoberta da riqueza real dessa cultura, sem a qual os lavradores não serão eles e não se libertarão".

A compreensão destes dois teólogos no que tange a revalorização da CPT aos elementos da cultura dos lavradores não é compartilhada pelo professor Dal Corso (1996:116). Ele afirma, citando Gonzalez e outros, que há "para um catolicismo do livro e da escrita, um catolicismo da tradição oral e das lembranças; para um catolicismo que quer argumentar sobre Deus, outro catolicismo que quer escutar a Deus; para uma organização católica oficial de denúncia e militância, há uma organização católica popular festiva e

⁵ Para uma compreensão mais detalhada conferir a tese de doutorado de Paulo Bassani intitulada *Núcleo de Assalariados Rurais Temporários: Lugar de Resistência e de Descoberta*. (PUC-SP, 1999).

devocional”. Há, portanto, segundo o professor, um descompasso entre o discurso dos militantes da CPT e a prática dos fiéis. Isso é muito transparente nas romarias, essas têm um sentido duplo, um sentido para os militantes e outro para o camponês.

O problema é que a mesma romaria tem duplo sentido, um para os militantes e outro para o camponês, o camponês vai como romeiro normalmente, não? Ele canta o canto da libertação, entretanto prega o São Francisco e continua rezando os seus santos e pagando promessa. E o militante utiliza a romaria entretanto como um espaço mais bem político. (Entrevista concedida em 31/07/2003)

A análise do professor Marco Dal Corso é significativa na relação das lideranças da CPT com a romaria e a prática dos fiéis. Nas observações de campo, nos eventos em que participei, na romaria no Pontal do Paranapanema, nas conversas e entrevistas informais que estabeleci com os romeiros de diferentes regiões do Estado de São Paulo pude constatar esse fato, assim as minhas análises são convergentes com a do professor acima citadas. Entretanto, é importante destacar que nos últimos anos tem havido um esforço da CPT em dar uma formação mais ampla aos agentes de pastoral para solucionar esse descompasso, mas, evidentemente, essa não é uma questão de fácil equacionamento, é um processo longo, que passa pela mudança de mentalidade e até mesmo de cunho cultural, haja vista que parte dessas lideranças não possuem valores da cultura camponesa.

Mas retornemos à simbologia. Os símbolos que a CPT utiliza nos eventos e na mística que ela organiza ou ajuda a organizar em eventos de outras entidades como o MST, a CONTAG, sindicatos e etc. são os símbolos bíblicos. Entre os de maior visibilidade merecem destaque *a terra, a água, a cruz e a Bíblia*. Esses fazem parte do cotidiano, do universo objetivo e subjetivo dos lavradores, assim permitem (segundo os agentes de pastoral) uma assimilação mais rápida por esses homens e mulheres da sua representatividade e também do seu vigor na mística. A CPT procura sempre utilizá-los nos diferentes eventos e na mística como motivação para os trabalhadores lutarem pela conquista da terra, da água e dos direitos. Isto é colocado em relevo, com intensa participação de diferentes sujeitos, nas romarias da terra e das águas, onde fé e política se mesclam.

Nessa ótica, é significativa a compreensão de Ivo Poletto:

É por isso que os primeiros símbolos – como por exemplo, a Cruz com um pano branco nascendo do chão como uma árvore viva – surgiram como expressão da religiosidade dos participantes em lutas concretas: como leitura cristã do sentido martirial de um assassinato e, depois, de todos os assassinatos por causa da luta pela terra. Da mesma forma, a Romaria da Terra, tão generosa na criação de símbolos, diferentes conforme a religiosidade de cada região, teve duas origens populares ligadas à terra: no Rio Grande do Sul, à memória de Sepé Tiarajú e seu povo, dizimado quando decidiu permanecer na terra; na Bahia, às raízes da Romaria de Bom Jesus da Lapa, que junta a vivência da fé com as promessas do São Francisco e as agruras do semi-árido. Ligando-se cada ano a uma situação, a uma iniciativa, com seus limites e seu potencial, essas Romarias têm sido, em muitas regiões, um dos momentos mais marcantes e criativos de reforço à mística que a própria Pastoral da Terra já é. Em outras regiões, sua celebração em *santuários populares* tem sido fonte de renascimento para muitos romeiros e romeiras, bem como enriquecimento da mística pastoral da terra por meio das riquezas religiosas e culturais na vida das comunidades rurais das diferentes regiões. (Entrevista concedida em 15/09/2002)

Em uma análise mais detalhada das palavras de Poletto é possível depreender a importância que a CPT dá aos símbolos que surgem como expressão da religiosidade popular; aos mártires na luta pela terra no processo histórico; às romarias que permitem a

criação de novos símbolos e à relação da fé com as águas dos rios. As romarias, ainda segundo Poletto, enriquecem a mística da Pastoral da Terra.

A valorização da mística nessa pastoral da Igreja Católica deu-se desde a sua gênese. Os símbolos surgiram paulatinamente e foram incorporados ao processo histórico da entidade, ora pelas lideranças, ora pelos trabalhadores rurais. Nas palavras do membro da coordenação da CPT nacional Roberto Malvezzi (Gogó):

É, vem desde o começo, a mística vem desde o começo. A simbologia ela foi sendo construída eu acho que no processo, eu não sei mas eu acho que o símbolo mais comum da CPT em todos os encontros que eu vejo por aí é uma cruz, é um pouco de terra e hoje a água junto, eu acho que isso é sempre, ou então uma fotografia de alguém que morreu, uma lembrança, um mártir, então essa memória dos mártires, o evangelho, a simbologia da cruz, da terra e da água são os nossos símbolos mais cotidianos que estão nas nossas celebrações, nas nossas místicas, enfim no andamento da vida da CPT. (Entrevista concedida em 08/01/2004)

Na compreensão das lideranças entrevistadas, nos documentos que tive acesso, constatei que a CPT já nasceu com a mística da cultura camponesa, ela é intrínseca à sua identidade, resulta desse modo de ser, dessa espiritualidade, do ethos do universo do povo camponês. Os símbolos foram incorporados paulatinamente em consonância com a cultura local no processo de estruturação da CPT no Brasil. Nessa ótica, a compreensão do assessor da CPT do Estado de São Paulo, o padre Severino Leite Diniz é relevante para a compreensão da incorporação da simbologia e da mística na entidade:

A CPT é de certa forma o resultado da mística e da espiritualidade do homem do campo, ela é o resultado disso, a CPT é fruto desse jeito de ser, de rezar e de contemplar Deus na terra e nas lutas camponesas, a Igreja olhou, viu, estudou que tinha um jeito diferente de celebrar, de compartilhar a vida, de louvar a Deus a partir da terra, e aí a CPT encontra na Bíblia esses textos, e a CPT é resultado disso, dessa relação bíblica, teológica que alguns teólogos e pastores e padres e bispos fizeram da leitura do homem da terra, do Deus da terra. [...] Os símbolos foram sendo incorporados, foram aos pouco surgindo, foi olhando que o homem do campo tinha alguns símbolos que era muito forte pra ele como o chapéu, a enxada, as coisas que diz respeito à vida dele no dia-a-dia e que isso encarna a mística do homem do campo que ele ao ver esses símbolos ele se sensibiliza e ele louva a Deus com mais força, então a CPT foi incorporando. (Entrevista concedida em 10/01/2004)

Na visão das lideranças da CPT, entre a pluralidade de símbolos utilizados por essa pastoral (as matas, as sementes, os alimentos produzidos pela terra, o pão, a bandeira em nível local, os cânticos, os instrumentos de trabalho como a enxada, o facão e a foice, a terra, a cruz, a água e a Bíblia), o mais significativo depois do ser humano, é a *terra*. Nas mais diferentes atividades organizadas ou apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra há a presença material ou imaginária dos símbolos, e com relevo, a terra.

A percepção dos agentes de pastoral é que a terra é mais do que terra, é pacha-mama⁶ (mãe-terra), fonte de vida. A terra é percebida como símbolo de relação com o elemento feminino e, respectivamente, possui profunda capacidade de maternidade. Souza (1988, p. 83) afirma que “a Pacha-mama é intuída como um grande seio materno fecundo, que abriga ao mesmo tempo todos os seres vivos e proporciona o sustento necessário para todos”.

A terra sendo compreendida dom de Deus, como mãe para servir a todos os seus filhos e filhas, assume aspecto de sacralidade, portanto, não pode ser privatizada, comercializada ou utilizada para outros fins que não geram vida. Caso essa situação

⁶ Sobre o conceito pacha-mama ver Souza & Caravias (1988).

ocorresse seria cometido pecado. Nessa perspectiva a CPT considera o latifúndio⁷ como pecado. O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra de abril de 2003 trouxe na capa a afirmação de Dom Pedro Casaldáliga “apoiamos a luta contra o latifúndio. Malditas sejam todas as cercas que impedem o homem de viver e amar”. Essa compreensão é fundamentada na Bíblia, principalmente nos livros do Antigo Testamento, são inúmeras as passagens bíblicas destacadas pelas lideranças da entidade onde os representantes de Deus na terra – os profetas – explicitam a relação de Deus com a terra e o seu povo⁸. Nessa perspectiva, é significativa a compreensão do bispo auxiliar de Curitiba e vice-presidente da CPT, Dom Ladislau Biernaski:

A terra é um Dom de Deus para todos os seus filhos e filhas. Por isso, quando ela é negada sob qualquer forma de posse absoluta e arbitrária exclusivamente para vantagem própria, comete-se um grande pecado contra a vontade de Deus. A Bíblia, pela boca dos profetas, condena as injustiças praticadas por aqueles que proíbem aos pobres e camponeses o acesso à terra, escravizando-os e impondo-lhes miséria, violência e injustiça. (Boletim da CPT. Mar./Abr./Mai./99. p. 12.)

Além da terra, a utilização e a percepção da água⁹ como símbolo da vida foi se ampliando e se fortalecendo a partir do final da década de 1990, embora a mesma já fosse utilizada nos eventos, nas romarias, nas celebrações, na mística, anterior a esse período. Desta maneira, os esclarecimentos do bispo da CPT de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, são relevantes quando ele afirma:

Não éramos tão simplistas, como se tem dito. Nunca pedimos só terra. A prova disso, é a própria primeira carta pastoral. Contestávamos a marginalização social, problemas de saúde, educação, comunicação, assistência técnica. Tanto o CIMI como a CPT, praticamente nunca tiveram que modificar as suas diretrizes fundamentais. É lógico que matizamos, sublinhamos aspectos novos, mas aquela intuição primeira foi lúcida e válida por um longo futuro. (Boletim da CPT. Ago./Set. 95. p. 4).

Na literatura produzida pela CPT, na segunda metade da década de 1990, percebe-se a ênfase na água, a sua intensa utilização e importância nas romarias, a começar pelo nome escolhido das romarias: romaria da terra e das águas¹⁰. Também houve e há as denúncias feitas pela CPT referentes ao desperdício, sua má utilização, contaminação, privatização e mercantilização.

A matéria produzida pelo agente de pastoral da CPT Juazeiro-Bahia, Maria Salete Pereira, atesta a relevância ao uso social que a entidade passou a conferir à água:

Até 2004 nenhuma família sem água.

A campanha **Até 2004 nenhuma família sem água – adote uma cisterna**, lançada no dia 14 de novembro, é uma iniciativa da Diocese de Juazeiro (BA). Mas outras dioceses da Bahia e de todo o nordeste, a partir de experiências realizadas em Juazeiro estão também investindo na proposta

⁷ Há uma ampla bibliografia referente à categoria latifúndio. Para a compreensão da concepção de latifúndio na CPT ver a obra de Stedile (2000).

⁸ Nesse plano conferir o importante trabalho teórico e empírico de autoria de Roy H. May (1986).

⁹ Sobre a concepção da água como símbolo da vida e os projetos da CPT para a região do semi-árido brasileiro, entre outras regiões do país, há um livro acompanhado de um CD intitulado, *Água de Chuva: O Segredo do Semi-Árido Brasileiro*. São Paulo: Paulinas, 2001. Um outro livro bastante significativo foi organizado pelo padre José Oscar Beozzo, intitulado *Curso de Verão – Ano XVII: Água é Vida, Dom de Deus e Responsabilidade Humana*. (São Paulo: CESEP, Paulus, 2003).

¹⁰ A 7ª. Romaria da Terra e das Águas foi organizada pela CPT da Grande São Paulo e realizada no dia 27/07/2003 no município de Rosana, no Pontal do Paranapanema-SP, onde se enfatizou “terra, água e pão”.

e têm seus projetos de captação da água da chuva. (Boletim da CPT. Ago./Set./Out./ 99. p. 11).

A incorporação definitiva da água como símbolo da vida pela CPT estimulou a sua respectiva utilização na mística. Em outras palavras, ampliou e fortaleceu a espiritualidade ecológica dos seus membros e permitiu a ampliação do seu leque de reivindicações perante os órgãos governamentais e perante organismos da sociedade civil, a favor dos homens e das mulheres pobres da terra.

Nas pesquisas de campo participei de vários eventos e atividades: encontros das lideranças do MST com a presença da CPT do Estado de São Paulo; encontro das lideranças do MST no Vale do Paraíba; assembléia Estadual da CPT na cidade de Lins; missa nos assentamentos no município de Promissão-SP; missa na cidade de Rosana-SP com a presença de três padres e do bispo responsável pela CPT no Estado de São Paulo, Dom Maurício Grotto de Camargo; Romaria da terra e das águas no município de Rosana-SP; curso de verão na PUC-São Paulo que teve como tema “água é vida: dom de Deus e responsabilidade humana”. Nesses eventos pude observar e analisar como se dá a utilização dos símbolos e da mística na CPT, e em um espectro mais amplo na Igreja Católica.

Na pesquisa empírica pude compreender como se dá o processo da mística na entidade e também no MST. É importante destacar que além dos símbolos, o preparo, o rito, a participação dos fiéis e os desdobramentos da mística varia de região para região. Há, entretanto, elementos comuns como: a leitura da Bíblia, o uso de produtos da terra e os cânticos de libertação.

Os símbolos utilizados são os já sublinhados anteriormente, esses são recolhidos no meio rural e/ou trazidos pelas lideranças ou por pessoas escolhidas por essas. Normalmente são organizados no chão ou sobre um altar improvisado. O ritual da mística coletiva pode acontecer na abertura, durante ou no final do evento ou atividade.

Em âmbito geral acontece a leitura da Bíblia iluminada por uma vela, onde se faz analogia do texto com a realidade dos trabalhadores. Os cânticos falam da “realidade” da América Latina, do cotidiano dos povos da terra, da fauna e da flora, das águas, dos direitos, da “terra prometida” por Javé ao seu povo.

A cruz está presente sob diversas formas: em desenhos, confeccionada em madeira, com um desenho do trabalhador sobre a mesma, utiliza-se terra umedecida com água para fazer o sinal da cruz na testa de todos os presentes, assim ratifica-se a aliança de Deus com os seus filhos na conquista da terra.

Há frases e poesias recitadas que fazem alusão aos mártires dos conflitos de terras, com destaque para o padre Josimo¹¹. Fotografias e certidão de óbito destes são expostas. A leitura de textos valoriza os mitos, os líderes e o seu povo que lutaram contra os poderosos (elite). Na História do Brasil e da América Latina temos: Antônio Conselheiro, Zumbi de Palmares, Sepé Tiarajú (líder guarani assassinado por uma aliança hispano-portuguesa em 1756), Che Guevara e Fidel Castro, entre outros.

Entendem as lideranças que a prática da mística tem um papel fundamental, em termos individuais e coletivos, nas lutas de massa, nas comemorações e celebrações, nas alegrias, nas derrotas e nas vitórias. Tem o papel de animar, de revigorar para novas e maiores lutas. De uni-los e fortalecê-los. Tem ainda, o papel de dar consistência ideológica no cotidiano e nos eventos.

O entendimento dos agentes de pastoral é que com a mística os trabalhadores se sentem mais encorajados a continuarem a luta pela terra, pela água e pelos direitos, por

¹¹ O padre Josimo Moraes Tavares, coordenador Diocesano da CPT de São Sebastião do Tocantins foi assassinado no dia dez de maio de 1986 com um tiro nas costas. Ele recebia várias ameaças de morte por parte dos jagunços a mando dos grileiros e latifundiários. Considerado um ícone entre os mártires nos conflitos na questão agrária, para entender a sua história ver o livro coordenado por Dermi Azevedo intitulado *Pe. Josimo: A Velha Violência da Nova República*. (São Paulo: Ícone, 1986).

justiça social. A percepção de que são filhos de Deus é ressaltada, o que lhes possibilita ver o outro como irmão.

Para a coordenadora da CPT do Estado de São Paulo (na década de 90) Maria de Lourdes Pereira, a Lurdinha, “a mística e a espiritualidade, são elas que sustentam a nossa fé, nos anima na caminhada trazendo para a oração os símbolos da nossa realidade, que nos faz mais irmãos, mais fraternidade, solidariedade, nos faz comprometidos ainda mais uns com os outros no dia-a-dia”. (Entrevista concedida em 16/01/2004)

Assim como nas romarias da terra, na mística a fé e a política estão imbricadas, a conquista da terra e a utopia do reino (de Deus) estão alicerçadas no religioso, na espiritualidade.

No percurso dessa pesquisa pude observar e constatar que, mesmo a mística sendo motivacional para a CPT alcançar ou continuar lutando por seus objetivos, seu uso está em declínio. Nos acampamentos, assentamentos, encontros, cursos, assembléias estaduais, há um relativo desânimo na organização e na participação dos trabalhadores. Isto se dá pelo descompasso que explicitarei anteriormente e por outros fatores como a diminuição e /ou a perda da fé como analisarei posteriormente.

A partir de meados da década de 1990 a respectiva utilização e eficácia da mística entraram em declínio, e esse fato é reconhecido por lideranças de visibilidade da CPT. Nas suas análises, a explicação para tal fenômeno gravita em torno da globalização, do neoliberalismo, de um mundo massificado com um individualismo e um imediatismo exacerbados, e a procura da parte das pessoas carentes e marginalizadas por soluções fáceis para os seus problemas. Nessa perspectiva Dom Mauricio Grotto de Camargo afirma:

[...] nós estamos dentro de um mundo globalizado, massificado, o individualismo é muito grande, o relativismo, a fragmentação também está sendo uma das características desse mundo pós-moderno, globalizado, então eu diria que não é só a utilização da mística que está em declínio não, o próprio movimento popular está sentindo dificuldade hoje de mobilizar as pessoas mais necessitadas, marginalizadas, carentes [...] justamente por causa da sedução muito forte, a possibilidade de você resolver o seu problema individualmente [...] por exemplo, o caminho das drogas, o caminho do tráfico de drogas [...] então tem tantas seduções, cada um tentando ganhar na loteria, numa ou outra loteria. [...] a mística não está ocupando o primeiro lugar não, infelizmente não [...] hoje o que está ocupando o primeiro lugar é uma certa pressa, um certo imediatismo de tentar conquistar logo os ideais de reforma agrária, de reforma agrícola, de posse de terra, o imediatismo de conseguir logo um assentamento e resolver logo um problema, digamos imediato, da fome, do trabalho, do sustento etc. Então, eu dou nesse caso, eu dou o braço a torcer, nós estamos, a CPT está carente sim de promover, de promover mais o aspecto místico no seu trabalho. (Entrevista concedida em 26/07/2003).

Além dos aspectos acima destacados pelo bispo, entendo também que há um elemento de fundo que é a fé. Os trabalhadores onde pesquisei estão perdendo a fé, paulatinamente, no “Deus dos pobres”. Parte deles estão migrando para outras religiões, para um segmento religioso onde predomina a “Teologia da Prosperidade”¹². Migram para outros deuses como o mercado e o individualismo, como afirmou o bispo Dom Mauricio Grotto de Camargo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados preliminares do Censo 2000, coletados em 0,24% dos domicílios do país (108.989 moradias). No quesito

¹² “Uma característica da atuação de igrejas neopentecostais, mais jovens dentro da tradição religiosa, é a chamada ‘teologia da prosperidade’, que vincula a benção divina ao sucesso material. Dentro dessa visão, o bem-sucedido é o abençoado por Deus. (...) É o desafio do neoliberalismo consumir. Igrejas evangélicas têm sucumbido a isso.” (Jornal Folha de S. Paulo, 14/12/2003, p. C8).

religião, o catolicismo está em baixa. No censo de 1991, os católicos representavam 85,7% da população brasileira. O índice decresceu em 11,9%. Agora, são 73,8%. Ainda são maioria: 125 milhões de brasileiros. Os evangélicos tiveram um aumento de 70,7%. Representavam 9,05% da população em 1991. Subiram para 15, 45%. Em números absolutos, duplicaram de 13 milhões de fiéis para 26 milhões. Nessa direção, é relevante a afirmação do bispo católico Dom Pedro Luiz Stringhini “fizemos a opção pelos pobres, e eles fizeram a opção pelos pentecostais” (...) O bispo pondera que, talvez, a igreja tenha sido muito politizada e sofisticada. ‘O povo não entendia expressões como ‘compromisso social da fé’, ‘engajamento pastoral’. As pessoas não gostaram de nosso jeito”. (Jornal Folha de São Paulo, 14/12/2003, p. C8). Diante desse quadro, com a difícil equação de relacionar fé e política, a CPT está perdendo a característica de pastoral e da mística cristã. A compreensão de Ivo Poletto é muito significativa nessa questão:

Mesmo continuando como uma força mística, motivacional, enriquecida por reflexões bíblicas e teológicas, a Pastoral da Terra pode ter perdido um bocado dessa sua característica, passando a ser, algumas vezes, uma mediação mais burocrática, mais parecida com uma ONG do que com uma mística cristã. Em que me firmo para dizer isso? Num elemento aparentemente simples, mas que tem muito a ver com a profundidade do simbólico: em comparação com outros períodos, muito raramente ou quase nunca os trabalhadores e posseiros mobilizados pela CPT produziram poemas e músicas, cantigas que expressam o sentido de suas práticas. Houve tempos em que foi muito rica a criatividade artística, musical, com temas e ritmos que pareciam salmos, na maior parte das vezes. É provável que as Romarias sejam as práticas que mais continuam a provocar esse tipo de criatividade. (Entrevista concedida em 15/09/2002).

A análise de Poletto é bastante fecunda no que tange à mística e à produção cultural e artística dos trabalhadores (mesmo com as limitações e o descompasso já explicitado). Realmente as romarias são significativas, elas contribuem para esse processo de criatividade, de diversidade e também para a prática da fé e da espiritualidade desses sujeitos extremamente carentes, com históricos de vida tão diferenciados e que ainda no seu imaginário vêem a religião como uma opção, uma alternativa para uma vida melhor aqui na terra e além desta, no Paraíso. Como afirma Rubem Alves (1999: 31) “não, não estou dizendo que a religião é apenas imaginação, apenas fantasia. Estou sugerindo que ela tem o poder, o amor e a dignidade do imaginário”.

Os anos da década de 1990 foram marcados pelo processo da globalização, a implementação do neoliberalismo e a valorização do individualismo-egocentrista. No aspecto religioso, o catolicismo perdeu fiéis, houve o crescimento de novas religiões, de seitas com características que valorizam o espiritualismo e não a espiritualidade.

No que tange aos agentes de pastoral da CPT, esses, além de reduzidos em quantidade, apresentavam e ainda apresentam dificuldades de compreensão da realidade social, cultural e religiosa dos trabalhadores rurais. É nesse contexto que é necessário compreender os limites e potencialidades da mística na luta pela terra e na terra.

Entendida como um mistério por seus integrantes, a prática da mística com os seus respectivos símbolos na CPT tem o papel de os animar, de os fortalecer na luta para atingir os seus objetivos. Mas o uso da mesma entrou em declínio, limitando os avanços nas lutas. Isso se refletiu e se reflete na sua atuação nas ocupações de terra, nos trabalhos desenvolvidos nos acampamentos e assentamentos.

Por outro lado, nesse contexto de crise foi possível à CPT sublinhar o aspecto da água e dos direitos, ampliando assim o seu leque de reivindicações, abrangendo com vigor a questão ecológica. A natureza, a água, a fauna e a flora passam a ter (segundo a entidade) um caráter sagrado, assim qualquer tipo de agressão ou mau uso, concentração ou privatização daquela, é vista como pecado, e com a sua natureza profética cabe à ela, inspirada nos profetas do Antigo Testamento, denunciar às autoridades nacionais e, se julgar procedente, denunciar às autoridades internacionais.

As considerações aqui apresentadas sobre a mística e os símbolos da CPT na luta pela terra não devem ser consideradas definitivas, pela própria natureza da temática e do objeto de estudo. Outras análises estão sendo feitas e elas deverão ser completadas com estudos de outros pesquisadores, o que certamente virá contribuir para uma compreensão mais profunda e rigorosa desse universo simbólico dessa entidade eminentemente pastoral e profética.

Bibliografia

- ALVES, Rubem. O que é Religião? São Paulo: Loyola, 1999.
- BASSANI, Paulo. Núcleo de Assalariados Rurais Temporários: Lugar de Resistência e de Descoberta. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1999.
- BAUMAN, Zigmunt. Modernidade Liqüida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEOZZO, José Oscar; REBOUÇAS, Aldo Cunha, et al. Água é Vida: Dom de Deus e Responsabilidade Humana. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOGO, Ademar. Sem Terra. As Músicas do MST. São Paulo: MST, 1996.
- _____. A vez dos valores. Caderno de Formação nº. 26. São Paulo, MST, 1998.
- _____. O Vigor da Mística. Caderno de Cultura nº. 2 MST. São Paulo: MST, 2002.
- CNBB – Setor Pastoral Social. As Pastorais Sociais na Virada do Milênio. São Paulo: Loyola, 1999.
- ELIADE, Mircea. Tratado de História das Religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOFF, Leonardo. Introdução. In: MESTRE ECKHART, Johannes. O Livro da Divina Consolação e Outros Textos Seletos. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. Os Sacramentos da Vida e a Vida dos Sacramentos, Ensaio de Teologia Narrativa. Petrópolis, Vozes, 2003.
- _____. BETTO, Frei; BOGO, Ademar. Valores de Uma Prática Militante. Caderno nº. 9. São Paulo: Consulta Popular, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DALLAGNOL, Wilson. As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul – Um Povo a Caminho da “Terra Prometida”. Porto Alegre: CPT, 2001.
- DERMI, Azevedo (coordenador). Pe. Josimo: A Velha Violência da Nova República. São Paulo: Ícone, 1986.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GIRARD, Marc. Os Símbolos na Bíblia. São Paulo: Paulus, 1997.
- GODELIER, Maurice. O Enigma do Dom. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- MALVEZZI, Roberto. Fazer Água. In: CPT Água de Chuva – O Segredo da Convivência com o Semi – Árido Brasileiro, São Paulo, Paulinas, 2001.
- MAY, Roy H. Los Pobres de la Tierra: Hacia una Pastoral de la Tierra. San José: DEI, 1986.
- PAIVA, Vanilda. Igreja e Questão Agrária. São Paulo: Loyola, 1985.
- SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. Teologia da Terra, Desafios da Vida na Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1988.
- STEDILE, João Pedro. Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997.
- _____. Latifúndio: O Pecado Agrário Brasileiro. São Paulo: MST, 2000.
- VALIM, Ana. Migrações: Da Perda da Terra à Exclusão Social. São Paulo: Atual, 1996.

Periódicos

DAL CORSO, Marco. Igreja da Denúncia e Silêncio dos Fiéis – História da Igreja do Acre Vista Pelos Lavradores (1970-1990). In: Revista Eclesiástica Brasileira n.º. 56. Petrópolis: ITF – Instituto Teológico Franciscano, março de 1996.

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. Edição Especial – N.º. 8 – abril de 2003.

Jornal Folha de São Paulo, 14/12/2003.

Boletins da CPT

Boletim ago/set. 95.

Boletim n.º 155, mar./abr./mai./ 99

Boletim, n.º 156, ago./set./out./99.

Entrevistas

Padre Antônio Ferreira Naves, assessor da CPT do estado de São Paulo. Entrevista concedida ao autor em 12/07/2003.

Ivo Poletto, ex-padre, foi um dos fundadores da CPT e primeiro secretário da entidade. Entrevista concedida ao autor em 15/09/2002.

Marco Dal Corso, professor universitário e pesquisador da Igreja e a questão agrária no Brasil. Entrevista concedida ao autor em 31/07/2003.

Roberto Malvezzi (Gogó), membro da equipe de coordenação da CPT nacional. Entrevista concedida em 08/01/2004.

Padre Severino Leite Diniz, assessor e membro da equipe de coordenação da CPT do estado de São Paulo. Entrevista concedida ao autor em 10/01/2004.

Maria de Lourdes Pereira (Lurdinha), ex-membro da equipe de coordenação da CPT de Promissão-SP e da equipe ampliada.. Entrevista concedida ao autor em 16/01/2004.

Dom Mauricio Grotto de Camargo, bispo coadjutor de Assis e responsável pela CPT do estado de São Paulo. Entrevista concedida ao autor em 26/07/2003.

A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx

Beatriz Maria Soares Pontes

Doutora em Geografia Humana pela USP (1983)

Professora doutora do Departamento de Geografia da UFRN

Endereço profissional: Base de Pesquisa Espaço e Poder, sala 404, *campus* universitário, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Lagoa Nova, 59075-970, Caixa-Postal: 1528 – Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Telefone: (084) 215-3574; Fax: (084) 215-3569

Endereço eletrônico: beatrizmariosoares@ig.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir o pensamento de Chayanov e de Marx a respeito da unidade econômica camponesa. Para Chayanov, o trabalho do camponês tem como fim a satisfação de suas necessidades. Deste modo, a lógica da análise marginalista é inaplicável, já que, para o camponês, a noção de utilidade marginal decrescente do trabalho se defronta com a noção de satisfação de suas necessidades. Tanto para Chayanov quanto para Marx é possível se falar de um modo de produção camponês ou de uma economia camponesa, quando o campesinato se apropria, na íntegra, do produto da terra em que trabalha. Marx e Chayanov explicam o problema da falta de acumulação de capital a partir de mecanismos específicos no funcionamento da economia camponesa. Este artigo aborda, ainda, a emergência dos fundamentos teóricos da organização da unidade econômica camponesa e as críticas a Chayanov e à “Escola de Organização e Produção” na Rússia.

Palavras-chave: camponês, unidade econômica camponesa, Escola de Organização e Produção, ótica marxista, ótica de Chayanov.

Resumen

Organización de la unidad económica campesina: algúns aspectos do pensamento de Chayanov y de Marx

Este trabajo tiene por objetivo discutir el pensamiento de Chayanov y de Marx con respecto a la unidad económica campesina. Para Chayanov, el trabajo del campesino tiene la finalidad de satisfacer sus necesidades. De este modo, la lógica del análisis marginalista es inaplicable, ya que para el campesino, la noción de utilidad marginal decreciente del trabajo se confronta con la noción de satisfacción de sus necesidades. Tanto para Chayanov como para Marx es posible hablar de un modo de producción o de una economía campesina, cuando el campesinado se apropia integralmente del producto de la tierra en la que trabaja. Marx y Chayanov explican el problema de la falta de acumulación de capital a partir de mecanismos específicos en el funcionamiento de la economía campesina. Este artículo aborda, aún, la emergencia de los fundamentos teóricos de la organización de una unidad económica campesina y las críticas a Chayanov y a la “Escuela de Organización y Producción” en Rusia.

Palabras clave: campesino, unidad económica campesina, Escuela de Organización y Producción, óptica marxista, óptica de Chayanov.

Abstract

Organization of the peasant economic unity: some aspects about Chayanov and Marx thought

This piece of work aims at discussing Chayanov's and Marx's thoughts on the peasant economic unit. For Chayanov, the peasant's work has as its goal the satisfaction of his needs. Hence, the logic of the marginal analysis is inapplicable, once that, for the peasant worker, the notion of the decreasing marginal utility of work faces the notion of satisfaction of his needs. To Both Chayanov and Marx, it is possible to speak about a peasant mode of production or about a peasant economy, when the peasantry takes possession, on the whole, of the produce of the land on which he works. Marx and Chayanov explain the problem of the lack of accumulation of capital, starting from specific mechanisms in the functioning of the peasant economy. This article approaches, also, the emergence of the theoretical fundamentals of the organization of the peasant economic unit and the critiques to Chayanov and to the "School of Organization and Production" in Russia.

Key-words: peasant, peasant economic unit, School of Organization and Production, marxist viewpoint, Chayanov's viewpoint.

A discussão das idéias

A economia camponesa é um fenômeno em si mesmo, e para ser analisada falta um conjunto de conceitos específicos. Chayanov não é um formalista, preocupado em encontrar as leis de uma ciência geral, mas, considera que cada modo de produção necessita de teorias regionais diferentes. Numa economia capitalista, a força de trabalho pode ser definida, objetivamente, sob a forma do capital variável e suas combinações com o capital constante são determinadas pela obtenção de uma taxa normal de lucros, existente na sociedade. Chayanov diz que o trabalho da família é a única condição possível para a obtenção de recursos para um camponês ou um artesão, porque não existe o fenômeno social dos salários e, por este motivo, também está ausente o cálculo capitalista do lucro. O problema seria determinar que mecanismos estão atrás do trabalho familiar de uma unidade de produção fundamentalmente doméstica.

De um lado da equação está a relação existente, no seio da família, entre os que trabalham e os que não trabalham. A combinação entre esses recursos e os meios de produção, terra e ferramentas de trabalho é mediada por uma dimensão "subjetiva", própria deste tipo de economia: a intensidade do trabalho e, em outras palavras, o grau de autoexploração da força de trabalho da família. Para Chayanov, o trabalho do camponês tem, como fim, a satisfação de suas necessidades. Deste modo, a lógica da análise marginalista é inaplicável, já que para o camponês a noção de utilidade marginal decrescente do trabalho se defronta com a noção de satisfação de suas necessidades. O núcleo de sua teoria passa a ser o balanço existente entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho. É importante, portanto, determinar empiricamente o ponto no qual o camponês deixa de trabalhar, em que ir mais além significa um grau de exploração da sua força de trabalho que só lhe permite a satisfação de necessidades que são culturalmente definidas como marginais. O principal objetivo das operações e transações econômicas do camponês é a subsistência e não a obtenção de uma taxa normal de lucro. É a partir deste tipo de raciocínio que Chayanov interpreta teoricamente, por exemplo, um achado empírico inexplicável na história agrária russa: o fato de que a cada baixa de preços se seguia um aumento da produção. Este tipo de resposta dos camponeses era, por assim dizer, tipicamente não capitalista. O que se supõe que faça uma empresa quando há uma queda dos preços é reduzir a produção. A viabilidade estrutural

deste comportamento camponês era dada pelas grandes crises que assolavam, periodicamente, a economia russa.

Esta colocação não está muito distante da análise que Marx faz do campesinato, no “Capital”. Tanto para Chayanov quanto para Marx é possível se falar Um sistema de exploração que inclui camponeses que pagam a renda do proprietário de terras é algo que pode ser “feudal” ou “capitalista”, mas não estritamente camponês. Marx e Chayanov vão explicar o problema da falta de acumulação de capital a partir de mecanismos específicos no funcionamento da economia camponesa.

Já vimos que para Chayanov o limite da reprodução camponesa é a provisão de um fundo de subsistência definido culturalmente. Marx dirá:

O limite da exploração para o camponês não é o lucro médio do capital, quando se trata de um pequeno capitalista, nem tampouco a necessidade de renda, quando se trata de um proprietário de terra. O limite absoluto com o qual tropeça como pequeno capitalista não é senão o salário que a si próprio se abona, depois de deduzir o que constitui o custo de produção. Enquanto o preço do produto cobri-lo, cultivará suas terras, reduzindo, não poucas vezes, o seu salário até o limite estritamente físico. (MARX, 1956, p. 682)

A analogia de Marx entre salário e força de trabalho camponesa não era do agrado de Chayanov. Sem dúvida, o principal ponto desta citação se relaciona com o fato de que o camponês não maximiza nem lucro, nem renda. Outra consequência importante, na análise de Marx, é que a lei do valor não se cumpre para a produção camponesa: as transações do pequeno produtor não são guiadas por um preço de mercado que iguale o valor, ou, ao menos, o preço de produção. Assim sendo, sempre uma parte do trabalho excedente é contida gratuitamente à sociedade. Para o camponês isto não é importante, não é um obstáculo para continuar a produzir, porque não tem consciência disto. Seu trabalho não aparece como um custo “objetivo” e, enquanto obtiver a sua subsistência, prosseguirá à frente da sua exploração.

Para Marx, a economia camponesa, por definição, é uma economia mercantil: o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadorias, ou seja, M (mercadorias) – D (dinheiro) – M (mercadorias), tem como fim a satisfação de necessidades. Utilizando palavras do próprio Marx,

a repetição ou renovação do ato de vender para comprar tem sua pauta e sua meta, como o próprio processo, num fim último exterior a ele: no consumo, na satisfação de determinadas necessidades... A circulação simples de mercadorias – o processo de vender para comprar – serve de meio para a consecução de um fim último situado fora da circulação: a assimilação de valores de uso. (MARX, 1956, pp. 124-125)

Esta operação é possível porque o camponês não aparece no mercado como possuidor de dinheiro, mas como vendedor de mercadorias produzidas por ele mesmo. Dito de outra forma, é um produtor que combina os meios de produção com seu próprio trabalho, ou seja, está apto a controlar as condições técnicas de produção. Na circulação simples, o fato de M não ser igual a M é algo fortuito; o fundamental é que ambos os termos sejam equivalentes, já que esta é a condição fundamental para o desenvolvimento normal do referido processo de intercâmbio.

A contribuição de Chayanov, no âmbito desta questão, é a idéia de que o camponês avalie subjetivamente o grau de intensidade de seu trabalho, a partir da quantidade de bens no qual este se traduz. Para Marx o limite era o salário, para Chayanov é a superexploração da força de trabalho. Marx opera do ponto de vista do sistema econômico e Chayanov a partir de uma perspectiva micro. Para Marx, o fundamental são as transações entre o campesinato como classe e o sistema econômico global; Chayanov estabelece, por seu turno, um corte entre este nível e a dotação de recursos no âmbito das explorações

camponesas. Em outras palavras, o principal interesse do economista russo são os mecanismos a partir dos quais um dado ator toma decisões no sistema de produção, ainda que não tenha plena consciência disto.

Se contrapusermos com particular insistência a unidade de exploração familiar à capitalista, o faremos ao nível da organização e da produção: a exploração doméstica em contraste com a exploração baseada no trabalho assalariado, diz Chayanov (1966, p. 225).

Outro ponto em comum é o problema da formação de renda no seio da economia camponesa. Marx argumenta que nos sistemas econômicos dominados por pequenos produtores domésticos “não existe renda absoluta, razão pela qual a pior terra não dá nenhuma renda, pois a renda absoluta pressupõe ou um remanescente realizado do produto sobre seu preço de produção ou um preço de monopólio que exceda o valor do produto” (MARX, 1956, p. 681). Marx partia do pressuposto de que os camponeses, ao cederem parte de seu trabalho excedente à sociedade, permitiam que o preço comercial regulador só em circunstâncias excepcionais atingisse tal valor. Chayanov, por sua vez, se pergunta se a renda é um fenômeno geral e responde:

De acordo com a definição acadêmica usual, renda é a parte que o empresário paga ao proprietário de terras, pelo uso da mesma. Portanto, temos diante de nós um fenômeno real, econômico e social, que surge sobre a base da produção agrícola e é controlado por essas relações. As únicas realidades econômicas gerais no sistema de exploração familiar são: 1) o montante bruto da exploração; 2) somas extraídas deste montante para investir em renovação de capital; 3) o orçamento pessoal da família e 4) as poupanças não investidas na própria exploração (CHAYANOV, 1966, pp. 227-228).

Um dos pontos polêmicos entre o enfoque desenvolvido por Chayanov e a tradição marxista é o que se denominou de teoria da diferenciação demográfica do campesinato versus a teoria da diferenciação social.

Como é sabido, em sua análise das classes sociais no campo, Lênin classifica os camponeses em ricos, de médias posses e pobres, utilizando como critério principal a compra ou venda da força de trabalho. Um camponês rico compra força de trabalho adicional; um de médias posses se baseia na sua e na de sua família, e um pobre é obrigado a vender durante uma parte do ano a sua força de trabalho para poder subsistir (LÊNIN, 1960). No enfoque de Chayanov, o fundamental é o tamanho da família. Obviamente, o tamanho de uma família depende de seu ciclo de desenvolvimento: desde a sua constituição até a morte do chefe de família se atravessam vários períodos. Seu principal argumento é que são as variações na força de trabalho disponível em cada grupo doméstico, as que determinarão o acesso à terra. Portanto, o ciclo de diferenciação familiar explica porque diferentes grupos de camponeses apareçam como possuidores de parcelas de diferentes tamanhos. A correlação entre estas duas variáveis no texto de Chayanov é bastante significativa. Sem dúvida, falta a correlação entre o tamanho das parcelas e a força de trabalho extra familiar. Mesmo assim, nas diferentes análises de Lênin não há um exame cuidadoso da influência do tamanho da família.

Os que se contrapõem a essas duas teorias – especialmente Kerblay (1971) – não vêem que ambas se reportam a diferentes aspectos de uma realidade complexa. O mecanismo enunciado por Chayanov era dominante no campo russo, mas a tendência esboçada por Lênin tinha muito mais sentido nas áreas onde os mecanismos de mercado tornavam débil e inoperante o controle comunal sobre a terra.

É possível imaginar que Lênin não considerou inconveniente aceitar a teoria da diferenciação demográfica para o que chamava camponeses de médias posses que eram, justamente, a maior preocupação de Chayanov. Lendo Chayanov fica claro que a economia camponesa, enquanto economia doméstica, devia resolver o problema da inelasticidade da força de trabalho familiar, segundo variações das diferentes tarefas culturais da exploração. Os mecanismos estudados por Chayanov foram basicamente dois: o aluguel da força de

trabalho em épocas nas quais esta não era suficiente – durante a colheita, por exemplo – e a venda da força de trabalho durante o inverno ou a sua utilização na produção artesanal.

Um aspecto polêmico na obra de Chayanov é, a partir da perspectiva marxista, o efeito da renda diferencial como um mecanismo de desigualdade social entre os produtores camponeses. Chayanov escreve:

Sem dúvida, os fatores usuais tais como melhores solos e melhor situação em relação aos mercados, seguramente existem para unidades de produção mercantis baseadas na força de trabalho da família. Eles devem ter a finalidade de aumentar os outputs e o montante de retorno para cada unidade de trabalho, mas o camponês produtor, ao notar o incremento da produtividade de seu trabalho, introduzirá um balanço entre os fatores econômicos internos de sua granja com menor autoexploração de sua força de trabalho. Satisfaz as demandas de sua família de maneira mais completa com menor desgaste de trabalho, e assim decresce a intensidade técnica de sua atividade econômica como um todo (CHAYANOV, 1966, p. 8)

Marx, ao contrário, afirma:

Qualquer que seja o modo como se haja regulado aqui, o preço médio do mercado dos produtos agrícolas, é inquestionável que nestas condições (predomínio de pequenos produtores) deverá existir, como sob o regime capitalista de produção, a renda diferencial, ou seja, um remanescente do preço das mercadorias nas terras melhores e melhor situadas. Esta renda diferencial existe, mesmo quando tal forma se apresenta em situações sociais em que não se tenha desenvolvido ainda um preço geral de mercado, e neste caso se manifesta sob a forma do remanescente do produto sobrando. A diferença reside em que, neste contexto, vai parar no bolso do camponês, cujo trabalho se realiza em condições naturais mais favoráveis (MARX, 1956, p. 681).

É neste ponto que as diferenças entre ambas posições surgem mais claramente: para Chayanov, o camponês não tende a ultrapassar um limite fixado por certas necessidades e do qual depende o grau de exploração de sua força de trabalho; se há um excedente, o equilíbrio se restabelece mediante uma redução, no ano seguinte, do desgaste de energia. Para Marx, quanto mais o camponês estiver imerso nas relações de mercado, novas necessidades serão criadas continuamente e todo o excedente em forma de dinheiro poderá ser utilizado de várias formas. Para Chayanov, o camponês é um “conservador” e para Marx um “jogador oportunista”. Para Chayanov, a economia camponesa é um modo de produção no mesmo nível que os modos de produção escravista ou capitalista; para Marx, a produção mercantil simples nunca chega a constituir-se num modo de produção dominante e como tal pode estar presente e desenvolver-se sob diferentes modos de produção.

O ponto principal das reflexões de Chayanov recai sobre as condições que afetam o desenvolvimento do ciclo familiar e, como decorrência, o sistema de herança e o tipo de propriedade. Chayanov reconhece que para que haja adequada associação entre o tamanho da família e o tamanho da exploração, a parcela do pai deve poder ser dividida e herdada por seus filhos. Se a parcela não puder ser dividida, a pressão do desenvolvimento biológico da família, certamente, não poderá influir sobre a quantidade de terra disponível (CHAYANOV, 1966, p. 68). Por outro lado, o regime de propriedade predominante na Rússia, à época em que Chayanov escreveu, não era a propriedade privada. Cada família camponesa, de acordo com o tamanho e a relação existente entre os membros em condições ou não de trabalhar, recebia da comuna uma determinada quantidade de hectares para seu uso. A divisão de uma família, ao separar-se algum filho para formar sua própria família, não alterava todo o ciclo, pois o referido se apresentava ante a comuna e solicitava seu pedaço de terra.

Sua teoria do balanço entre trabalho e consumo depende, além dos aspectos especificamente demográficos, de outros numerosos fatores. Especialmente porque o ponto de partida é de uma economia camponesa basicamente mercantil. Na tradição do pensamento marxista, a influência do sistema econômico global aparece como mais relevante para explicar as forças que se opõem à reprodução de toda economia mercantil simples. A abertura do seu modelo a outros fatores aproximaria, ainda mais, a sua análise da análise marxista. Mas, Chayanov, explicitamente, estabelece um limite ao seu trabalho quando diz:

Neste trabalho, no qual investigamos a organização interna da exploração camponesa, não podemos tratar das condições que determinam o nível de produtividade do trabalho, posto que não dependem tanto de fatores próprios da unidade de exploração, como de fatores econômicos gerais que afetam a própria existência da exploração. A fertilidade do solo, uma situação vantajosa da exploração em relação com o mercado, a situação do mercado, relações sociais de produção locais, formas organizativas do mercado local e o caráter da penetração do capitalismo comercial e financeiro: tais são os principais fatores que determinam a produtividade e a remuneração do trabalho camponês. Por sua natureza todos estes fatores permanecem fora do alcance de nossa investigação atual (CHAYANOV, 1966, p. 73).

A teoria de Marx se propõe a explicar porque o camponês cede parte de seu trabalho excedente à sociedade, sendo esta a causa de que não acumule capital. O camponês transfere seu trabalho excedente e, algumas vezes, parte do trabalho necessário à sua reprodução, porque não inclui seu trabalho como parte substancial dos custos de produção; daí a razão pela qual onde predomina a pequena propriedade, o preço comercial nunca chega a cobrir o valor dos produtos. Chayanov parte de outro pressuposto, mas chega à mesma conclusão: a falta de acumulação de capital. Para ele, o camponês deixa de trabalhar quando produz o suficiente para poder comprar o que necessita; por outro lado, este pressuposto está no modelo de Marx da circulação simples de mercadorias.

Assim, na comunidade de grupos de produção domésticos, quanto maior for a capacidade de trabalho de cada grupo, menos trabalharão seus membros, ou, dito de outra maneira, a intensidade do trabalho num sistema de produção doméstico varia de maneira inversa à capacidade de trabalho relativa de cada unidade de produção. Os problemas de baixa produtividade, subutilização de fatores de produção e crises periódicas presentes, de forma permanente, no âmbito das sociedades camponesas, podem ser explicados tomando-se ambas as perspectivas como complementares: a de Marx, a partir da transferência da mais-valia e a de Chayanov, a partir da ausência de estímulos para produzir um maior excedente.

A análise de Chayanov tem duas importantes conseqüências empíricas. A saber: sob que condições a nova tecnologia será aceita pelos produtores camponeses? A primeira hipótese que se depreende de sua teoria é a de que não somente é válido o argumento de que a tecnologia é boa, mas permite também um rápido aumento da produtividade do trabalho. Em todo caso, o camponês estará orientado para dois fins: mais recursos com menos trabalho, todavia, só se lograr manter uma quota de intensidade de trabalho que o permita utilizar a sua força de trabalho. Como Chayanov se encarregará de demonstrar mais adiante, este ponto de coincidência é, às vezes, muito difícil de se obter, pois, em geral, toda tecnologia nova está pensada como substitutiva da força de trabalho. Por último, e do ponto de vista do sistema econômico global, a transferência de capital do setor agrícola para o industrial só será possível se forem aumentados os preços dos insumos da economia camponesa e se diminuïrem os preços de seus produtos. Mas esta política tem também seus limites na intensidade da exploração da força de trabalho. Este tipo de raciocínio encontrou-se, de forma constante, na mente dos planejadores soviéticos quando se discutia o problema da acumulação primitiva do capital no regime socialista.

Marx, por outro lado, assim pensava as condições associadas empiricamente ao predomínio da economia camponesa: a população rural deve ser majoritariamente oprimida, o capitalismo existe, mas está pouco desenvolvido e onde existe está debilmente concentrado, uma parte predominante do produto deve ser consumida pelos produtores, de modo tal que o processo de circulação de mercadorias não seja muito amplo e exista uma escassa divisão do trabalho no âmbito social, sendo, por essa razão, a economia camponesa uma mescla de produção agrícola e artesanal (MARX, 1956, pp. 681-687). É fácil reconhecer nesta listagem algumas das principais características da Rússia da época de Chayanov.

A partir das idéias de Chayanov e de Marx, aqui discutidas sumariamente, poderíamos construir um contínuo de atores sociais na estrutura agrária. O modelo estaria constituído pela economia camponesa típica, na qual duas características devem estar presentes: uso da força de trabalho familiar e falta de acumulação de capital. Atores que apesar de usarem força de trabalho familiar, e que acumulam capital por uma maior produtividade de seu trabalho, estariam num outro nível do desenvolvimento de um capitalismo agrário.

Mais avançados seriam os produtores que combinam sua força de trabalho com força de trabalho alheia, e acumulam capital. Ambos os grupos estariam dentro do módulo do “farmer” norte-americano. O ponto de chegada seriam, portanto, as explorações capitalistas puras onde a força de trabalho é assalariada, sendo o principal objetivo a obtenção da taxa normal de lucro existente na sociedade.

A emergência dos fundamentos teóricos da organização da unidade econômica camponesa e as críticas a Chayanov e à escola de organização e produção

A corrente de pensamento econômico russo que foi denominada “Escola de Organização e Produção” e à qual pertencem A. N. Chelintsev, N. P. Makarov, A. A. Rybnikov, A. N. Minin, G. A. Studenskū, Chayanov e outros, nasceu antes da guerra e adquiriu notoriedade em face das profundas mudanças sociais e econômicas ocorridas na Rússia, após a revolução de 1905.

Antes deste período, o estudo da exploração camponês era encarado sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico nacional, isto é, interessava como fonte de coleta de impostos, como mercado interno para os produtos da indústria urbana ou como fonte de força de trabalho barata para as cidades.

A situação começou a se modificar gradualmente em virtude da mudança da agricultura, bem como de toda a economia, no início do século XX. Na Rússia, se formou um mercado interno para a agricultura, graças ao desenvolvimento da indústria; as relações de mercado e a natureza mercantil da exploração agrícola se desenvolveram rapidamente; o movimento cooperativo cresceu sem restrições e continuamente aumentavam os organismos de ajuda à agricultura, assim como os grupos que a ela ofereciam assessoramento.

Portanto, não é surpreendente que, nas diversas regiões do país, autores comessem a discutir os diferentes problemas da organização e da produção agrícola. Tais autores, ligados à “Escola de Organização e Produção” eram, em sua maioria, funcionários agrícolas, peritos em cooperativas e estatística. Assim, esta Escola foi tomando sua própria forma. O “Diário Agrícola” de Jarkov, editado por K. A. Matseevich, foi o principal baluarte da referida.

Desta forma, o valor do trabalho científico da “Escola de Organização e Produção”, segundo várias opiniões, reside na construção de uma teoria particular sobre a unidade econômica camponesa, o que, de fato, não é exato. Ao responder as dúvidas práticas dos funcionários agrícolas e operários das cooperativas, o grupo integrante da Escola discutiu e encaminhou soluções objetivas sobre várias questões:

- métodos de regionalização agrícola;
- uso das estatísticas de transportes ferroviários para uma adequada descrição das regiões;
- análise da contabilidade para a exploração agrícola;
- métodos de investigação através de questionários;
- um minucioso estudo de sementeiras especiais e ofícios domésticos rurais;
- análise do trabalho das instituições de pequeno crédito;
- descrições monográficas das cooperativas de manteiga, leite e linho;
- estudo da evolução das formas de organização agrícola;
- as bases da administração da água em terras irrigadas;
- estabelecimento de medidas ótimas para empresas agrícolas;
- teoria da cooperação agrícola; e
- métodos de auxílio agrícola à população.

Assim, a teoria da unidade econômica camponesa foi um dos aspectos abordados pela Escola e, seguramente, o mais polêmico.

O problema dos fundamentos teóricos da organização da unidade econômica emergiu no auge da tarefa de assessoramento e cooperação agrícolas.

Os pontos de vista a respeito procedem de duas correntes de investigação:

a) Gradativamente se foi acumulando uma enorme quantidade de material empírico sobre problemas da organização da unidade econômica camponesa¹ obtido, em parte, pelo trabalho dos “zemstvos²” e do Estado, além das investigações independentes, a maior parcela das mesmas, sobre pressupostos;

b) também se estabeleceram empiricamente numerosos fatos e relações de dependência que não se encaixavam no marco da concepção usual da base organizacional das empresas de economia privada, as quais exigiam uma interpretação especial. No princípio, se deram explicações e interpretações especiais em separado, para cada instância específica. Mas isto introduziu tal quantidade de complicações na teoria usual da empresa econômica privada que, finalmente, pareceu mais conveniente generalizá-las e construir uma teoria à parte, sobre a empresa familiar que trabalha para si própria e que, de certo modo, difere, na natureza de sua motivação, de uma empresa organizada sobre a força de trabalho contratado.

Esta hipótese eximiu da análise teórica da unidade econômica camponesa, numerosas correções, exceções e complicações, permitindo construir uma generalização lógica, mais ou menos harmônica, de todo o material empírico.

Os fatos principais e as relações empíricas de dependência que chamaram atenção sobre as peculiaridades da organização da unidade econômica camponesa e que tiveram importância decisiva no desenvolvimento da teoria foram os seguintes:

a) No final do século XIX, Kivisanov, um funcionário agrícola de Perm, encarregado de popularizar equipamentos aperfeiçoados entre os camponeses, encontrou enormes dificuldades para difundir a máquina trilhadora, apesar das vantagens da referida no que concernia à rentabilidade. Observou que a causa principal deste fracasso residia no fato de que, naquela ocasião, a força de trabalho marginalizada pela máquina não podia empregar-se em outras tarefas, no inverno, na guberniya de Perm. Se, por analogia com as bases organizacionais da empresa privada, consideramos que a unidade econômica camponesa é uma empresa na qual empresário e trabalhador se combinam numa só pessoa, neste caso,

¹ Unidade econômica que ganha seu sustento com o trabalho da terra, ainda que suas atividades possam ser também não agrícolas, tais como artesanais e comerciais. Pode ser de natureza capitalista, ou vinculada ao mercado e empregar força de trabalho assalariado, em parte.

² Conselho eletivo local rural instituído da guberniya (principal unidade administrativa do império russo) e do uezd (unidade administrativa territorial, subdivisão da guberniya) após a liberação dos servos, na Rússia.

o benefício do camponês como empresário resulta nulo, por suas perdas como trabalhador assalariado constrangido a ampliar o seu desemprego estacional;

b) Pouco antes da revolução de 1905, o professor de Kiev, V. Kossinkü escreveu um livro intitulado “Sobre o problema agrário”, no qual mostrava, em detalhes, e através de abundante material, que o aluguel que pagavam os camponeses pela terra arável arrendada aos proprietários privados, era consideravelmente mais alto que o benefício líquido que poderiam obter mediante uma exploração capitalista dessas mesmas terras. Na mesma época, P. P. Maslov destacou esta situação no primeiro volume do seu “Problema Agrário”. Estabeleceu o conceito de “renda do consumidor”, segundo a qual os camponeses pobres em terras, sob a pressão de suas necessidades de consumo e para evitar o desemprego forçado, pagavam não só o valor real da terra arrendada, como também uma parte considerável das suas. Novamente, neste caso, os interesses do camponês como trabalhador, angustiado pelo desemprego na sua unidade de exploração, prevalecem sobre os seus interesses como empresário. Posteriormente, ficou demonstrado que tal peculiaridade se aplicava não só aos pagamentos do arrendamento, senão também aos preços da terra pagos pelos camponeses que excediam consideravelmente à renda capitalizada;

c) Na análise das bases econômicas do cultivo do linho, por exemplo, deveria ter sido dada uma explicação similar ao caso das rendas de produção. Os materiais empíricos recolhidos sobre esta cultura intensiva, evidenciaram que, com freqüência, em comparação com a aveia, aquele dava um benefício líquido muito pequeno, de conformidade com a análise contábil e que, assim sendo, quase nunca era encontrado entre os proprietários privados de terras e unidades maiores de exploração. Sem dúvida, os camponeses pobres em terras, ainda que proporcionalmente perdessem algo do benefício líquido, o cultivavam (o linho), já que assim poderiam absorver maior quantidade da força de trabalho nas suas granjas e reduzir o desemprego estacional;

d) Estudos realizados em Vologda, Voronezh e em outras “guberniyas” mostraram uma relação inversa entre a quantidade de terra e o montante das atividades rurais. Quanto menor era a extensão de terra disponível, maior era o volume das atividades artesanais e comerciais no seu conjunto. Quando o camponês como operário-empresário não se encontrava em condições de arrolar uma venda adequada da sua força de trabalho, em sua própria unidade de exploração agrícola, e de obter, para ele mesmo, o que considerava um lucro suficiente, abandonava temporariamente sua empresa e se convertia num simples operário que acorria a uma empresa alheia, salvando-se, assim, do desemprego, na sua própria;

e) Num de seus trabalhos, no seminário de A. F. Fortunatov, o professor N. P. Nikitin logrou estabelecer que na Rússia, diferentemente do que se verificava na Inglaterra, os salários não eram direta, mas inversamente proporcionais ao preço do pão. Posto que os preços do pão eram determinados pela colheita, a explicação natural deste fenômeno era que nos anos em que aquela fracassava, acarretando a alta dos preços, os camponeses como operários-empresários, impossibilitados de ganhar a sua subsistência com as atividades da sua própria unidade de exploração agrícola, ingressavam como operários no mercado da força de trabalho e reduziam os salários, em face da oferta maciça de mão-de-obra;

f) Uma análise de unidades de exploração agrícola, em pequena escala, da Suíça e das guberniyas de Vologda, Moscou, Jarkov, Novgorod e Tambov estabeleceu, sem dúvida alguma, que a força de trabalho da família camponesa estava longe de ser utilizada na sua totalidade e num só grau de intensidade. O nível de produtividade bruta desta força de trabalho influía, em grande escala, sobre o nível desta auto-exploração.

Assim, por exemplo, se como resultado da melhoria da situação de mercado ou de uma razão mais vantajosa da unidade de exploração agrícola, cada unidade produtiva começasse a originar maiores lucros, os lucros totais da unidade de exploração aumentariam, mas não na velocidade com que aumentaria a produtividade individual. Por conseguinte, diminuiria o número de unidades produtivas que venderiam a sua força de trabalho. Neste caso, o camponês como operário, tendo aproveitado a situação favorável da

unidade de exploração, assim como o seu próprio lucro extraordinário, obrigaria o camponês como empresário a oferecer-lhe melhores condições de trabalho, no sentido da redução do ano de trabalho, contra a tendência natural do empresário de estender o alcance de sua atividade econômica para aproveitar uma situação de mercado favorável.

Como foi visto, todos os casos apresentados podem ser interpretados com as categorias da unidade de exploração capitalista baseada na força de trabalho assalariada. Entretanto, assim procedendo, criou-se um conceito excessivamente ambíguo: ver no camponês o empresário capitalista e o operário que ele explora, que é o trabalhador sujeito ao desemprego crônico que obriga seu patrão, em nome de seus interesses como trabalhador, a desorganizar sua unidade de exploração e a comportar-se de modo inconveniente, do ponto de vista empresarial.

Tornou-se preferível, então, o uso de outra hipótese para explicar teoricamente as peculiaridades organizacionais que se observaram, isto é, uma hipótese baseada no conceito da unidade de exploração agrícola como uma unidade econômica na qual a família, como resultado do seu trabalho de um ano, recebe uma simples remuneração de trabalho e mede seus esforços em relação aos resultados materiais obtidos.

A chave do problema reside na confrontação destas duas hipóteses. Devemos aceitar ou o conceito da fictícia dupla natureza do camponês, que une, em sua pessoa, o operário e o empresário, ou o conceito da unidade econômica familiar.

O conceito da unidade econômica camponesa como uma empresa na qual o chefe se contrata a si mesmo como operário, só é concebível no sistema capitalista. A unidade econômica camponesa como forma de organização é também perfeitamente concebível em outros sistemas econômicos nacionais, como em países feudais ou em economias puramente naturais, isto é, sistemas nos quais as categorias de trabalho assalariado e salários estejam ausentes por completo.

Portanto, se a pretensão é lograr um conceito relativo à organização da unidade de exploração doméstica camponesa, independente do sistema econômico no qual está inserida, inevitavelmente basear-se-á a compreensão da sua essência organizativa no trabalho familiar.

Está claro que para cada sistema econômico e, inclusive para cada fase do seu desenvolvimento, há grandes variações no papel que desempenham as unidades econômicas camponesas na economia nacional, na inter-relação destas com outros tipos de unidades econômicas, assim como na luta do campesinato como classe, com outras existentes e, finalmente, o modo como estas participam da renda nacional.

Não obstante, o modelo organizativo da célula básica, a unidade de exploração agrícola familiar, permanecerá idêntico, pois as mudanças são relativas a particularidades, adaptando-se às circunstâncias da economia nacional.

Tal é a gênese e a essência da teoria da unidade econômica camponesa vista como uma das formas de organização das empresas econômicas privadas.

As críticas que geralmente acompanham o desenvolvimento da “Escola de Organização e Produção” são as seguintes:

a) Assinalaram que a Escola de Organização e Produção considera a unidade econômica camponesa com um enfoque estatístico e a investiga isolada do seu contexto social e da realidade histórica. Após o trabalho marxista mais recente, bem como de outras obras, semelhante enfoque é ingênuo e incorreto;

b) A Escola não utiliza o método marxista, e é, em essência, um retorno à escola austríaca que enfatiza a utilidade marginal;

c) A unidade de exploração doméstica camponesa, com sua motivação para o trabalho, não se encontra atualmente em estado natural. Todo o campesinato se agita na atividade empresarial. Portanto, não há interesse prático em estudar formas obsoletas;

d) A “Escola de Organização e Produção” ignora completamente o fato de que a unidade econômica camponesa, embora englobada pelo sistema econômico capitalista mundial, está em luta com este;

e) A “Escola de Organização e Produção” idealiza as unidades econômicas camponesas imbuídas do espírito pequeno-burguês, força sua ideologia e, deste modo, apóia reacionárias formas pré-capitalistas da economia.

A todas essas críticas responde Chayanov:

a) Se nos impuzemos a tarefa de analisar a unidade econômica camponesa, como um fenômeno da economia nacional, deveríamos estudá-la dinamicamente em relação com o seu meio histórico e vê-la como uma categoria histórica e não lógica.

Entretanto, não nos cabe o destino da unidade econômica camponesa, nem sua concepção histórica e nacional. Nossa tarefa é infinitamente mais modesta. Simplesmente, aspiramos compreender o que é a unidade econômica camponesa do ponto de vista da sua organização. Qual é a morfologia deste aparelho produtivo? Nos interessa saber como se logra, aqui, a natureza proporcional das partes, como se obtém o equilíbrio orgânico, quais são os mecanismos da circulação e a recuperação do capital, no âmbito da economia privada, quais são os métodos para determinar o grau de satisfação e de proveito, e como reage em face das influências dos fatores externos, naturais e econômicos que aceitamos como dados.

Portanto, não nos interessa o sistema da unidade econômica camponesa e as formas de organização no seu desenvolvimento histórico, mas os mecanismos do processo organizacional da referida. Mas, esta análise da organização, pela sua própria natureza, tem que ser estática, assim como estática é a análise da construção de uma locomotiva à vapor.

Podem afirmar que não há necessidade de um estudo morfológico para compreender a unidade econômica camponesa, na economia nacional, e que esta não é tarefa para um economista, mas para um tecnólogo. Não vamos discutir e aceitarmos, de antemão, que nos chamem de funcionários agrícolas; todavia, ao nosso ver, um estudo estático do setor agrícola e da organização da unidade econômica camponesa é tão essencial para a compreensão desta, ao nível da economia nacional, como o estudo dinâmico da referida, no âmbito do desenvolvimento histórico da economia.

No sistema de Karl Marx, que não descarta da dinâmica, podem ser encontrados numerosos elementos estáticos e técnicas de análise estáticas. A teoria do valor, a morfologia da circulação do capital, dos processos de reprodução simples e da acumulação do capital são estáticos e construídos mediante análise lógica, para, em seguida, serem utilizados na análise histórica, dinâmica, da realidade.

Em suma, estamos elaborando os elementos morfológicos estáticos da ciência das unidades econômicas camponesas.

Na sua forma atual, tais elementos são sumamente úteis aos funcionários e organizadores agrícolas, exatamente da mesma maneira que os cursos sobre organização da unidade econômica camponesa, construídos estatisticamente por Goltz, Waterstradt e Aereboe são de utilidade para os organizadores das unidades alemãs de exploração agrícola em grande escala. É de todo provável que nossa análise morfológica servirá, no futuro, como valiosa ferramenta para a análise dinâmica da unidade econômica camponesa em toda complexidade do seu processo histórico.

b) Já que nossa tarefa é a análise da organização do aparelho produtivo da unidade econômica camponesa, inevitavelmente devemos permanecer dentro dos limites dos métodos estáticos de análise da organização da referida.

Muitos métodos marxistas obtiveram reconhecimento geral e foram incluídos nas ciências sociais. Pensamos que, dentro de poucos anos, baseando-nos na investigação de problemas econômicos nacionais, poderemos utilizar, em nossa investigação, a rica experiência dos métodos marxistas.

Por outro lado, utilizamos a hipótese do balanço subjetivo entre trabalho e consumo para analisar os processos de continuidade na unidade econômica camponesa e para estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família camponesa. Entretanto, além dos seus limites, na esfera das relações entre unidades de exploração agrícola, a unidade econômica camponesa aparece através de suas ações objetivas.

Através das inter-relações maciças destas ações com as de outros componentes do sistema da economia nacional se formam os fenômenos sociais, objetivos de preço, renda, etc.

No primeiro volume do “Capital”, Karl Marx reconhece a possibilidade de uma avaliação de benefícios por parte do consumidor, mas afirma que é impossível deduzir desta, o fenômeno social do preço. De modo análogo, descobrimos que, na prática econômica da unidade econômica camponesa, realiza-se um balanço entre o que se trabalha e o que se consome, determinando, em grande parte, o volume da atividade econômica familiar, mas não consideramos, em absoluto, que se possa disto deduzir todo um sistema de economia nacional.

No que tange à Escola Austríaca, Chayanov se situa aproximadamente na mesma posição de Von Thünen, para quem o princípio “marginal” interveio também de modo nada desdenhável.

c) nossos críticos, às vezes, assinalam que o tema de nossa análise, a unidade econômica camponesa, está ultrapassada, como fenômeno, na escala da economia nacional, e que em poucas décadas, será um anacronismo. Afirmam, inclusive, que na atualidade podem ser distinguidas numerosas e variadas formas dentro dos limites do campesinato com existência histórica, e as unidades econômicas baseadas na própria força de trabalho constituem só uma parte das referidas. Finalmente, lembram que as unidades econômicas camponesas, quando viáveis, estão plenas de atividade aquisitiva e empresarial e que, na primeira oportunidade, se fazem semicapitalistas.

Tais afirmações são exatas. No desenvolvimento histórico de uma economia, variadas formas econômicas se desenvolvem, declinam e, às vezes, desaparecem completamente, relegadas ao passado. É possível que, em algum momento, as formas de unidades econômicas camponesas que estudamos só existirão em crônicas históricas. Todavia, agora, nos concerne investigar o destino da unidade econômica camponesa ao nível da economia nacional.

Sem dúvida, é evidente que, nos próximos anos, a unidade de exploração doméstica camponesa continuará sendo um fato concreto em muitos países, e, inclusive, na URSS (hoje ex-URSS).

É verdade também que a exploração rural não é homogênea; além das unidades econômicas do tipo familiar, inclui numerosas unidades semiproletárias e semicapitalistas. Não obstante, não é nosso intuito considerar que a nossa teoria da organização seja universal e abranja todas as formas de empresas classificadas como camponesas. Só investigaremos as formas de organização da unidade econômica de exploração familiar, na agricultura, e projetaremos os resultados somente neste setor, sem dúvida, considerável da economia nacional.

d) A acusação de que consideramos a economia camponesa fora de toda conexão com a circulação capitalista mundial, prescindindo da luta de classes e deixando de lado todos os aspectos econômicos e sociais que constituem a essência do desenvolvimento da economia no período atual, também está baseada em mal-entendidos e se anula pelas mesmas razões relativas à acusação da análise estática.

Ainda que não neguemos a importância dos problemas mencionados e sustentemos a necessidade de que sejam estudados detidamente, os consideramos alheios à nossa tarefa, já que nosso tema é a base da organização interna da unidade econômica familiar individual que trabalha em determinadas condições.

Já ressaltamos que a unidade econômica camponesa, como um tipo de organização com fins produtivos, tem existência histórica. Com certas mudanças na sua estrutura interna, pode constituir a base de um sistema de economia natural, pode ser um elemento num sistema de economia nacional que consista em unidades econômicas camponesas e unidades familiares de artesanatos urbanos, ou converter-se na base para uma economia feudal. Em cada um desses regimes econômicos, a unidade econômica camponesa ocupa um lugar específico, diferente em cada instância particular. Encontra-se ligada de maneiras distintas com outras classes sociais e adota diferentes condutas nas alternativas de lutas de classes características de cada regime.

Na atualidade, a unidade econômica camponesa, em quase todas partes, está ligada ao mercado capitalista; em muitos países sofre a influência do capital financeiro e coexiste com a indústria organizada no modo capitalista de produção e, em alguns lugares, também com a agricultura capitalista. As empresas camponesas têm inter-relações sociais demasiado complexas com todos estes elementos, na economia atual.

Reconhecemos claramente a necessidade de que a “Escola de Organização e Produção” indique, nas investigações individuais, o lugar que ocupa a unidade econômica camponesa no sistema total da economia nacional de hoje e de que proporcione a conexão teórica do nosso conceito organizativo com os principais critérios sobre a economia nacional e seu desenvolvimento.

e) Finalmente, dizem os nossos críticos, não se encontra uma só palavra sobre ideologia no curso de toda nossa investigação relativa à temática em apreço.

Às economistas que trabalham durante muitos anos na análise molecular das bases da atual exploração agrícola, poder-se-ia acusá-las, por tais razões, de serem reacionárias, ideólogos da exploração agrícola pequeno burguesa, com a propriedade da terra pulverizada e individualizada, separada de qualquer forma social de produção, obscurantistas e negadores de todo progresso agrícola e avanço científico? Evidentemente, podemos. Aceitamos, ainda, que os autores criticados sejam ativos trabalhadores no movimento cooperativo e líderes na ajuda técnica agrícola à população. É uma questão de ponto de vista.

Para Chayanov, o conhecimento adequado dos propósitos dos estudiosos da “Escola de Organização e Produção” acabará com a possibilidade dos mesmos serem considerados opositores do progresso agrícola e ideólogos reacionários de formas econômicas obsoletas.

Considerações finais

Concluimos, finalmente, que para Chayanov a sua tarefa é a análise da organização da atividade econômica da família camponesa, uma família que não contrata força de trabalho externa, que tem uma certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e que, às vezes, se vê obrigada a empregar parte da sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas.

Referências bibliográficas

CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: D. Thorner (compil.). The theory of peasant economy, Kerblay y Smith. Illinois, 1966.

CHAYANOV, A. V. The theory of peasant economy, Kerblay y Smith. Illinois, 1966.

KERBLAY, B. Chayanov and the theory of peasantry as a specific type of economy. In: T. Shanin (compil.). Peasants and peasant societies. London, 1971.

LENIN, V. La alianza de la clase obrera y el campesinato. Buenos Aires, 1960.

MARX, K. El capital. Buenos Aires, 1956, t. III.

A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados¹

Benedita Maria Gomes Esteves

Doutora em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura pela UFRRJ (1998)
 Professora Adjunta do Departamento de História da UFAC
 Pesquisadora do Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH) e do Setor de Mudanças Globais e Uso da Terra (SETEM/PZ)
 Endereço: BR-364, km 4, Distrito Industrial, *Campus* da Universidade Federal do Acre, 69.915-900, Caixa Postal: 500 – Rio Branco, Acre, Brasil
 Telefone: (68) 39012581, Ramal: 2634; Fax: (68) 32292647
 E-mail: benedita_esteves@uol.com.br

Resumo

A pesquisa privilegiou o estudo das trajetórias de famílias seringueiras, numa área da Amazônia Sul-Occidental – Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). Os dados obtidos, em quatro anos de pesquisa, revelam os desdobramentos da delimitação dos espaços agrários no Acre, a partir da criação dos assentamentos extrativistas. Dentre estes, o processo de diferenciação social, política e econômica. Refiro-me a diferentes posições que ocupam os trabalhadores seringueiros: os que vivem nas Reservas Extrativistas, na floresta Pandina (vivendo subterraneamente) e os que estão nas periferias das cidades. Tal processo é percebido num contexto de fortalecimento e fragmentação da comunidade seringueira, onde lideranças e técnicos envolvidos não perceberam ou aceitaram as “di-visões”, sobrepondo outra delimitação física ao território nacional, quando da demarcação das áreas de preservação.

Palavras-chave: seringueiros, migração, culturas apartadas.

Resumen

La jerarquización de los espacios agrarios en la Amazonía Sur-Occidental: los asentados en áreas de preservación y los no asentados

La investigación privilegió el estudio de las trayectorias de familias que extraen látex, en un área de la Amazonía Sur-Occidental – Acre (Brasil) y Pando (Bolivia). Los datos obtenidos, en cuatro años de estudio, revelan los desdoblamientos de la delimitación de los espacios agrarios en Acre, a partir de la creación de los asentamientos extractivistas. Entre ellos, el proceso de diferenciación social, política y económica. Me refiero a diferentes posiciones que ocupan los trabajadores del látex: los que viven en las Reservas Extractivistas, en la floresta Pandina (viviendo subterráneamente) y los que están en las periferias de las ciudades. Tal proceso es percibido en un contexto de fortalecimiento y fragmentación de la comunidad que vive de la extracción del látex, en el cual líderes y técnicos involucrados no percibieron o aceptaron las “divisiones”, adicionando otra delimitación física al territorio nacional, en el momento de la demarcación de las áreas de preservación.

Palabras clave: *seringueiros* (personas que viven de la extracción del látex), migración, culturas apartadas.

¹ O projeto foi apoiado financeiramente pela Fundação Ford – Programa PROREDES/UFAC, CNPq/PIBC, Secretaria de Floresta e Extrativismo do Acre (2001), SETEM/PZ (Programa LBA).

Abstract

Hierarchization of the agrarian spaces in South-West Amazon: settlements in preservation areas and the landless

The research has privileged the study of rubber families trajectories, on such an Amozônia Sul Ocidental area-Acre (Brazil), and Pando (Bolivia). The obtained datum at 4 research years, revealed the development of agrary space delimitation at Acre, from creation of extrativists settlements. Between these, the social differentiation process, politic and economic. I mean, the different positions which occupy the rubbers workers: the same whose live in Extrativists Reserves, in Pandina forest (living underground) and the same whose are at cities peripherys. Such process is realized in such a strengthened context and rubber community fragmentation, where liderances and envolved technicals have not realized or have accepted the “division”, putting on top of another fisical delimitation to nacional territory, when about preservation areas demarcations.

Key-words: rubbers, migration, apartheid cultures.

Apresentação

Este trabalho é um dos resultados das pesquisas sobre trajetórias de trabalhadores migrantes, numa área da Amazônia Sul-Ocidental – especificamente, na região de fronteira entre Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). A reflexão procura trazer elementos para o entendimento do que significou o processo de transformação social, corrido nos últimos anos, a partir da fragmentação de uma comunidade de trabalhadores extratores do látex que antes mesmo da anexação do Acre², ao território nacional, ocuparam a floresta e tornaram-se seringueiros. As rupturas mais drásticas, dessa sociedade, ocorreram com a chegada da frente pecuarista, nos anos de 1970/1980. Tal espaço, se antes compartilhado pelos saberes que se intercruzavam entre o trabalho de extração e a convivência na floresta, torna-se, a partir de então, diferenciado pelos novos interesses que se manifestam no desuso da floresta e uso do solo. Pecuaristas e trabalhadores do látex, majoritariamente, organizam-se em torno das disputas pela terra.

Disputas que resultaram na redefinição de espaços. Entretanto, o que aparece aos nossos olhos (de pesquisadores), pela bravura que impressionou parte dos habitantes do planeta, são os detentores de um projeto alternativo, antes posicionados como “páreas” na história escrita sobre a sociedade da borracha, os seringueiros. Os “novos” protagonistas aliados às forças locais, nacionais e internacionais, transcreveram uma modalidade de assentamento diferenciada, das já existentes na Amazônia brasileira, as Reservas Extrativistas e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas.

A desestruturação desse modo de vida teve conseqüências que perduram até os dias atuais, não somente na mudança da paisagem espacial, mas, sobretudo cultural. O que aconteceu com os trabalhadores expropriados nesse processo, seja para as periferias das cidades, seja para a faixa de 50 km dos limites territoriais entre a “fronteira” do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), não pode ser descontextualizado. O entendimento do que ocorreu, no interior dessas áreas de assentamentos, não pode ser analisado somente, a partir da

² A anexação do Acre ao território nacional data de 1903. Tal processo envolveu batalhas sangrentas entre bolivianos e brasileiros, além de heróis e mártires. Dentre estes se destaca o gaúcho Plácido de Castro, conhecido como o herói da Revolução Acreana. Considero estes acontecimentos uma ruptura política na formação da sociedade da borracha, pelos princípios de constituição da nacionalidade exigidos na criação do território do Acre. Entretanto, economicamente, os interesses foram mantidos e a floresta amazônica manteve-se integrada. A este respeito consultar: ESTEVES, Benedita Maria Gomes. “Trajetórias de Famílias Subterrâneas na Fronteira do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia)”. In: Projeto História. São Paulo, Educ. N. 27, dez.2003, pp. 107-122.

conquista da posição dos assentados-vitoriosos – os “guardiões da floresta”³. Com esse recorte localizado se evidencia, apenas uma visão reduzida, pois construída pela linearidade delimitada pelas formas de representações criadas na correlação de forças em disputas e, conseqüente criação da legitimidade desses trabalhadores. Um olhar que se surpreenda com o campo político⁴ formado ao longo desses anos, faz-se necessário para o entendimento do que significa ser assentado, em áreas de preservação ambiental, no Acre.

Essa reflexão traz o olhar do pesquisador que viveu e, também se deslumbrou com um cenário, quase mitológico, das novas conquistas. Longe do afã dos acontecimentos espetaculares que marcaram o “fim de uma epopéia”, ainda considerada para muitos pesquisadores, políticos e lideranças seringueiras, procuro através do confronto das posições, o entendimento do que significa os desdobramentos, as continuidades e as descontinuidades dos acontecimentos que caracterizam as conquistas desses trabalhadores diante dos outros – dos não assentados.

Olhando para o chão onde se pisa.

O estudo sobre as trajetórias de famílias seringueiras, nos seringais da Amazônia acreana e pandina, colocou-me vários desafios, dentre estes, o metodológico. Como proceder para apreender “realidades invisíveis ou inexistentes num confronto direto com realidades visíveis?” Como tratar de “realidades” negadas, tanto pelas autoridades brasileiras como bolivianas, uma vez que as famílias migrantes não são reconhecidas economicamente e nem politicamente por ambas?

Tais questões poderiam ser respondidas, com o auxílio das análises que permeiam os estudos sobre exclusão social, considerando a expropriação do trabalhador rural, a partir da penetração da frente agropecuária no Acre. Estudos que muito têm contribuído, mas não explicam as formas de manifestações de sobrevivência, as quais essas famílias se mantiveram e se mantêm, da mesma forma que não explicam os espaços criados para viverem “clandestinamente” dentro da floresta amazônica, em terras que não lhes pertencem. O entendimento de quem são esses migrantes está próximo do que Bourdieu⁵ explicitou ao escrever a introdução do livro intitulado “A Imigração”, de autoria de Sayad⁵,

[...] o imigrante é atopus, sem lugar, deslocado, inclassificável, nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social.

Os espaços recriados, historicamente, correspondem, não somente ao processo de fragmentação dessa comunidade, mas a diferenciação social, política e econômica em curso, no mesmo espaço amazônico ou mesmo ecossistema. Refiro-me as diferentes posições que, atualmente, ocupam os trabalhadores seringueiros: os que vivem nas Reservas Extrativistas (áreas de preservação ambiental) e os que estão no “limite de fronteiras”⁶, nas periferias das cidades e, particularmente, na floresta de Pando. As

³ Categoria definida no processo de construção da identidade política dos seringueiros, quando da luta pela terra, no confronto com os pecuaristas. Consultar: ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Rio de Janeiro, 1999. Do Manso ao Guardião da Floresta. Um estudo sobre mudança social, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA

⁴ O entendimento de “campo político” segue a orientação de Bourdieu, cuja construção ocorre, no sentido da luta política, no confronto da concorrência pelo poder e pela representação. BOURDIEU, Pierre. “A representação política”. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil S.A. 1989. pp. 179.

⁵ Cf. BOURDIEU, Pierre. Prefácio a SAYAD, A. A Imigração, op.cit. p. 11.

⁶ “limite de fronteiras” não significa a fronteira geopolítica, ou delimitações físicas. Mas limites da fronteira do humano, onde espaço e tempo de reproduzem apenas para dar sustentação ao tempo necessário a sobrevivência.

inquietações manifestam-se diante de realidades díspares, percebidas nas diferenças criadas num contexto de fortalecimento e fragmentação dessa comunidade de trabalho, em que lideranças e técnicos envolvidos não perceberam ou aceitaram as “di-visões”, sobrepondo outra delimitação física do território ao nacional, quando da demarcação oficial das áreas de preservação como um diferenciador.

Ter acesso à floresta com os direitos reconhecidos, bem como a criação de instrumentos legais como Plano de Uso que institui às normas e posturas para as famílias assentadas nas áreas de preservação, significa a criação de uma linguagem diferente e a demarcação de um território com entrada e saída controladas jurídica e socialmente – um enquadramento próprio da nova posição de “guardião da floresta”.

O esforço de sistematização deste estudo considera tanto o processo de redefinição dos espaços agrários, quanto suas distinções, não tanto pela “di-visão” geopolítica como espaço físico, definido pela exterioridade mútua das partes, mas pelo espaço social definido na exclusão mútua das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais.

Nesse sentido, o entendimento do processo migratório, dos não assentados, pode ser percebido como “efeitos de lugares”, pois o que acontece entre os 50 quilômetros da área de fronteira entre Brasil e Bolívia encontra seus princípios definidos em outros espaços. Percebi a retradução, no espaço físico, da estrutura do espaço social que se manifesta nos diferentes contextos, sob forma de oposições espaciais, hierarquizadas, num indicativo dos múltiplos sentidos que a fronteira adquire⁷.

Os princípios da “di-visão”: o encontro entre assentados e não assentados

A reunião na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília⁸ (STR) ocorreu entre os dias 12 e 14 de outubro de 2002. Os dirigentes esperavam cerca de 50 pessoas – uma vez que a divulgação da reunião foi informal, feita de “boca em boca” – interessadas em discutir a situação dos “brasivianos”: resolver o impasse criado por cinco famílias brasileiras que foram expulsas dos seringais da Bolívia e que estavam acampadas no STR.

No entanto, 120 pessoas⁹ compareceram. Os participantes ficaram divididos entre os “convidados” e a diretoria do sindicato. A presença de técnicos do governo se confunde com a dos membros do STR. O governo estadual estava representado por um ex-dirigente do sindicato, responsável pela Secretaria Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEATER-AC). Os porta-vozes do governo federal eram os responsáveis e os técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente/Centro Nacional de Populações Tradicionais (IBAMA/CNPT). O representante do prefeito da cidade, por sua vez, era um ex-agricultor.

⁷ Op. Cit. p. 02 e 110.

⁸ Aqui, vale uma ressalva: este foi o único sindicato que, num período de oito anos, de uma forma ou de outra, colocou em discussão a situação dos “brasivianos” (denominação atribuída aos brasileiros pelas lideranças sindicais). Acredito que foi Osmarino Amâncio, quando presidente deste Sindicato em 1990, quem primeiro denunciou as condições de trabalho sob regime de escravidão da dívida nos seringais. O mesmo sindicalista, quando assumiu uma vaga na Câmara dos Deputados, em 1991, criou uma Comissão Parlamentar para “apurar a situação desses brasivianos”. Os levantamentos e pareceres foram arquivados e nada se divulgou. Nos anos de candidatura deste sindicalista (1987, 1990 e 2000) uma das “bandeiras de luta” era resolver a situação dos “brasivianos”, através da Reforma Agrária. No III Encontro Nacional de Seringueiros (1991), por influência do mesmo, havia uma pequena comissão de “brasivianos” sem direito a voto e que passou despercebida durante os três dias de Congresso.

⁹ Apesar de registrar esse número e acompanhar todos os grupos presentes, neste artigo, limito-me ao entendimento da preocupação principal do STR, a situação incomoda dos “brasivianos”. Num outro trabalho que se encontra em fase de revisão, desenvolvo a relação dos assentados com outras categorias de trabalhadores, inclusive dos seringueiros que estão vivendo nas periferias das cidades. “Trajetórias e Identidades: A fragmentação de uma comunidade da floresta – um estudo de caso sobre os seringueiros da Amazônia Sul-Ocidental”.

Os participantes distribuíram-se, nas salas do Sindicato, em forma de círculos (o que facilitava à pesquisadora observar as diferenças nas posturas, nos gestos, nas expressões e nas falas). Dessa maneira, ficavam os “convidados” de um lado e os assentados e técnicos da Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX – área de Brasília) de outro. Os convidados falavam obedecendo à ordem do círculo ou quando indagados.

O pronunciamento dos técnicos e das lideranças, assim como os seus respectivos gestos, se confundiam e se complementavam – sobretudo no que se referia ao uso dos recursos naturais, um diferenciador na trajetória desses seringueiros. Diferenciador que mostra uma forma de inserção dessa categoria – os assentados – a partir da conquista da RESEX enquanto dimensão econômica, política e social. Diferenciação também fundada na discriminação e na negação do outro incorporadas ao princípio de sustentabilidade. Princípio que legitima a presença de técnicos e das lideranças e se impõe, através do discurso, sobre as regras de uso e controle dos recursos naturais estabelecidas no Plano de Uso da Reserva, institucionalizado pelo IBAMA/CNPT através da portaria n.º 28-N, de 18 de abril de 1995.

A abertura da reunião seguiu as práticas adotadas em outras reuniões: fala o presidente, seguido de outros representantes – sobretudo dos governos e os técnicos –; em seguida falam os convidados. As primeiras falas são importantes porque, geralmente, se modificam com as argumentações no decorrer das reuniões.

Os “convidados” já se manifestam sob o “enfrentamento”, pois suas falas estão na seqüência às dos anfitriões, sob seus “controles”, inclusive de tempo. O discurso inicial dos dirigentes versava sobre “à vontade de resolver os problemas dos ‘companheiros’ que vivem nos seringais da Bolívia”, mas estes “não sabem como fazê-lo” – uma vez que não sabem precisamente quantos e onde estão os “brasileiros que vivem na Bolívia”.

Além da imprecisão dos números, os dirigentes argumentavam também que, para solucionar tal questão, era preciso uma ação de governo visando providenciar uma ou várias áreas de terra para assentar “os brasileiros que vivem na Bolívia”. Os “brasivianos ou brasilianos” argumentou um ex-dirigente, hoje representante do governo do Estado, “não têm culpa de morar na Bolívia”, mas para “alguns encaminhamentos ou providências” seriam necessárias informações exatas sobre o destino e o total de pessoas¹⁰.

Os discursos dos líderes e dos técnicos eram complementares. Explicavam insistentemente que a Reserva seguia as normas estabelecidas pelo Plano de Uso – que, segundo eles, estas normas haviam sido discutidas à exaustão entre os moradores antes de serem aprovadas. Ressaltavam que a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Brasília (AMOREB) era responsável pela administração do Plano, e que, para assentar um novo morador, seria necessária, dependendo da área, a aprovação de cada comunidade. A vantagem, caso alguém desejasse ser assentado com aprovação das respectivas comunidades, é a possibilidade de negociar com o governo o crédito para abertura de ramais e compra de animais.

Esses discursos, legitimadores de uma ordem, foram transmitidos como um monólogo: sem interrupções, sob os olhos atentos dos convidados que acompanhavam os gestos. Sem perceber os constrangimentos, dirigentes e técnicos continuaram explicando: o Plano de Uso prevê que somente podem ser desmatadas 2% de cada colocação. O que, segundo os líderes, constitui um problema: os “trabalhadores que vivem fora da RESEX”,

¹⁰ Sei que estas informações interessam sobretudo aos geógrafos e aos estatísticos que trabalham com populações. Seguramente, o último senso boliviano de 2000 deve ter uma aproximação destes números, que não foram divulgados até o momento. Entretanto, um levantamento feito “in loco” por uma equipe de religiosos vinculados à Pastoral do Imigrante de Cobija e à Igreja de Rio Branco-AC em 1990 – com a participação de leigos, dentre os quais me incluo, que percorreram, durante 20 dias, uma área delimitada de 50 km entre os rios Caramano, Chipamano, Tauamano, Abuna, Orion, estradas (carretas) que entrecruzam ramais por dentro da floresta ligando estes à estrada principal até Cobija e Cotiabamba –, estimou um total de 7000 famílias, sendo que, em média, o número de filhos era de seis por família. Nesse período, o movimento migratório de volta ao Brasil e ao interior da floresta Pandina estava começando, e muita madeira estava sendo retirada.

não entendem que essa lei “serve para preservar e garantir o futuro dos seus filhos e netos”, pois “desmatam em exagero, qualquer tamanho”.

Após apresentarem o conteúdo das proibições, que pode ser traduzido em negação, os dirigentes e técnicos ressaltaram as vantagens e as conquistas de se viver na RESEX, tais como: crédito para custeio, que cobre as despesas com reabertura das estradas de seringa que ainda não foram exploradas, com a aquisição de animais, com os equipamentos etc. Ressaltaram, ainda, o apoio prestado pelo governo atual, que está incentivando a produção de borracha com o oferecimento do subsídio de R\$ 0,40 (quarenta centavos de real). Segundo os dirigentes e os técnicos, a produção aumentou e ninguém deseja desmatar para agricultura, tendência contrária aos anos anteriores, quando muitos pararam de cortar seringa para cultivar, basicamente, produtos como arroz, feijão, milho e mandioca.

Por fim, explicitaram um outro “temor” relacionado, também, a sustentabilidade da RESEX, que poderia se agravar caso “outros trabalhadores” fossem assentados: as famílias subdividirem suas colocações com os filhos adultos, que se casam. Assim, por exemplo, uma colocação, com quatro estradas de seringa, é reduzida a duas e cada família que vai se constituindo desmata 2%, já que necessita do roçado e de um pequeno pasto para a garantia de sua alimentação.

A concentração de famílias nas áreas próximas às estradas e ramais foi um outro problema que os dirigentes e os técnicos registraram. Muitas dessas colocações já perderam suas características, e os seringueiros estão se transformando em pequenos pecuaristas e agricultores. Em função disso, as colocações desocupadas ficam muito longe – algumas com até três dias de viagem para Brasília.

Todas essas arguições foram contempladas pela maioria. Apenas duas famílias, que estavam acampadas, aceitaram conhecer a comunidade de uma área que ficava a dois dias de distância da cidade de Brasília.

O silêncio dos “convidados” era constrangedor. Um dos técnicos presentes sugeriu a constituição de uma equipe – ou comissão –, com ampla participação de políticos e representantes para realizar um levantamento “da real situação desses “brasilianos” ou “brasivianos”. A partir de então se estabelecería um prazo de três meses para uma próxima reunião, onde esses dados seriam apresentados. Tal encaminhamento passou a nortear quase todos os membros da diretoria do STR e técnicos que concordaram com essa sugestão. Foi nessa reunião que, pela primeira vez em quatro anos de pesquisa, os “convidados” foram chamados por outros trabalhadores seringueiros de “brasivianos” ou “brasilianos”.

Na Bolívia, brasileiros e bolivianos tratam-se por patrícios – o que significa “estrangeiro”. Tal denominação os colocava na condição de inferioridade e de culpa, estranhos (ou filhos pródigos) que estavam desejando o retorno à sua casa. Durante os três dias observei atentamente os gestos, os momentos das falas, e as ausências – sobretudo após o segundo dia, onde percebi o esvaziamento do encontro a partir da retirada de um número significativo de trabalhadores “convidados”. Tal atitude reforçou a visão de alguns técnicos e lideranças, que acreditavam “que estes [trabalhadores] não estavam preparados para viver na Reserva Extrativista, pois não aceitavam o Plano de Uso”.

O silêncio dos “convidados” revelou uma forma de ruptura entre os que estão dentro e fora da RESEX. Silêncio que significou recusa a uma forma de condição imposta pelas relações de poder estabelecidas. Poder que se manifesta na construção da legitimidade dos assentados, detentores de um lugar definido na luta pela terra, nos anos passados, mas não somente, definido também pelo sentimento de pertencimento a um grupo, a um espaço e a uma nação.

Esse episódio, para o pesquisador da história social que trabalha com o tempo, é revelador, como ressalta Martins, da diversidade que existe na caracterização da “fronteira da ocupação humana”¹¹. Mas é revelador, sobretudo, de um processo que teve início com a

¹¹ Segundo Martins, o que existe de mais relevante, sociologicamente, para caracterizar e definir a fronteira no Brasil, é a situação de conflito social. Nesse conflito a fronteira é, essencialmente, o lugar da alteridade, da descoberta do outro e do desencontro. O desencontro é de temporalidades

apropriação da questão ambiental pelo Estado e outras forças dominantes – o saber técnico ou o aparato legalista das relações jurídicas, conforme estudou Albuquerque¹².

Relações que traduzem, também, a forma como os “guardiões da floresta” incorporaram a “ordem” agindo em nome da legislação vigente, mesmo que esta lei propicie impedimentos de novas exclusões e os mantenha sob controle político e administrativo.

Se as falas dos líderes e técnicos, durante a reunião, tiveram o conteúdo de fechamento das possibilidades, as dos “convidados” foram marcadas pelo relato das dificuldades: as ameaças, os altos impostos cobrados na Bolívia, sobre as proibições e a insegurança na qual estavam vivendo.

Discurso reforçado pela identidade nacionalista, pois mesmo diante das pressões e privações estes se orgulhavam de ser brasileiros: a “prova é de que seus filhos são registrados no Brasil, assim como a produção é escoada para o nosso país”. A idéia de nação indica, também, a tentativa de inserção, de igualdade ou pertencimento: é uma das fortes manifestações desse grupo instigada, historicamente, pelo confronto brasileiros *versus* bolivianos. Mesmo que as redes de relações entre as famílias que vivem no Brasil e na Bolívia sejam mantidas, mesmo que a língua seja corriqueira – pois praticamente só existem brasileiros nessas áreas –, é a consciência de estar na Bolívia e o sentimento de rivalidade nacionalista que os mantêm como brasileiros.

O significado do silêncio pôde ser traduzido, no dia seguinte, quando os trabalhadores começaram a se dispersar e voltar para as áreas, sorrateiramente, sem sequer preencher o cadastro, tal como orientado pelo sindicato como forma de localizá-los posteriormente.

Na fala dos convidados, como se assumissem a culpa, os relatos sobre os fatos que justificavam a migração para as áreas de extrativismo são divisores temporais que assinalem as rupturas. Os “convidados” afirmavam, sempre, que não tiveram escolha quando migraram para os seringais da Bolívia.

Talvez o fato da escolha – entre ficar nos seringais brasileiros e resistir à expulsão ou qualquer outra pressão e migrar – fosse o pano de fundo de tudo isso. Não creio. Porém, um dos entrevistados comentou que no tempo dos “empates”¹³ ele não concordava com essa forma de luta – ou que esta pudesse resolver os conflitos – e, por isso, preferiu migrar.

Dessa forma, entendi a posição – associada ao fato de viverem na Bolívia, o país historicamente “inimigo” – dos convidados. Os argumentos para justificar as migrações referem-se: 1) aos acontecimentos violentos ocorridos entre os anos de 1970-80, quando da penetração da frente pecuarista que expulsou milhares de extrativistas de suas colocações, com ameaças de morte, incêndios nas plantações e casas de morada; 2) à desvalorização da borracha, sem preço no mercado nacional e opções locais; 3) às crises do extrativismo da borracha no Brasil, relacionada à produtividade da seringueira, que, devido a superexploração das árvores, foram diminuindo a quantidade de leite produzida, ou mesmo secando; 4) à procura de um bom patrão; 5) à recusa da cidade, que não oferece condições de sobrevivência; 6) ao fato de “não ter mais terra no Brasil”.

históricas, pois cada um desses grupos (índios, camponeses pobres, camponeses bem sucedidos, proprietários, jagunços etc.) está situado diversamente no tempo da História. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 150.

¹² ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. “Natureza, cultura, poder e violência no Vale do Juruá – Acre”. In: *Projeto História*, n.º 23. São Paulo: EDUC, s/d, p. 285.

¹³ Os “empates” foram uma forma de resistência coletiva, organizada pelos trabalhadores seringueiros, durante os anos de 1970 e 1980, quando os conflitos com jagunços, policiais e fazendeiros se aguçaram. Os seringueiros impediam os desmatamentos evitando, assim, a derrubada da floresta e preservando sua unidade de produção.

As formas de representação da vida subterrânea

As formas de representação, na floresta pandina, estão nas diferentes linguagens: da fala, dos corpos e dos gestos. Linguagens que vão se caracterizando pelas trajetórias similares, onde a vida parece se equilibrar pelas interdições e recomeçar pelas rupturas. Interdições que se manifestam na reprodução físicas e biológicas, a cada “des-locamento” imposto. A morte, a fome, o sacrifício, a dificuldade e o sofrimento são categorias que se inscrevem na história de vida dos entrevistados e estão na contraposição da resistência que se reveste de muitas formas: desobediência, manutenção do sonho de ter a terra, vontade de continuar vivendo e na engrenagem da própria migração.

– Cobram a estrangeira somente para vocês usarem a terra, ou algo mais?, [...] cobram por pessoa e pela produção, mas mulher não paga, só homem, mesmo criança. Pois bem, fica difícil, é uma perseguição, que nem agora quando eu fui daqui com esse menino, que é meu filho, Amarildo. Nós conseguimos uma operação [cirurgia na perna quebrada] dele, aqui, no Brasil, no hospital geral, depois de seis meses esperando. Aí, quando foi pra eu levar meu filho de volta [para a colônia na Bolívia], no dia da eleição, tinha muita gente, cadê? Eles barraram e não deixaram ninguém entrar [do lado boliviano, pela alfândega]. Foi aquele paredão de gente lá esperando no sol quente, na maior dificuldade do mundo. Todos eram brasileiros. E aí que veio o prefeito da Epitaciolândia (Município fronteiro ao Acre). O Prefeito foi lá, ele é boliviano. Eu achei uma fraqueza também dos brasileiros votarem num boliviano no Brasil. Achei grande fraqueza... (M. C. 62 anos, acreano, agricultor e seringueiro)

– Como foi que agiu o Prefeito? – O nome dele é... Pois bem, ele foi lá e conseguiu liberar todo mundo. Mas não resolve. Agorinha, pra voltar pra casa, eu estou pensando se tenho condições pra pagar. E eu não tenho. Não tenho com quem arrumar dinheiro pra voltar eu vou ter que ‘furar a mata’. – Furar a mata? – É. Varar a mata pra não passar na corrente, na rodagem, por onde eles tampam [alfândega, onde está o serviço de migração na fronteira de Epitaciolândia e Cobija], pra ver se a gente escapa e chega em casa. E assim fica difícil pra gente por causa disso. É assim que nós passamos de um lado pro outro, porque só entra de volta se pagar. Quer dizer, que a maioria passa assim. Mas eu gosto das coisas no lugar, não quero viver como os fugitivos que aparecem por lá... (José Maria de Jesus, 58 anos, agricultor e seringueiro, baiano)

“Migração e Resistência” poderia ser o título deste item, por serem, ambas características marcantes na trajetória dessas famílias. É possível fazer uma classificação dos tipos de resistências e, assim, entender melhor a trajetória desses migrantes-errantes. Percebe-se uma resistência consciente e inconsciente contra a dominação e opressão dos padrões brasileiros e bolivianos, dos cobradores de impostos bolivianos, dos marreiros. Como no caso da família Dionísio que, mesmo diante das dificuldades e sofrimento da migração, não aceitava ser escravizado ou se submeter a uma excessiva subserviência do patrão.

Constatai um significativo número de trabalhadores seringueiros que reagem radicalmente à interferência do patrão na esfera doméstica, do mesmo modo que se rebelavam contra atitudes que ferissem determinados conceitos morais – como o de duvidar da “palavra dada ou empenhada diante dos compromissos”; colocar em xeque sua autoridade de pai e esposo; questionar a honestidade e fidelidade. Situações narradas por trabalhadores dos seringais bolivianos e brasileiros.

Reações que se traduzem em resistência consciente e inconsciente, como no caso de Marlene Batista. A resistência politicamente consciente é acentuada pelo antagonismo das posições, e constituiu-se em motivação para a migração. Dentre os sentidos da expressão “viver com o saco nas costas”, onde o homem se compara a um animal, está implícita uma forma de recusa não somente da submissão, mas do compromisso moral de

fidelidade ao patrão, que ia desde a exclusividade da compra e venda, da garantia da qualidade do produto, até aos cuidados com a manutenção das árvores seringueiras.

A família Dionísio que vivia deslocando-se de um seringal para outro, esperava sempre encontrar um “bom patrão”: aquele que os reconhece como trabalhadores e os acolhe através das regras do compadrio; que os protege, quando necessário, das doenças além do pagamento do saldo e do socorro prestado nas “horas de dificuldades”; que, sobretudo, “não deixasse de aviá-los com mercadorias” numa relação baseada no dom e contra-dom, tal como estudado em outro trabalho sobre a mudança de posição de seringueiro cativo para liberto, nos seringais do Vale do Acre¹⁴.

Entretanto, a migração como forma de resistência à dominação não significa que o trabalhador estará livre desta, mas que se defrontará com ela sob outro contexto:

[...] a gente fica trocando de seringal. Se não dá num muda pra outro. É assim: você tá num lugar, a colocação não te ajuda, o “leite” é pouco, a produção é pouca, você tem que procurar um que dê mais prá poder se manter com a família. Porque eu digo: você vai trabalhar numa colocação, você vai cortar, aí a produção da semana você vende, daí não dá pra você comprar o mantimento da casa, daí tem de pular pra outro canto... Às vezes “pula” por mal entendimento com os patrão (sic) mesmo. O patrão querer fazer que a pessoa, que a gente faça o produto sem condição (sic). Às vezes não há mercadoria pra nossa necessidade. A condição é do trabalho. Quer vê ? Ó a comparação (sic): O noteiro [pessoa que anota o movimento das mercadorias no barracão do seringal] vai fazer a nota, aí você tem a mercadoria, vai no seringueiro e vê quanto é que dá o valor daquele produto, aí você faz a nota do que você precisa em casa, aí ele vai vê se o produto que você fez dá pra cobrir aquela nota que você fez. Se por acaso aquela nota não deu pra você comprar aquela mercadoria, ele corta a nota e divide na metade. Daí você bota 10 Kg de açúcar, e ele bota 5 Kg. Se você gasta 10 Kg de açúcar não vai passar o mês com 5 Kg. (João Dionísio, 63 anos, acreano, seringueiro).

– [...] passei muita vida difícil, já cansemo (sic) de passar. Andar viajando num caminho alagado (sic). Uma vez, nós ia se alando e dormindo nas praia (sic). Tudo isso: andar dois, três dias de batelão, e hoje em dia me queixo que vivo doente da coluna. Que viajei daqui de Brasília de resguardo duma menina que têm 14 anos, três dias sentada num batelão. Aí, daí pra cá foi essa dor... apareceu essa dor em mim e nunca mais sossegou. E dormindo na praia de resguardo, dormindo com os filhos e tudo aí... e o pessoal, e os donos de barco. E morar em casa velha, a casa caindo, embaixo dela nos cansemos (sic) de dormir também. A vez nós tava (sic) muito bem com o patrão, produzindo muita borracha e entregando, achando que tinha um dinheirinho pra receber, quando pensava que não o patrão não queria mas nós lá; nós tinha que mudar de seringal, e assim que a nossa vida foi um aperreio né? (sic) (Marlene Batista da Silva, acreana, seringueira).

Resistência, também, como sinônimo da esperança de conseguir a terra, onde o que esta em curso é um projeto camponês, tal como expressado pelos entrevistados que se

¹⁴ ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Rio de Janeiro, 1999. *Do Manso ao Guardiã da Floresta. Um estudo sobre mudança social, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA. Sobre as relações de dominação que envolvem essa forma de troca entre o dom e o contra-dom, consultar: GARCIA JR., Afrânio. "Libertos e sujeitos - Sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste". In Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 7, vol.3, junho de 1988.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de Dominação e Espaço Social*. São Paulo. Marco Zero. MCT/CNPq. 1988. LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo. Marco Zero. MCT/CNPq. 1988. NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em micalhas*. Niterói. EDUFF. 1997.

deslocam alimentados “pela sede de terra”, conforme estudou Tavares¹⁵. A sede faz com que surja o “sonho de terra”. A terra, para essas famílias, é a possibilidade não somente de criar raízes, de fixação; mas, sobretudo, de realização e conquista de direitos futuros, da possibilidade de tornar-se cidadão.

A origem dos nossos entrevistados é significativa: todos são filhos de trabalhadores rurais migrantes. O sonho é transferido, de geração em geração, para os filhos. A fala de Doralina, mãe de seis filhos, é conclusiva, sobretudo quando se refere ao futuro e aos filhos:

– As meninas já estão emancipadas. Estão casadas e os maridos trabalham também, assim, na agricultura. Uns têm um pedaço de terra outros não. Mas elas tão no Brasil. Só tenho mesmo dois rapazes comigo. Mas todos são carentes e também vivem trabalhando pra fazendeiro. Então, eu queria me localizar e localizar os filhos, assim, para ter sossego antes de morrer. (Doralina Napoleão, 60 anos, capixaba, agricultora).

A trajetória de José Maria de Jesus e de sua esposa Doralina Napoleão, na busca pela terra, é também a representação de um universo maior – de quase todos entrevistados, dos acreanos, dos goianos, dos paraenses, dos gaúchos entre outros. Os pais sempre trabalharam em terras de terceiros, tornando-se vulneráveis a ação dos proprietários; e, logo, de permanecer na terra. Condição que os transformam em migrantes indesejados e expropriados de direitos.

Para eles o fazendeiro é um oponente, uma espécie de inimigo que o impede de alcançar a terra para trabalhar. É o agente dominador e causador de tal situação, que obriga os trabalhadores ao deslocamento, à “mendigar” terra no Brasil, no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nos sindicatos, conforme me relatou ao acompanhá-lo em suas inúmeras viagens, ao INCRA.

Viver subterraneamente é manter a esperança de realização do sonho: conseguir a terra. Sonho alimentado tanto pelas constantes buscas como por estar diretamente inserido num contexto onde a questão da terra é definidora de posições. Tal busca, não por ordem de importância, se constitui na resistência mais significativa dessas trajetórias.

Dessa forma, uma das singularidades desta pesquisa não está, necessariamente, em classificar esses migrantes – que, pelas características, não se enquadram nas classificações de Martins como migrante temporário¹⁶ –, mas de tentar, através do estudo das trajetórias, superar leituras sobre migrações com abordagens demográficas, e localizadas sobre migração/imigração. Ou, ainda, sobre o debate já travado, embora não menos importante, em torno da ocupação e esgotamento da fronteira, como espaço predefinido como elementos de um processo diaspórico do trabalhador rural no Brasil.

Procurei trazer as correlações entre os problemas sociais que marcaram historicamente os processos inerentes às condições de partida como migrantes, e conhecer as forças que os impulsionaram e de que forma se estabeleceram nos lugares de chegada. De forma que a provisoriedade, uma das categorias básicas que caracteriza o migrante, estudada por Sayad¹⁷, não se torne esvaziada nela mesma. Afinal, a provisoriedade é

¹⁵ Não me proponho discutir teoricamente sobre o projeto camponês, já tão discutido no Brasil sobretudo por antropólogos e sociólogos. Consultar: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993. No debate clássico sobre campesinato, consultar: CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

¹⁶ MARTINS, José de Souza. Não há terra para plantar neste verão (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis. Vozes. 1986. pp.43-62. O autor trata do migrante temporário a partir da separação entre o tempo de produção e o espaço da produção. O migrante temporário de Martins, apesar de algumas semelhanças, difere do meu basicamente pelo fato de sua condição situar-se ora em ser um camponês, ora em ser um assalariado – uma vez que o autor estuda o trabalhador da região de São Paulo, na cultura da cana-de-açúcar.

¹⁷ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1991.

definida nas relações que se estabelecem entre o indivíduo migrante e seu destino ou diferentes contextos sociais.

Neste exercício de reconstrução de contextos históricos percebi alguns limites que se situam, inicialmente, nos próprios entrevistados, que estão como que aprisionados à sua condição de migrante ou mesmo à posição de excluído. Os espaços são reduzidos tanto em relação aos laços de amizade ou construção de grupos e comunidades como no fortalecimento de relações de dominação face a face. A estrutura determinante é a família.

Desse modo, optei por observar homens e mulheres, através das linguagens que expressam suas formas de viver a migração. As famílias entrevistadas estabeleceram a migração como alternativa de sobrevivência na terra. Os relatos identificam a resignação da condição de migrante que resiste à procura da terra, na contraposição ao outro que se mantém na terra: “– Pobre, sabe como é que é, não tem vez”. Ou então “[...] vida de pobre, sabe como é engraçada, põe o saco nas costas e vai pra’ um canto. Se o vizinho não gostar vai pro outro [...]”.

Tais expressões traduzem experiências que, antes de serem sistematizadas neste trabalho, foram incorporadas pelos entrevistados. Viver com o “saco nas costas” significa a espera de um próximo des-locamento e a reprodução dos mecanismos da migração. Significa também uma auto-representação de si, desqualificada, pois a expressão é utilizada comumente para animais de carga: são os burros, cavalos ou bois que carregam os sacos nas costas.

Assentamentos Extrativistas: organização e estrutura fundiária

Neste item, desenvolvo algumas considerações sobre a organização do assentamento a partir do reagrupamento familiar em condições de mudanças culturais, onde as estruturas que garantiam a coesão social dessas famílias foram substituídas por outras.

A forma de parentesco aqui estudada define as comunidades que se organizam de acordo com os graus de alianças, que vão desde os interesses em torno dos salários pagos a partir dos projetos de desenvolvimento, aos laços de compadrio. Emerge como uma estrutura capaz de garantir outras formas de organização social do trabalho, lazer e posição social.

Todavia, essa forma de reorganização social está limitada pela distribuição fundiária e normas definidas no Plano de Utilização, que rege sobre os recursos naturais e impõe novas condutas.

O estudo sobre as trajetórias dessas famílias contribui para perceber as diferenças e os conflitos no interior das unidades familiares de produção, bem como sobre as mudanças que ocorrem em sua totalidade. A linguagem política foi uma das principais manifestações das mudanças ocorridas no processo de transformação do seringueiro cativo em liberto (guardião da floresta).

As falas e os discursos vão recriar as novas formas de organização social, engendradas pelas conquistas e redefinição do território, da mesma forma que traduz a reconstrução das relações sociais a partir de uma mudança na divisão do trabalho e das formas de poder reconstituídas. Estes são elementos que favorecem o processo de apropriação dos espaços, a manutenção das posições ocupadas pelas lideranças que constituem o poder local, intensificando a diferenciação social em curso.

Dessa maneira, esse modelo de parentesco substitui a forma de dominação anterior, sobrepõe-se às formas coletivas de organização baseadas nas práticas de unificação de interesses e idealização de formação da comunidade fundada nos mesmos princípios de solidariedade, cuja ética se pautaria pelo respeito aos responsáveis pelas conquistas políticas e os princípios morais definiram o uso da terra e dos recursos naturais.

Essa estrutura se alterou com o apoio externo de diferentes mediações, desde os financiadores de projetos de desenvolvimento aos técnicos de instituições governamentais e não governamentais num processo de redefinição de interlocutores em substituição aos

mediadores políticos que apoiavam as lutas anteriores – os intelectuais engajados politicamente, os padres e bispos e financiadores ambientalistas.

A organização da comunidade era responsabilidade política do delegado de base¹⁸, que agregava, através do trabalho de conscientização, os grupos sociais em torno de interesses comuns, tais como as estratégias de luta pela terra, as definições de ações destinadas à melhoria das condições de vida (como a construção de escolas e de postos de saúde, implantação de plantios dentre outros).

A eleição, ou escolha do delegado foi, gradativamente, sendo definida pelos grupos formados por afinidades de parentescos. Essa forma torna-se a base de sustentação das lideranças, sejam as de representação sindical, as de conselhos ou produtivas, como as cooperativas.

A necessidade de criação de estruturas físicas cresce a partir das reivindicações das comunidades por melhorias das condições de vida, como postos de saúde, escolas, infraestrutura para escoamento da produção etc. Coube ao Estado a implementação não somente das políticas em curso, mas também a definição da modalidade de assentamento e da gestão dessas áreas. Um dos instrumentos em vigor é o Plano de Uso.

No passado recente os conflitos internos foram sufocados em nome das conquistas, das lutas do sindicato e da necessidade do reconhecimento da liderança, concomitante a consolidação de uma nova proposta de desenvolvimento baseada na sustentabilidade da Reserva Extrativista.

Paralelamente, aprofunda-se a divisão entre as práticas políticas e sociais, onde o sindicato não mais influenciou nas decisões e o poder está centralizado entre as famílias que herdaram o legado político das outras lideranças, ou souberam se apropriar da história. Dessa forma, a memória coletiva é aqui apropriada e reatualizada, como uma força quase mística, pelas práticas dessas lideranças, favorecendo a legitimidade diante dos financiadores, dos técnicos, dos organismos nacionais e internacionais.

As lideranças alternam cargos privilegiando as associações, cujas atividades são voltadas para a viabilidade de projetos de desenvolvimento ou para a “formação/qualificação” de trabalhadores, sobretudo os novos trabalhadores da floresta: os paraflorestais.

É o estudo da geração dos jovens acreanos, cuja relação mais intensa é com a cidade e não com a floresta, que vai identificar a ordem dos conflitos a serem administrados. Entretanto, o entendimento desse processo deve considerar a relação entre o seringal e a cidade, e entre o seringal e a nova forma de organização que surge de forma centralizada na contradição entre a liderança e as comunidades.

As lideranças que passaram a viver na cidade, ou que dependem desta para sua funcionalidade, foram, gradativamente, sendo incorporadas pela dinâmica que a cidade impõe, não somente em termos de posturas individuais, mas aderindo aos mecanismos burocráticos. Ocorre uma inversão, onde a colocação ou a floresta passa a ser apenas uma referência pessoal, muito embora sejam as relações em torno do parentesco e do compadrio que legitimem tais lideranças¹⁹.

¹⁸ O “delegado de base” é liderança escolhida na comunidade que integra o sindicato. Esta liderança tem um limite de atuação. Seus trabalhos estão centralizados na sua área ou no local onde mora. Sua responsabilidade é organizar a comunidade: convoca reuniões para discutir os problemas locais, repassa as informações e determinações do sindicato e outras entidades. Nos anos entre 1970 e 1980 todos os delegados de base pertenciam às Comunidades Eclesiais de Base. O treinamento, por eles realizados, para exercer a atividade de monitor era dado nas igrejas dos respectivos municípios. Via de regra, nos treinamentos de monitores havia reservado um espaço para o do sindicato. Sua atividade, aos domingos, era subdividida: fazia as obrigações de monitor, onde discutia a palavra de Deus e, em seguida, discutia as questões relacionadas ao movimento social.

¹⁹ Foi muito interessante acompanhar o processo eleitoral de dois pleitos para a prefeitura dos municípios onde lideranças eram candidatas. A crença dos trabalhadores nessas lideranças torna-se muito forte e o voto assume o lugar das alianças de compadrios para dar legitimidade ao líder. O que não significa dizer que no decorrer do mandato (anterior) o candidato não tenha exercido uma prática

Com o deslocamento do centro das atividades para a cidade, a noção de comunidade foi sendo alterada, da mesma forma que a estrutura fundiária. Se, por um lado, as expulsões de trabalhadores (1970 e 1980), intensificaram a dinâmica da população na faixa de fronteira internacional e provocando a inversão da população de rural para urbana; por outro, no interior dos seringais, favoreceu um processo de reocupados das colocações abandonadas. As famílias conseguiram se aglutinar num mesmo seringal ou em seringais vizinhos. Foi essa reocupação que determinou a mobilização da população e uma outra noção de comunidade.

Entretanto, observa-se que essa tentativa de manter as famílias próximas tem origem anterior e se manifestou nos processos migratórios, quando da vinda de nordestinos, antes ou depois da II Guerra Mundial. Muitos seringueiros migraram do nordeste e de um seringal para outro na tentativa de encontrar um parente. Durante e depois da II Guerra chegavam famílias numerosas. Não era somente um núcleo básico composto pelo pai, mãe e filhos, mas a família dos primos, dos tios, dos avós, e ocupavam várias colocações próximas num mesmo seringal.

Os patrões os nomeavam pelo sobrenome: “os Guedes”, “os Rodrigues” etc. num indicativo do poder de barganha dos chefes dessas famílias junto ao mesmo. Essa foi uma das alterações importantes nas relações de trabalho que ocorreu no passado. Assim se estabelecia uma relação de compadrio entre essas famílias e o patrão, aumentando ou diminuindo os favores pessoais e os laços de dependência. Um ex-patrão afirmou, em entrevista²⁰, que o segredo para controlar essas famílias era conquistar o chefe ou o pai.

As colocações que ficavam desabitadas iam sendo incorporadas, pelos vizinhos, através das estradas de seringa. Dessa forma, uma colocação, que possuía seis estradas, passou a nove ou doze estradas – o equivalente, respectivamente, as aproximadamente 900 e 1.200 hectares. Assim, a chegada de um parente ou o futuro dos filhos estaria garantido.

O fracionamento acontece com o casamento dos filhos, cujos direitos são iguais e independentem de idade, sexo, sucessão ou casamento. O pai, geralmente, divide as estradas de seringas doando, para que se caracterize como colocação conforme previsto no Plano de Uso, duas para cada filho. Entretanto, existem colocações fracionadas em cinco ou até mais unidades. Observei casos extremos onde duas estradas foram divididas em quatro, sob o argumento de que eram grandes, com muitas árvores. Da mesma forma, existe colocação com uma estrada e meia.

Além do fracionamento, constata-se também o surgimento da figura do agregado: um parente que fica morando na casa de outro parente porque não tem mais como dividir a colocação nem tampouco onde morar.

Dados de campo demonstram que a estrutura fundiária se modifica à medida que uma colocação em média possuía 200 hectares correspondendo a duas estradas, agora possui apenas uma ou 100 hectares. Favorecem estas alterações as necessidades de plantios com agricultura, e principalmente, a criação de animais e a pecuária, que vem crescendo de forma acelerada nessas áreas, especialmente em função do crédito.

Em cada unidade de produção existe, no mínimo, um roçado que mede de um a três hectares, duas capoeiras (área que foi roçado e está em descanso e cuja tendência é ser transformada em pasto) com dois hectares cada. O pasto, por sua vez, tem sua área variando entre cinco e 50 hectares.

clientelística. LANDÉ, Carl. “Political clientelism in political studies. Retrospect and prospects”. In: *International Political Science Review*, vol. 4, n.º 4, 1983.

²⁰ Entrevistas realizadas com ex-patrões no período entre 1990 e 1994. Nos relatos, foram mencionadas várias estratégias de convivência entre trabalhadores e patrões. Dentre essas é possível enumerar várias manifestações de sedução, tanto pelos patrões, como pelos trabalhadores. O apadrinhamento e o favor tomaram formas distintas de relações que não cabem neste trabalho. Cf. ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *op. cit.*

Num trabalho de campo – que exigiu dedicação e auxílio de outros equipamentos, tais como GPS, leitura de coordenadas, bem como o apoio de outros pesquisadores – foi realizado um levantamento total das colocações para se obter as seguintes informações: tamanho de pastos, roçados e capoeiras. No caso do PAE Chico Mendes ou Cachoeira, com 29.532 hectares, constatou-se que o fracionamento atingiu 27% da área; e aumentou a área de pastagem em detrimento das capoeiras (que teve sua área reduzida em 73,5 %). O crescimento do rebanho bovino foi de 73,5% e a área desmatada foi de 54,5%. Esse crescimento do rebanho bovino, considerando a redução das capoeiras, é proporcional ao índice de desmatamento.

Dessa forma, constata-se que mesmo as áreas de assentamentos agroextrativistas estão passando por alterações estruturais que têm na manutenção da unidade familiar seus fatores determinantes.

O Estado e o processo de racionalização dos recursos naturais

As contradições e exigências deste processo de transformação social em curso estão evidenciadas em condições concretas, mas determinadas a partir das instâncias e instituições formadoras da “nova” ordem. As lideranças, ao aceitarem a estratégia de implantar as Reservas Extrativistas como unidades de preservação ambiental, no âmbito administrativo do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), e ao racionalizar o uso dos recursos naturais, através do Plano de Utilização, não tinham consciência das limitações do que seria viver numa área de Preservação Ambiental.

Ao reconhecer as Reservas Extrativistas como área de interesse social e ecológico (Decreto n.98.897 de 30.01.1990) e transferi-las para a gestão da esfera ambiental se instituiu organicamente dentro do IBAMA, uma unidade de apoio específica, destina à gestão destas áreas que proliferaram em todo o país, o CNPt (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), concentrando na sua própria sigla a diversidade de trabalhadores que até então conformavam grupos específicos que habitam a floresta, como índios, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, caucheiros, açazeiros, babaçueiros, etc. Categorias que adquiriram identidade políticas no processo de construção da unidade dos “Povos da Floresta”, por ocasião do II Encontro Nacional de Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta.

Ao serem incorporadas sob a denominação de “populações tradicionais”, toda a diversidade e a identidade política de “Povos da Floresta” são substituídas e desprovidas de significado. Entretanto, os trabalhadores nunca se autodenominam de “populações tradicionais”, terminologia que se adequou ao processo de centralização do Estado. Esse processo esvaziou instituições políticas anteriores, como o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o próprio sindicato, embora não se possa atribuir somente ao Estado os acontecimentos que provocam esse esvaziamento.

O CNPt é o órgão descentralizado do IBAMA, cuja finalidade é “promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais [...]” (Uma Agenda Humana para a Conservação Ambiental – CNPt/IBAMA). De forma direta, as populações seringueiras passam a ser administradas por um órgão que, a princípio, não se coloca como formulador de políticas públicas, mas de gestor das atividades demandadas e em execução, complementando sua atuação no âmbito do IBAMA através da legislação ambiental. A atuação deste órgão estatal vem sendo direcionada para três linhas de trabalho: a) Organização social e capacitação das populações tradicionais; b) Gestão participativa dos recursos naturais; e c) Incremento de alternativas econômicas sustentáveis que diminuam a pressão sobre os recursos naturais.

O estudo mais aprofundado sobre o papel do Estado na RESEX Chico Mendes, que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudo sobre Sociedade e Meio Ambiente, deverá analisar o significado dos “técnicos do Estado”, substituindo e controlando esses trabalhadores, sobretudo através da organização social, anteriormente, função política do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Para este ensaio, limito-me a demonstrar as mudanças ocorridas, através da instrumentalização necessária para que se efetivasse no âmbito do Estado, o controle e a racionalização dos recursos naturais: O Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes.

O “Plano de Uso ou Estatuto da Reserva”, como é qualificado pelos moradores, começou a ser discutido com as “comunidades” em 1992, coordenado pelas instituições de representação política dos seringueiros, sindicatos (STRs) e Conselho Nacional (CNS). Entre os conflitos e as formas possíveis de estruturação das condutas, os trabalhadores participantes das discussões manifestavam preocupações relacionadas às formas atuais de reprodução, tanto econômica como social, com importância relevante para a preservação da unidade de produção familiar.

Diferenças que marcam um tempo anterior à presença do Estado podem ser percebidas quando da elaboração do primeiro Plano de Uso (1992) e o Plano vigente, publicado no Diário Oficial da União em 1995. Estas podem ser mencionadas através da comparação entre o registro dos documentos constantes nos arquivos do CNS e as atas dessas reuniões. Os problemas mencionados, segundo os seringueiros, eram ocasionados por fatores externos; foram os grandes desmatamentos ocorridos nas áreas em torno da RESEX que impactaram, no seu interior, afastando e exterminando os animais, prejudicando os leitões dos rios e igarapés e reduzindo, conseqüentemente, a quantidade de peixes.

A questão em pauta sobre a escassez da fauna, sobretudo dos animais que conformavam o hábito alimentar dessas “comunidades”, como veado, tatu, capivara, macaco, paca e jabuti, além de outras já extintas, traduzia uma demanda alimentar da própria comunidade. A problemática não parecia de fácil solução, uma vez que a RESEX passava a se constituir numa área cercada por fazendas, projetos de colonização, estradas e a fronteira com a Bolívia.

A proposta definia alguns encaminhamentos como a criação em cativeiro de animais, cuja carne seria para consumo e comercialização. Animais em extinção não seriam caçados, nem era permitido caçar com cachorros, pois na explicação dos moradores, estes “espantavam a caça para longe”. Esta última proposta causou grande polêmica e dividia os participantes em torno da proibição, que implicava a suspensão imediata de uma prática quase secular. Não existe colocação sem cachorros. Além do “companheiro” que percorre as estradas de seringa com o trabalhador, ele também o protege e “acua a caça”, indicando o local onde está o animal, impedindo sua fuga. Tal medida significaria a redução da “mistura” na alimentação. Com efeito, ainda hoje, o problema permanece sendo motivo de conflitos, pois muitos moradores continuam criando cachorros.

O uso do espaço e dos limites das colocações é atingido de forma a restringir a unidade de produção, alterando as regras de convivência. Antes do Plano de Utilização não existiam “cercas” nas colocações. Os animais eram criados livremente e fugas eram motivos para uma “prosa” ou desacordos que se resolviam entre os moradores. Com o “Estatuto”, os conflitos relativos aos limites entre “colocações” são de responsabilidade dos fiscais da RESEX.

Fica evidente que as preocupações eram quanto às condições de reprodução econômica da família. Roçados, pastos e o tamanho da colocação, que implica o total mínimo de três estradas de seringa, estavam no centro dos conflitos. Com as proibições sobre o percentual da área a ser desmatada, aumentava entre a população o receio de que não seria possível “abrir novos roçados”, criar bois ou, que a área permitida para tais atividades fosse muito reduzida.

As determinações que prevaleceram para a última versão do Plano de Utilização, item 6, pág.24 foram: a) Os roçados e pastos poderão ocupar até 10 % da área da colocação, b) “[...] cada família só poderá ter uma colocação e será considerada colocação uma unidade, com o mínimo de duas estradas de seringa; c) É proibido, a partir da homologação deste documento, usar estradas de outras colocações. As estradas devem pertencer às respectivas colocações” (Plano de Utilização, item 6, p. 24). Estas determinações não levam em consideração os conflitos mencionados, relativos às condições necessárias para a manutenção da estrutura familiar nos antigos seringais. Antes

do “Estatuto”, um filho se casava e ia morar próximo da família, na mesma colocação ou na mais próxima, garantindo não somente a manutenção das formas de convivência, mas a mão-de-obra familiar. Tal interdição provocou um processo de fracionamento nas colocações atuais, onde cada filho que casa e fica na colocação tem o direito de duas estradas de seringa, o que não garante a reprodução da unidade familiar com a produção da borracha e estes, obrigatoriamente, passam a diversificar a produção.

Tais formas, que moldam comportamentos a partir da racionalização dos recursos naturais, recoloca em discussão o caráter multifacetado do Estado, entendido como um campo de construção e de institucionalização de disputas em termos do controle de recursos e direcionamento de processos e de posições sociais. O CNPt, ao sistematizar tais polêmicas, redefiniu relações nos seringais, sobretudo a relação do homem com a natureza e com o Estado, antes onipresente para esses trabalhadores. Elaborou sobre situações conflituosas, a partir de sua lógica, retirando dos seringueiros o controle dos recursos naturais, inclusive da posse da terra, também prevista no “Estatuto”, conforme Art. 4º parágrafo 1º (O direito real de uso será concedido a título gratuito), e parágrafo 2º (O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo IBAMA e conterá cláusulas de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão “intervivos”).

Considerações finais

A reunião no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília, revelou situações que elucidaram não somente a hierarquização dos espaços, como também “o estranhamento” entre os assentados e os “migrantes/convidados”. A partir de então tornou-se perceptível um processo de alienação de si e dos espaços definidos na luta pela terra, onde ninguém se reconhece como igual.

O estranhamento que produz a visão do outro, neste caso, reforça a condição de “migrante”, agora não mais imposta por fazendeiros e madeireiros, mas pelos próprios trabalhadores, que há apenas trinta anos atrás compartilhavam o mesmo espaço e as mesmas privações impostas pelos patrões-seringalistas. Os trabalhadores seringueiros da RESEX, representados pelas lideranças, ao negar a possibilidade de assentar tais famílias mantêm a condição de provisoriedade, categoria básica para o entendimento da condição de migrante, como estudou Sayad²¹. Provisoriedade mantida pela “ilusão”, neste caso, não somente de três parceiros, a saber: a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e “os próprios emigrantes/imigrados”, mas também dos trabalhadores seringueiros guardiães da floresta, agentes do desenvolvimento sustentável na região.

Refiro-me à alteridade e à particular visibilidade do Outro, daquele que ainda não se confunde conosco, nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do Nós, no sentido que Hall²¹ define a diáspora, que se apóia sobre uma concepção binária de diferença. Esta fundada sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção do Outro e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Na ampliação deste trabalho menciono ainda o viver nos limites como condições da vida subterrânea, não somente nessa fronteira, mas na própria periferia das cidades do Acre, idéia que desenvolvo a partir das ambigüidades que daí se originam. Como enfatiza Martins²², demonstrando que a fronteira não se reduz a limites geográficos: Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), do espaço, de culturas e visões de mundo, de etnias, da História e da historicidade do homem. É, sobretudo, fronteira do humano.

Foi um choque constatar que atravessando um pequeno rio com dez metros de largura (Chipamano) ou apenas um ramal (Brasil-Bolívia) estaria diante de situações onde o ser humano está no seu limite histórico. Foi diante das múltiplas e fragmentadas realidades da fronteira que me deparei claramente com as dificuldades do que é fazer História, a história

²¹ SAYAD, Abdelmalek. A Imigração. São Paulo. EDUSP. 1991.

das ações que superam necessidades, transformam as relações sociais e criam a humanidade do Homem.

A diversidade de situações que se entrecruzam somente podem ser percebidas através dos contextos que recobrem as diferentes linguagens. A multiplicidade de experiências que caracterizam as famílias estudadas é um dos aspectos conflitantes para o pesquisador, mas ao mesmo tempo enriquecedor por permitir traçar comportamentos comuns e contraditórios. Nesse sentido, o contexto é também uma referência histórica, além de organizador das relações sociais.

Percebi que os espaços são definidos pelas “fronteiras humanas”, pois os assentados também estão no “limite” da sua condição, são estes indicativos da permanência ou não de uma posição ou de construção de identidades. O modelo de desenvolvimento sustentável, que se inclui a Reserva Extrativista e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, é excludente pela definição que o recorta - os recursos naturais -, e molda comportamentos. A posição dos seringueiros assentados é constantemente ameaçada, não somente pelos madeireiros ou fazendeiros, mas a estrutura fundiária definida para estas áreas não poderá resistir ao fracionamento, as pressões externas que avançam, através do manejo madeireiro, das fazendas e das estradas que circundam tais delimitações.

A forma de organização baseada no parentesco seja consanguíneo, religioso ou vizinhança provoca rupturas, sobretudo nas instancias de deliberações coletivas, como sindicatos, cooperativas, dentre outras e, desse modo, “ameaçam” também, a legitimidade das lideranças, cujas famílias concentram o poder de decisão. Surgem outras associações como forma de questionamento. Por outro lado, o Plano de Uso não contempla um dos problemas centrais, a relação do homem com a floresta a partir da organização familiar.

Percebi, igualmente, que uma problemática sociológica é apenas uma noção que serve para iniciar um trabalho, pois ao se privilegiar os trabalhadores que vivem escondidos embaixo das grandes árvores, os limites de suas ações extrapolam, não somente as problemáticas definidas pelo pesquisador como as do próprio contexto. A noção de contexto torna-se subjetiva. Talvez pela imposição, as práticas sociais tornam-se imprevisíveis, pois estas ocorrem nos limites entre os encontros e os desencontros.

Bibliografia

ACRE. Plano de utilização da reserva extrativista Chico Mendes. Brasília: IBAMA, 1995. Anexo 1, item 6.

ACRE. Relatório socioeconômico da reserva extrativista Chico Mendes. CNS/Rio Branco: 1992.

ACRE. Relatório socioeconômico da reserva estadual do Antimari. Rio Branco/FUNTAC: 2002.

ACRE. Relatório socioeconômico da gleba Mary e Floresta. CNS/Rio Branco: 2001.

ALBUQUERQUE, G. R. de. São Paulo, 2001. Espaço, cultura, trabalho e violência no Vale do Juruá – Acre. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

_____. Natureza, cultura, poder e violência no Vale do Juruá – Acre. In: Projeto História, n.º 23. São Paulo: EDUC, s/d.

ALMEIDA, A. W. B. Continentalização dos conflitos e transformação na geopolítica das fronteiras. In: A questão agrária extrapola fronteiras, ABRA, nº 03, vol. 23, Setembro-Dezembro, 1993.

_____. A exportação as tensões sociais na Amazônia: brasivianos, brasuelanos e brajolas. Identidades construídas no conflito. In: Revista Travessia. Janeiro-Abril, 1995.

- ANTONACCI, M. A. M. Atravesando el Atlântico: españolas em São Paulo. In: Historia Antropologia y Fuentes Orales, n.º 28, 3.ª Época – Escenarios Migratórios, 2002.
- _____. Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e natureza. In: Projeto História, n.º 18, São Paulo: EDUC, 1999.
- BEAUD, S. “Un ouvrier fils d’immigrés, “pris” dans la crise: rupture biographique et configuration familiale”. Trajectoires. Genèses. Sciences Sociales et Histoire, 24. Paris: Editions Belin, 1996.
- BHABHA, H. K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BILAC, E. D. Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. O desencantamento do mundo. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- _____. Célibat et condition paysanne. In: Études Rurales, n.º 5-6, 1962
- BRASIL/BOLÍVIA. Centro de Estudos e de Pastoral do Imigrante (CEPEMI). Realidade dos seringueiros brasileiros na Bolívia. Ji-paraná/Rondônia: Vicariato de Pando (BO)/Diocese de Rio Branco (AC), 1991.
- CANCLINI, N. G. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CASTRO, M. G. Latinos nos Estados Unidos – Unindo Américas, fazendo a América de lá ou perdendo a nossa América? In: Revista Travessia. Setembro-Dezembro, 1991.
- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- _____. The theory of peasant economy. Illinois: American Economic Association, 1966.
- DE CERTEAU, M. A cultura no plural. Campinas: Papyrus, 2003.
- D’INCAO e MELO, M. C. O. Bóia-fria: acumulação e miséria. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- DUBAR, C. Trajectoires sociales et formes identitaires: clarifications conceptuelles et methodologiques. Trajectoires cheminentes. Societes Contemporaines. n.º 29, Paris: L’Harmattan, 1998.
- DUBAR, C.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ESTEVES, B. M. G. Rio de Janeiro, 1999. Do Manso ao Guardião da Floresta. Um estudo sobre mudança social, a partir da Reserva Extrativista Chico Mendes. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA.
- _____. O deslocamento do fazer político na reserva extrativista Chico Mendes. In: Projeto História, n.º 23. São Paulo: EDUC, s/d.
- FANON, F. Los condenados de la tierra. Fondo de Cultura Económica. México (DF): 2001.
- GIDDENS, A. The consequences of modernity. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GODELIER, M. Racionalidade e irracionalidade na economia. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, s/d.
- _____. Produção, parentesco e ideologia. In: CARVALHO, Edgard de Assiz (org). Godelier. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

- HALBWACHS, M. Lês cadres sociaux de la mémoire. Paris: 1925
- HALL, M. Italianos em São Paulo (1880-1920). Anais do Museu Paulista, n.º 29, 1979.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 4.ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. Da diáspora (identidades e mediações culturais). Belo Horizonte: UFMG/ UNESCO, 2003.
- _____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: VOZES, 2000.
- _____. Fantasy, identity, politics. In: CARTER, E., DONALD, J. & SQUITES, J. (orgs.). Cultural remix: theories of politics and the popular. Londres: Lawrence & Wishart, 1995.
- HOGGART, R. As utilizações da cultura. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Vol .1. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- LANDÉ, C. Political clientelism in political studies. Retrospect and prospects. In: International Political Science Review, vol. 4, n.º4, 1983.
- LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. São Paulo/Petrópolis: EDUSP/Vozes, 1976.
- MARTINS, J. S. Antropofagia e barroco na cultura latino-americana. In: A chegada do estrangeiro. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MEDEIROS, L. S.; e LEITE, S. P. A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: UFRS, 1999.
- NEVES, D. P. Reforma agrária: assentamentos rurais em migalhas. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.
- _____. Diferenciação socioeconômica do campesinato. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortez Editora/ANPOCS, 1985.
- _____. Engenho e arte: estudo do processo de interdependência entre agricultura e indústria na região açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1988.
- SANTOS, J. V. T. Matuchos: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1991.
- SINGER, P. Os novos nômades. In: Movimento, n.º 18, 3 de novembro de 1975, São Paulo.
- SPRANDEL, M. An. Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do Cone Sul. In: Revista Travessia. Setembro-Dezembro, 1991.
- THOMPSON, P. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. In: Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, São Paulo: HUCITEC, 1993.
- WEIL, S. (org.) A condição operária e outros estudos sobre a opressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

WOLFF, C. S. A construção da sustentabilidade nos seringais em crise: uma questão de gênero. Alto Juruá, Acre/Brasil: 1912-1943. In: Projeto História. n.º 23, São Paulo: EDUC, 2001.

WOORTMANN, E. F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo/Brasília: Hucitec/ Ed. UNB, 1995.

Campesinato e reenquadramento sociais: os *agricultores familiares em cena*

Delma Pessanha Neves

Doutora em Antropologia Social pela UFRJ (1988)

Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF

Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq

Representante titular do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária – IDACO, na Câmara Técnica de Crédito Rural, vinculada ao CEDRUS-RJ, desde a implantação do PRONAF neste estado, em 1996.

Endereço profissional: Centro de Estudos Gerais, sala 325, Bloco O, Departamento de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, *campus* do Gragoatá – São Domingos, 24.120-350 – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Telefone: (21) 2629-2867; Fax: (21) 2629-2867

Endereço eletrônico: mdebes@provide.psi.br

Resumo

No artigo, sistematiza-se uma análise de processos de constituição de adesões à simultânea formação da categoria sócio-profissional agricultores familiares e dos respectivos agentes de desenvolvimento, dotados de competência para referenciar o processo e para assegurar reconhecimento econômico e político ao setor da agricultura familiar. A análise enfatiza algumas das reflexões elaboradas por agrônomos para projetar o quadro institucional correspondente aos objetivos prenunciados.

Palavras-chave: agricultor familiar, extensão rural, enquadramento institucional.

Resumen

Campesinado y reencuadramiento sociales: los agricultores familiares en la escena

En el artículo se sistematiza un análisis de procesos de constitución de adhesiones a la simultánea formación de la categoría socio-profesional *agricultores familiares* y de los respectivos agentes de desarrollo, dotados de competencia para referenciar el proceso y para asegurarle el reconocimiento económico y político al sector de la *agricultura familiar*. El análisis enfatiza algunas de las reflexiones elaboradas por agrónomos para proyectar el cuadro institucional correspondiente a los objetivos prenunciados.

Palavras clave: agricultores familiares, extension rural, reencuadramiento social.

Abstract

Peasantry and social framing: the family farmers in scenario

It is systematized, in this work, an analysis of processes of constituting adhesion to simultaneous formation of the socio-professional family farmers category and its relative development agents, recognized as competent and able to reference the process and assure economical and political reliability to the family farmer sector. This analysis emphasizes some of the thoughts elaborated by agronomists in order to project the corresponding intuitional board to the predicted objectives.

Key words: family farmer, rural extension, institutional framing.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 8, n. 7	pp. 68-93	Jul./Dez. 2005
--------------	---------------------	-------------	-----------	----------------

Venho-me dedicando à compreensão de algumas das circunstâncias pelas quais a categoria *agricultura familiar* emergiu sob rápido consenso, aglutinando, num mesmo sistema de comunicação temática, diversos agentes sociais. Por um lado, os representantes políticos dos agricultores e trabalhadores rurais; por outro, os funcionários e *experts* da elaboração de princípios norteadores da objetivação de políticas públicas. E ainda boa parte de produtores intelectuais de várias disciplinas que passaram a se dedicar ao tema. Entre estes, destaco os que estão engajados na formação de profissionais em consonância com os ideários referenciais para o novo quadro institucional, estrutura organizacional que se faz necessária ao projeto político de construção da categoria socioeconômica *agricultor familiar*.

Dos autores brasileiros que vêm investindo no reconhecimento dessa categoria sócio-profissional sob novos parâmetros classificatórios, são amplamente reconhecidas as contribuições de Abramovay, 1992; Bergamasco, 1995; Carneiro 1997; Graziano da Silva, 1996; Moreira, 1997; Schneider, 1999; Simões de Carvalho, 1995; Veiga, 1995 e Wanderley, 1995. Além disso, vale ressaltar o investimento dos pesquisadores do NEAF – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (Universidade Federal do Pará) que, mesmo assistematicamente, editam, desde 1996, a revista *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*.

O texto da quarta capa da citada revista é exemplar na demonstração dos meios empregados para produzir o engajamento coletivo de pesquisadores e demais atores em torno da questão. Devo frisar que tais meios são procedimentos fundamentais para criação e reconhecimento social dos campos temático e político que vieram então a se constituir.

A revista “Agricultura Familiar” publicação do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) do Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem por objetivo estimular o debate sobre o futuro da Agricultura Familiar no Brasil e nos países vizinhos, considerando a contribuição que a pesquisa pode dar ao desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável do ponto de vista social, econômico e ecológico. A Agricultura Familiar brasileira é mal conhecida e objeto de muitos preconceitos, embora numerosos exemplos históricos demonstrem sua capacidade de resistência e de adaptação, assim como seu potencial para contribuir a um desenvolvimento nacional socialmente mais justo, com um potencial de produtividade econômica elevado.

Esta revista pretende aprofundar a discussão dos diversos enfoques e metodologias que permitam ligar resultados de pesquisa, formação e desenvolvimento. A interdisciplinaridade aparece como uma necessidade imprescindível no estudo da dinâmica da Agricultura Familiar e, sobretudo, para contribuir ao seu desenvolvimento. Assim serão bem recebidas contribuições com enfoques disciplinares diversos, como o das ciências agrárias, da ecologia e das ciências humanas (antropologia, ciências políticas, economia, geografia, sociologia). Artigos tratando de outros segmentos da produção familiar (pesca, extrativismo, setor informal) também serão aceitos de maneira a estimular comparações com a atividade agropecuária. Prioridade será dada às contribuições de natureza interdisciplinar e/ou que discutam as ligações entre os trabalhos de pesquisa apresentados e o desenvolvimento. (Quarta capa. *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, v. 1, n. 2, 2000)

Essas referências estão muito longe de abarcar o conjunto de autores que se mobilizaram para constituição de novas categorias analíticas e princípios de reflexão, mesmo quando o empenho não se objetivava em categorizações precisas, mas convites em aberto à reflexão, exemplificados por muitos dos integrantes da coletânea organizada por Ferreira e Brandenburg (1998), mas também pelas contribuições de Almeida (1999).

Rapidamente o tema *agricultura familiar* se constituiu em objeto de pesquisa, de disciplinas e de cursos profissionalizantes. O volume de títulos torna agonística qualquer intenção de elaborar resenhas bibliográficas.

Os modos de constituição desse processo de produção de adesões, a meu ver, ainda estão por ser estudados. Este artigo¹ configura-se como exercício analítico sobre algumas das relações sociais subjacentes a um dos primeiros investimentos, todavia ainda em curso, motivo pelo qual ele se apresenta sob inúmeros desdobramentos. Valorizo um dos principais efeitos desses investimentos, qual seja o empenho coletivo de reflexão sobre propostas de construção de aparatos institucionais destinados ao enquadramento dos produtores mercantis, isto é, entre nós, *pequenos produtores agrícolas, sitiantes* ou, no plano mais acadêmico, camponeses, enquanto *agricultores familiares*. Considero algumas das formas como segmentos específicos de agrônomos tomaram como deles, os objetivos da constituição da categoria social *agricultor familiar*. Por esta adesão, eles se atribuíram o papel de construtores de referências para criação de quadros institucionais que viessem a possibilitar o reconhecimento da importância do papel da categoria socioeconômica *agricultor familiar*. Todavia, por consequência ou condição, também se dedicaram à recuperação do reconhecimento social e da importância do exercício profissional do agrônomo como agente de desenvolvimento social. Os textos e autores por mim selecionados para este restrito exercício analítico destacam, enquanto condição imediata, a valorização do investimento na capacitação ou na profissionalização de agricultores e na formação de agentes de desenvolvimento social, ambos por comunhão de interesses políticos básicos.

Pauto-me na pressuposição da importância de se entender como a construção do reconhecimento desse amplo segmento de produtores, afiliados a programas governamentais sob a qualificação de *agricultor familiar*, torna viável o corolário processo de construção de princípios e do aparato institucional para assistência técnica, aqui, em face do contexto tomado em consideração no artigo, identificada como ATER – assistência técnica e extensão rural, tal qual nomeada pelos profissionais a ela dedicados.²

É lugar comum nos textos que vêm sendo produzidos sobre a construção de *novas* modalidades de ATER, a defesa dessa associação ou dessa inovadora simbiose, embora invertida na ordem de antecedência: só será possível o processo de desenvolvimento social e econômico pela valorização do *agricultor familiar*, se este puder contar com o apoio sistemático da assistência técnica. E por esta intenção de produzir verdade coletivamente aceita, os autores assim empenhados se vêem diante da explicitação de *mea culpa* público, (des)valorizando, no passado, as proposições, as alianças políticas e as referências, hoje, pelas subseqüentes gerações, condenadas.

Reorganizar el modelo de desarrollo rural de Brasil, basado en la potencialidad de la agricultura familiar, requiere un amplio proceso de cambios institucionales destinados a proporcionar un soporte eficiente y eficaz a este tipo de productores. Entre éstas transformaciones, la construcción de una nueva asistencia técnica y extensión rural (ATER) es

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada na 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de pesquisa: Campesinato e representações do rural: reprodução e reenquadramento sociais, ocorrida em Olinda, de 12 a 15 de junho de 2004.

² Tenho, desde alguns anos, dedicado-me ao estudo das relações sociais entre agricultores e agrônomos, especialmente os extensionistas. Por esta proposta de reflexão, elaborei alguns textos: Neves, 1987, 1997a, 1997b, 2002, 2003a, 2003b, 2003c. Este artigo é parte de um projeto mais amplo, que continua a levar em consideração, a partir de textos expostos em congressos (alguns publicados), a construção coletiva de uma reflexão em torno de novas alternativas de constituição da assistência técnica rural. No bojo destas intenções, associadamente a Dalva Mota, pesquisadora da EMBRAPA e doutora em sociologia, vimos propondo a organização de GT nos Seminários da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção. Nossa intenção fora e continua sendo a de facilitar a publicidade e a sistematicidade deste esforço que, uma vez coletivo, possa também se constituir em objeto de reflexão.

una de las tareas estratégicas para asegurar a los productores rurales familiares un apoyo técnico adecuado. Esta adecuación debe tener en cuenta los nuevos desafíos generados e el entorno económico caracterizado por la economía globalizada y las exigencias de competitividad de los mercados.

El presente artículo pretende contribuir al análisis de este problema insistiendo sobre nuevos enfoques para orientar las transformaciones institucionales que se hacen necesarias. En la primera parte se identifican y analizan algunos de los recientes procesos que han contribuido a modificar sustancialmente el entorno de la ATER, avanzando pistas que pueden explicar porqué ésta no llega a satisfacer las nuevas demandas. La segunda parte del texto está destinada a proponer elementos para una nueva agenda de trabajo, teniendo en cuenta la participación de nuevos actores presentes en el proceso de ATER, tales como las ONG's y los movimientos sociales. (MORENO e FLORES,1992, impresso).

Diante de tal associação, o produtor desejado como ator básico dessa forma de desenvolvimento social é reconhecido e construído pela expansão dos vínculos com o mercado; mas participa do processo por representação delegada ou por aliança com funcionários vinculados a organizações governamentais e não-governamentais. Essas alianças são consagradas para a demonstração da necessidade de reversão do atual quadro institucional de objetivação de políticas agrícolas.

Cada processo de integração pressupõe um quadro institucional de viabilidade de novas posições, emergidas em face do acesso a recursos materiais e simbólicos. No caso dos investimentos capitaneados pelo aparato agregado à constituição do PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (1996), sob a defesa da implantação de formas institucionais de participação política delegada e verticalizada, sob a valorização de formas organizacionais celebradas por parcerias de órgãos públicos e privados, as resoluções se tornam fragmentárias e desencontradas, quase sempre laureadas pelos atributos da formatação, mas, por consequência, de resolução deficitária.³ Além disso, são incorporadas instituições cujos porta-vozes nem sempre se coadunam com os compromissos inerentes à causa. No contexto em foco, elas se agregavam para oferta, sob terceirização, de recursos definidos pelos coordenadores do programa como universalizáveis, de norte a sul do país, como se os saberes não se fundamentassem em suas localizações sociais e em processo de incorporação de princípios de pensamento. Informações eram distribuídas como se por si sós bastassem para constituir saberes e hábitos diretores de pensamento. Os extensionistas, volto a frisar, no contexto em que os autores selecionados como fonte de análise elaboraram os dados aqui em pauta, eram cada vez mais raros e punidos diante da inserção para a qual foram constituídos, como se apenas neles estivessem as causas dos desencontros culturais. Outros profissionais foram improvisados como se bastasse a mudança da pessoa, etnocentricamente generalizável como resistente à mudança. Tudo isto para atender à racionalidade do Estado poupador de transferências financeiras quando dirigidas aos relativamente excluídos do acesso a muitos dos bens coletivos da sociedade. Deslocamentos para resoluções locais ou municipais tendem a submeter políticas e programas aos sabores dos sopros dos ventos favoráveis ou desfavoráveis segundo o prefeito progressista, populista ou conservador. A exacerbada imaginação sustentada na burocracia, no contexto, impedia de se pensar na construção de instituições que ultrapassassem o universalismo e a mesmice das cooperativas e das associações, quase todas nati-mortas.

Muito geralmente, as alternativas que os significados que vêm sendo atribuídos ao termo *agricultura familiar* podem oferecer ao debate, destacam as vantagens do abandono do recorrente e incômodo desacordo em torno dos significados, na sociedade brasileira, associados aos camponeses e aos pequenos produtores mercantis (atrasados, resistentes

³ A análise dessa forma de organização institucional do PRONAF foi por mim apresentada in Neves, 2003c.

à mudança, semialbetizados e tantos outros mais desabonos sociais). Lamentavelmente, no mesmo roldão que consagrou o termo *agricultura familiar*, também ocorreu certo abandono ou secundarização do patrimônio cultural e intelectual correspondente às reflexões em torno de formas de exploração da atividade agrícola reconhecidas como camponesas ou, no Brasil mais ainda, pequena produção agrícola.⁴ A depuração de atributos até então, sob certos pontos de vista, construídos pela negatividade, em grande parte explica a atracção a um suposto seguro porto semântico. Outrossim, destaca as expectativas de criação de um agricultor segundo os modelos vislumbrados pelos profissionais dedicados ao seu enquadramento institucional. Além disso, os significados no processo atribuídos aos agricultores libertam os que fazem uso dessa categoria classificatória, das explicações sobre graus de exclusão social e de mudança dos produtores agrícolas. Eles também subtraem do debate questões outrora relevantes para a reflexão acadêmica, porque também para o campo político e a prática social, como expropriação, emburguesamento, condições diferenciadas de compra e venda de força de trabalho, visões de mundo (mesmo que supostamente fossem por alguns percebidas como fatores de realimentação da resistência à modernização). Ora, tais produtores, por esse mesmo desqualificado reconhecimento, eram vistos como excluídos dos benefícios tecnológicos que se fundamentavam em outras formas de saber. Por conseguinte, o *agricultor familiar* se apresenta como um agente social em gestação, capaz de corresponder a diferenciadas expectativas, agora vinculadas a novos modelos criados para reafirmar outros processos de modernização social.

Os significados atribuídos à categoria *agricultura familiar* identificam a posição do comunicador frente à mudança desejada ou em curso; particularizam o processo de construção de uma nova crença coletiva integradora (cf. BOURDIEU, 2002). Enquanto categoria nominal e instrumental ao trabalho de delimitação e de construção de identidade, ela distingue segmentos: sobressai a contraposição ao empresário rural produtivista, tecnicista e predador. Realizadas as condições projetadas, o uso da categoria nos termos acima explicitados poupa o interlocutor de explicações sobre a vinculação dos agricultores a uma modernidade valorada e reconhecida em outros contextos de desenvolvimento econômico mais avançado; e facilita a inclusão de temáticas problematizantes da classificação, ainda que naturalizadas e dotadas de positividade: dupla atividade ou pluriatividade. Explicita então o urgente trabalho intelectual de produção de categorias analíticas. Além disso, também elucida o acordo em torno de uma diferenciação reconhecida, que englobava camponeses, *farmers*, produtores mercantis, neo-rurais etc. Afinal, serve de âncora aos profissionais vinculados às intervenções institucionais de cunho desenvolvimentista, que tomam os agricultores assim classificados como protótipos de uma boa sociedade por vir: solidária e sustentável.

Por todos esses fatores assim contemplados (mas também por mim, para efeitos de demonstração, caricaturados), o uso da categoria sob tais significados iguala as condições de produção teórica de intelectuais dos mais diferenciados países, esforço, por exemplo, coroado por Lamarche (1993), num grande investimento de coordenação de pesquisa comparativa sobre condições sociais de existência de *agricultores familiares*.⁵ Esforço

⁴ Aproveito a oportunidade para insistir na valorização dos investimentos intelectuais objetivados no sentido de tornar conhecidas as condições sociais de existência dos entre nós até então acordados pequenos produtores agrícolas ou, com algumas ressalvas, camponeses. Não são desprezíveis a massa de textos elaborados sob a forma de livros, artigos, dissertações, teses e relatórios; e os registros de seminários e congressos que a temática permitia organizar e agregar participantes. Abandonar todo esse conhecimento diante de mudanças, mesmo que legítimas e desejadas, é negar os processos reais e desconsiderar memórias coletivas tanto dos pesquisadores e funcionários, como dos próprios produtores hoje conclamados à mudança de percepção de si mesmos e, assim, de posição social.

⁵ Tamanho englobante acordo consensual produziu, inesperadamente, desdobramentos esterilizadores na academia, superdimensionados nas simplificações que se seguiram. A uma reificada lógica sustentada nos princípios de articulação entre trabalho (familiar) e gestão, orientados por projetos (também) familiares, e no distanciamento das relações e dos cálculos identificados a

também assegurado por profissionais vinculados às ciências sociais, alguns deles, por vezes, adotando perspectivas mais normativas; ou afiliados politicamente à construção (re)atualizada do mito fundador do pensamento social, a boa sociedade, agora democrática, mais justa ou sustentável.

A extensão rural e o *agricultor familiar*

Pela proposta de trabalho aqui apresentada, quero qualificar alguns dos investimentos realizados por pesquisadores que, no horizonte intelectual e político, integraram-se ao projeto coletivo de elaboração de quadros mentais e institucionais de mediação, no bojo da constituição social e política do *agricultor familiar*. A análise estará pautada em alguns dos textos que foram apresentados na Sessão IV – Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar, do V Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA) e, concomitantemente, do V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), realizado em Florianópolis, entre 20 e 23 de maio de 2002. Portanto, frente à velocidade e à extensão do engajamento de pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação (mestres e doutores), profissionais da extensão rural agregados a instituições públicas mas principalmente privadas, funcionários do MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário, a contribuição dos autores por mim selecionados é fundamentalmente datada.⁶ Valendo-me desses textos, quero mais que tudo marcar o esforço coletivo de construção de novas categorias analíticas apropriadas a outros sistemas de pensamento e projeção de mudanças sociais. Meu interesse analítico recai exatamente sobre esse contexto de inflexão de perspectivas teóricas e práticas.

Os seminários promovidos pela SBSP têm caráter duplamente simbólico. Reúnem pesquisadores afiliados a contextos político-institucionais diversos, numa previsão anunciada e facilitadora da construção de programas destinados à constituição de investimentos intelectuais sistemáticos. Outrossim, constroem a adesão aos investimentos que valorizam o conceito de *sistema de produção*. O uso deste conceito visa, entre outros objetivos, situar o produtor no conjunto das relações sociais, bem como afastar das reflexões, as práticas sustentadas no produto ou na mercadoria.

Mediante investimento coletivo na reprodução de espaços configurados em seminários, a ATER – assistência técnica e extensão rural – é problemática bastante valorizada pela reflexão calcada em tradições filosóficas e sociológicas. Este acordo permite a secundarização dos debates fundamentados em perspectivas teóricas muito diferentes, posto que emergidas da construção de problemáticas e métodos de intervenção díspares. Em consequência, por essa proposta coletiva, pontos de convergência são ressaltados, sendo a institucionalização de *nova ATER* o fio condutor; mas a reprodução da problemática é reafirmada como pretexto das lutas neste campo travadas.

No debate entre os participantes dos seminários, as intervenções permitiram dar visibilidade ou ressaltar certos princípios orientadores da formulação de algumas das questões que patrocinam as elaborações sobre novas propostas de extensão rural. Os debatedores consideraram a valorização dos modos de constituição de unidades de

modos de produzir capitalistas, seguiu-se a simplificação ou a ausência (consensual) de explicações conceituais ou de reflexões. Por isso, o familiar tornou-se o necessariamente conhecido. E, por consequência, o desconhecido, porque explicado pelo estereotipado.

⁶ Possivelmente, se hoje consultados, os autores por mim compulsoriamente convidados a participar do meu texto (embora valendo-me de reflexões que foram escritas para apresentação pública), eles exigiriam retoques nos deles. Assim, advirto o leitor, não para subentender críticas dissimuladas, mas para acentuar o objetivo que atribuo ao meu texto e ao deles. Se os autores alterassem esses textos, eles perderiam para mim o valor de documentos datados ou de retratos de um momento do processo de constituição de projetos de extensão rural ou social.

intervenção e de reconhecimento do universo dos agricultores (os *sistemas de produção*) e as reflexões emergidas para constituição formal das especializações profissionais.

Ao valorizar tais elaborações, reafirmo, quero, concomitantemente, relevar a importância do investimento político de profissionais da assistência técnica na constituição do *agricultor familiar*. Quero ainda destacar como parte do mesmo processo, algumas das associações constitutivas dos atributos da categoria socioeconômica *agricultura familiar* e da elaboração de políticas de governo destinadas à objetividade do projeto político. Portanto, quero ressaltar que a constituição do processo de profissionalização de agricultores, enquanto *agricultores familiares*, é coadjuvante ao da redefinição do papel dos extensionistas rurais; ao da construção de novas estruturas de mercado de trabalho para os profissionais da assistência técnica. Este mercado sofrera retração, porque fora atingido, de forma vigorosa, pela implosão do sistema institucional que proporcionou o crescimento dos cursos de formação universitária e a organização corporada desses profissionais.⁷ Os *experts* em extensão rural apresentam-se então como protagonistas fundamentais no reconhecimento do termo de ação política ou da idéia-valor *agricultura familiar*, que exprime, nos termos em que aqui considero, os paradigmas e os efeitos de movimentos políticos pela redefinição das condições de inserção e reconhecimento dos diversos produtores parcelares. O termo revela então o peso político das ações de agentes dos movimentos sociais que investem no reconhecimento da categoria sócio-profissional *agricultor familiar*, dotada de direitos e de acesso a recursos que venham a subsidiar a produção e a comercialização.

Textos, autores e instituições

Tendo em vista o espaço restrito conferido a um artigo, selecionei alguns exemplares dos textos apresentados no seminários já referidos. Lá estiveram agregados profissionais de diversas formações, entre eles sociólogos e agrônomos (mestres e doutores) vinculados à prática de assistência técnica, mas também à formação de quadros profissionais a ela referidos, especialmente os integrados a institutos que emergiram no bojo do projeto político para constituição de profissionais e instituições de enquadramento do *agricultor familiar*.

Entre os institutos de formação de quadros mediadores da construção da categoria profissional em jogo, destaco o NEAF - Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, afiliado ao CAP/UFPA - Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará, cuja ação se objetiva em parceria com representantes de outras entidades aglutinadoras dos porta-vozes sindicais dos produtores rurais e de subunidades afiliadas à Igreja Católica. Por ações interdependentes, os representantes dessas instituições se associam mediante o LASAT - Laboratório Sócio-agronômico de Tocantins e o LAET - Laboratório Agroecológico da Transamazônica; o CAT - Centro Agro-ambiental do Tocantins e a FATA - Fundação Agrária do Tocantins Araguaia. Através dessa organização interinstitucional, professores da universidade se associam na capacitação profissional de agricultores, concomitantemente à formação profissional de agentes de desenvolvimento, tanto no plano

⁷ A criação de programas vinculados à assistência técnica e extensão rural ocorreu em 1948, mediante a implantação de programas pela ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural, em Minas Gerais. O instrumento valorizado para produzir mudanças comportamentais entre alguns agricultores selecionados para serem modelares ou exemplares fora o crédito rural, concedido mediante acompanhamento técnico, de modo a assegurar o direcionamento pretendido dos recursos assim redistribuídos. A organização institucional da ATER foi reestruturada pela implantação, na década de 1970, de programas de modernização agrícola fundados na interdependência entre agricultura e indústria e na especialização produtiva. Para tanto os agricultores foram dotados de recursos creditícios para constituir o patrimônio de equipamentos industrializados. Todavia, o fim ou certa dissimulação da oferta de crédito subsidiado, atitude corolária às reformas do Estado pautadas na extrema diminuição de custos operacionais, principalmente na década de 1990, decretaram autoritariamente a inoperância e a irrelevância do serviço de extensão rural, extinguindo o sistema organizado a partir da EMBRATER, em 16 de março de 1990, no governo Fernando Collor de Mello.

da graduação, com dois cursos de licenciatura em ciências agrárias, em Marabá e Altamira, como da pós-graduação, MFADS – Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, em Belém.⁸

Selecionei, é verdade, alguns poucos entre os múltiplos textos apresentados no evento; mas eles foram por mim valorizados por melhor se aproximarem do meu propósito de análise neste artigo. Eles respondiam a dois critérios por mim considerados como importantes para a reflexão aqui apresentada:

- Um texto cujos autores⁹ propugnam pela construção de bases metodológicas ou formas de concepção de unidades sociais de intervenção dos protagonistas da assistência técnica, tomando como condição fundamental a organização política dos interesses dos agricultores assim constituídos. Sob o enfoque organizacional, refletem sobre mudanças institucionais, como é o caso da reestruturação dos serviços de assistência técnica em prol do apoio à *agricultura familiar*.

M. Augusto Moreno e Murilo Flores, o primeiro pesquisador do CIRAD e o segundo pesquisador da EMBRAPA, mas também membro diretor da Fundação Lyndolpho Silva.

- Dois textos cujos autores, aceitando as mesmas premissas anteriormente comentadas, investem na construção e no reconhecimento da eficácia do enfoque sistêmico, princípio norteador da formação profissional de técnicos em nível graduado ou pós-graduado, voltados para a objetivação do desenvolvimento da *agricultura familiar*:

- Aquiles Simões e Myriam Cyntia Cesar de Oliveira, integrantes do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF/Centro Agropecuário – CA, do LASAT/CAP, Universidade Federal do Pará – UFPA.
- Heribert Schmitz, doutorando em Ciências Agrárias, Área de Extensão Rural e Teoria da Comunicação/Sociologia Rural, pela Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha.¹⁰

Os três últimos autores, nos textos analisados, estão em acordo sobre a necessidade de construção de novas opções teóricas e metodológicas para a formação de profissionais especializados; e afinados politicamente com a defesa do *desenvolvimento da agricultura familiar*.

Esses autores, diga-se de passagem, eu mesma, mas no caso, especialmente os que foram por mim escolhidos para parceria neste trabalho coletivo de reflexão sobre o processo mútuo de constituição do *agente de desenvolvimento rural e do agricultor familiar*, quase todos dotados de formação agrônômica, todos reafirmam que, para superar os impasses decorrentes do referencial agora condenado, devem incorporar outros

⁸ A esse curso, vinculo-me, desde 2001, como professora colaboradora, ministrando disciplinas cujas temáticas abarcam: introdução ao pensamento sociológico, métodos qualitativos de pesquisa e tradições teóricas sobre a questão camponesa. Participei com Maria de Nazaré Angelo de Menezes, professora e ex-coordenadora do Programa na organização de uma coletânea de artigos cujos objetos derivavam de partes ou de sínteses de diversas das dissertações aí já defendidas. Ver Neves e Menezes, 2004.

⁹ As qualificações profissionais e institucionais por mim destacadas para os autores em foco neste artigo, obedecem àquelas por eles valorizadas nos textos encaminhados para exposição e divulgação durante os seminários. Equivalem, portanto, ao momento da carreira em que eles elaboraram os respectivos textos (2002).

¹⁰ Tendo em vista os objetivos deste artigo, ponho em realce, como o autor demonstra no decorrer do texto, que ele coordenou por quatro anos a Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e foi um dos formuladores da estrutura curricular desse programa. Além disso, atuou como Supervisor Externo do Projeto Lumiar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

conhecimentos (filosóficos, sociológicos, geográficos e da ciência política), sob perspectiva interdisciplinar ou principalmente multidisciplinar. De uma forma ou de outra, todos reafirmam, importa a incorporação de saberes que possam ultrapassar a definição do agricultor como agente econômico estrito senso.

Essa postura consensual se ancora na crítica às intervenções colocadas em prática a partir do modelo de desenvolvimento agroindustrial, rotulado, para efeitos da contraposição em jogo, como produtivista.

A sociologização e o sociologismo da assistência técnica e extensão rural

Para se ter uma idéia dos investimentos em curso (no contexto aqui focalizado) para dotar a prática da assistência técnica de outros parâmetros, em grande parte pautados em reflexões construídas por pontos de vista adotados por cientistas sociais, apresentarei uma análise rápida da bibliografia utilizada pelos autores dos textos que estão sendo por mim analisados. Para efeitos da análise, considerarei, concomitantemente, o registro bibliográfico presente em todos os artigos, uma vez que há enormes recorrências, compreensíveis pela adesão ao mesmo investimento, embora por procedimentos diversos.

Todos os autores se impõem pequenos comentários sobre uma das versões da evolução da assistência técnica e extensão rural no Brasil, mas principalmente no mundo ocidental, que conheceu processos mais intensificados de industrialização. Por vezes a caracterização dos processos inerentes a essa constituição é, até mesmo pelo caráter de síntese e por objetivos didáticos, muito linearizada e demarcada por divisões temporais formais, como as décadas, recortes externos a partir dos quais os processos são localizados e os sistemas de pensamento pressupostamente são apresentados como se reinassem e se impusessem sob monopólios políticos e ideológicos. No entanto, todos autores são convergentes sobre a necessidade de demarcar rupturas. Para tanto, sobressaem referências bibliográficas temáticas que, *grosso modo*, vou assim aglutinar¹¹:

a) Autores que se debruçam sobre o registro histórico do processo de implantação e redefinição da assistência técnica e extensão rural; e que tomam o modo de organização e de exercício prático do Projeto Lumiar como ponto de inflexão e partida para constituir as novas modalidades de prestação deste serviço:

ECHENIQUE, O. S. *Perspectivas de evolução dos serviços de assistência técnica agrícola no Brasil: análise do Projeto Lumiar e das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Relatório de Consultoria*. Brasília, Convênio FAO-INCRA, 1998. mimeografado.

FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 10ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

OLIVEIRA, A. C. D. O sistema nacional da capacitação de extensão rural integral (SINDER): o caso do México. In: WORKSHOP NACIONAL. *Uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar: proposta, 24 a 28 de novembro de 1997*. Brasília, PNUD, 1997. p.122-148.

OLIVEIRA, M. M. *Avaliação ex ante do Projeto Lumiar. Versão preliminar*. Brasília: INCRA/IICA, 1997. mimeografado.

¹¹ Os títulos de livros e artigos que estou citando para a caracterização em pauta visam apenas demonstrar as questões por mim consideradas neste texto, razão pela qual não aparecem nas referências bibliográficas, ou seja, não correspondem a esta forma de inclusão.

SILVA, A. A. D. *Concepções de processo educativo no âmbito da extensão rural e suas repercussões na prática dos extensionistas: um estudo através da EMATER-RS*. Santa Maria-RS, UFSM, 1992. (Dissertação de Mestrado).

b) Autores consagrados pela oferta de parâmetros teóricos e filosóficos, básicos para a definição de princípios epistemológicos e de referências que assegurem a construção de saberes, contextualmente apresentados como imprescindíveis à formação do agente de desenvolvimento ou extensionista rural:

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

MORIN, E. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

c) Autores engajados na proposição de novos aportes para a construção de outras referências para a prática dos extensionistas rurais ou agentes de desenvolvimento:

ALBALADEJO, C.; VEIGA, I. (orgs.) *Agricultura Familiar*, n. 2, v. 1. A construção local dos territórios da agricultura familiar: a intervenção local em questão. Belém: NEAF:INRA, 2000.

FLORES, M.X. & NASCIMENTO, J.C. Novos desafios da pesquisa para o desenvolvimento sustentável. In: *Agricultura Sustentável* 1 (1), 1994: 10-17.

LOPES, E.S.A. *Comentários sobre o "Novo Mundo Rural" ou a "Nova Reforma Agrária" do governo FHC*. 1999, 7 p. (mimeografado).

MARTINS, A.C. de S. *Dois pra lá, dois pra cá: Análise da articulação pesquisa, extensão, produtor de cacau, no âmbito da CEPLAC na Amazônia Oriental*. São Bernardo do Campo-SP, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996. (Diss. de Mestrado)

PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento?. *Anais do II Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, 21-23/11/95. Londrina, SBS, 1995: 21-52.

REYNAL, V. de.; MARTINS, P. F. da S. A experiência de pesquisa-formação-desenvolvimento em agricultura familiar no Pará, Amazônia Oriental. In: SIMÕES, A .; SILVA, L. M. S.; MARTINS, P. F. da S.; CASTELLANET, C. (orgs.) *Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento*. Belém: NEAF:GRET, 2001:13 – 38.

RIASCOS, L.C.C. *Extensão para extensionistas*. Itabuna, CEPLAC, 1973.

SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: Simões, A.; Silva, L.M.S.; Martins, P.F. da S.; Castellanet., C. (orgs.) *Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa - desenvolvimento*. Belém: NEAF/CAP/UFPA, GRET, 2001:39-99.

SILVA, G.; SOUZA, E. DE. Junto do agricultor. *Globo Rural*, ano 14, no.163: 30-36.

SIMÕES, A . *Agricultores e pesquisadores no processo de construção social da demanda de pesquisa-ação*. Belém: NEAF/CA/UFPA, 1999 (dissertação de mestrado).

SIMÕES, A. ; SILVA, L. M. S.; MARTINS, P. F. da S.; CASTELLANET, C. (orgs.) Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém: NEAF:GRET, 2001.

SOBRINHO, S.A.S. Capacidade de pagamento e viabilidade técnica do FNO-Especial para o desenvolvimento da produção familiar rural no estado do Pará. In: TURA, L.R.; COSTA, F.D. A. (orgs.). *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília, Brasília Jurídica, Fase, 2000:177-224.

d) Autores cuja colaboração valorizada deriva de investimentos (no sentido da construção de questões que reflitam processos de mudança de percepção e de construção de objetos) voltados para o entendimento tanto do setor agrícola e agroindustrial, como do chamado universo rural:

LAURENTI, A.C. & DEL GROSSI, M.E. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: Campanhola, C. & Silva J.G. (eds.), *O novo rural brasileiro – Uma análise nacional e regional*, Jaguariúna (SP), EMBRAPA, 2000:15-66.

VEIGA, J.E et alii. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, Convênio FIPE/IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. In: Estudos Sociedade e Agricultura (8). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, abril 1997: 25-50.

A afiliação institucional dos autores, especialmente aquela que define sua formação pós-graduada, interfere na incorporação de questões e temáticas, por vezes pouco conhecidas no mundo acadêmico brasileiro. Todavia, elas são divulgadas por esta forma de intermediação. É o caso de autores que escreveram em língua alemã ou holandesa, integrados por Schmitz. O efeito desta presença só se consuma pela mediação do próprio autor, dada a distância do acesso à língua alemã pela maior parte dos pesquisadores brasileiros:

ALBRECHT, H.; BERGMANN, H.; DIEDERICH, G.; GROSSER, E.; HOFFMANN, V.; KELLER, P.; PAYR, G.; SÜLZER, R. *Landwirtschaftliche Beratung. Bd.1. Grundlagen und Methoden*. 2.ed. Bonn, Eschborn, BMZ, GTZ, 1987. 307p.

ALBRECHT, H.; BERGMANN, H.; DIEDERICH, G.; GROSSER, E.; HOFFMANN, V.; KELLER, P.; PAYR, G.; SÜLZER, R. *Landwirtschaftliche Beratung. Bd.2. Arbeitsunterlagen*. 2.ed. Bonn, Eschborn, BMZ, GTZ, 1988. 468p.

BAUER, E. *Beratung in der Entwicklungszusammenarbeit*. Weikersheim, Margraf, 1996. 245p.

BECKMANN, G. *Partizipation in der Entwicklungsarbeit: Mode, Methode oder politische Vision?* Berlin, Freie Universität, 1996. 158p. (Institut für Soziologie; Diplomarbeit).

RÖLING, N. G. Voorlichting en innovatie. In: RÖLING, N.G.; KUIPER, D.; JANMAAT, R. *Basisboek voorlichtingskunde*. Amsterdam, Boom, 1994. p.275-294.

SCHEUERMEIER, U. *Thesen zur Beratung im ländlichen Raum: illustriert an 15 Jahren Beratung mit "Kontaktbauern" in Nepal*. Lindau, LBL, 1994.93p.

Tal já não é o caso de autores ou coautores (alguns deles brasileiros) que escreveram em línguas inglesa e francesa, principalmente, mas também espanhola, aqui difundidos pelas mesmas formas de afiliação institucional constitutivas da formação na pós-graduação; ou pelas parcerias institucionais, sob plena adesão nos últimos anos. Boa parte desses autores estrangeiros é chamada a colaborar com a oferta de teorias sobre a

agricultura familiar, termo que aqui no Brasil tem sido muito mais incorporado como categoria de ação política, como segmento específico de produtores contrapostos aos agricultores patronais. Pela ausência de tradição no investimento para a constituição da nova forma de classificação, ou, como destacaria Bourdieu (2002), de ver e fazer crer a divisão social do mundo, os autores estrangeiros têm emprestado contribuição na formação dos extensionistas, principalmente no que tange à construção de métodos específicos de participação, de levantamentos de informações e de construção de demandas e interesses coletivos:

ADAMS, Dale W. (et all.) Crédito agrícola y desarrollo rural : la nueva visión. Ohio State University, 1990.

ASHBY, J. Methodology for the participation of small farmers in the design of on-farm trial. Agric. Administration, Vol. 22. Barking, 1986:1-19.

BENOR, D.; BAXTER, M. La vulgarisation agricole par la formation et les visites. Washington: Banque Mondiale, 1984.

BIGGS, S.D. *Participatory Technology Development: reflections on current advocacy and past technology development*. In: Participatory Technology Development Workshop "The limits of participation", 1995. London: ITDG, 1995. (mimeografado).

BROSSIER, J.; PETIT, M. Pour une typologie des exploitations agricoles fondée sur les projets et les situations des agriculteurs. Economie Rurale (122), 1977: 31-40.

CASTELLANET, C. Is farming system research a science? A review of the anglo-saxon literature. In: Symposium International Recherches Systèmes en Agriculture et Développement Rural. Montpellier, 1994: 148 – 154.

CHAMBERS, R.; PACEY, A.; THRUPP, L.A (eds.). *Farmer First: farmer innovation and agricultural research*. London, Intermediate Technology Publications, 1989.

COLLINSON, M. The development of african farming systems: some personal views. Agric. Administration, 29, Barking, 1988.

DARRE, J.P. L'invention des pratiques dans l'agriculture: vulgarisation et production locale de connaissance, Paris, Karthala, 1996.

DUFIMIER, M. Systèmes agraires et politiques agricoles. In: Symposium International Recherches Systèmes en Agriculture et Développement Rural. Montpellier, 1994:926 – 931.

GASPARIN, A . Cours d'agriculture, T 5. Paris: Maison Rustique, 1844.

GOMES, J. C. C.; GUASP, J. T. Interdisciplinarietà y democratización en la investigación y en el desarrollo agrario. Anais do III Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Florianópolis, SBS, 1998.

JOUBE, P. Approche systemique et formation des agronomes. In: Symposium International Recherches Systèmes en Agriculture et Développement Rural. Montpellier, 1994: 834 – 840.

MERRIL-SANDS, D.; COLLION, M. H. Making the farmers voice count: issues and opportunities for promoting farmer-responsive research. Journal for Farming System Research-Extension, Vol. 4, No. 1, 1992: 139-161.

METRICK, H. Recherche agricole orientee vers le developpement: le cours ICRA. Wageningen, ICRA, 1994.

NAGEL, U.J. Alternative approaches to organizing extension. In: SWANSON, B.E. (et al.) *Improving Agricultural Extension: A reference manual*. Rome, FAO, 1997:13-20.

NORMAN, D. W.; BAKER, D.; HEINRICH, G.; WORMAN, F. Technology development and farmer groups: experiences from Botswana. Experimental Agriculture (24). London, 1988: 321-331.

- OSTY, P. L. L'exploitation agricole vue comme un système. Bulletin Technique BTI. 326. 1978: 43-49.
- PILLOT, D. Recherche-développement et farming system research: concepts, approaches et méthodes. Réseau Recherche-Développement, 1987.
- RHOADES, R. E. Breaking new ground. Agricultural anthropology. Lima: CIP, 1984.
- RHOADES, RE.; BOOTH, R.H. Farmer-back-to-farmer: A model for generating acceptable agricultural technology. *Agricultural Administration*, Vol.11, 1982: 127-137.
- RÖLING, N.G. *Extension Science: information systems in agricultural development*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- SAGAR, D.; FARRINGTON, J. *Participatory approaches to technology generation: from the development of methodology to wider-scale implementation*. London, ODI, 1988.
- VELDHUIZEN, L.V.; WATERS-BAYER, A.; ZEEUW, H. DE. *Developing technology with farmers. A trainer`s guide for participatory learning*. New York, Zed Books/ETC, 1997.

Temas e questões obrigatórias

Os termos da construção das propostas em foco convergem na demonstração da superação dos parâmetros que nortearam os anteriores modelos de aplicação da assistência técnica. De qualquer forma, relembro, eles foram em grande parte implodidos pela extinção do aparato institucional criado para propugnar a orientação de comportamentos econômicos produtivistas ou tecnicistas. Os autores entram então em acordo quanto ao reconhecimento de uma crise no exercício institucional da assistência técnica.

No Brasil, como em outros países do mundo, a assistência técnica enfrenta críticas porque seus modelos de atuação estão esgotados e não correspondem às necessidades de agricultores que enfrentam o desafio da sustentabilidade. Esta situação agrava-se pela separação e ausência de interação sistemática entre a pesquisa e a assistência técnica, que se reflete no baixo nível de desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar no seu contexto ambiental e sócio-econômico.

Até o início dos anos 90, desenvolveram-se modelos calcados na concepção difusionista, em que os agricultores eram receptores de conhecimentos e tecnologias considerados indispensáveis ao seu desenvolvimento. Recentemente, a idéia de diminuição da presença do Estado na economia e a própria crise enfrentada pelos modelos utilizados influenciaram praticamente na extinção deste serviço. "80% do total dos estabelecimentos se encontram atualmente sem atendimento" (ECHENIQUE, 1998: 16).

Agricultores e técnicos dos bancos apontam a falta de assistência técnica como um dos maiores problemas da agricultura no Estado, principalmente quando constata-se a importância do setor na economia, especialmente a agricultura familiar, como também o seu impacto na alteração da paisagem e no manejo de recursos naturais (SCHMITZ, 2002: 1-2).

Antes dos anos 60 o modelo era simplesmente de transferência uniforme do progresso técnico. Os centros de pesquisa agrônômica trabalhavam quase que exclusivamente para aumentar a produtividade do trabalho na agricultura dita "moderna", cujo paradigma era a agricultura norte americana, altamente mecanizada. O papel dos agentes de extensão se limitava em fazer conhecer as tecnologias aos agricultores interessados. O modelo TOT (Transfer of Technology) era privilegiado como estratégia de desenvolvimento, não havendo qualquer participação dos agricultores. A estes cabia apenas aceitar ou rejeitar a tecnologia.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 8, n. 7	pp. 68-93	Jul./Dez. 2005
--------------	---------------------	-------------	-----------	----------------

Nos anos 60 houve uma crise deste paradigma em duas regiões do mundo. Na Europa, as organizações de agricultores, dirigidas por médios agricultores familiares que tinham um grande peso político, reivindicaram um melhor controle da política agrícola e das instituições de pesquisa e apoio à agricultura. Eles passaram a participar ativamente na definição da política agrícola da comunidade econômica européia, em formação, e conseguiram que o estabelecimento agrícola familiar modernizado ficasse como objetivo central desta política. Para operacionalizar tal objetivo, os representantes das organizações de agricultores avançaram no sentido de assegurar participação ativa nas instâncias decisórias das instituições de pesquisa agrônoma, de crédito e de extensão rural.

Ao mesmo tempo, foi constatado que vários países do chamado terceiro mundo não conseguiam desenvolver a sua produção agrícola no mesmo ritmo que seu crescimento populacional, havendo registros de várias crises de fome em países da África e da Ásia. Concluiu-se que o modelo mecanizado e intensivo em capital não era adaptado e que se fazia necessário um novo modelo de agricultura, adequado aos trópicos e às condições agroecológicas e sócio-econômicas dos pequenos agricultores, predominantes na maioria desses países. Foi o impulso da Revolução Verde lançada pelos centros de pesquisas agrônomicas internacionais.

A idéia básica era selecionar no quadro das tecnologias modernas disponíveis as mais promissoras para os pequenos agricultores, mobilizando em particular os conhecimentos acerca do melhoramento genético das espécies cultivadas, dos fertilizantes químicos e dos agrotóxicos. Para se verificar a possibilidade de adoção pelos agricultores, investiu-se num novo modelo de relação entre a pesquisa, a extensão e os agricultores. Os centros de pesquisa selecionavam essas tecnologias ditas promissoras, em seguida tornavam-nas disponíveis para os centros nacionais de extensão que, posteriormente, as difundia para os centros regionais. Aos extensionistas cabia divulgar a tecnologia realizando testes nas propriedades dos agricultores ou em áreas de localidades rurais (comunidade). O modelo de extensão, fundado numa visão de comunicação linear (produtores e receptores de informação), era conhecido como “mancha de óleo” e se fundamentava na idéia de que bastava trabalhar com alguns agricultores “modelos”, selecionados pela sua abertura intelectual, para convencer, por efeito de demonstração, os outros agricultores tidos como atrasados e resistentes às mudanças técnicas [...]

Essas experiências revelaram rapidamente a necessidade de se trabalhar com “pacotes tecnológicos”, ou seja, introduzir uma seqüência de inovações conjuntas, por tipo de produto, para obter resultados econômicos satisfatórios. Isso apontava para a existência de uma política agrícola de crédito integrada com o fornecimento de inputs indispensáveis nesta estratégia de desenvolvimento agrícola. Portanto, a articulação entre as indústrias produtoras de insumos e os governos, cujo papel principal era garantir os preços mínimos dos produtos agrícolas, configurava-se como condição necessária.

A Revolução Verde foi um sucesso em algumas áreas específicas. ...Não obstante o rápido crescimento da produção, houve também sérios desequilíbrios sociais, associados ao favorecimento de um certo tipo de agricultor (médios a grandes) que levou a exclusão dos pequenos agricultores, acelerando, conseqüentemente, o êxodo rural. Todavia, a principal crítica a este modelo de desenvolvimento reside no fato de o mesmo não ter conseguido alcançar algumas áreas agroecológicas consideradas mais marginais (de forma geral), como é o caso da África, em particular, deixando de lado também a grande maioria dos produtores rurais dos trópicos, em geral pequenos agricultores com baixo nível de capital (METTRICK, 1994) (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002, impresso).

Em todos estes anos de existência, a extensão rural sempre foi um serviço separado da pesquisa, mesmo em instituições responsáveis pelas duas atividades (MARTINS, 1996). E a crítica de Ölinger (presidente da Embrater

entre 1979 e 1985 [...] que existe "muita tecnologia nos estabelecimentos oficiais de pesquisa, mas pouca produção de técnicas ou conhecimentos utilizáveis na prática pelos agricultores", pode ser aplicada à situação atual. Em função do processo de desmantelamento dos serviços de assistência técnica no Brasil com a redução da presença do Estado a partir do ano de 1991, hoje pode-se constatar "que existe no país um amplo consenso em diagnosticar que o sistema de extensão rural enfrenta uma crise de múltiplas formas" (ECHENIQUE, 1998, p. 1), caracterizada pela perda de legitimidade e credibilidade, problemas orçamentários, escassa possibilidade de ação operativa, perda de patrimônio, baixa incorporação de novos quadros técnicos, falta de apoio político e por uma crise dos paradigmas (SCHMITZ, 2002; impresso).

Os autores por mim tomados para análise, preconizam, em sintonia, a condenação da formação especializada e disciplinar, advogando, em contraposição, a formação do extensionista, hoje agente de desenvolvimento econômico e social, orientada pelo enfoque pluridisciplinar, propiciador da definição holística do agricultor. Insistem na importância da adoção de metodologias propiciadoras da construção de saber coletivo, de produção de adesões e de participação pelos agricultores.

O saber multidisciplinar se impõe tendo em vista a eleição da unidade social de intervenção: sistemas de produção. A rigor, nos textos aqui analisados, não há, explicitamente, uma definição precisa do *sistema de produção*, talvez porque esta noção represente uma unidade social totalizante, de configurações múltiplas, que incorpora a ação social, econômica e política de diferenciados agricultores. Realçando a diversidade pelas variantes situacionais de um modelo comum de organização da produção, os agentes de desenvolvimento devem então operar sob generalizações de tipos, construídos em conformidade com a relação entre o agricultor (e sua família), os modos de gestão da unidade de produção e as formas de investimento na alocação de recursos. Esta perspectiva leva em conta as formas de inserção social dos agricultores e as alternativas por eles construídas para interferir na redistribuição de recursos ou, diante da escassez, no melhor aproveitamento desses fatores.

Una parte importante de la crisis institucional de la ATER se explica también por el progresivo desajuste que se produjo entre la demanda y expectativas de los beneficiarios potenciales y la eficacia de su métodos y herramientas de trabajo. Esta situación se deriva directamente de la inadecuación del perfil profesional ATER frente a la complejidad creciente de los problemas que debían ser tratados por los productores con la ayuda de técnicos y profesionales.

En efecto, los problemas relacionados con el ambiente socio-económico de las unidades de producción se fueron transformando en los principales cuellos de botella para el desarrollo de los negocios de la agricultura familiar (Moreno e Flores, 1992, impresso).

A metodologia de Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas de Produção Agrícola (PDSP), em síntese, consiste em partir da observação da realidade agrária para distinguir os diferentes tipos de agricultores em função do meio envolvente, compreender a lógica interna dos sistemas de produção de cada tipo, em função dos objetivos da família, dos meios de produção, das tecnologias disponíveis e dos principais constrangimentos/restrições encontrados.

A partir deste conhecimento aprofundado dos sistemas de produção dos agricultores, poder-se-ia selecionar tecnologias promissoras a serem introduzidas a partir de testes nos estabelecimentos agrícolas, da experimentação em meio real (nas áreas de produção dos agricultores); ou depois de validação em estações experimentais deslocadas para áreas rurais. Poder-se-ia, também, reorientar as prioridades de pesquisa agrônoma para atender às necessidades maiores de todos ou certos tipos de agricultores em função da política geral do país (PILLOT, 1987). Este

conhecimento profundo do sistema de produção e do sistema agrário também poderia servir de base à definição de políticas agrícolas mais adaptadas ao contexto social, econômico e agroecológico em que vivem os agricultores, do que o uso de metodologias de avaliação econômicas clássicas (DUFUMIER, 1994; SIMÕES e OLIVEIRA, 2002, impresso).

Organizando a reflexão a partir da noção de *crise*, os autores vão constituindo, dos escombros da implosão institucional da ATER, a face oposta ou desejada para a assistência técnica.

Los profundos trastornos recientes de la institucionalidad pública ha generado una debilidad crónica de los organismos tradicionales del sector rural y agropecuario, reduciendo su capacidad operativa o simplemente provocando su desaparición progresiva...

Es sabido que originalmente los organismos de asistencia técnica y extensión rural orientada a pequeños productores surgieron como estructuras de servicio público - como tantas otras relacionadas con el desarrollo socio-económico - impregnadas de una rígida cultura administrativa y burocrática exigida por el carácter estatal de sus financiamientos.

Este sello distintivo original marcó las cinco décadas del desarrollo de los servicios ATER en casi todos los países occidentales y produjo varios problemas que caracterizaron su posterior decadencia, tales como altos costos de funcionamiento administrativo, procedimientos operacionales engorrosos y demasiado dilatados, paternalismo y clientelismo (MORENO e FLORES, 2002, impresso).

A perspectiva holista (para a construção dos parâmetros da prática dos extensionistas rurais) é defendida como antídoto ao correlato processo de ampliação da defesa dos interesses corporativos desses profissionais, aguçados diante das ameaças de extinção ou diminuição drástica da demanda no mercado de trabalho.

En efecto, debe anotarse que desde una etapa muy temprana, probablemente a partir de lo 60, tanto la investigación agropecuaria como la enseñanza media y superior correspondiente fueron gestionadas con rígidos criterios de defensa o protección corporativas, impidiendo así visiones más holísticas o menos especializadas del proceco de producción agropecuaria. De este modo, numerosas instituciones se tornaron cada vez más especializadas y auto-referentes, llegando a ser incapaces de asumir debidamente otras funciones que no fueran estrictamente las agronómicas y zootécnicas, al nivel de sistemas de cultivo.

Como consecuencia de los desajustes funcionales anotados, la ATER se vio amputada de grandes áreas del conocimiento necesarias para comprender adecuadamente la complejidad del desarrollo rural. Esto contribuyó a crear las condiciones para generalizar un perfil profesional de los trabajadores de ATER empobrecido y desadaptado a las necesidades de un proceso cada vez más exigente (MORENO e FLORES, 2002; impresso).

Ressalta-se então o acordo quanto aos termos da qualificação das propostas de renovação ou reconstituição da ATER. Eles aludem a problemas que, considerados por pontos de vista diversos, estão sendo hoje construídos sob certa convergência, pelo menos entre os profissionais que se debruçam sobre o investimento na constituição destes novos quadros institucionais.

Las cuestiones de comercialización, de marketing, de agregación de valor, de gestión de la calidad relacionados con mediambiente y salud pública, de gestión empresarial, de valorización de los territorios, etc., se fueron quedando sin respuesta adecuada de la ATER. Se puede decir que

actualmente estos asuntos forman parte del foco esencial de la problemática de ATER (MORENO e FLORES, 1992; impresso).

Para os agricultores assim constituídos e para os profissionais da assistência técnica que lhes correspondam, os autores aqui considerados, irmanados no investimento coletivo para estas constituições recíprocas, acentuam a importância do deslocamento das concepções sobre as respectivas posições, isto é, da construção de outros modos de percepção e reconhecimento sociais: de agente econômico estrito senso para produtor social; e de agente interventor para agente do desenvolvimento rural. Ambos são deste processo emergidos como novos profissionais. Assim sendo, os autores procuram definir os padrões de constituição da formação básica, geralmente, no caso, a universitária, tanto no plano da graduação como da pós-graduação.

Cabría preguntarse por qué se produjo esta acumulación de problemas sin respuesta adecuada durante tan largo período sin que se hayan registrado iniciativas para resolverlos. Nos parece que la respuesta hay que buscarla por el lado de la investigación y de la enseñanza técnica y superior relacionada con ATER y el desarrollo agrícola y rural (MORENO e FLORES, 1992, impresso).

Da definição das carências do antigo padrão de prestação de serviços, os autores desenham a constituição de novos parâmetros:

Como ya fue señalado, estas dos instituciones (de formação de quadros em nível superior e de prestação de serviços) carecieron de medios (prospectiva, análisis de mercado, estudios y diagnósticos agro-socio-económicos, etc.) que permitieran percibir la evolución y la transformación profunda que estaba afectando al sector agropecuario. Los instrumentos de monitoreo de que disponían estaban demasiado concentrados en enfoques de especialización agronómica y zootécnica; no disponían de capacidad para construir enfoques holísticos o pluridisciplinarios; estaban demasiado encerradas en esquemas de desarrollo auto-referentes (Moreno e Flores, 1992, impresso).

(Constituição de).... programa de formação superior, em nível de graduação e pós-graduação, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável desta categoria (agricultor familiar). Este programa se integra num dispositivo mais amplo denominado Pesquisa-Formação-Desenvolvimento Sustentável das Agriculturas Familiares Amazônicas, em que as sinergias entre os componentes Formação e Pesquisa-Desenvolvimento traduzem o seu caráter inovador.

[...] incorporando elementos “inovadores” como a consideração da lógica de reprodução dos agricultores familiares e os diferentes níveis de apreensão da realidade, a partir do contato com a sociedade rural, o mesmo (o profissional voltado para a implantação das propostas de desenvolvimento rural) vem enfrentando sérios desafios como: o de trabalhar na interface entre as ciências sociais e as ciências agrárias, aquisição de legitimidade institucional, articulação com as propostas de desenvolvimento das organizações dos agricultores, entre outros. Observa-se, porém, que a busca pela superação destes desafios tem se constituído num importante espaço de reflexão e debate, permitindo uma análise crítica acerca das contribuições e limites do enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar. (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002: impresso).

Considerando os fragmentos de textos anteriormente por mim recortados, pode-se concluir sobre o acordo básico instaurado entre os que investem na formação diferenciada do profissional a se dedicar ao processo de constituição dos *agricultores familiares*: o caráter holístico e interdisciplinar do método de ensino, da formação e do exercício prático

da assistência técnica, vinculada, também sob pleno acordo, ao referente processo de *desenvolvimento rural*.

La consecuencia de esto es evidente : siendo la investigación y la enseñanza las encargadas de proveer y renovar los conocimientos y el personal de las instituciones de ATER, el aporte de nuevas visiones sobre el desarrollo rural no llego a tener la fuerza necesaria, durante mas de dos generaciones. Este fenómeno debe tener, incluso, una lectura a nivel internacional. En efecto, la investigación agropecuaria de nuestros países ha estado inserta en un esquema del mismo tipo. Por ejemplo, si se preguntaba a un Director General de EMBRAPA hace 20, 10 o solo 5 años atrás, dónde y en cuales materias estaban haciendo doctorados sus jóvenes investigadores, la respuesta podía ser, casi seguramente, que entre 80% y 60% de ellos estaban en las disciplinas clásicas de la producción agropecuaria. Y, si esta misma pregunta se hiciera hoy día...?

Esta pregunta ingenua... o pequeña provocación permite enfocar un último problema relacionado con los métodos y herramientas profesionales de la ATER. Es cierto que recientemente (últimos 10 años?) una gran preocupación sobre estos asuntos socio-económicos de la producción de la agricultura familiar ha sido asumida por numerosas ONG's y otros organismos asociativos o de economía solidaria (cooperativas, comités de productores). También es cierto que ciertas políticas públicas han estado incorporando estos asuntos en los programas de fomento (PRONAF).

Sin embargo, en la mayoría de los casos se observa una menguada oferta de especialistas en estas materias o a una oferta de servicios profesionales insuficientemente preparada. Esto no puede ser de otra forma: como la producción patronal y empresarial se confronta con los mismos desafíos, los mejores profesionales son captados por estas empresas, en un mercado laboral cada vez más competitivo. Este es el precio que se paga hoy por las tres o cuatro décadas durante las cuales no hubo suficiente inversión en capital humano diversificado en las instituciones públicas (Embrapa, universidades) que abastecen la ATER para la agricultura familiar. (MORENO e FLORES, 1992, impresso).

O acordo embausa novas convergências, entre elas a necessidade de os profissionais da assistência técnica aprenderem a dialogar e incorporar o ponto de vista, os saberes e as experiências dos agricultores. O diálogo ou a valorização da interlocução são princípios básicos para adoção de metodologias pertinentes, como aquelas aglutinadas sob os termos de metodologia sistêmica, cuja unidade de intervenção é construída sob perspectiva morfológica e funcional, todavia integrando as unidades familiares e de produção ao entorno de relações que as constituíram e asseguram-nas reprodução (evidentemente diferenciada):

Apesar do movimento dos FSRE (Farming System Research Extension) ou da PDSP (Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas de Produção Agrícola) significar alguns avanços em relação à abordagem anterior, no sentido de considerar o estabelecimento agrícola como um todo, as potencialidades e limites do meio envolvente, e, sobretudo, de incorporar a hipótese da racionalidade dos agricultores como fonte explicativa das suas estratégias de reprodução social e econômica, permanece a idéia de geração, transferência e difusão de tecnologia numa perspectiva de adoção ou rejeição. Os centros de pesquisa continuam a orientar todo o processo de pesquisa, sem considerar as demandas e as prioridades dos agricultores. A realização da experimentação e testes de validação em áreas de agricultores em substituição à estação de pesquisa não é suficiente em si para assegurar a participação dos agricultores, sobretudo quando os mesmos não participaram do processo de decisão sobre o que seria experimentado e testado.

Nessa perspectiva, é importante considerar que o enfoque sistêmico (FSRE ou PDSP) pode ser adotado numa concepção vertical e descendente do desenvolvimento agrícola, de "cima para baixo", em que permanece a

lógica dos pesquisadores detentores do conhecimento (Pinheiro, 1996). Finalmente eles detêm o poder das informações retiradas do contexto dos agricultores, definem as prioridades de pesquisa e manipulam todo o processo de experimentação juntamente com técnicos extensionistas, cabendo apenas aos agricultores, em alguns casos, definirem alguns elementos da experimentação no quadro das opções oferecidas pelos pesquisadores, respeitando, ainda, certos princípios de padronização não definidos por eles (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002, impresso).

Repensando e reformulando a assistência técnica

Muitas propostas de assistência técnica têm sido colocadas em prática enquanto experimentação e validação, quando nada, no contexto da sociedade brasileira. Reconhecendo-se no bojo de um investimento coletivo e construindo novas propostas a partir da crítica ao que se nega e, por contraposição, se toma, hegemonicamente, como referência, os autores enfrentam, nos textos, dificuldades de conceber sistemas classificatórios mais pertinentes às proposições teóricas e metodológicas que advogam. Posicionam-se como participantes estimuladores da colocação em prática de um processo, cujo ponto de chegada não foi e não pode ser totalmente vislumbrado. Entrementes, tal ponto de chegada só pode ser base de uma utopia mobilizadora e condutora de posturas inovadoras, porque, agora sob certezas, funda-se em valores que se contrapõem aos atribuídos ao modelo produtivista. Por isso, os autores expõem experiências, um tanto ou quanto orientados sob o princípio de que os homens fazem história, mas nem sempre vislumbram o seu desfecho ou sabem exatamente o que fazem. A realização dos seminários, por isso, apresentou-se como um espaço fundamental para o debate coletivo e para consciência da sintonia de companheiros viajantes de um mesmo barco que, longe de se apresentar à deriva, segue planos e mapas bem cuidados e de eficácia negociada e conquistada. Ao mesmo tempo, por tais condições de possibilidade, os seminários se apresentaram como espaço coletivo para a tomada de consciência e para a conquista de legitimidade das emergentes proposições.

Uma delas, anteriormente demonstrada em texto da autoria de Simões e Oliveira (2002), vem sendo desenvolvida pelos profissionais do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, da Universidade Federal do Pará. Os autores/atores dessa experiência investem na construção de fundamentos para “uma epistemologia do desenvolvimento agrícola”. Elaboram-na cotejando a singularidade contraposta por uma periodicidade amplamente aceita entre esses profissionais da assistência técnica, que distingue três momentos-típicos “na história dos sistemas de pesquisa e extensão para a agricultura nos últimos cinquenta anos: o modelo de transferência de tecnologia; o impulso da revolução verde e a emergência da pesquisa-desenvolvimento em sistemas de produção”, isto é, aquela à qual os autores, no momento, aderem e reproduzem.

A reflexão no início dos anos 70, a partir de vários trabalhos aprofundados sobre a difusão de tecnologias, constatou que as decisões dos agricultores não podiam ser analisadas a partir de cálculos econômicos clássicos. Não se tratava de simplesmente aceitar ou rejeitar uma tecnologia em função dos custos adicionais gerados e dos retornos econômicos que as mesmas poderiam propiciar, mas de considerar os objetivos das famílias, suas diferentes estratégias, assim como as inter-relações entre as diferentes atividades em nível do sistema de produção (BROSSIER e PETIT, 1977). A partir daí, então, o conceito de sistema de produção, que já era bem conhecido na tradição agrônômica européia (GASPARIN, 1844), foi estendido para designar todo o estabelecimento agrícola (OSTY, 1978). A consideração da família como centro de decisão e pilotagem do sistema de produção levou à terminologia “sistema família-estabelecimento agrícola. (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002; impresso)

Destacam então os autores que os modelos sucessivamente anunciados e experimentados são quase sempre caldatários das categorias analíticas de outros sistemas de pensamento, pois que enquanto armadilhas, ainda aprisionam as pressupostas novas experiências. As mudanças têm recorrentemente representado desdobramentos operacionais, todavia insistentemente orientados pelo princípio produtivista-tecnicista. Este reconhecimento constitui então importante contribuição dos autores ao esforço coletivo dos que propugnam romper nós górdios.

Aliado ao discurso do método cartesiano (DESCARTES, 1996), de evidência objetiva, redução do todo às partes, de relação de causa-efeito e recenseamento exaustivo no ato da observação, as ciências agrônomicas consolidaram o paradigma produtivista-tecnicista no processo de produção do conhecimento, adotando os modelos de transferência de tecnologia e os métodos da Revolução Verde como estratégias de desenvolvimento. Os centros de pesquisa e de ensino foram, então, reestruturados e/ou criados no quadro deste paradigma, mantendo o agricultor como agente passivo e aberto a inúmeras adesões.

Transpondo a análise para o caso brasileiro iremos verificar que em meados dos anos 60, para lançar as bases do processo de modernização da agricultura, decorrente do impulso da Revolução Verde, houve uma conformação dos aparelhos de Estado ligados à pesquisa, ensino e extensão, no campo das “ciências agrônomicas”. Os cursos profissionalizantes de técnico em agropecuária de nível médio, por exemplo, foram criados em 1969 e várias escolas (cursos) de agronomia foram criadas a partir deste período em diante.

[...] A crítica aos métodos da Revolução Verde, bem como às suas conseqüências, levou ao desenvolvimento de uma nova metodologia de geração e transferência de tecnologias adaptadas aos pequenos agricultores, a partir do enfoque sistêmico. Dá-se início então ao movimento conhecido como Farming System Research Extension (FSRE) ou Recherche-Devéveloppement en Systèmes de Production. [...] (SIMÕES e OLIVEIRA, 2002; impresso).

Salientam os autores que os termos da nova proposta metodológica foram incorporados como roupagem nova a um corpo de idéias orientadas pelo mesmo princípio do produtivismo. Baseando-se em críticas já consolidadas a respeito do continuísmo da prática extensionista, eles acrescentam:

[...] Advertem (PILLOT, 1987 e DUFUMIER, 1994, conforme referência destacada por Simões e Oliveira no texto) que o conceito de sistema de produção tem sido empregado de forma bastante distorcida; apropriado pelas instituições de pesquisa e extensão rural para reforçar a necessidade de se trabalhar com pacotes tecnológicos, levando a cabo as estratégias de desenvolvimento ligadas ao paradigma produtivista-tecnicista. Assim, circulou em larga escala pelo país várias cartilhas intituladas “Sistema de Produção” do arroz, do milho, dos bovinos, dos suínos etc., que, na maioria dos casos, caracterizavam-se como o receituário do extensionista a ser seguido pelos agricultores. Mais uma vez reforçava-se a idéia da ação guiada pelo produto, sem considerar os principais atores no processo de desenvolvimento – o agricultor e sua família. De visão sistêmica, holística, estas receitas nada tinham, pois não levavam em conta nem o conjunto de atividades dos estabelecimentos agrícolas, nem o meio agroecológico e sócio-econômico dos agricultores.

Apenas no fim dos anos 80 é que a metodologia de PDSP, baseada no enfoque sistêmico aplicado à agricultura, chega ao Brasil. Entre estas experiências podemos citar aquelas desenvolvidas em Silvânia, no Estado de Goiás, na Embrapa Semi-árido (CPTSA), em Petrolina – PE, na Universidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, e na Universidade Federal do Pará. A experiência da UFPA se inicia a partir do programa CAT (Centro Agroambiental do Tocantins), em 1989, e culmina na criação do Núcleo de

Ampliação das adesões, da legitimidade e do mercado de trabalho

Constituindo-se como elaboradores da consciência crítica dos profissionais da ATER e, assim, propugnadores da reconstituição ou da reconversão social da categoria enquanto agentes de desenvolvimento, os autores apontam para a expansão da base dos segmentos da clientela consumidora de serviços técnicos. Nestes termos, põem em destaque o papel ativo dos extensionistas na reprodução ou na aplicação de critérios seletivos e excludentes de ampla camada de agricultores, pois que estão distanciados dos benefícios e dos recursos públicos redistribuídos para efeitos de integração a um dos modelos de modernização agrícola.

Outro elemento que contribuyó de manera importante a la crisis de la ATER de tipo público o estatal ha sido el inevitable proceso de selección de los productores familiares atendidos. En esto, una parte de la explicación puede buscarse en la progresiva fusión operada entre crédito rural y asistencia técnica. En numerosos casos las dos funciones estaban encargadas a la misma agencia estatal y era bastante lógico imaginar que en ese caso la asistencia técnica era frecuentemente un complemento de un crédito. Seletiva, diferenciadora e excludente, éste beneficiaba prioritariamente a productores con ventajas comparativas importantes en lo referente a capacidad de reembolso, garantías, nivel de conocimientos técnicos, capacidad de ejercer presión a través de organizaciones, facilidades de acceso, etc.

En los casos en los que el crédito y la ATER estaban encargados a agencias diferentes, los criterios selectivos operaron frecuentemente de forma similar, aunque por razones diversas, muchas veces fundadas en comportamientos clientelistas o paternalistas de los respectivos organismos. En todo caso, las limitantes financieras actuaron como frenos importantes en la expansión de las innovaciones técnicas propuestas por la ATER, reforzando la selectividad de la población atendida (MORENO e FLORES, 2002, impresso).

O processo de expansão da base de agricultores integrados aos recursos institucionais em circulação, mas também daqueles transferidos de outros setores econômicos pela redimensão dos parâmetros do desenvolvimento econômico e social, também o é de redefinição do profissional da assistência técnica e extensão rural.

La ATER y los diferentes actores sociales (productores, académicos, empresas, políticos, etc.), confrontados a este proceso, no han podido desencadenar los debates y las dinámicas que permitan reposicionar globalmente (conceptos, misión, metodología, herramientas profesionales, etc.) la función ATER. De este modo, no se ha desarrollado capacidad para aprovechar las nuevas oportunidades que se perciben en los ambientes competitivos de la economía globalizada y, tanto los productores rurales como los técnicos viven este prolongado proceso de recomposición de los servicios de ATER con un marcado sentimiento de impotencia. (MORENO e FLORES, 2002; impresso).

De qualquer forma, concordam todos os autores: a reconversão e a reconstituição sociais do aparato institucional destinado à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural só serão processos vigorosos, se os agricultores estiverem politicamente organizados. Esta organização, voltada para o encaminhamento de reivindicações básicas ao processo de enquadramento institucional, torna-se princípio básico ao reconhecimento

social. Grandes expectativas são atribuídas às diversas formas de participação política dos agricultores. Este é o ensinamento que a revisão da literatura produzida em outros campos intelectuais assegura aos interessados na reconstituição dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil.¹²

À defesa da reestruturação dos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural também corresponde à construção de novos campos de forças, onde se dinamiza a disputa pela elaboração e praticidade de métodos de intervenção. Tal reestruturação é geralmente capitaneada pela rede de representantes de organizações não-governamentais e pela recente criação de cooperativas de prestadores de serviços. Este último processo foi em grande parte fomentado pelas alternativas abertas pela constituição do Projeto Lumiar. No geral, referenciados por parâmetros da contraposta economia solidária, os profissionais constituídos no bojo dos processos de formação de quadros de instituições privadas (ou não-governamentais) têm imposto àqueles ainda afiliados ou desejosos do engajamento no serviço público, a contínua reflexão sobre as exigências da reconversão social.

Aprisionados pela auto-imposta elaboração de fatores da advogada *mea culpa*, os autores ainda se embaralham numa epistemologia do desenvolvimento agrícola, baseada em reflexões sobre acúmulos de saltos de etapas que, por vezes, pressupostamente, superam-se. No decorrer do processo assim concebido, parâmetros de projetos nacionais de assistência técnica são valorizados, mesmo que apenas como demonstração das possibilidades de reconstituição da rede de prestação de serviços públicos em assistência técnica e extensão rural. No contexto do processo coletivo de redefinição da assistência técnica, para certos autores, a laudação de proposta nacional recaía então sobre as potencialidades do Projeto Lumiar, primeiro esforço de planejamento relativamente democrático:

No ano de 1997 foi implementado no Brasil o Projeto Lumiar como fruto de pressão dos movimentos sociais e do reconhecimento do governo federal quanto à insuficiência das suas ações no componente de assistência técnica nas áreas de reforma agrária, especialmente diante do perigo de que os investimentos nos outros componentes, como acesso à terra, infraestrutura e crédito, fossem comprometidos. Surgiu como um programa emergencial em que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (fora) o principal provedor de recursos e responsável pela supervisão, mesmo que este órgão não tenha entre as suas atribuições programas de fomento e assistência técnica. Por isso, o projeto (definia-se pela vigência em) tempo limitado, prevendo nas suas orientações básicas: "Estímulo à recuperação das instituições de extensão rural no país, de maneira a reduzir gradualmente a necessidade da ação do INCRA em funções típicas de política agrícola, como assistência técnica." O Projeto Lumiar poderia ser, assim, o núcleo de uma nova assistência técnica (INCRA, 1997, p. 6; 16) Como o Projeto Lumiar foi extinto, em 18 de junho do ano 2000, surpreendendo todos os envolvidos pela falta de informação prévia e de uma explicação convincente, durante uma fase de conflitos entre governo federal e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não existe atualmente um serviço de assistência técnica regular para os projetos de assentamento.

Na região Norte, os órgãos da assistência técnica estão absorvidos pelos projetos de crédito. A elaboração dos projetos não deixa tempo para o aconselhamento técnico-gerencial dos agricultores, muitas vezes nem para o acompanhamento mínimo (vistoria) dos projetos. Há técnico responsável

¹² Estes mesmos ensinamentos podem ser ressaltados das reflexões sobre o processo de constituição institucional dos agricultores patronais no Brasil. À criação da Sociedade Nacional da Agricultura, corresponderam a criação de ministério específico, a constituição de redes de escolas de formação de agrônomos e veterinários e um amplo aparato institucional de transferência de recursos sustentado na criação das associações rurais.

pelo acompanhamento de mais de 400 projetos. (SCHMITZ, 2002; impresso).

Considerações finais

As reflexões anteriormente apresentadas são impeditivas da aceitação naturalizada das concepções atribuídas ao termo *agricultura familiar*, distinção redundante¹³ mas tão valorizada para efeitos da mútua construção social de agricultores e especializados (ou assim desejados) agentes de desenvolvimento. Este termo representa, como espero ter demonstrado, a cristalização de investimentos políticos e posturas ideológicas, que hoje orientam polarizações formuladas no campo político de concorrência por redefinição das formas de redistribuição de recursos públicos estatais. As formas de percepção do mundo que organizam as relações no campo de produção intelectual assim delimitado, portanto constituídas relacionalmente, dependem das condições como os agentes aí representados investem no próprio reconhecimento social e político. E, nestes termos, criam alternativas por vezes distanciadas dos supostos beneficiários ou daquelas por estes requeridas, isto é, do grupo de produtores em causa. Esta defasagem é em parte caldatária das disputas em jogo pelos que desejam a hegemonia das referências da constituição e do enquadramento institucionais dos postulados *agricultores familiares*.

A prática dos *agricultores* ditos ou desejados *familiares* ou sua orientação produtiva, para além das orientações referenciadas ao projeto de reprodução familiar, também têm por parâmetro os significados culturais constitutivos das condições em que são construídos os modos de integração institucional, como procurei demonstrar. Estes modos são balizadores das possibilidades criadas e a serem desdobradas, das circunscrições e dos constrangimentos que lhes são inerentes.

O reconhecimento da necessidade de alteração das formas de integração institucional dos agricultores pressupõe a construção de outras percepções deles mesmos sobre si e sobre os outros. Do ponto de vista dos mediadores que se apresentam como aliados, também a adoção de metodologias de intervenção construídas para fins diversos. Múltiplos fatores e mediações sociais devem então ser levados em conta para o processo de engajamento político que torne viáveis as mudanças sociais proclamadas, tal como advogam os autores por mim tomados como exemplares para a análise.

A interligação de universos de saberes, se não lhes fosse impertinente, poderia afirmar, como advogam os autores, fundamenta-se em troca de conhecimentos sobre pressupostos de sua constituição e institucionalização, mas também de transmissão de patrimônios fundiários e culturais. Contudo, só se torna possível pelo diálogo contínuo, pela reflexão reiterada em torno de problemas e avaliação de soluções. Por tal razão, meus arbitrariamente convidados autores negam o princípio da difusão de informações, anteriormente tão laureado no campo da assistência técnica e extensão rural. O processo reivindicado é de formação de novas atitudes e percepções. Elas devem propiciar, aos protagonistas agricultores, a co-gestão das relações com os representantes das instâncias de intervenção e dominação econômica, política e simbólica; além disso, devem facilitar a negociação e a pressão no sentido da relativa incorporação de seus interesses.

Portanto, no processo de mudança social em foco tem destaque a contribuição dos mediadores técnico-políticos. E esta presença bem expressa que o *agricultor familiar* não pode ser caracterizado pelo peso deste único domínio social. É exatamente a amplitude dos domínios e fatores sociais de interferência, especialmente, se se quer atribuir peso, o político e o simbólico (ou cultural), que torna fundamental a presença de tais mediadores.

O papel dos mediadores na administração de formas de integração deve levar em conta a importância da distinção entre a mediação imposta e consentida e a mediação atribuída. Neste último caso, cabe então aos subordinados a criação das formas de gestão

¹³ Sobre as questões metodológicas inerentes a esta classificação, quando imediatamente transportada do campo político para o acadêmico, ver Neves, 1995 e 2002.

da subordinação e das tentativas de alteração de tal quadro.¹⁴ Sob a ótica do papel dos mediadores, pode-se tentar ultrapassar um dos grandes problemas teórico-metodológicos subjacentes à compreensão dos instrumentos de intervenção: a pressuposição de que vontade política e as intenções previstas possam se adequar e ser incorporadas por beneficiários sempre ávidos pelos recursos que lhes são oferecidos. Enfim, ajudaria a problematizar a compreensão dos modos de objetivação de políticas públicas, não se limitando ao fato de que elas sejam eficazes apenas pelo fato de que alguns dos agricultores venham a se sentir representados em seus interesses imediatos ou abstratos. As desigualdades das formas de dominação aí se expressam, da mesma forma que se torna explícito o fato de as políticas públicas não alcançarem eficácias absolutas nem unívocas. Por isso, elas exigem de seus porta-vozes, os investimentos no sentido da legitimidade, das compensações e do consentimento.¹⁵

Restituindo a importância da problemática da dominação sobre os agricultores, que é inerente ao enquadramento institucional, é preciso levar em conta suas diversas formas, inclusive pela participação diferenciada dos pretendentes beneficiários e pelos modos de construção de uma política de compromissos.¹⁶

Como minha proposta é estimular a produção de reflexões em torno do processo em curso de enquadramento institucional de camponeses ou produtores mercantis enquanto *agricultores familiares*, concluo pela exaltação da importância de se estudar os investimentos no sentido da construção do sistema institucional equivalente a tais objetivos. Sob comunhão com os autores que me auxiliaram nesta reflexão, também destaco a importância da criação de situações plausíveis à interlocução necessária à construção dos sistemas de atitudes dos *agricultores familiares*. Todavia, investimentos relativizados pelos riscos da centralização dos interesses sobre a constituição dos mediadores que, criando *a priori* os seus mediados (segundo sua imagem e semelhança), afastem-se dos objetivos que, nestes mesmos investimentos, tanto apregoam. E tais são, na minha avaliação, as significativas lições de método que os autores por mim considerados, não perdendo de vista a historicidade das práticas e respectivos sistemas de pensamento, estão a nos oferecer e a estimular a dinâmica do processo (em curso) de reconstrução do campo da assistência técnica (rural e social).

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran (orgs.). Agricultura familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. Revista Editada pelo Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Alguns dos volumes

¹⁴ Para uma análise do papel dos mediadores políticos, ver Neves, 1997b e 1998.

¹⁵ Ver Neves, 1997a, 1997b e 2003a.

¹⁶ A questão poderia ser também abordada a partir do papel dos novos agricultores, que se integraram ou se reintegraram a partir da falência do modelo econômico que acenava com a constituição de mercados urbano-industriais, com o sonho do pleno emprego e, posteriormente, com a ascensão, hoje caoticidade, do desemprego. A presença de segmentos dotados de outras visões de mundo e de modos de gestão da produção, da vida cotidiana e da relação com o aparato institucional não tem sido sem consequências sociais e políticas para a constituição da noção de agricultura familiar. Outrossim, há ainda a presença de processos inversos: as indústrias se transferindo para áreas antes reservadas às atividades agropecuárias e aí constituindo mercados de trabalho assalariado. E, em certas regiões, a presença estável de turistas e sítiantes urbanos. Ver Schneider, 1999.

registram co-edição com Institut National de la Recherche Agronomique e o Département Systèmes Agraires et Développement, França.

ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

BERGAMASCO, Sônia Maria P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, mai.-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 167-177.

BERGAMASCO, Sônia Maria P.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, mai.-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 3-4.

BOURDIEU, Pierre. A produção da crença. Contribuição para uma construção dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002, pp. 17-111.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. Estudos: Sociedade e Agricultura. Número 8, abril de 1997 Rio de Janeiro, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 1997, pp. 70-81.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (orgs.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed da Universidade Federal do Paraná, 1998

GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

LAMARCHE, Hugues. Introdução geral. A agricultura familiar. Campina: Editora da UNICAMP, 1993, pp. 13-33.

MOREIRA, José Roberto. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. Estudos: Sociedade e Agricultura. Número 8, abril de 1997. Rio de Janeiro, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 1997, pp. 51-69.

MORENO, Augusto A.; FLORES, Murilo. Mudanças Institucionais para o Apoio à Agricultura Familiar: o Caso da Extensão Rural. Sessão IV: Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar, V Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA); V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), realizados em Florianópolis, entre 20 e 23 de maio de 2002 (impresso e disponível no cd redistribuído no evento).

NEVES, Delma Pessanha. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Ed Vértice/ANPOCS, 1987, pp. 106-132.

_____. Agricultura familiar: questões metodológicas. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, maio-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 21-36.

_____. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista. Niterói: EDUFF/UFF, 1997a.

_____. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997b.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 8, n. 7	pp. 68-93	Jul./Dez. 2005
--------------	---------------------	-------------	-----------	----------------

_____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. FERREIRA, Angela Duarte Damasceno e BRANDENBUR, Alfio. Para pensar outra agricultura. Curitiba, Ed da Universidade Federal do Paraná, 1998, pp. 147-168.

_____. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da. (org.). Ensaio. Desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju, 2002, pp. 131-159.

_____. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. In: Sociologia e conhecimento além das fronteiras. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas: SBS, 2003a (cd).

_____. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. Boletim Rede Amazônia. Rio de Janeiro/Belém, 2003b, pp. 47-59.

_____. Pobreza, desigualdades sociais e fronteiras culturais. Trabalho apresentado na Mesa Redonda O mundo rural e a questão social no Brasil. XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 21 a 25 de outubro de 2003c.

_____. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha; MENEZES, Maria de Nazaré Angelo. (Org.). Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento: interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da agricultura familiar. Belém, 2004, v. 4, p. 15-32.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e industrialização. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

SCHMITZ, Heribert. Perspectivas dos Atores Envolvidos na Construção de Alternativas de Assistência Técnica para a Agricultura Familiar. Sessão IV: Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar, V Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA); V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP). Florianópolis, 20 a 23 de maio de 2002.

SIMÕES, Aquiles; OLIVEIRA, Myriam Cyntia César de. Contribuições e limites do enfoque sistêmico na formação superior em ciências agrárias voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sessão IV: Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar, V Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA); V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), realizados em Florianópolis, 20 a 23 de maio de 2002 (impresso e disponível no cd redistribuído no evento).

SIMOES DO CARMO, Maristela. Agricultura sustentável e produção familiar num contexto de reestruturação do sistema agroalimentar. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, mai.-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 114-127.

VEIGA, Eli José da. Delimitando a agricultura familiar. Revista Reforma Agrária n.º 2 e 3, Vol. 25, maio-dez. Campinas, ABRA, 1995, pp. 128-141.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária volume 25, maio-dezembro de 1995. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, 1995, pp. 37-56.

Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil

Hannah Wittman

Professora do Department of Sociology and Anthropology of Simon Fraser University

Endereço profissional: Burnaby BC V5A 1S6, CANADA, +1 604 268-6632

Endereço eletrônico: hwittman@sfu.ca

Abstract

This paper investigates processes of place-making and community formation following agrarian reform resettlement in Brazil. Based on case studies conducted between 2002 and 2004 in several settlements organized by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) in the Brazilian state of Mato Grosso, I argue that resettlement through agrarian reform in Brazil is *a process of intentional community-building through resettlement and emplacement*. Ethnographic data from one settlement, Antonio Conselheiro, shows that land recipients passed through a series of physical movements [displacement, occupation, encampment, settlement] that shape the production of locality, or what I refer to here as emplacement. I discuss key social processes that contribute to emplacement: the transition from individual to imagined community, from imagined community to collectivity, and from collectivity to place-based community.

Key-words: MST, Mato Grosso, agrarian reform, resettlement.

Resumo

Reforma agrária e produção do local: reassentamento e construção comunitária em Mato Grosso, Brasil

A sociologia está sendo chamada para desenvolver novas maneiras de caracterizar os processos sociais envolvidos na mobilidade, movimento e na reestruturação da sociedade no mundo contemporâneo e globalizado. Trabalhos acadêmicos na área de reassentamento, especialmente no âmbito dos deslocados da violência social ou dos atingidos por barragens, procuram compreender como é que os povos re-assentados formam novas comunidades estáveis. Dentro do contexto do reassentamento, este artigo procura identificar como as experiências individuais e coletivas da migração e mobilização física e simbólica das famílias interagem com as forças sociais históricas e contemporâneas nos espaços emergentes no estabelecimento de um assentamento. O argumento está baseado em pesquisas de campos realizadas entre 2002 e 2004 em vários assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de Mato Grosso, na região centro-oeste do Brasil. A autora sustenta que o processo de formar assentamentos através da reforma agrária no Brasil é um processo de formação intencional de comunidade. A experiência particular de um assentamento do MST, Antonio Conselheiro, na região central do Mato Grosso, mostra que os recipientes da terra passam por uma série de mobilidades (despejo, migração, ocupação, acampamento, assentamento) que definem o processo da produção da localidade. Discuto processos-chave que contribuam a produção da localidade: a transição do ser indivíduo a uma comunidade imaginária, da comunidade imaginária a coletividade, da coletividade a comunidade, baseado em localidade.

Palavras-chave: MST, Mato Grosso, reforma agrária, reassentamento.

Resumen

Reforma agraria y producción do local: reasentamiento y construcion comunitaria en Mato Grosso, Brazil

La disciplina de sociología está buscando nuevas herramientas teóricas para caracterizar los procesos implicados en la movilidad y en la reestructuración de la sociedad contemporáneo. Trabajo académico en el área de desplazamiento y reasentamiento, especialmente para los refugios de guerra o las personas afectados por represas hidroeléctricas procura entender los procesos que facilitan la formación de un sentido de comunidad estable entre los pueblos que forman los asentamientos nuevos. Dentro del contexto do proceso de reasentamiento, este ensayo pretende identificar cómo las experiencias individuales y colectivas de migración y movilización física y simbólica de las familias interactúan con las fuerzas sociales históricas y contemporáneas en los espacios emergentes del asentamiento. O argumento está fundamentada en trabajo del campo realizado entre 2002 y 2004 en varios asentamientos organizado por el MST en el estado de Mato Grosso en la región centro-oeste de Brasil. La autora señala que la formación de asentamientos de reforma agraria en Mato Grosso es un proceso de intencional formación de un sentido de comunidad. La experiencia de un asentamiento en Mato Grosso, el Antonio Conselheiro, muestra que los recipientes de tierra pasan por una serie de movimientos físicos (desalojo, migración, ocupación de tierra, acampamiento, asentamiento) que definan el proceso de producción de localidad. En el análisis final, se destacan los procesos sociales dominantes que contribuyen al emplazamiento: la transición del individuo a la comunidad imaginada, de la comunidad imaginada a la colectividad, y de la colectividad a la comunidad basada en el lugar nuevo.

Palabras claves: MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra), Mato Grosso, reforma agraria, reasentamiento.

Introduction

Displacement and community fragmentation are prominent outcomes of the changing terms of globalization. The shifting and consolidation of economic projects changes the meaning and practice of locality and livelihood for both rural and urban people, with estimates of more than 10 million people forcibly displaced every year (Feldman, Geisler and Silberling, 2003). As Doreen Massey pointed out more than a decade ago, we are faced with increasing uncertainty concerning the definition and boundaries of places and communities (Massey 1994a; 1994b); and more practically, how we continue to produce and live in them.

This paper is about one story of contemporary place-making through grassroots agrarian reform in Brazil. In response to ongoing rural exclusion and displacement, land redistribution and resettlement policies are prominent on the agenda of advocates for social change in Brazil. Increased mobilization by Brazil's largest and most successful social movement, the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) and the many other regional and national landless movements in Brazil created significant pressure for the Lula government, elected in October of 2002, to make good on a campaign promise to implement a "massive and immediate" land reform. At the onset of Lula's campaign, the number of landless families had reached five million, and over 150,000 families were camped on roadsides, abandoned estates, and on the patios of beleaguered Federal Land Reform Agencies (INCRA) in almost every state. They demanded the expropriation and redistribution of the 44% of Brazil's arable land that is classified as unproductive under the current criteria

established by the 1988 Constitution (de Janvry, Sadoulet and Wolford 2001).¹ Soon after his election, Lula asserted that “agrarian reform is... fundamental if the Brazilian economy is to be rebuilt. And it will play a crucial role in making the country fully democratic” (da Silva 2003).

To explore the implications of land reform resettlement for fostering place-making processes and emergent communities, this paper examines the experiences of grassroots agrarian reform in Brazil *as a process of intentional resettlement and emplacement* by members of a social movement. Using a case study approach, I highlight key moments in the displacement and resettlement process to illustrate how the *process of producing place* influences the potential for stable *reproduction* of both community and locality.

Displacement and emplacement

Development induced displacement is a concept that recognizes that the uprooting of peoples, communities, and livelihoods is a direct result of the changing terms of an international “development project” that follows Western models of industrialization and fails to address local and global inequality (McMichael, 2004). In rural areas across the globe, dynamics of movement and mobility include direct physical displacement resulting from infrastructure projects (e.g. hydroelectric dams) as well as a more indirect process through which patterns and foci of economic development change the value of particular labor and livelihood practices. In the face of global fragmentation, this paper suggests ways of approaching the “aftermath” of displacement: where do displaced people go and how do they reconstruct their lives after migration and resettlement?

Literature on resettlement has tended to focus on transnational migration (Conradson and Latham, 2005; Ong, 1999; Smith, 2005) and compensation for development-induced displacement (Cernea 1996; 2003; Cernea and McDowell 2000). Refugee camps and massive forced resettlement projects literally move entire communities across space and territorial boundaries, but often fail to recreate community, livelihood, or permanent resettlement (Kibreab, 2003; Malkki, 1995). Across the globe, however, resettlement occurs on a daily basis as individuals, families, and social movements engage in new and creative place-making projects and processes, developing new forms of *cosmopolitan localism* which combine global imaginations of change and resistance with local realities and resources (McMichael, 2004; Sachs, 1992). Within national borders, processes of mobility, resettlement, and emplacement continually re-create emergent localities and regional cultures that influence society, local political economy, and individual livelihoods. In today’s mobile world, social constructions of place, identity, and scale offer nodes of resistance to the homogenous world culture of globalization.

In investigating the process of placemaking through agrarian reform in Brazil, I build on the insights of Doreen Massey, who argues that places are processes rather than static sites. She states that “what gives a place its specificity is not some long internalized history but the fact that it is constructed out of a particular constellation of social relations, meeting and weaving together at a particular locus” (Massey, 1994b, 154). Resettlement through agrarian reform involves shifting both people and property, in the process creating new social and environmental relations and permanently transforming both symbolic and physical landscapes. Agrarian reform settlements – as emergent places – are sites of changing identity, community, and livelihood that build individual and collective histories and relationships to surrounding physical spaces. As Englund argues, the process of emplacement in the global landscape is revealed “in practices spurred by the globalist imagination, ... [in which] the local appears as an achievement that [migrants] carve out of the cultural materials that the fact of their movement provides” (2002, 266-267).”

¹ After a march from Goiania to Brasilia in May 2005 involving more than 12,000 participants the Lula administration agreed to revise the productivity criteria, expected to increase the amount of land eligible for expropriation.

As a response to agrarian transformation and development induced displacement, agrarian reform offers a fresh analytical lens on contemporary place-making processes and experiences not only for those regions currently engaged in a process of agrarian reform but for all areas interested in processes of sustainable community building. The places emergent from land reform settlement provide new contexts for migrants and displaced individuals to make new sense of their changing role in community and society. Working with local resources in a physical setting (as), migrants in a resettlement project engage in a co-production of the physical and the social to shape their own sense of emergent place, and construct a shared identity and history (Englund, 2002; Gieryn, 2000; Gustafson, 2001).

Agrarian reform as a place making process

Land reform, as the distribution of land to landless individuals and families who have been economically displaced – offers an opportunity for the development of territorial alternatives to social isolation and cyclical migration. In turn, this provides a direct impulse to place-making processes. In its more ambitious expressions, agrarian reform is implemented through a set of policies and institutional changes that include land redistribution and a host of agrarian support programs including agricultural credit, technical assistance, and other social services including housing, education, and health care.

Redistributive land reform has been carried out in over 25 countries since 1900 primarily as an economic development strategy, based on its potential to reduce poverty and advance food security through the democratization of access to land and other productive resources (Barraclough, 1994; Dorner, 1992; IFAD, 2001; Lipton, 1993; Madeley, 2002; Sobhan, 1993). Mobilization for agrarian reform is increasing worldwide with active campaigns occurring in Brazil, Paraguay, South Africa, Mozambique, Zimbabwe, Honduras, Mongolia, Scotland, Mexico and in other global spaces (Moyo and Yeros, 2005). For example, the *Vía Campesina*, an international coalition of peasant organizations, has placed agrarian reform as one of its primary platforms for international mobilization (Desmarais, 2002; 2003). The growth and strength of these movements and organizations suggest that land reform is a meaningful political construct in a changing era of globalization as a means to address issues of displacement, inequality and inefficiency in rural landscapes, as well as a way to provide increased employment, rural welfare and food security for at least some of the world's estimated 817 million rural smallholder and landless rural families (Ghimire, 2001).²

Agrarian reform in Brazil

As a result of the historical linkages between land concentration and economic transformation in which workers were from excluded from land access as a means to control labor, Brazil today has over 5 million landless families and one of the most unequal land distributions in the world.³ Despite land reform legislation dating back to 1964, which allowed the expropriation of idle estates for redistribution to landless families, reform programs in Brazil have predominantly taken the form of frontier colonization and expansion of the agricultural frontier. These “top-down” reforms were designed to reduce social conflict and pressures in areas of southern Brazil where mechanized agriculture was expanding, to ensure Brazilian sovereignty over the Amazon region. The majority of colonization took

² Estimates of the magnitude of the world's landless population vary; in 1985, the FAO estimated 817 million landless and landpoor in Africa, Asia, and Latin America. This number is used widely by social movements advocating agrarian reform and by Ghimire (2001); IFAD has an alternative mid-1980s estimate of 324 million landless rural people in 64 developing countries. see <http://www.ifad.org/events/past/anniv/co.htm>.

³ Brazil exhibits a Gini index of land concentration of 0.8 in 2003 (MDA 2003).

place in the North and Center-West regions to open up frontier areas for the expansion of agricultural export commodity production. These reforms failed to fundamentally change the structure of land tenure and rural displacement; internal migration and rapid urbanization continued as prominent features of Brazilian society in the latter half of the 20th century.

By the mid 1980s, the government acknowledged the existence of 10.8 million landless or land-poor rural workers and developed the First National Plan for Agrarian Reform (PNRA) in 1985 as a project of the new democratic movement. The 1985 PNRA aimed to use land reform as a rural modernization strategy, in particular to:

Change the structure of land tenure, progressively eliminating the latifundio and minifundio and ensuring a regime of land use and land tenure that addresses the principles of social justice and increased productivity, to guarantee socio-economic progress and the citizenship rights of rural workers (quoted in Silva 1985, p. 77).

This program proposed the resettlement of 7.1 million families by the year 2000 (Silva 1985, 78). However, resistance of the rural elite to land expropriation led to ongoing use of frontier colonization programs as the major component of state-led land reform during that period. By the end of President José Sarney's mandate (1986-1990), only 6% of the PNRA had been carried out and fewer than 120,000 families settled (Fernandes 2000). Continued rural exodus contributed to a rise in urbanization from 30% urban in 1940 to 81% in 2000.⁴

During the administration of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), the federal land reform agency (INCRA) claimed to have settled over 600,000 families in almost 5000 settlements. This figure is higher than the total number of families settled in redistributed land since 1964. Not only have both government and independent studies shown that these numbers are inflated by as much as 48% (Mattei, 2005; Ondetti, 2004; Pereira, 2003), but land concentration increased rather than decreased in Brazil during the last half-century. In 2003, 85% of farms occupied just 20% of land, while just 1.7 percent of farms (large landowners with more than 1000 ha) occupied almost 44% of land (see Table 1). According to data from Brazil's 2003 National Plan for Agrarian Reform (PNRA), of Brazil's 420 million hectares of private property registered with the National Institute for Colonization and Land Reform (INCRA), only 48 million hectares are cultivated, about 11%.⁵

Table 1. Land Distribution in Brazil, 2003

Lot size (Ha.)	Properties	% of properties	Total area (Ha.)	% of area	Average area (Ha.)
< 10	1,338,711	31.6	7,616,113	1.8	5.7
10-25	1,102,999	26.0	18,985,869	4.5	17.2
25-50	684,237	16.1	24,141,638	5.7	35.3
50-100	485,482	11.5	33,630,240	8.0	69.3
100-500	482,677	11.4	100,216,200	23.8	207.6
500-1000	75,158	1.8	52,191,003	12.4	694.4
1000-2000	36,859	0.9	50,932,790	12.1	1381.8
> 2000	32,264	0.8	132,631,509	31.6	4110.8

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, www.ibge.gov.br, accessed 5/10/2005.

⁵ *Jornal Sem Terra, Edição Especial, Abril 2005. p4.* There is much uncertainty over these figures. According to an April 2005 report in the national weekly newsmagazine *Veja*, unproductive lands measured by INCRA are 140 million hectares, while according to IBGE the figure is 24 million hectares. In any case, the land requirement to settle 400,000 families with 25 ha plots is just 10 million hectares.

total	4,238,387	100.1%	420,345,362	99.9%	99.2
-------	-----------	--------	-------------	-------	------

Source: (MDA 2003)

Numerous studies have shown that government organized colonization settlements at the agricultural frontier suffer from isolation from infrastructure, markets, and public services, lack of agricultural extension, and lack of settlement political organization, leading to extreme deforestation, rapid degradation of agricultural plots, and re-concentration of land as family plots are sold to individual ranchers (FAO/PNUD 1992; Fearnside 2001; Fernandes 1997; Goodman and Hall 1990; Guimaraes Neto 2002; Hecht and Cockburn 1989; Mahar 1989; MDA-INCRA 2001; Thiesenhusen 1989). One government study showed that the highest rates of plot abandonment in agrarian reform settlements for Brazil during the period from 1995-2001, in settlements created under the FHC government, were in the frontier Center-West and North regions (MDA-INCRA 2001):

Table 2 Plot retention in Agrarian Reform Settlements, Brazil 1995-2001, in %

North	41.8
Northeast	15.1
Center-West	40.4
Southeast	12.1
South	25.1
Brazil	29.7%



These figures have been used by some analysts to argue that land reform fails to foster community stability and deter ongoing elevated migration rates, and that families have a difficult time “adapting” to their new environment. Others attribute the high abandonment rates to the “quantity, not quality” characteristic of the settlements made during the FHC administration. A more recent study at the national level by the Federal University of Rio de Janeiro has shown, however, that settlements created between 1985-1995 through social

pressure have a much lower rate of abandonment, even when holding constant variables such as infrastructure provision. That study showed that the national plot abandonment average for settlements organized by Brazil's *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) is just 12.5 %, while for government initiated settlements the rate increases to over 50%.⁶

The Emergence of the MST – building a new relation between land and society

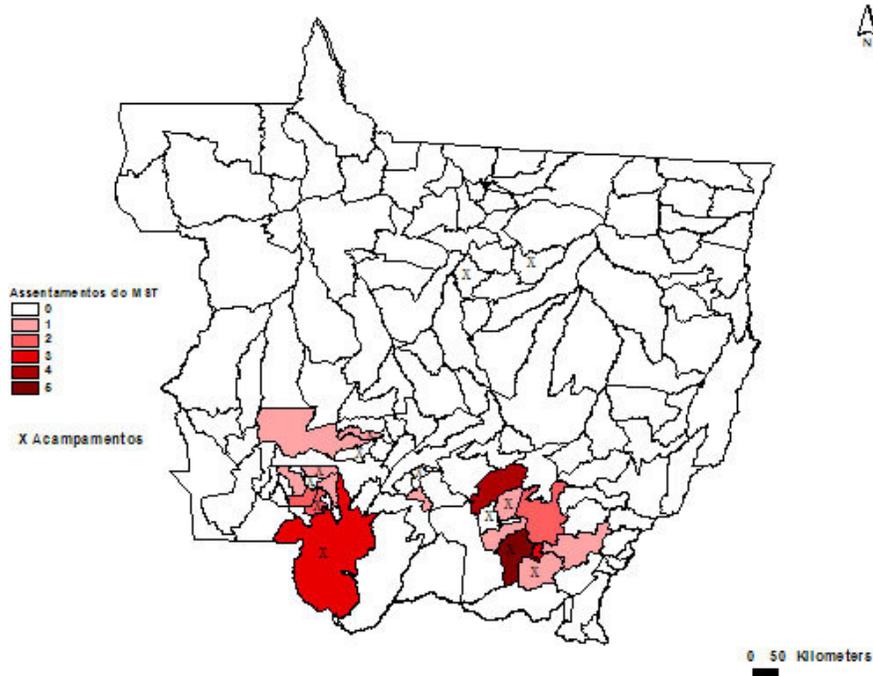
Since 1984 the MST has organized over 350,000 families in new agrarian reform settlements in Brazil, and by the close of 2004 another 160,000 families were organized in land occupations across the country to demand additional land redistribution.⁷ Building on a long history of agrarian mobilization in Brazil, the MST was officially formed as a national movement at a historic meeting in Cascavel, Paraná in 1984. The emerging movement made a strategic decision to remain autonomous from political parties and church organizations, and established its primary objectives of seeking land for the landless, a comprehensive agrarian reform program that would include agricultural credit, extension, education, and rural health services, and a broader social transformation that incorporated not only a new land ethic, but the democratization of Brazilian society as a whole

While the MST works in 23 of Brazil's 27 states and land reform and agrarian struggles are relevant across the country, I chose Mato Grosso as the site of my field research because of the particularly compelling contradictions in the changing agrarian landscape. During the last two decades, Mato Grosso has become Brazil's leading soybean producer and the expansion of export-oriented agriculture in Mato Grosso has been a priority of local, state, and federal governments. In 1995, the MST began mobilizing to resettle small farmers in Mato Grosso, more than a decade after its first land occupations in the south of Brazil. By 2002 the MST had won 31 legal settlements in Mato Grosso and settled 3440 families on 124,623 hectares. An additional 7000 members of the MST are camped on occupied land in southern Mato Grosso in 2004.

Figure 2: Location of MST settlements in Mato Grosso.

⁶ study by the Universidade Federal do Rio de Janeiro para o Ministério de Política Fundiária, cited at <http://www.pt.org.br/san/san90.htm>. Globally, the FAO indicates that for any human settlement, there is a 15 percent yearly turnover or mobility rate.

⁷ from www.mst.org.br, accessed 10/6/2004.



Between 2002 and 2004, over 35,000 additional landless families engaged in occupations and roadside camps in Mato Grosso waiting for the promised land reform. The struggle over the landscape – as a space for the emergence and maintenance of sustainable communities local food economies or as the “breadbasket” of the world as the largest soybean exporter - is particularly pronounced in Mato Grosso where large scale commodity producers and small farmers compete for the same plots of land.

As an agricultural frontier region, the state of Mato Grosso has been a recipient of displaced agrarian workers from southern Brazil since the late 1950s . These workers were prompted by state and federal incentives to settle the area and provide labor for timber, ranching, and modernized agriculture, as well as to alleviate population pressures from southeast and northeast Brazil. Since that time, the state has been marked by ongoing cycles of internal displacement, migration, and resettlement of individuals from across Brazil. These settlements in Mato Grosso are marked by high rates of plot abandonment and mobility at the agricultural frontier – many of the families who are settled in Mato Grosso have moved 5-10 times in search of employment and “a better life” before joining the MST.

The case study that follows explores the implications of a grassroots land reform initiative for fostering place-making processes and emergent communities in Mato Grosso. This process of *intentional resettlement and emplacement* by members of a social movement is designed to foster community, environment, and production not only for these particular landless workers, but for their host communities and regions. This model of agrarian reform holds emancipatory potential to break the cycle of community fragmentation and social isolation. In the case study, I will discuss a series of interrelated processes that comprise the experience of emplacement in the Antonio Conselheiro land reform settlement as a process of identity construction and production of locality. The processes discussed here are: *the transition from individual to imagined community, from imagined community to collectivity, and from collectivity to place-based community.*

Antonio Conselheiro

I divided my research in Brazil between nine agrarian reform settlements, but the bulk of the ethnographic material here is based on six months spent living in one settlement in central Mato Grosso organized by the MST. I chose the Antonio Conselheiro settlement for this analysis because it is one of the earliest and most consolidated MST settlements in Mato Grosso and also one of the largest, with almost 1000 families settled on 35,000 hectares. Typical of MST settlements in the state, Antonio Conselheiro includes a mix of settlers from diverse regional backgrounds, about half of whom are migrants from other areas of Brazil and half are internally displaced families from the settlement region. By 2004, after six years of settlement, 76 percent of the 1000 original families who received land in 1998 remained in the settlement, a rate of plot retention almost double the average for Mato Grosso.⁸

The Antonio Conselheiro settlement is located near three municipal centers (Tangará da Serra, Novo Olímpia, and Barra do Bugres, with a total population of more than 120,000) which provide opportunities for marketing farm products, access to health care, and access to the political system. In contrast to the frontier colonization model, the MST seeks to settle people near their place of origin, where they have knowledge of the local environment, access to infrastructure, and where they remain close to family and a social and ecological safety net. A regional leader explained that the movement's decisions regarding where to organize depend on three factors: availability of quality land appropriate for smallholder agriculture, presence of landless rural workers, and proximity to a consumer market. By definition, this places the MST's geographic center far away from the newest agricultural frontiers at the Amazonian transition zone.⁹ It also places them front and center in reconstructing the landscape of older frontiers now dominated by large commodity interests.

The occupation: from individual to imagined community

The initial act of land occupation for MST members in Mato Grosso requires the collective construction of a social organization comprised of previously isolated individuals and families coming from different spheres of society. This process of coming together in a symbolic occupation begins the process of constructing both imagined community (Wolford 2003) and the practical experience of popular struggle (Fernandes 1999; 2000; 2005). In her study of MST organization and membership in Pernambuco and Santa Catarina, Wolford (2003) argues that “the community is imagined because adherence to MST's ideological and practical guidelines requires each individual to go well beyond past experiences to imagine a new social, political, and economic ideal” (506).

For MST members,

the encampment is a school of life, because we come to understand how the exclusionary society functions that turned us into Landless people. In the camp we also learn that we need to struggle to transform this society and the struggle for Agrarian reform is one of the tools to combat the system. The camp teaches us to find collective solutions for the problems that society faces, with the union and participation of everyone (MST, 2001, p. 18)

Prior to the occupation of the Antonio Conselheiro settlement in 1996, MST militants carried out initial grassroots organizing or *trabalho de base* on the Itamaraty sugar plantation in the municipality of Novo Olímpia, and in several ranch worker communities in Arenópolis,

⁸ These figures are based on my analysis settlement beneficiary data. I cross referenced the official INCRA plot beneficiary list of 1998 with the names found in a 2003 INCRA vistoria report (INCRA SR/13/0/MT 2003). I also field-checked the list in Spring 2004.

⁹ for a discussion of the national MST politics regarding organizing settlements in the Amazon region, see Wright and Wolford (2003) and Wright (2004).

Porto Estrela, and in peripheral communities of the municipality of Tangará da Serra. Many of the initially interested families were working as ranch hands, on small plots of lands belonging to extended family, as seasonal and permanent workers on the sugar cane plantations, or as domestic or day workers in the small urban center.

The MST organizers spent several months before the occupation educating potential members about the process of agrarian reform and social transformation advocated by the movement, in addition to educating the landless workers about Brazil's agrarian history and sharing stories of previous land struggles in the region.¹⁰ This program of political education or "*formação política*" is an intense process intended to develop a sense of personal and individual responsibility to act in support of the collective good of the broader landless community, based on a collective historical experience. This process of political education is designed to overcome the vice of "individualism" in which each person learns that they have a shared history and a shared responsibility to engage in a collective struggle for space – both physical and symbolic - in rural Brazilian society.

Because of a history of violence against MST members occupying land in Mato Grosso, MST leaders had made arrangements with a local landholder to cede an area for a provisional camp.¹¹ The act of occupation was intended to be both symbolic and public, with 600 families gathered at the entrance to the roadside estate near Tangará da Serra on October 6, 1996. The estate holder who had agreed to cede the area for occupation bowed to pressure from neighboring ranches who sought to discredit the "culture of occupation". The families were then forced to camp along the narrow shoulder of the public highway, MT-070, about 20 km from Tangará da Serra near a ceramic/brick plant owned by Ze Epidio, the then-mayor of the municipality of Novo Olímpia. After eight days, by which time camped families numbered over 1000, a cargo truck and trailer lost control coming down a hill and crashed into the settlement, killing five MST members and injuring dozens of others. In reaction, the MST blocked the roadway for five days, until negotiations between the municipal and state governments and INCRA led to provisional accommodation on the Fazenda Tapirapuá in December of 1996, expropriated in the MST's favor on June 17, 1997.¹²

This early experience of occupation vividly marked the transition from individual to collective history as a member of the movement, and resonated with the global history of violence against landless workers that lay behind the imagined community of the MST.

The camp: from imagined community to collectivity

Members of the MST describe their organizational activities and activism as not just "going to the streets with flag and staff, but undergoing permanent changes in our daily life...with the objective not only immediate and material (e.g. land and credit) but permanent (citizenship and class struggle)".¹³ Part of this vision involves transforming the imagined

¹⁰ Bernardo Mançano Fernandes (interview, June 2004) noted the importance of the lengthy political education process in the early days of the MST, often lasting one year or more before a family was considered sufficiently "conscious" to conduct an occupation. The timespan of the pre-occupation *trabalho de base* has shortened considerably in the 1990s, in Mato Grosso and elsewhere in Brazil.

¹¹ A 1998 provisional measure passed during the Cardoso administration disallowing the expropriation of occupied lands. In many cases, local politicians and even INCRA will "rent" land for occupation and encampment from an estate holder to avoid more public contentious occupations of public lands, parks, and mayoral offices. A 2005 MST pamphlet refers to the fact that the source of violence around occupations has changed. "It is no longer for the protection of possession (*manutenção da posse*) but for the threat of the loss of power that the loss of land means for the latifundiário in the region."

¹² The families were housed for several months during this process on the Itamaraty sugar plantation and at the public fairgrounds in Nova Olímpia. Fazenda Tapirapuá dates back to the colonial period, and was famously the seat of a grueling exploration expedition of Mato Grosso by Theodore Roosevelt and Marechal Rondon in 1914. For a fascinating exposition of this expedition see Diacon (2004).

¹³ MST meeting participant, Antonio Conselheiro settlement, 3/26/2004

community that emerged in the initial occupation process into a collective that works together to meet the needs of survival. This process takes place most vividly in the daily acts of survival necessary to maintain an occupation camp, a process that often lasts from one to three years. As Fernandes argues, “the encampments are spaces and times of transition in the struggle for land...[and] realities in transformation” (2005, 330)

The camped families chose to honor the historic figure Antonio Conselheiro in naming their settlement after him. This important agrarian leader led the establishment of a squatter community in the Bahian backlands between 1893 and 1897 in an attempt to build a new society based on egalitarian principles.¹⁴ Antonio Conselheiro was a visionary who provided the MST with a historical model for land occupation, collective resistance, and participatory community formation. At a 2004 MST workshop in Mato Grosso, a leader from the Antonio Conselheiro settlement explained:

When I talk about our collective and organized actions, I'm talking about occupation, I'm talking about marches, I'm talking about public acts, I'm talking about the work party (*multirão*) in the camp, the settlement, about all of the actions of struggle that we know. Through our collective and organized actions in the struggle to win land, we as landless workers rescue our right to have our own consciousness and to use it to participate in a different life. To the extent that we enter into the struggle...we begin to mark our right to be conscious of our rights. We also go on changing our role, as citizens, in conducting our own history. To the extent that we fight, we begin to occupy a geographic and political space in society.¹⁵

During the period of encampment, over 700 families lived in close quarters in a roadside camp, working together in committees to ensure the needs for survival – housing, food provision, a bathing regimen, and youth and adult education. During this time, Antonio Conselheiro families formed 35 “nuclei” comprised of 25-30 families which were settled in groups in sections of the settlement (See Figure 3). Each *núcleo* is comprised of two coordinators (one man and one woman) and a representative to the sectors of production and environment, health, security, political formation, and education. This *organicidade* seeks to ensure that each individual person has a *tarefa*, a task or action that benefits the settlement as a whole, at the same time as awakening a process of self-education and personal responsibility. This way of organizing ensures that political and other survival tasks “should not be centered in the hands of few people.”¹⁶ It also functions as a level of decision-making, seeking to break the history of patronage, dependency, and displacement that characterized the political relationship of landless workers with the rural elites.

Joined by 300 families from another MST encampment in another municipality, after expropriation the 1000 families remained camped for another six months on the expropriated ranch, 15 km distant from the roadside camp, where discussions took place among the settlers on strategies of lot division and settlement organization. During this period, the MST continued to organize courses and workshops on political education, livestock management, agroforestry systems, health care, and a host of other survival concerns, as well as organizing basic education, adult literacy classes, and improvised health clinics. At the same time, several collective production areas were cultivated with corn, manioc, squash, rice, and beans to feed the camped families.

The close proximity of the 1000 families crowded into a 300 hectare riverside area gave rise to intense discussions about both the political and social direction of the future settlement. The camped families were aware that there was a relationship between the physical characteristics of their forthcoming settlement and the way that the families would

¹⁴ For the original account of the Battle of the Backlands see the Brazilian classic *Os Sertões (da Cunha 1923)*. For a recent analysis of the symbolic importance of this cultural figure and historical event for the MST and other rural social movements, see in particular Sá (2004).

¹⁵ MST coordinator, MST state workshop, Cuiabá, 12/9/2004.

¹⁶ MST-MT *Caderno do Núcleo* No. 9, Julho de 2002, Cuiabá – MT

relate to one another. Rejecting the standard government physical layout for settlement, in which families are isolated from one another on rectangular lots and are assigned by lottery, the MST's settlement strategy is designed to foster both community interaction and agricultural production. The MST in Mato Grosso has adopted a system of *núcleos de moradia* to foster cooperation among the settlers, based on the *núcleos de familia* originating during the encampment process. This difference in structure creates a space for participation in family groups, the national criterion for ongoing membership in the MST after settlement (See Figure 3).

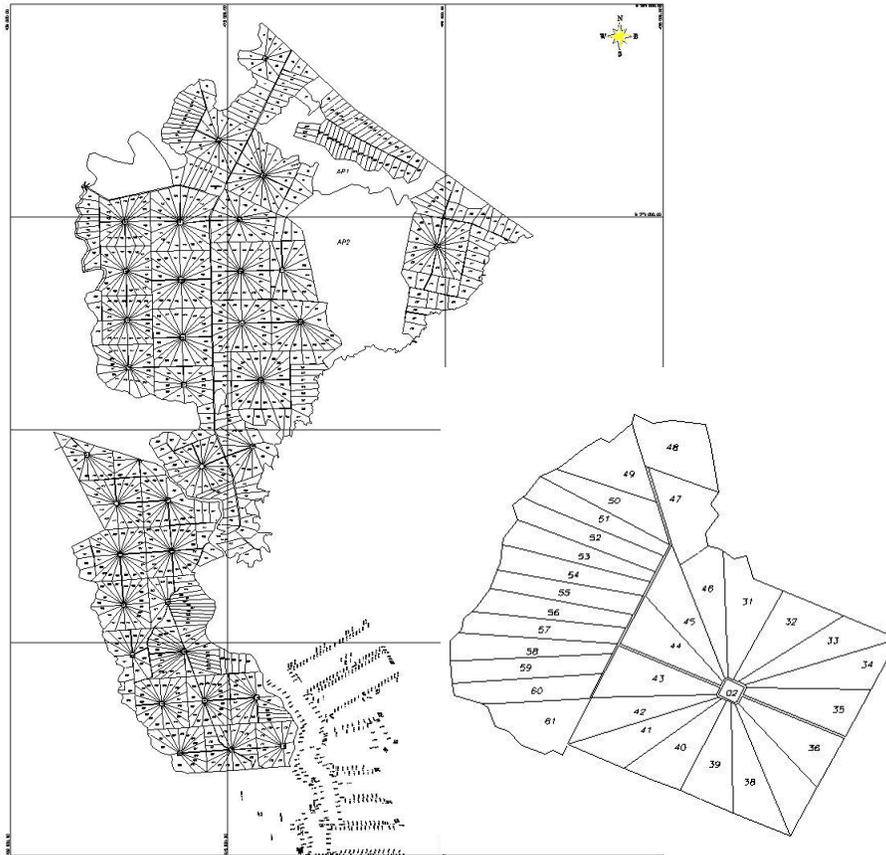


Figure 3. Antonio Conselheiro Settlement, Núcleo de Moradia

The MST family groups serve to integrate the physical space of settlement and daily practice of community, which for the MST, is defined and bounded by participation in organizational life of the *núcleos de moradia*. Modes of participation in the family groups vary from settlement to settlement, but in Antonio Conselheiro participation was centered on bi-weekly to monthly discussion meetings, in addition to day-to-day interactions regarding agricultural production and response to any political or physical threat to the settlement.

The settlement: from collectivity to place-based community

Once the members of the camp received their individual lots they embarked on another stage of the passage from individual to community within the land reform settlement. There is a distinction between settlement, community, and place (Gombay 2005; Massey 1994b). For the MST, settlements represent the physical manifestation of social change in the countryside. As explained in one MST educational pamphlet,

We need to advance our understanding that settlements are not just a unit of production. They are above all a social nucleus where people live together and develop a group of community activities in the sphere of culture, leisure, education, religion. We need to be attentive so that the settlements can fulfill their historic mission of seeding change in the rural areas (MST, 2001, p. 24)

Within Antonio Conselheiro, three distinct communities have emerged in particular localities within the settlement, each uniquely combining part of the imagined community and physical locality of the larger regional settlement. After settlement expropriation but before specific lots were assigned to the family groups, internal divisions and conflicts emerged between groups of settlers. A group of about 20 families, encouraged by a group of local right-wing politicians, sought to create an internal division within the encampment. An extensive debate took place within the camp whether to expel the families. In an attempt to respect regional diversity in political organization, however, and understanding the origin of the families' concerns in manipulation by traditional political relationships, the MST leadership decided not to expel the families.

The association that emerged from the initial split quickly grew to 200 families out of the 1000 that were camped. It gave itself the name *Associação de Trabalhadores Rurais Tapirapuã*. This split led to the geographic separation of the families who remained with the MST and those who did not within the settlement. When families moved to the núcleos de moradia, grouped by the nuclei that had formed within the encampment, the MST took over two main areas, named Che Guevara and Paulo Freire, while the Association families were concentrated in the middle section of the settlement. These three communities have emerged as distinct "places" within the settlement, associated with a municipal school in each community that is the center of community affairs.

The organizational style and content of the Antonio Conselheiro Associations contrast sharply with the MST *núcleo* meetings in the Che Guevara and Paulo Freire communities. The dissident Association Tapirapuã, rather than being organized around a new organizational structure or proposal, was an attempt to maintain traditions of rural organization in the countryside. Rural associations, with President, Vice-President, Secretary, and Treasurer, usually but not necessarily involve the representation of one member of each family; and a monthly dues payment is required. Meetings are held once a month or more sporadically, and are not based around discussion but around strategizing for how to meet material needs like credit, infrastructure, and government agricultural extension programs, and are often called to order by an urban politician in attendance. The Association uses these material incentives to attract new membership, while local politicians provide resources (projects, cash payments) to increase the lure of the association membership as "a way to get progress". But one settler notes: "they just talk about advancements. They promise that things will arrive for us but they never arrive".¹⁷

The idea is rather than a collective debate and discussion towards the construction of a new society (the project of the MST), the association president controls the flow of information to and from municipal political leaders and who also controls the flow of material resources. One president of an Association, who briefly had participated as a militant with the MST before starting his own association, sees the association as a way to get material gain, not for debate and discussion.

No, generally we don't have much discussion, because I think that people who are working, they are more concerned about the work itself. The day-to-day work. But they aren't against discussion, they stay informed.¹⁸

Over the course of the next six years, the differing organizational strategy of the MST appeared to influence the ability of settlers to remain within the settlement. Visible differences began to emerge between the families who continued as members of the MST

¹⁷ interview #127, Antonio Conselheiro settlement, 2/13/2004.

¹⁸ interview #87, Antonio Conselheiro settlement, 1/27/2004.

and families who left the movement to joined the Association or one of its many offshoots.¹⁹ My research showed that of 726 Antonio Conselheiro families that were members of the MST at the time of plot distribution in 1998, over 82% of those families were still living in the settlement in 2004. Of the 262 families that had withdrawn from the movement but still received land, only 61% still remained on the land 6 years later.²⁰

By contrast, the MST *núcleos de moradia* provide a forum for individual and collective action, and for resolving the day to day problems that might lead to plot abandonment. They help to “deny the illusion of individualism” (Wise 2000, 301), by creating the settlement as a space of community and by providing a collective avenue towards the possibility of a settlement with a future means of defense against threats and continued displacement. The ability of MST to do this depends on personal transformation, the development of a collective consciousness, and ongoing political participation. The *núcleo de moradia* family groups, formed to support both political action and day to day struggles, appeal to both the personal and collective responsibility of settlers to make their own homes, breaking the cycle of dependency on the traditional political system of patronage.

Antonio Conselheiro MST settlers suggest that an important factor mediating the ability to continue occupying the public space of the settlement was the level of personal transformation and participation, and the desire to participate in a *continual* reorganization of daily practice both at home and in the world. One leader explained, “if the body stops, the consciousness stops, it gets stagnant.” Another settler continued, to explain why some people leave the movement and settlement:

People who join the MST and then leave, and hang around defaming the movement, these people did not experience any social transformation. I think that people don't change because they don't want to. You have to have a lot of strength and courage and even sacrifice, because many times we have to leave things aside, to enter into this struggle. If you can't do that, you will never be able to carry out a transformation of yourself.²¹

The MST's Freirian educational model seeks first to engage each individual on his or her own level. This political awakening is meant to be liberating, to allow each individual to feel free to participate in the public sphere. To the extent that the political awakening is not completed, the individual remains isolated and not free, subject to continued manipulation. The openings for transformation are ongoing. The daily opportunities to participate in settlement activities around agricultural production and negotiation of credit, protection of environmental reserve areas, adult education and literacy are simultaneously opportunities to engage in political education and community building.

An Antonio Conselheiro settler explained the relationship between personal transformation and the formation of community:

The most important thing is the change within ourselves, that isn't easy, it doesn't always work in the countryside. You have to wait out a lot of sacrifice. Speaking of myself, when I entered the MST I had a great transformation inside myself, I changed a lot.²²

Another young MST leader continued:

¹⁹ “The Association” became a generic concept for any social organization which was not the MST in the settlement. However, these alternative organizations were fairly homogenous in their social structure, function, and organization, and were mostly offshoots of political infighting for within the original Association Tapirapuá.

²⁰ see note 8.

²¹ settler from Antonio Conselheiro, #202, MST state meeting Cuiabá, 12/9/2004.

²² settler from Antonio Conselheiro, #202, MST state meeting Cuiabá, 12/9/2004.

In the beginning there was that strong resistance [to collective thinking and organization], like ‘No, I want my piece of land’. It’s that culture of property, right? So, Puxa, ‘I have my lot, right’?! Then you put a fence up...but with time you begin to realize that it’s not like you thought. It’s only later when you see that alone things just don’t work, that they begin to reflect together again, about coming together.²³

In MST workshops and internal debates, the idea of being “woken up” or “reborn” through political education is a common topic of discussion. But care is made to emphasize the collective nature of individual transformation. As one leader explained,

Collective and individual reflection is one of the principles of struggle coming out of our 20 years of accumulated experience in political and methodological practice. The advancement of consciousness is done collectively, in community, as opposed to a process of individual reflection like that done in a monastery. It is done through a three-legged process of organization, political education, and struggle. Our ideas and our people are re-born every day as we move forward in the struggle that places new challenges before our conscious and permanent participation. We have the commitment to participate.²⁴

Conclusion

In this paper, I have argued that the social formation of agrarian reform communities transforms the individual experience of landlessness to a collective experience of community building and social and physical emplacement. For members of the MST, personal transformation is the first step towards realizing a different community based on participation in society from which they had been formerly excluded. The physical formation of locality in the settlement plot organization fosters a different kind of social interaction between the settlement members – MST as well as association – that creates long lasting ties through the process of collective decision making.

Social and economic displacement is a constituent feature of modern society, at the root of newly emergent social, cultural, and economic formations. Resettlement through agrarian reform offers one opportunity to analyze the changing terms of contemporary place-making processes, with lessons for sustainable community building initiatives in Brazil and beyond. In this study, the thread of personal and social transformation runs through each step in the emplacement process outlined above, from displacement, occupation, encampment, settlement, to dynamic community formation. Multiple grounded communities emerge from the final settlement, each with particular ties to region, family and organization and a product of the individual and collective experience of displacement and resettlement. Each has a collective past and an imagined future that involves the co-construction of social organization and physical locality.

²³ interview #241, Dorcelina Foledor settlement, 6/25/2004.

²⁴ Antonio Conselheiro leader, MST state meeting Cuiabá, 12/9/2004

References

- Barracough, Solon L. 1994. "The Legacy of Latin American Land Reform." *NACLA Report on the Americas* 28:16-21.
- Cernea, Michael M. 1996. "Public policy responses to development-induced population displacements." *Economic And Political Weekly* 31:1515-1523.
- _____. 2003. "For a new economics of resettlement: a sociological critique of the compensation principle." *International Social Science Journal* 55:37-+.
- Cernea, Michael M., and Christopher McDowell (Eds.). 2000. *Risks and reconstruction: experiences of resettlers and refugees*. Washington, DC: World Bank.
- Conradson, D., and A. Latham. 2005. "Transnational urbanism: Attending to everyday practices and mobilities." *Journal Of Ethnic And Migration Studies* 31:227-233.
- da Cunha, Euclides. 1923. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- da Silva, Luiz Ignacio Lula. 2003. "Brazil's experiment shows full democracy requires social justice." in *The Guardian*. London.
- de Janvry, Alain, Elisabeth Sadoulet, and Wendy Wolford. 2001. "The Changing Role of the State in Latin American Land Reforms." in *Acces to Land, Rural Poverty, and Public Action*, edited by Alain de Janvry, Jean-Philippe Platteau, Gustavo Gordillo, and Elisabeth Sadoulet. Oxford: Oxford University Press.
- Desmarais, Annette. 2002. "The Vía Campesina: Consolidating an International Peasant and Farm Movement." *Journal of Peasant Studies* 29:91-124.
- _____. 2003. "The Vía Campesina: Peasants Resisting Globalization." in *Department of Geography*. Calgary, Alberta: University of Calgary.
- Diacon, Todd A. 2004. *Stringing Together a Nation: Candido Mariano da Silva Rondon and the Construction of a Modern Brazil 1906-1930*. Durham: Duke University Press.
- Dorner, Peter. 1992. *Latin American land reforms in theory and practice: a retrospective analysis*. Madison, Wis: University of Wisconsin Press.
- Englund, H. 2002. "Ethnography after globalism: migration and emplacement in Malawi." *American Ethnologist* 29:261-286.
- FAO/PNUD. 1992. "Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária." Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Projeto BRA 87/022.
- Fearnside, Philip M. 2001. "Land-Tenure Issues as Factors in Environmental Destruction in Brazilian Amazon: The Case of Southern Pará." *World Development* 29:1361-1372.
- Feldman, S., C. Geisler, and L. Silberling. 2003. "Moving targets: displacement, impoverishment, and development." *International Social Science Journal* 55:7-13.
- Fernandes, Antonio João Castrillon. 1997. "Violência, luta pela terra e assentamentos: a construção social dos assentados em Mato Grosso." Pp. 223 p in *Programa de Pós-Graduação em Sociologia*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Fernandes, Bernardo Mançano. 1999. *MST: Movimento dos trabalhadores rurais Sem terra: Formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 2000. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

- _____. 2005. "The Occupation as a form of access to land in Brazil: A theoretical and methodological contribution." in *Reclaiming the Land: The resurgence of rural movements in Africa, Asia, and Latin America*, edited by Sam Moyo and Paris Yeros. London and New York: Zed Books.
- Ghimire, Krishna B. 2001. "Land Reform at the end of the 20th Century: An Overview of Issues, Actors, and Processes." in *Land Reform and Peasant Livelihoods*, edited by Krishna B Ghimire. London: ITDG.
- Gieryn, T. F. 2000. "A space for place in sociology." *Annual Review of Sociology* 26:463-496.
- Gombay, N. 2005. "Shifting identities in a shifting world: food, place, community, and the politics of scale in an Inuit settlement." *Environment And Planning D-Society & Space* 23:415-433.
- Goodman, David, and Anthony Hall (Eds.). 1990. *The Future of Amazonia: Destruction or Sustainable Development*. London: MacMillan Press.
- Guimaraes Neto, Regina Beatriz. 2002. *A Lenda do Ouro Verde: politica de colonizacao no Brasil Contemporaneo*. Cuiabá-MT: UNICEN.
- Gustafson, Per. 2001. "Meanings of place: everyday experience and theoretical conceptualizations." *Journal of Environmental Psychology* 21:5-16.
- Hecht, Susana, and Alexander Cockburn. 1989. *The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon*. London: Verso.
- IFAD. 2001. "Rural Poverty Report 2001: the Challenge of Ending Rural Poverty." Rome: IFAD.
- INCRA SR/13/0/MT. 2003. "Relatório dos Trabalhos efetuados no Projeto de Assentamento Antônio Conselheiro." Diamantino - MT: MDA-INCRA-Unidade Avançada/INCRA-UA/DIA.
- Kibreab, G. 2003. "Displacement, host governments' policies, and constraints on the construction of sustainable livelihoods." *International Social Science Journal* 55:57-+.
- Lipton, Michael. 1993. "Land reform as commenced business: The evidence against stopping." *World Development* 21:641-657.
- Madeley, John. 2002. *Food for All: The Need for a New Agriculture*. New York: Zed Books.
- Mahar, Dennis J. 1989. *Government Policies and Deforestation in Brazil's Amazon Region*. Washington, DC: World Bank.
- Malkki, Liisa Helena. 1995. *Purity and exile: violence, memory, and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*. Chicago: University of Chicago Press.
- Massey, Doreen. 1994a. "Double Articulation: A Place in the World." in *Displacements: Cultural Identities in Question*, edited by Angelika Bammer. Bloomington: Indiana University Press.
- _____. 1994b. *Space, place, and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Mattei, Lauro. 2005. "Agrarian Reform in Brazil under Neoliberalism: Evaluation and Perspectives." in *Reclaiming the Land: The resurgence of rural movements in Africa, Asia, and Latin America*, edited by Sam Moyo and Paris Yeros. London and New York: Zed Books.
- McMichael, Philip. 2004. *Development and Social Change: A global perspective*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.

- MDA-INCRA. 2001. "Percentuais e Causas das Evasões nos Assentamentos Rurais." Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- MDA. 2003. "Plano Nacional de Reforma Agrária, Proposta: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural." Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrícola.
- Moyo, Sam, and Paris Yeros (Eds.). 2005. *Reclaiming the Land: The resurgence of rural movements in Africa, Asia, and Latin America*. London and New York: Zed Books.
- MST. 2001. *Somos Sem Terra: Pra soletrar a liberdade, Caderno do Educando No. 2*. Veranópolis-RS: ITERRA.
- Ondetti, Gabriel. 2004. "Revolution or Palliative? Assessing the Cardoso Land Reform." in *Meeting of the Latin American Studies Association*. Las Vegas, NV.
- Ong, Aihwa. 1999. *Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality*. Durham: Duke University Press.
- Pereira, Anthony. 2003. "Brazil's Agrarian Reform: Democratic Innovation or Oligarchic Exclusion Redux." *Latin American Politics and Society* 45:41-65.
- Sá, Antônio Fernando de Araújo. 2004. "Filigranas da Memória nos Centenários de Canudos (1993-1997): O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no confronto das memórias da Guerra de Canudos." in *XXV International Congress of the Latin American Studies Association*. Las Vegas, NV.
- Sachs, Wolfgang (Ed.). 1992. *The Development dictionary: a guide to knowledge as power*. London: Zed Books.
- Silva, José Graziano da. 1985. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Smith, M. P. 2005. "Transnational urbanism revisited." *Journal Of Ethnic And Migration Studies* 31:235-244.
- Sobhan, Rehman. 1993. *Agrarian Reform and Social Transformation: Preconditions for Development*. London: Zed Books.
- Thiesenhusen, William C. 1989. "Blaming the Victim: Latin American Agricultural Land Tenure System and the Environmental Debate." Pp. 41 in *Land Tenure Center*. Madison, WI.
- Wise, J. Macgregor. 2000. "Home: Territory and identity." *Cultural Studies* 14:295-310.
- Wolford, Wendy. 2003. "Producing Community: The MST and Land Reform Settlements in Brazil." *Journal of Agrarian Change* 3:500-520.
- Wright, Angus. 2004. "Land Reform, Resource Extraction, and the Formation of Citizenship in Pará." in *Latin American Studies Association XXV International Congress*. Las Vegas, NV.
- Wright, Angus, and W. Wolford. 2003. *To inherit the earth: the landless movement and the struggle for a new Brazil*. Oakland, CA: Food First Books.

Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema

Munir Jorge Felício

Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE (2002)

Professor da UNOESTE

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA

Endereço profissional: Universidade do Oeste Paulista – Rodovia Raposo Tavares, km 572,

Limoeiro, 19.067-175 – Presidente Prudente, SP, Brasil

Telefone: (18) 3229-2060

Endereço eletrônico: munir@unoeste.br

Resumo

Esse texto é uma leitura geográfica da ação pastoral desenvolvida pela Diocese de Presidente Prudente (SP), no período histórico de 1976 até 2005. A ação pastoral contribui, interfere e é fruto de um dinâmico processo, no interior do qual encontram-se interceptados aspectos geográficos, econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos. A leitura geográfica é resultado do debate de paradigmas da questão agrária e da ação pastoral. A compreensão da ação pastoral é fruto da discussão de dois paradigmas eclesiais: Igreja como cristandade e Igreja como Povo de Deus. A compreensão da questão agrária é resultado da discussão de dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma do campesinato. O Pontal do Paranapanema é uma região onde estão presentes diferentes ações sociais responsáveis por inúmeros conflitos advindos da grilagem da terra e da luta pela reforma agrária. A ação pastoral participa desse processo por interferir nele e também é seu fruto. Esse quadro referencial propicia análise das concepções subjacentes às atuações pastorais concretizadas no período determinado. Por fim, revela que a ação pastoral não se restringe ao ambiente litúrgico, mas ocupa as ruas, espacializa-se nos domínios públicos provocando conflitos, pois é impulsionada pela conflitualidade.

Palavras-chave: ação pastoral, questão agrária, campesinato, conflitualidade.

Resumen

Acción pastoral e cuestión agraria en el "Pontal do Paranapanema"

Ese texto es una lectura geográfica de la acción pastoral desarrollada por la Diócesis de Presidente Prudente (SP), en el período histórico de 1976 hasta 2005. La acción pastoral contribuye, interviene y es fruto de un dinámico proceso, en cuyo interior se encuentran interceptados aspectos geográficos, económicos, sociales, políticos y culturales. La lectura geográfica es resultado del debate de paradigmas de la cuestión agraria y de la acción pastoral. La comprensión de la pastoral es fruto de la discusión de dos paradigmas eclesiales: Iglesia como cristiandad e Iglesia como Pueblo de Dios. La comprensión de la cuestión agraria es resultado de la discusión de dos paradigmas: el paradigma del capitalismo agrario y el paradigma del campesinato. El Pontal do Paranapanema es una región donde están presentes diferentes acciones sociales responsables por inúmeros conflictos advenidos de la falsificación de documentos de la tierra y de la lucha por la reforma agraria. La acción pastoral participa de ese proceso por intervenir en él y también es su fruto. Ese cuadro referencial propicia análisis de las concepciones subyacentes a las actuaciones pastorales concretadas en el período determinado. Por fin, comprueba que la acción pastoral no se restringe al ambiente litúrgico, pero ocupa las calles, se espacializa en los dominios públicos provocando conflictos, pues es impulsionada por la conflitualidad.

Palabras clave: acción pastoral, cuestión agraria, campesinato, conflitualidad.

Abstract

Pastoral action and agrarian question in the "Pontal do Paranapanema"

This text is a geographic reading of the pastoral action developed by the Diocese of Presidente Prudente (SP), in the historical period from 1976 to 2005. The pastoral action contributes, intervenes and is fruit of a dynamic process, in the interior of which they meet intercepted geographic, economic, social aspects and cultural politicians. The geographic reading is resulted of the agrarian question paradigms debate and the pastoral action. The understanding of the pastoral action is fruit of two religious paradigms: Church as Christianity and Church as People of God. The understanding of the agrarian question is resulted of two paradigms: the agrarian capitalism paradigm and the agricultural worker paradigm. The "Pontal do Paranapanema" is a region where different social actions are presented and are responsible for innumerable conflicts of the illegal occupancy of landed property and the fight for the agrarian reform. The pastoral action participates of this process for intervening with it and also it is its fruit. This referencial picture propitiates the analyzes of the underlying conceptions to the materialize pastoral performances in the definitive period. Finally, if it evidences that the pastoral action does not restrict to the liturgical environment, but occupies the streets, it specialize in the public dominions provoking conflicts, therefore it is stimulated by the conflicts.

Key-words: pastoral action, agrarian question, agricultural worker, conflicts.

Introdução

Esse texto é uma leitura geográfica da ação pastoral desenvolvida pela Diocese de Presidente Prudente (SP), no período histórico de 1976 até 2005.

A ação pastoral contribui, interfere e é fruto de um dinâmico processo, no interior do qual encontram-se interceptados aspectos geográficos, econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos.

A leitura geográfica é resultado do debate de quatro paradigmas: dois dos quais discute a questão agrária e dois a ação pastoral.

A discussão da questão agrária faz-se com dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma do campeonato. Já a discussão da ação pastoral faz-se com dois paradigmas eclesiais: o paradigma da Igreja como cristandade e o paradigma da Igreja como Povo de Deus.

O Pontal do Paranapanema é um território no interior do qual estão presentes diferentes ações sociais responsáveis por inúmeros conflitos advindos da grilagem da terra e da luta pela reforma agrária. A ação pastoral participa desse processo pela sua interferência e também é fruto dele.

Esse quadro referencial propicia a análise das concepções subjacentes às atuações pastorais concretizadas no período determinado.

Por fim, a leitura geográfica aqui proposta revela que a ação pastoral não se restringe ao ambiente litúrgico apenas, mas ocupa as ruas, espacializa-se nos domínios públicos provocando conflitos, pois é impulsionada pela conflitualidade.

Ação pastoral e questão agrária: teoria e método

A leitura geográfica aqui desenvolvida é interessante por estar numa região do Estado de São Paulo com inúmeros conflitos fundiários envolvendo posseiros, grileiros, trabalhadores rurais e governo.

Para compreender melhor esta questão, é preciso uma breve retrospectiva histórica da ocupação do Pontal do Paranapanema. As terras da região começaram a ser griladas desde a segunda metade do século XIX, com a formação do grilo fazenda Pirapó-Santo Anástacio, com área de duzentos e trinta e oito mil alqueires. Até a década de 1990, com exceção das lutas de resistência de posseiros e de movimentos sociais isolados, os grileiros não encontraram maiores problemas no processo político de assentimento das terras devolutas do Pontal. Grilagem é o processo de apropriação de terras públicas por meio de falsificação dos títulos de propriedades. Não faltaram ações do Estado para tentar impedir esse processo de grilagem. (BERGAMASCO et. al., 2003, pp. 81-82)

O que significa refletir sobre o desenvolvimento territorial rural num contexto como esse? Qual desenvolvimento? Desenvolvimento para quem?

O desafio de quem se põe a refletir neste contexto, poderá contar com autores que, no passado produziram interessantes pesquisas e teorias sobre desenvolvimento, como Caio Prado Júnior (2000), Alberto Passos Guimarães (1989) e Celso Furtado (1964,1974), entre outros.

Para Alberto Passos Guimarães, um determinado tipo de desenvolvimento só se implantará com sucesso se tiver força para exigir o fim da coação feudal e da coação extra-econômica sobre o trabalhador. Força para ordenar a necessária destruição dos monopólios da terra e das relações coercitivas entre o coronel e o morador agregado ou o meeiro. Força para determinar o fim de todas as relações arbitrárias dos senhores da terra e também da produção voltada exclusivamente à exportação.

Na interpretação de Caio Prado Júnior o desenvolvimento implantado no Brasil, desde o período colonial, engendrou um modelo de dependência e subordinação da economia brasileira dentro do contexto internacional do capitalismo comandado pelos seus centros financeiros. Os trustes de ontem são as multinacionais ou transnacionais de hoje a serviço do imperialismo econômico mundial.

Já Celso Furtado, ao analisar a economia brasileira, entende que o subdesenvolvimento é um aspecto do modo pelo qual o capitalismo industrial vem crescendo e se difundindo desde o seu surgimento. A introdução de inovações tecnológicas em uma cultura não se efetiva sem suscitar resistências e estas, as mais das vezes, se manifestam através de conflitos sociais. Consta que a difusão mundial do progresso técnico e os decorrentes incrementos da produtividade não tenderam a liquidar o subdesenvolvimento.

Num país de dimensão continental a questão agrária é tema central e, para compreendê-la, há diferentes concepções teóricas, dentre elas se destacam dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma do campesinato. Os teóricos do capitalismo agrário como, por exemplo, Lamarche (1993, 1998), Abramovay (1992) e Veiga (1991) entendem que o futuro do camponês é sua extinção, pois o agricultor familiar é um novo personagem diferente do camponês tradicional que teria assumido sua condição de produtor moderno totalmente integrado ao mercado racionalizando ao máximo sua produção.

Outra é a compreensão dos teóricos do campesinato, entre eles Teodor Shanin (1983), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988, 1991) e Bernardo Mançano Fernandes (1996, 1999, 2000, 2001). São autores que entendem que a criação e a recriação do camponês está na luta pela terra e pela reforma agrária. Portanto o seu futuro não está na sua integração ao mercado, mas na luta pela terra. Sem a luta pela terra o camponês deixa de ser camponês.

No que consiste as teorias do capitalismo agrário?

Lamarche (1993) parte da hipótese de que é possível encontrar um tipo ideal único de campesinato universal. Esta hipótese inspirou seu estudo comparativo internacional realizado em cinco países, dentre eles o Brasil, sobre a capacidade de adaptação da agricultura familiar a contextos econômicos, sociais e políticos distintos. O tipo ideal de sociedade camponesa possui cinco características: a) autonomia relativa diante da

sociedade; b) sistema econômico autônomo; c) um determinado grupo doméstico; d) os inúmeros inter-relacionamentos; e) algumas personalidades fazem a ponte entre o local e o geral.

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família propiciando a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

A combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Desta forma, a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio.

Lamarche (1993) explica que um determinado explorador está em uma lógica produtivista, outro na lógica de acumulação fundiária e outro em uma lógica familiar. Essa só elucida se analisada e compreendida em seu contexto no âmbito local e global.

Abramovay (1992) entende que não existe uma discussão específica sobre o campesinato e a questão agrária nas obras de Marx, Lênin e Kautsky. Elas não são as obras mais indicadas para quem quer conhecer e compreender a questão agrária e suas dimensões, vez que, por intermédio delas, é impossível definir a natureza e a origem dos rendimentos dos camponeses, pois

a atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx. (ABRAMOVAY, 1992, p. 36)

Para Abramovay o mercado é o elemento de mediação e compreensão das relações sociais interessando apenas a produção de mercadoria, elegendo, portanto, critério predominantemente econômico “no qual a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social” (ABRAMOVAY, 1992, p. 104).

Neste contexto “nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica” (ABRAMOVAY, 1992, p. 115), fazendo Abramovay sentir-se autorizado em defender certas concepções como, por exemplo, a de que o camponês possui cultura e economia incompleta, parcial impossibilitando sua participação em mercados completos desenvolvidos pela economia capitalista.

O camponês é a melhor definição de resto feudal, um resquício, classe que representa a barbárie, um estorvo, uma vez que “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1992, p. 130). O camponês por ter cultura e economia incompleta não consegue participar das relações mercantis e, portanto, está irremediavelmente fadado à extinção.

Veiga (1991) entende que, enquanto os camponeses, freqüentemente se retiram do mercado, sem por isso deixarem de ser camponeses; os agricultores familiares operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos atuando no bojo de uma verdadeira revolução tecnológica.

Como forma de diferenciar camponês de agricultor familiar Veiga (1991) destaca alguns argumentos e elementos tais como: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. Para ele o governo federal elegeu o agricultor familiar como principal elemento do desenvolvimento rural impulsionando o progresso no campo pelo uso de tecnologia moderna.

É preciso considerar, por outro lado, que o modelo original do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse.

O paradigma do campesinato defende a hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato. Espaço,

sujeito e tempo são analisados dialeticamente, constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta. Shanin (1983), prova que a mobilidade sócio-econômica peculiares e características da sociedade camponesa conduziram a mudanças significativas no modo em que a diferenciação real e os processos de polarização afetaram a ação e a consciência políticas do campesinato russo no início do século XX (1910-1925).

Só discutir o choque entre as autoridades estatais russas e as maiores vozes do campesinato não ajuda ver que no campo há outras divisões sociais. Mostra a relação entre a mobilidade sócio-econômica e as relações de conflito na sociedade rural indicando sua importância para a explicação dos processos básicos da história rural russa.

A unidade doméstica camponesa consiste na família e na sua exploração agrícola. A família fornece o trabalho necessário principalmente à produção de subsistência para satisfazer suas necessidades básicas e os tributos impostos pelos poderes econômicos e políticos.

Era uma comunidade de mesa, antes de ser uma comunidade de sangue, sob a autoridade patriarcal,

una unidad doméstica campesina rusa estaba compuesta, em la mayoría de los casos, por familiares consanguíneos de dos ou tres generaciones. Sin embargo, la condicion básica para convertirse em miembro de la misma no era el vínculo de sangre, sino la participacion total en la vida de ésta, o, em expresion de los campesinos, 'comer Del mismo puchero'. (SHANIN, 1983, p. 55)

A unidade doméstica camponesa era uma unidade básica de produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua. A ocupação principal dos camponeses russos consistia na realização de uma ampla variedade de tarefas, o que exigia um ritmo de vida cíclico, uma mobilidade multidirecional e cíclica. Ariovaldo Umbelino de Oliveira entende que “o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização” (1991, p. 23).

O movimento dos camponeses no Brasil é tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação representada pelos posseiros e sua luta contra os grileiros. É também um movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá em primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês, assim:

o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuoga o trabalho nela praticado. (OLIVEIRA, 1991, p. 49)

Nesse contexto, a luta pela terra está assentada no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre possibilidade histórica do retorno a terra. Esses dados proporcionam compreender os conflitos fundiários constantes no Brasil como parte de uma luta histórica, que, nas duas últimas décadas têm assumido novas características, em virtude das transformações recentes no campo brasileiro.

Se a mundianização da economia capitalista traz à tona novos sujeitos sociais e novas articulações, igualmente e contraditoriamente, traz também à tona a luta de novos personagens sociais: basta olharmos para o México, e lá estão os zapatistas em luta. Com certeza a história não acabou, e muito menos a utopia. (FERNANDES, 1996, p. 11)

Na produção científica de Bernardo Mançano Fernandes a (re) criação do campesinato se dá através da luta pela terra e pela reforma agrária, quando as famílias camponesas organizadas ocupam o território do latifúndio num processo de espacialização e territorialização. Logo,

é no interior desse processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência. No interior desse processo formam-se diferentes movimentos sociais que inauguram novas situações, desenvolvem outros processos. (FERNANDES, 1996, p. 25)

Analisa Fernandes (1999) as raízes de um desses movimentos sociais do campo, o MST, que do ponto de vista socioeconômico e histórico tem sua gênese no Sul (do Brasil) pela histórica concentração de camponeses; do ponto de vista ideológico, pelo trabalho desenvolvido pela Igreja Católica e Luterana e do ponto de vista político pelo processo de democratização do país.

Aprofundou suas reflexões analisando as diferentes ações nos últimos vinte e cinco anos da existência do MST que se encontra organizado em vinte e dois estados do Brasil. Suas principais ações são: ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organicidade, espacialização e territorialização.

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado. (FERNANDES, 2000, p. 19)

Fernandes (2001) entende que só as ocupações de terra não são suficientes para amenizar os problemas, assim também como apenas as políticas governamentais também não o são. As referências teóricas e as experiências históricas são fundamentais para a construção de novas práticas na luta contra o capital. A partir dessas referências são construídas novas interpretações, novas teses.

Portanto o debate da questão agrária quer discutir o desenvolvimento a partir de dois paradigmas distintos, porque são responsáveis por compreensões diferentes e promovem leituras específicas da mesma realidade.

A ação pastoral diocesana atua nesta mesma realidade promovendo interferência e contribuindo de forma eficaz.

Compreender a essência da ação pastoral implica analisar determinadas concepções subjacentes a elas e que são encarregadas de legitimá-la, justificá-la e limitar sua abrangência. Em outras palavras, no âmago da mesma tais concepções estão implícitas como suporte teórico e intelectual. Portanto, nelas materializam-se as concepções eclesiais, morais, teológicas, litúrgicas, bíblicas, etc.

Questioná-las implica em discutir os seus paradigmas.

Existem dois paradigmas principais que, após o Concílio Vaticano II, estão presentes nos documentos oficiais da Igreja e nas produções acadêmicas. Trata-se do paradigma da Igreja como cristandade (MUNOZ, 1979) e da Igreja como Povo de Deus (COMBLIM, 2002).

O paradigma da cristandade concebe a Igreja como sociedade perfeita (*societas perfecta*), vale dizer que se trata de uma organização piramidal, imperial, vertical, autoritário, na qual o povo tem posição passiva, pois cabe a ele apenas receber e consumir os valores religiosos produzidos alhures. Assim, a única realidade visível da Igreja é a hierarquia e só existe a partir dela – a hierarcologia – uma concepção jurídica, cuja força se faz sentir desde o século XI. Na prática é a concretização do modelo neoliberal, cuja lógica consiste no desenvolvimento de um determinado negócio (a venda de ilusões) que se pode chamar “sacronegocio”, cuja força e pujança advém da aliança com os poderes mundanos da

política e da economia. A tão conhecida aliança Igreja – Estado, de mentalidade burguesa, que a exemplo da burguesia, nega a luta de classes. É a Igreja prisioneira dos poderes do mundo.

O paradigma da Igreja como Povo de Deus possui concepção completamente distinta do paradigma da cristandade. De estilo fraternal e comunitário, postula ter na Igreja uma hierarquia cujo poder só faz sentido se for transformado e vivido no serviço aos empobrecidos. Assim ela é mais carisma que poder (BOFF, 1981). É a Igreja dos pobres como a chamava o Papa João XXIII. Carrega uma concepção de povo, proposta de forma brilhante, por um mártir latino-americano, o arcebispo de El Salvador, Dom Oscar Romero:

O povo compõe-se das seguintes pessoas: 1) as maiorias populares formadas pelo povo que vive em condições desumanas de pobreza, em razão não da sua preguiça, da sua fraqueza ou da sua incapacidade, mas pelo fato que maiorias são exploradas e oprimidas por estruturas e instituições injustas por países opressores ou por classes exploradoras, que constituem, como conjunto orgânico, a violência estrutural e institucionalizada; 2) as organizações populares reprimidas na sua luta para dar ao povo um projeto popular e um poder popular que lhe permita ser autor e ator do seu próprio destino; 3) todos aqueles, organizados ou não, que se identificam com as justas causas populares e que lutam em seu favor. Dois elementos formam o povo: a pobreza e a luta pra sair da pobreza. (COMBLIN, 2002, p. 160)

É a Igreja dos mártires, a qual conserva e venera a memória das vítimas da violência, como forma de aumentar sua consciência de Povo de Deus encarnado na luta por vida digna. É a Igreja profética a viver do e no Espírito Santo presente nos milhões de discípulas e discípulos de Jesus. “A Igreja é povo de servidores” (Puebla 270). “Povo sacerdotal, investido de sacerdócio universal” (Puebla 269).

Assim, a leitura geográfica da ação pastoral diocesana estabelece um debate interessante por comparar teorias diferentes sobre a mesma realidade.

Neste debate as ciências humanas contribuem com suas teorias sobre a compreensão do desenvolvimento, a discussão da questão agrária questiona dois paradigmas atuais: o do capitalismo agrário por afirmar que o camponês só continuará existindo se se transformar em agricultor familiar e o do campesinato por afirmar que a existência do camponês se deve à luta pela terra e pela reforma agrária.

A ação pastoral participa do debate por propiciar a discussão de dois paradigmas eclesiais: Igreja da cristandade e o da Igreja Povo de Deus.

Defendo a hipótese de que o paradigma do campesinato é a melhor vertente teórica para compreender e discutir a questão agrária, porque ela faz emergir debates a partir e com as multidões excluídas, a massa sobrando, pessoas sem voz e sem vez. Concebe a vida humana não é um conceito, uma idéia, mas o modo de realidade de cada ser humano concreto.

Defendo a hipótese de que o paradigma da Igreja como Povo de Deus é a vertente teórica mais adequada para a caminhada eclesial no início do século XXI, por colocar, com sabedoria e astúcia, a questão do discípulo de Jesus sem fugir dos conflitos que esse engendra. Conflitos advindo da escolha que Deus faz no mundo optando pelos que não são para confundir os que são. Jesus escondeu a boa nova dos “sábios e entendidos” e as revelou aos pequeninos, explicando detalhadamente a boa nova às prostitutas.

O Pontal do Paranapanema: a ação pastoral e a luta pela terra

O modelo de desenvolvimento engendrado pelos movimentos camponeses no Brasil é a reação à agressão do modelo norte-americano, que, desde a década de 1990, as elites nacionais dependentes implantaram como forma de maquiagem o velho latifúndio. Ocupar esse latifúndio e nele produzir alimentos de primeira necessidade, constitui a mais importante

tarefa desse modelo no Brasil, nas últimas quatro décadas. Assim explica Fernandes (2001, pp. 61-62):

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Todavia, é fundamental diferenciar os posseiros dos sem-terra. Em uma das entrevistas que fiz no estado de Goiás, perguntei a um sem-terra: que diferença havia entre ele e um posseiro, e ele me respondeu: *os posseiros ocupam lá pra aqueles trem escanteado, nós ocupamos aqui, nas beiras das BRs*. Essa resposta é significativa porque remete a diferentes espaços e ações distintas. Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira, ocorre o processo de expropriação desses camponeses, desenvolvido principalmente pela grilagem de terra por latifúndios e empresários. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas- terras de negócio e exploração – terras devolutas e/ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração.

A resistência e a luta pela terra são os meios de criação e recriação do campesinato, como entende Fernandes (2000, 2001, 2005) e Bastos (1984), para os quais, a luta pela terra é a principal condição para que o camponês negue ao mercado a venda de sua força de trabalho. A necessária luta pela Reforma Agrária é simultaneamente a luta contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância, no entender de Stedile e Fernandes (1999). A existência do campesinato é garantida pela resistência e luta, sua reprodução e existência residem mais nas lutas do que na capacidade e eficiência em produzir mercadorias como demonstra Fabrini (2003).

Desta forma, no Pontal do Paranapanema e, em dimensões nacionais, por todo o Brasil, o futuro se dá no confronto da implantação de um determinado modelo de desenvolvimento territorial rural. Neste confronto se destaca a questão da territorialidade e da conflitualidade como demonstra Fernandes (2005). O agronegócio forma o seu espaço e ocupa o seu território com a lógica da concentração de terras, uma vez que precisa de largas faixas territoriais para a utilização adequada dos seus maquinários, alguns deles guiados por satélite, instalando assim, um enorme complexo agroindustrial de formidável produtividade. Outra é a lógica dos movimentos camponeses: não são adeptos do produtivismo e seu potencial de produção de alimentos está na diversidade e na utilização dos recursos naturais.

Os movimentos camponeses forma o seu espaço e ocupa o seu território com a lógica da distribuição de terras organizando as famílias dos trabalhadores nas periferias das cidades e, a partir daí formam os acampamentos. Dos acampamentos à ocupação de terra e nela plantar alimentos de primeira necessidade. Portanto, as formações de espaço e as ocupações dos territórios são distintas nos dois modelos.

Fernandes analisa simultaneamente o conflito por terra e o desenvolvimento territorial rural, por entender que o...

conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente. [...] A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. (FERNANDES, 2005, pp. 1-2)

A ação pastoral compreendida como um conjunto de relações sociais desenvolvidas por um coletivo, num determinado espaço geográfico, produz e, simultaneamente, é produto desse movimento de conflitualidade.

De fato a atuação da diocese, desde 1960 no oeste do Estado de São Paulo, contribui e interfere neste movimento de conflitualidade, por se constituir em uma das organizações sociais a atuar neste contexto. Assim, sua ação tende a ser favorável, direta ou indiretamente, a um ou a outro modelo acima descrito. O fato de não apoiar um já se constitui em apoio ao outro, pois de forma alguma sua ação é neutra, e, sua opção política se faz sentir implícita ou explicitamente, como se verá mais adiante.

A Diocese de Presidente Prudente foi instalada no dia 02 de julho de 1960 e a responsabilidade foi exercida pelos seguintes bispos e respectivos períodos de atuação pastoral: de 1960 a 1968 Dom José de Aquino Pereira; de 1970 a 1975 Dom José Gonçalves da Costa, de 1976 a 2002 Dom Antônio Agostinho Marochi e 2002 até a presente data Dom José Maria Libório Camino Saracho. Esta análise se restringirá às atuações dos dois últimos bispos em virtude da contemporaneidade delas.

Igreja como cristandade é o modelo que predominava nas ações pastorais na diocese até abril de 2002, a constatar por algumas posturas do bispo diocesano de então.

A postura dele, como presença da Igreja, quando participou de reunião ao lado de duas outras autoridades municipais – do juiz diretor do Fórum local e do prefeito de Presidente Prudente, no gabinete deste – com as lideranças do MST, com a finalidade de amedrontar e impedir a entrada dos trabalhadores rurais sem-terra na cidade. Era outubro de 1991, quando, mas de 700 trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra, entre mulheres, crianças, homens e anciãos percorreram, a pé, 135 quilômetros. Desde Mirante do Paranapanema, passando por Santo Anastácio, Presidente Bernardes, Álvares Machado, onde realizaram atos públicos. A marcha dos sem-terra serviu para conquistar a opinião pública local e também divulgar a luta pela terra e pela dignidade da pessoa humana.

Há, portanto, uma aliança unindo as forças políticas, judiciárias e eclesásticas com a finalidade de opor resistência ao movimento dos camponeses. Esse modelo de Igreja aceita e acolhe a união das forças reacionárias como a UDR, os partidos políticos de direita na pessoa de Agripino de Oliveira Lima e os latifundiários grileiros.

Outra postura dele foi proibir os padres de prestarem a assistência religiosa às famílias dos trabalhadores rurais sem-terra que moram nos acampamentos e assentamentos instalados dentro do perímetro diocesano. “Foi preciso convidar dois padres do outro lado do rio (Paranapanema) para realizarem 120 batizados no acampamento Taquaruçu” (FELÍCIO, 1997).

Como autoridade eclesástica não permitia na diocese a organização das Ceb's, da CPT, do CEBI e ordenou o fechamento dos espaços das comunidades à essas iniciativas.

Os membros das Ceb's ao retornarem de São Luiz do Maranhão precisavam se reunir com sua coordenação diocesana. Na cidade de Presidente Prudente a única acolhida foi no Sindicato dos Bancários. As portas dos salões comunitários e das igrejas estavam fechadas para os Ceb's. Àqueles que construíram os salões comunitários e as igrejas foram impedidos de entrar. (FELÍCIO, 1997)

É o modelo de Igreja Povo de Deus que vem predominando nas ações pastorais da Diocese de Presidente Prudente desde abril de 2002, como se pode constatar por algumas posturas do seu atual bispo diocesano.

No seu primeiro pronunciamento, ao chegar na diocese, a respeito dos conflitos fundiários declara que,

a Igreja está totalmente com eles (movimentos que lutam pela reforma agrária) e vamos lutar para que o governo tome uma providência e dê terra para quem quer trabalhar. Também vamos lutar por uma reforma agrária

justa e que dê condições para o povo viver. Todos os movimentos sociais merecem respeito e devem ser ouvidos, para que os problemas de conflito no campo sejam sanados. O governo tem de resolver e nós temos de lutar junto com eles para que isso aconteça. Olhar para eles (os movimentos camponeses) com carinho. Mas sem violência, que é repudiada por nós. Em um país como este, é uma vergonha milhares de pessoas passarem fome. A Igreja tem que trabalhar para que isso seja resolvido. (JORNAL IMPARCIAL, 2002, p. 2-A).

Outra atitude dele, como autoridade eclesiástica, ficou registrada na história da diocese, ao receber, dia sete de setembro de 2004, os mais de duzentos integrantes do 10º Grito dos Excluídos. Neste dia, completamente estavam tomadas todas as dependências da Catedral de São Sebastião, quando eram ordenados dois sacerdotes diocesanos – os padres Paulo Valeriano e Sandro Rogério – Dom José Maria Libório faz circundar o altar, de onde presidia a cerimônia, os cartazes e as bandeiras dos vários movimentos sociais responsáveis pelo Grito dos excluídos. E, antes de fazer seu pronunciamento, colocou a disposição o seu próprio microfone, convidando a fazer uso da palavra os representantes populares.

No seu pronunciamento encorajou a participação do povo na conquista dos seus direitos. Disse que

uma das piores enfermidades do nosso tempo é a indiferença social e a apatia política que tornam as pessoas menos cidadãs e a sociedade menos democrática. É então quase um milagre que, em tantas cidades, os pobres e excluídos consigam se organizar e expressar sua insatisfação e suas justas exigências para a transformação da sociedade. O Grito dos Excluídos não pretende organizar nenhum levante social. Quer unir pacificamente todos os gritos presos em milhões de gargantas e mostrar à sociedade dos ditos excluídos que os empobrecidos e explorados, até hoje, sem voz e sem vez, estão se organizando em um movimento unificado e consciente: O Grito dos Excluídos como espaço ecumênico das mais diversas lutas sociais e movimentos populares. Por isso, é fundamental reforçar o 10º Grito dos Excluídos porque, 'Brasil: mudança pra valer o povo faz acontecer'. Tanto no Brasil, como em toda a América Latina, os níveis de desenvolvimento humano se deterioram e a realidade social não melhora porque a minoria que detêm o poder e a riqueza não quer perder seus privilégios nem aceita partilhar seus lucros, obtidos com a exploração de seu irmãos. (Anuncio nº 5 ano XXXV – outubro de 2004, órgão oficial de comunicação da Diocese de Presidente Prudente)

Na Campanha da Fraternidade de 2004, ele se encarregou de destinar parte da coleta diocesana para que a Cooperlix – Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente – comprasse um caminhão com a finalidade de aumentar a coleta seletiva do lixo. Foram entregues à cooperativa um montante de vinte e oito mil reais, dinheiro arrecadado em todas as paróquias da diocese. A compra desse caminhão significou, para os cooperados, o aumento de sua produção proporcionando assim, a entrada de outras famílias na cooperativa. Eram famílias desempregadas que deixaram de viver do garimpo no lixão municipal e se transformaram em trabalhadores cooperados com salário digno além da assistência médica e assistência odontológica.

Disto resulta que toda a ação pastoral não é neutra nem imparcial, pois sua inserção no tecido social provoca, necessariamente, resultados que interessam à uma determinada parcela da sociedade.

A ação pastoral e a construção de alternativas: questões de territorialidades e conflitualidades

A ação pastoral com suas repercussões não se restringem ao ambiente litúrgico ou no interior dos espaços eclesiais e comunitários apenas. Ocupam as ruas, espacializam-se nos domínios públicos por intermédio das pessoas e das instituições, provocando questionamentos como, por exemplo: qual a função da ação pastoral na construção de um outro mundo possível? Como constituir uma ação pastoral capaz também de colaborar com as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias para a inclusão das maiorias excluídas?

Tais questionamentos incentivam as análises da ação pastoral utilizando outros conceitos como territorialidade e de conflitualidade, de forma a potencializar juízos, não só dos modelos de desenvolvimento presente no Pontal do Paranapanema, como também, engendrar os fundamentos para novas alternativas críveis e viáveis com as quais construir algo novo, antecipando o futuro.

Território constitui um conceito basilar para a geografia, juntamente com os conceitos de espaço geográfico, paisagem, lugar e ambiente.

Para o geógrafo Manuel Correia Andrade (1995) o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, o que conduz à compreensão de território como campo de forças.

Segundo Souza (1995) “territórios são, no fundo, relações sociais projetadas no espaço”. Esta flexibilização do conceito permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, num mesmo espaço físico em tempos diferentes.

Ensina Fernandes (2005, p. 25) que o conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas e também espaços sociais em diversas dimensões.

Esses territórios em movimento produzem múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, gerando conflitos, negociações, acordos, manifestações, prisões (às vezes mortes), superando e resolvendo problemas, criando-os e recriando-os, desenvolvendo, por meio da contradição, manifestando sua conflitualidade. Portanto, a noção de território somente como espaço físico é insuficiente para se pensar o desenvolvimento territorial.

Desta forma, pensar a ação pastoral como um território, dado que as relações sociais são inerentes a ela, é pensá-la numa concepção que transcenda o espaço físico e recuse suas limitações espaciais. Trata-se de compreendê-la como território, compreendendo esse como espaço social, território imaterial, no interior do qual se reproduzem territorialidades e territorializações por intermédio de ações responsáveis por concretizar a vivência da fé e da constante busca ao seguimento do Jesus, como profeta.

Da mesma maneira, como no tempo do Jesus histórico e como no tempo dos profetas em Israel, tal vivência gera e dinamiza os conflitos por concretizarem iniciativas incomodadas.

As forças populares, autoras destas Iniciativas, a fazem até conseguir alterar o rumo preestabelecido, pelas forças econômicas e políticas, nos diversos níveis. Ainda aprendendo com Fernandes (2005, p. 26) que,

o conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas (eclesiásticas, no caso presente) de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou

adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

Considerações finais

Assim, a ação pastoral além de não poder ser neutra e nem imparcial, é impulsionada pela conflitualidade dentro do tecido social, onde, continuamente, desterritorializa e reterritorializa relações sociais, as quais, por intermédio dos conflitos, desafiam, convocam e provocam as forças sociais populares a solucionarem problemas que vão além das suas individualidades.

São pessoas que querem viver sua fé no seguimento de Jesus, por entender que o Reino de Deus se inicia aqui e agora, a partir de seu próprio lugar e condição.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ANDRADE, Manuel Correia. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995
- BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOFF, Leonardo. Igreja: carisma e poder. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BURBACH, Roger; FLYNN, Patrícia. Agroindústria nas Américas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- COMBLIN, José. O povo de Deus. 2ª. Ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra. Cascavel: Edunioeste, 2003.
- FELICIO, Munir Jorge. O Pontal e os exilados. Jornal Oeste Notícias, Presidente Prudente, 1997, p.1.2
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – USP, 4860-4874, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. inédito, 2005.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- GUIMARAES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

- LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- LOPES, Mauro de Rezende. Agricultura política: história dos grupos de interesse na agricultura. Brasília: Embrapa, 1996.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MUNOZ, Ronaldo. Nova consciência da Igreja na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1979.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo capitalista de produção na agricultura. São Paulo, Ática, 1986
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 39ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992
- SHANIN, Teodor. La clase incomodo. Madrid, Alianza Editorial, 1983.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA. Roberto Lobato. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1999.
- VEIGA, Eli Lopes. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum

Débora Franco Lerrer

Doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ
Endereço profissional: rua Almirante Alexandrino, 1458, apartamento s-301, Santa Teresa,
20.261-263 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Endereço eletrônico: debora.lerrer@uol.com.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo interpretar questões que envolvem os movimentos sociais contemporâneos, tomando como viés o fato de que a visibilidade de suas lutas depende profundamente da mediação dos meios de comunicação de massa, já que em sociedades complexas, definidas também como “sociedades da informação”, a própria experiência da realidade social assenta-se nas informações oriundas de escalas locais, nacionais e planetária, recebidas de fontes e aparatos tecnológicos diversos, observando-se, porém, que estas mensagens são reforçadas por redes de relações interpessoais, como vizinhança, parentesco, ambiente de trabalho, estudo e/ou lazer. Este raciocínio teórico será desenvolvido a partir de três prisões de Diolinda Alves de Souza, mulher de José Rainha Jr., o mais conhecido líder do MST do Pontal do Paranapanema.

Palavras-chave: reforma agrária, movimentos sociais, meios de comunicação de massa, senso comum, mediação.

Resumen

Movimientos sociales, medios de comunicación y construcción de un nuevo sentido común

Este trabajo tiene como objetivo interpretar cuestiones que involucren los movimientos sociales contemporáneos, teniendo en cuenta el hecho de que la visibilidad de sus luchas depende profundamente de la intervención de los medios de comunicación de masas, ya que en sociedades complejas, definidas también como "sociedades de la información", la propia experiencia de la realidad social se asienta en las informaciones procedentes de escalas locales, nacionales y planetarias, recibidas a través de fuentes y aparatos tecnológicos diversos, observándose, sin embargo, que estos mensajes son reforzados por redes de relaciones interpersonales, como vecindario, parentesco, ambiente de trabajo, estudio y/o ocio. Este razonamiento teórico será desarrollado a partir de tres encarcelamientos de Diolinda Alves de Souza, mujer de José Rainha Jr., el más conocido de los líderes del Movimiento de los Sin Tierra (MST), en la región de Pontal do Paranapanema.

Palabras clave: reforma agraria, sentido común, movimientos sociales, medios de comunicación de masas, mediación.

Abstract

Social movements, media and the construction of a new common sense

This paper aims at interpreting issues involving contemporary social movements from the perspective of the assumption that the visibility of their struggles is highly dependent on the mediation of mass media. This happens because in complex societies, also known as

“information societies”, the experience of social reality itself is based on information originated in local national and global levels, received from many sources and technological apparatuses. It must be pointed out, though, that these messages are reinforced by interpersonal relationship networks, as neighbourhood, kinship, work, school or leisure environments. This theoretical reasoning will be developed through the analyses of three imprisonment of Diolinda Alves de Souza, the wife of José Rainha Jr., the most widely known MST leader in Pontal do Paranapanema, São Paulo.

Key-words: agrarian reform, social movements, mediation, common sense, mass media

Introdução

Diolinda Alves de Souza foi presa três vezes no Estado de São Paulo. A primeira, no dia 30 de outubro 1995, quando foi trazida para o Presídio do Carandiru, na capital paulista, e ficou 17 dias na prisão. A segunda ocorreu menos de três meses após sua soltura, no início de 1996, mas desta vez ela ficou reclusa em um presídio em Teodoro Sampaio. A última ocorreu sete anos depois, em 10 de setembro de 2003, no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando permaneceu na prisão até novembro do mesmo ano.

As duas primeiras prisões de Diolinda ocorridas no estado de São Paulo ocorreram em período onde as lutas por reforma agrária naquela região vinham conquistando grande visibilidade nos meios de comunicação de massa. A última, ocorreu em um período em que – imaginava-se – a demanda pela democratização da propriedade da terra estaria representada dentro do governo recém eleito, de um partido, o PT (Partido dos Trabalhadores), que historicamente havia se associado a essas lutas, muitas vezes tendo ajudado a intermediar negociações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST, do qual Diolinda e seu marido José Rainha Jr. eram parte.

Estas três prisões ajudam a ilustrar o que, sob o ponto de vista deste trabalho, continua a ser um dos grandes desafios de quem luta pela reforma agrária no Brasil: vencer a indiferença dos vários setores da sociedade a esta particular demanda. Isto porque além da repressão que se abateu sobre esta luta depois do golpe de 64, e o enorme êxodo rural ocorrido no país nos últimos 30 anos, o próprio mundo dos sertões brasileiros foi se distanciando cada vez mais das preocupações da esmagadora maioria da população que hoje se aglomera nas cidades, já com muitos desafios políticos e sociais a enfrentar. É também nas cidades, onde se concentram pessoas com maior grau de instrução e acesso a diversas fontes de informação, onde se forma esta entidade curiosa e às vezes tão poderosa chamada “opinião pública”, cujos humores e pendores políticos são costumeiramente alimentados pelo que é pauta dos grandes meios de comunicação de massa.

A desinformação que permeia esse assunto, a falta da divulgação de dados sobre a estrutura fundiária brasileira e mesmo de informações favoráveis à democratização da terra em grande escala, em um país de desigualdades sociais impactantes como o Brasil, explicitam não somente a força política dos setores contrários à reforma agrária, mas também que há uma mentalidade que favorece a permanência estrutural da desigualdade na história do país, e mais especificamente, da concentração da propriedade da terra, fenômeno naturalizado e enraizado na formação da sociedade brasileira, e, portanto, pouco problematizado. Apesar da emergência dos movimentos sociais do campo após a redemocratização do país - que retomaram o fio da meada que havia sido rompida pelo Golpe de 64 – o imaginário social do brasileiro tem a tendência de acomodar a situação fundiária do país na categoria dos fenômenos imutáveis, portanto, não sujeito a disputa.

Um dos agentes de construção do imaginário social do brasileiro, o jornalista, acaba por reproduzir essa interpretação, fruto das interações sociais da qual ele faz parte. As palavras, matéria-prima do jornalismo, como demonstra Mikhail Bakhtin, “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 1992, 41). São elas também “os indicadores mais sensíveis de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que despontam, que ainda não tomaram

forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados” (Idem). Por outro lado, como o próprio autor ressalta, no processo de relação social, onde se produzem os significados, estas palavras são marcadas pelo “horizonte social” da época e de um grupo social determinado. Logo, apesar de muitas vezes ter até opiniões favoráveis à reforma da estrutura fundiária brasileira, os profissionais da imprensa possuem ainda arraigado em seu imaginário a concepção da naturalidade deste estado de coisas e uma tendência a reproduzir categorias de percepção, as tais “estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê” (BOURDIEU, 1997, p. 25), que favorecem a manutenção do monopólio da terra.

Por outro lado, como observa Castoriadis, a estrutura fundiária concentrada do Brasil é inseparável “da maneira de ser” da sociedade brasileira e só será problematizada de fato quando este modo de ser brasileiro reconhecer isso como um problema (1982, p. 163). Ou seja, de certo modo, apesar do reconhecimento genérico da necessidade de se resgatar a dívida social do país, o fato é que o caminho de construção de uma institucionalidade disposta efetivamente a resolver a questão agrária - uma alternativa efetiva para isso - é inseparável da construção de um imaginário central da sociedade brasileira que veja este fenômeno como um problema. Se até as próprias esquerdas e mesmo intelectuais progressistas consideravam que não havia mais problema agrário brasileiro até a emergência vibrante do Movimento Sem Terra, que dirá o resto da sociedade. Como o próprio Castoriadis explicita,

Os homens só chegam precisamente a resolver esses problemas reais, na medida em que se apresentam, porque são capazes do imaginário; e por outro lado, que esses problemas só podem ser problemas, só se constituem como estes problemas que tal época ou tal sociedade se propõem a resolver, em função de uma imaginária central da época ou da sociedade considerada” (Idem).

É importante levar em conta que em sociedades complexas como a atual, chamadas também de “sociedades da informação”, os jornalistas são construtores privilegiados deste imaginário porque mediadores por excelência, ou seja, no dizer de Michel Vovelle, são “correias de transmissão de uma cultura, um saber”. No caso específico da atividade que desempenham nos meios de comunicação, eles são exemplos do grupo de mediadores “por função”, pois a natureza de sua atividade os “coloca entre o universo dos senhores e dos dominados” (VOVELLE, 1991, p. 216)

Esses espaços virtuais existentes nos meios de comunicação de massa, onde são deflagrados os debates sobre a sociedade brasileira são ocupados por uma produção eminentemente simbólica (as matérias jornalísticas) que refletem e refratam a realidade e podem ser idealmente tomados como “espaços públicos” do debate agrário brasileiro. Para existir como demanda política e ser reconhecida pelo Estado e, mesmo, por membros do grupo com quem está sendo disputada politicamente, a reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais do campo tem que ocupar também este espaço e não só as terras que têm por alvo em suas mobilizações.

Em suma, a visibilidade da demanda por reforma agrária e da resposta política do Estado brasileiro para esta questão, tanto em termos de ações concretas ou de repressão a essa demanda, depende muito do seu acesso à cena pública através de mobilizações e do que é posteriormente descrito nos jornais, revistas de circulação nacional, programas de TV e de rádios do país e, mais recentemente, em sites da Internet. Por outro lado, a produção midiática sobre os conflitos do campo são inclusive incorporadas dentro de processos judiciais, e seus textos podem aparecer reproduzidos nas peças de denúncia dos promotores contra líderes dos MST¹. A primeira prisão de Diolinda, por exemplo, ocorreu

¹ Trabalhei especificamente com este fenômeno em minha dissertação de mestrado que aborda o processo judicial desencadeado depois do episódio conhecido com “conflito da Praça da Matriz”, que ocorreu em Porto Alegre, em 1990. publicada no livro “De como a mídia fabrica e constrói uma imagem: “a degola” do PM pelos sem-terra em Porto Alegre”, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2005.

pouco tempo depois de sua fotografia ter sido capa de vários jornais da época durante uma ocupação de terra liderada por seu marido José Rainha Jr. no Pontal do Paranapanema.

Movimento Sociais e a visibilidade do poder

Os movimentos sociais fizeram sua irrupção conceitual na história contemporânea associado ao movimento operário, cujas lutas por direitos sociais alargaram à força os limites previstos pelos Estados liberais de então, bem como forjaram novos consensos que foram abrindo caminho para a inscrição de novos direitos. Da luta dos movimentos operários por uma jornada de trabalho de oito horas para a conquista de feriados e férias remuneradas até os movimentos sociais contemporâneos, muitos dos quais centrados no meio ambiente, nas questões de gênero, controle de territórios (e/ou nacionalistas), de minorias étnicas e religiosas, percebe-se que a naturalização dos novos valores dos quais eram porta-vozes foi tributária do fato de que suas “palavras de ordem” foram de algum modo ouvidas no espaço público, ou seja, mediatizadas pelos meios de comunicação que operavam em suas respectivas épocas.

Considerar a camada que envolve a relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação de massa e a arena construída entre ambos como um espaço de análise se apóia em uma observação publicada em um jornal francês no século retrasado e reproduzida por Patrick Champagne (1998: 179)

Foram os jornais dedicados à política de todos os matizes que inventaram os Meetings e as Manifestações para espicaçar a curiosidade dos leitores e aumentar suas tiragens.

O único meio de impedir as manifestações encontra-se menos no reforço da força armada do que na abstenção de notícias veiculadas por esta imprensa.

La Revue des travaux publics (22 de março de 1883).

Descontando-se o exagero da proposição que atribui aos jornais do século XIX a criação destas formas de mobilização e não aos movimentos sociais que muitas vezes eram representados por estas publicações, é fato que se a dominação e as formas de controle social fossem monolíticas nas sociedades onde se travaram essas batalhas, teria sido particularmente fácil para o sistema coibi-las, simplesmente proibindo sua visibilidade nos meios de comunicação de massa. Subterraneamente, entretanto, esses valores consubstanciados na demanda por novos direitos, apesar das oposições, muitas vezes violentas, que enfrentavam, vinham já infiltrando-se nas redes de sociabilidade, construindo lentamente um novo senso comum e abrindo caminho para que fossem reconhecidas e incorporadas pela sociedade e, a seguir, formalizadas pelo Estado. Entretanto, como se trata de lutas antagonistas, é importante ter em mente que o processo de cristalização e naturalização das demandas encampadas pelos movimentos sociais é longo, com avanços e recuos. Neste percurso, quando os chamados “limites de compatibilidade” do sistema são pressionados, é comum acionarem-se processos de silenciamento destas lutas, de forma mais ou menos eficaz, particularmente dentro do panorama atual, dominado por grandes corporações de mídia, que, no caso do Brasil, estão nas mãos de menos de uma dezena de famílias.

Para dar início a esta análise, vou me debruçar em Alberto Melucci, autor cuja conceituação de “movimentos sociais” é particularmente interessante para se analisar as lutas sociais contemporâneas, tendo como pano de fundo seu relacionamento com os meios de comunicação de massa, porque sua formulação rompe com as interpretações que procuravam incorporar os movimentos sociais nos projetos políticos teóricos de quem os retratava, assim como com a noção empírica deste conceito, fazendo questão de frisar que movimento social é um “objeto construído pela análise”, ou melhor, uma lente que se usa para se analisar determinados fenômenos. Deste modo, ele constrói uma definição

suficientemente plástica para classificar seus “profetas do presente”: “ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere”. Neste processo, Melucci, dá particular ênfase à construção da identidade coletiva, que para ele não é um dado ou uma essência e sim “produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (2001, p. 23), ou seja, é uma identidade interativa e compartilhada, resultante do que “vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e o campo de oportunidades e de vínculos que esta ação se coloca” (2001, p. 68). É através deste processo que se criam novos códigos culturais e as novas alternativas simbólicas que definem a identidade coletiva que não são produto somente de decisões pautadas na “racionalidade instrumental”, pois incorporam fortes ingredientes emocionais.

Segundo Melucci, o papel dos movimentos sociais é “provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma” e, desse modo, explicitar “conflitos e necessidades de mudança”, operando “como motores de transformação e como reveladores dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar” (MELUCCI, 2001, p. 123).

Esta definição de movimento social é interessante para se analisar o processo empreendido pela luta pela terra no Brasil, onde o maior sujeito coletivo é o Movimento Sem Terra, sob o aspecto simbólico de enraizamento ou não de um novo consenso em torno do “valor” democratização da terra através de uma reforma agrária, principal bandeira de luta deste movimento social altamente organizado². Ou seja, a definição de Melucci sugere um caminho de análise da luta por reforma agrária como “luta simbólica”, nos termos de Bourdieu, ou seja, “pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 142), ou seja, trata-se de uma luta social para a imposição de novos significados e novos códigos culturais, considerando-se, neste caso, o modo como ela é deflagrada na arena virtual dos meios de comunicação de massa.

Embora este trabalho se apóie na conceituação que Melucci dá aos movimentos sociais, não compartilho com sua crença de que hoje o sistema não tem mais centro, constituindo-se em “uma rede de relações entre diferenciadas e relativamente autônomas estruturas que devem ser mantidas em equilíbrio” (1996, p. 208). Por esta razão, segundo ele, “nenhuma mudança pode afetar simultaneamente todos os níveis do sistema, já que cada um de seus vários componentes funciona de acordo com sua própria lógica”.

Por outro lado, compartilho com este autor do abandono de qualquer noção teleológica de transformação social, no sentido de pensar esta possibilidade como um processo global, homogêneo, direcionado para determinado fim, pois ele é inadequado para análise das sociedades complexas, mesmo porque, particularmente no que concerne a qualquer mudança social – e mesmo individual – há suficientes dados históricos comprovando que mesmo os direcionamentos mais claros e finalistas da ação humana sempre correm o risco de provocarem desdobramentos inesperados. No entanto, acho inteiramente possível identificar o centro do sistema capitalista contemporâneo, sobretudo do ponto de vista de um país inserido de forma subordinada na ordem global, hoje dominada pelo capital financeiro e pelas corporações transnacionais. Isto porque considero que, em uma época em que há o predomínio da globalização neoliberal, o espaço do mercado tem hoje peso consideravelmente maior do que os demais cinco espaços estruturais (doméstico,

² Segundo Caldart (2004, p. 131), existe um debate teórico sobre a identidade política do MST. Para Martins, ele seria uma “organização política”, para Scherer-Warren, um “novo movimento social”, para Fernandes, um “movimento socioterritorial”. Segundo ela, o único consenso entre os autores é que o sentido originário da categoria “movimento social” ou “movimento de massas” não dá conta de explicar o MST que, por sua vez, se considera “organização de massas”. A meu ver, apoiando-me no raciocínio de Leonilde Medeiros, como todo e qualquer movimento social tem uma dimensão organizativa não há porque não incluir o MST nesta categoria. A meu ver, o que ele traz de específico não se choca com a histórica compreensão da categoria movimento social inicialmente formulada para identificar os movimentos operários. O que singulariza o MST, a meu ver, é produto da época histórica e da região onde ele surgiu, assim como das características de sua expansão pelo país.

da produção, da comunidade, da cidadania e mundial) conceituados por Boaventura de Souza Santos (2000). Estes espaços são articulados aos seis modos básicos de produção de poder, de direito e de conhecimento que se inter-relacionam como constelações políticas que se articulam de maneira específica e promovem múltiplas dimensões de desigualdade e opressão. Tendo-se em vista que o projeto sócio-cultural da modernidade acabou confundindo-se com a trajetória hegemônica dos processos e relações capitalistas de acumulação, neste atual estágio do capitalismo, a regulação está subordinada a processos sociais hegemônicos que orbitam predominantemente em torno do princípio de mercado que, como ressalta Jameson, “é a um só tempo uma ideologia e um conjunto de problemas práticos institucionais” (1996) que vem fundamentando a globalização do capitalismo financeiro ao mesmo tempo em que é visto como a panacéia para todos os males da sociedade contemporânea, já que sua retórica vem servindo para legitimar ou deslegitimar discursos à direita e à esquerda.

Mais especificamente, se formos olhar para o lado da questão levantada pelo MST, ou seja, em termos de combate ao monopólio da terra, a centralidade do lugar social dos grandes proprietários rurais e a manutenção de sua influência política ao longo da história brasileira, suas sucessivas metamorfoses, incorporando conteúdos “modernos” a práticas arcaicas, em suma, sua hegemonia social deve-se ao fato de que eles se articulam com valores dos espaços de mercado e de produção. Já a importância que este segmento social adquiriu no Governo Lula se explica pela centralidade dada por sua política econômica às divisas obtidas com a exportação de produtos primários produzidos em grandes fazendas altamente tecnificadas. Portanto, a obtenção da identificação dos grandes proprietários rurais com conceitos hegemônicos, no atual estágio do capitalismo, indica que a cerca das grandes propriedades rurais são “limites de compatibilidade do sistema” rígidos, o que sugere que uma eventual alteração desta estrutura fundiária tende a gerar desdobramentos mais profundos na sociedade brasileira e, mesmo, latino-americana.

Por outro lado, romper com a idéia de visões totalizantes da política e dos fenômenos sociais não implica necessariamente em renunciar a expor a visibilidade do poder que ocupa o centro do sistema e que, de fato, se expressa em diversas camadas e não em um determinado local. Sua lógica é compartilhada e imposta pelos países do centro do sistema capitalista mundial, mais particularmente os de cultura anglo-saxônica (BOYER, 1996). Embora tenha diversos níveis, o sistema possui alguns de densidade maior, reunindo-se em seu centro e que, portanto, são mais difíceis de serem atingidos tanto ideológica, militar, como economicamente.

Além disso, quando Melucci descreve o que ele classifica de “desaparecimento da distinção convencional entre Direita e Esquerda”, incorre em um erro grave de interpretação, sobretudo no que se refere ao exemplo que ele se pauta que são os movimentos pró e contra o aborto. Primeiramente, Melucci desconsidera o fator “igualdade” embutido no uso histórico da noção esquerda, sugerindo que a definição tradicional do termo “direita: se referia a uma orientação direcionada ao passado e “esquerda” a uma orientação direcionada ao futuro” (1996, p. 213). Nesse sentido, segundo ele, muitos movimentos contemporâneos teriam um caráter “anti-moderno”, como o movimento ecológico, por denunciar o fim da linearidade do progresso, o que é correto, mesmo porque livra a noção de emancipação de sua ligação com os “mitos modernos” de sua origem (progresso, liberação e revolução). No entanto, o caráter progressista destas demandas independe do conceito usual de “progresso”, muitas vezes associado a desenvolvimento das forças produtivas. “Progressista” é um conceito altamente vinculado à promoção da “igualdade”, que junto com a “liberdade” tornaram-se idéias cardinais da modernidade ocidental e que tem, talvez, entre seus primeiros paladinos, Rousseau com seu “Discurso sobre a Origem da Desigualdade”. Como a igualdade fazia parte do programa e da ideologia da classe ascendente de comerciantes e capitalistas industriais, serviu para “mostrar que o que merecia ser tratado como igual estava efetivamente institucionalizado como desigual”, na sociedade feudal. O fato de que a institucionalização da equação liberdade/igualdade, com suas garantias de acesso livre e igual ao mercado, à legislação e ao processo político não conduziram de fato a uma igualdade real é, na visão de Claus Offe (1984, p. 57) uma das razões que fizeram

surgir a própria necessidade da pesquisa sociológica, cujos modelos críticos demonstram “que a desigualdade prevalece, por motivos sistêmicos, onde a igualdade econômica e política está institucionalizada”.

O outro aspecto da visão de Melucci, que apresenta-se particularmente problemático, é quando ele aponta que a posição anti-aborto pode ter um “caráter progressista”, sobretudo nos países de Terceiro Mundo, onde essa intervenção cirúrgica assume uma feição de controle do aumento populacional, enquanto a luta contra o aborto pode ser vista como “uma luta contra o poder público para impor suas próprias decisões dentro da mais íntima esfera de influência da vida individual” (1996, p. 125). Neste momento, Melucci revela um certo relativismo enviesado, a meu ver, resultante de sua posição como intelectual oriundo do “centro” do sistema. Primeiramente, ele não se refere – como deveria, se se guiasse por sua própria proposta teórica - ao repertório social e cultural onde se origina uma posição anti-aborto que tem, no caso dos países ocidentais e predominantemente cristãos, o claro dedo de uma instituição religiosa de grande permanência no “centro” do sistema que é a Igreja Católica e, mais particularmente, o Vaticano. Por outro lado, uma coisa é o Estado descriminalizar e facultar às mulheres o uso desta técnica cirúrgica e outro é o processo de esterilização forçada recorrente em países pobres, cujo exemplo mais recente e impressionante é o Peru do governo Fujimori, onde 300 mil mulheres pobres e indígenas foram esterilizadas³. O primeiro caso não pode ser tratado como “imposição” do poder público, mas o segundo, sim. No primeiro, o consenso social em torno do uso desta técnica está consolidado em países de menor influência católica. Por outro lado, é interessante observar que o aborto só foi doutrinariamente proibido pela Igreja Católica em 1869⁴. Ou seja, até então era uma técnica contraceptiva mais ou menos praticada com, talvez, os mesmos riscos de vida para as mulheres, mas sem a imensa opressão moral oriunda do atual pensamento cristão, que forma o substrato cultural que dá o caldo de onde se originaram os atuais movimentos contra o aborto. Além do que, como este tema está profundamente vinculado à questão de gênero, ou seja, à luta por direitos voltados para o atendimento da demandas femininas, não é possível considerar qualquer caráter progressista para movimentos contrários à descriminalização do aborto, pois dentro do movimento feminista, que construiu talvez a principal transformação social do século XX, o controle da reprodução por parte das mulheres é um de seus eixos fundamentais.

A formação do senso comum e as lutas sociais

O conceito «movimento social» desenvolvido por Alberto Melucci é herdeiro das preocupações teóricas que seu compatriota, Antonio Gramsci, desenvolve em seu texto «Introdução ao Estudo da Filosofia e do Materialismo Histórico» (1978, pp. 21-39). Nele, o grande teórico marxista redefine os termos «filosofia» e «filosoficamente», associado costumeiramente a um conhecimento produzido e dirigido por uma elite intelectual, para a concepção de que “filosofia” é «dar ao próprio agir uma direção consciente», ou seja, é um modo de reflexão próprio de “toda a gente”. Este processo é o que construiria o “bom senso”, o «núcleo sadio» do senso comum. Gramsci pontua, entretanto, que não existe um só senso comum, pois ele é “um produto e um devir histórico” e que a filosofia, este agir consciente, promove a crítica e a superação da religião e do senso comum, que não constituem uma ordem intelectual porque “não podem reduzir-se a unidade e coerência

³ Barthélemy, Françoise. “Pérou: Stérilisation forcée des Indiennes”, Le Monde diplomatique, maio de 2004

⁴ Segundo a publicação “Aborto Legal: implicações éticas e religiosas”, da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, São Paulo, 2002, em 1869 o Papa Pio IX adotou explicitamente a teoria da personalização imediata do embrião, condenando todo aborto em qualquer estágio da gravidez e determinando a excomunhão para quem o praticar. Até esse ano não havia condenação explícita da Igreja em relação a esse tema. Segundo dados da ONG, Católicas Pelo Direito de Decidir, que tem como bandeira “Aborto: as mulheres decidem, a sociedade respeita, o Estado garante”, todos os dias no Brasil, cinco mulheres procuram os hospitais rede pública de saúde em decorrência de complicações de aborto, além de este ser uma das principais causas de mortalidade materna

‘livremente’, se bem que ‘autoritariamente’ isso poderia ocorrer”. Ou seja, a imposição de determinadas idéias, tratadas como verdades inquestionáveis, muitas vezes através de técnicas de persuasão e uso de elementos discursivos que apelam para a emocionalidade cria apelo e adesão por parte das massas. Mas se a variedade de fontes de informação representar de fato informações com variados pontos de vista, a imposição de consensos de forma autoritária torna-se mais difícil e esse consenso social passa a ser produto de mediações mais complexas, abrindo caminho para uma reflexão mais consciente.

“Criar uma nova cultura”, para Gramsci, portanto, é muito mais do que “fazer individualmente descobertas «originais». Significa também e especialmente difundir criticamente verdades já descobertas, «socializá-las», por assim dizer, e fazer com que se tornem bases de ações vitais, elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral.” (1978, p. 23)

A partir desta redefinição conceitual, Gramsci levanta o questionamento chave: “por que e como se difundem, tornando-se populares, as novas concepções de mundo?” (GRAMSCI, 1978, p. 35). Na concepção de Melucci, esse resultado é o que indicaria a eficácia da ação dos movimentos sociais, ou seja, quando a inovação cultural da qual são portadores é incorporada pela sociedade e os valores enunciados por eles tornam-se naturalizados, criando um novo senso comum. Gramsci continua seu questionamento, argumentando interrogativamente o que estaria influenciando esse processo de difusão, onde as lutas sociais ainda se dão com o uso das palavras velhas, mas construindo nesta ampliação de seu significado, sua superação. Seriam “a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (enquanto reconhecida e apreciada pelo menos genericamente) do expositor e dos pensadores e cientistas que o expositor chama em sua defesa, o pertencer a uma mesma organização de quem sustenta a nova concepção (depois porém de ter entrado na organização por outro motivo que não seja o compartilhar a nova concepção)?”, pergunta ele (Idem: 35).

O contemporâneo Melucci também esboça a constatação de Gramsci de que esta difusão de valores “é ao mesmo tempo de substituição e, muitas vezes, de combinação entre o novo e o velho” (Ibidem). Segundo Melucci, este processo sempre aconteceu na história dos movimentos, pois “os novos atores falam sempre velhas linguagens porque não têm ainda uma linguagem própria. Enquanto se formam, utilizando a herança dos movimentos que os precederam, se enraizam na memória e nos símbolos do passado” (2001, p. 82). Embora, necessária até por conter um fator de legitimação para as lutas destes movimentos, Melucci acha que o uso das palavras de outras épocas “cria toda a ambigüidade e a dificuldade de um momento de passagem” (Idem), que se dá em um contexto, como o atual, em que nem sequer há consenso na definição do tipo de sociedade que vivemos: pós-industrial, pós-material, sociedades complexas, etc, e onde as ciências sociais enfrentam, no dizer deste autor, “a fraqueza de seus instrumentos conceituais”, o que, no entanto, na visão dele, pode ser o primeiro passo de uma nova compreensão e de um aprimoramento destas ferramentas.

Procurando responder um pouco a questão colocada por Gramsci, a partir do raciocínio de Sidney Tarrow, pode-se considerar que os meios de comunicação de massa são hoje em dia os espaços que são mais socialmente autorizados para difundir as informações produzidas pelos movimentos sociais, constituindo um novo senso comum, embora muitas vezes condenando-os e estigmatizando-os socialmente. Isto porque estes veículos de comunicação instituem-se enquanto negócio a partir de um pacto de credibilidade estabelecido com seus consumidores pelo qual se define que suas produções simbólicas retratam a realidade social. Seus leitores, telespectadores e ouvintes utilizam-se desses serviços imbuídos desta crença que compõe substancialmente a experiência do social nas sociedades contemporâneas. Como observa Sidney Tarrow, “os movimentos contemporâneos são mais dependentes da formação de um consenso através da mídia do que a mídia é dependente deles” (TARROW, 1994, p. 129). Por esta razão, para ampliar seus participantes, divulgar nacionalmente suas ações, impressionar o poder e o resto da sociedade com sua força, esses movimentos precisam estruturar suas ações em uma linguagem que chame a atenção das mídias e faça com que ela as transmita. Mas, ao

“fazerem a notícia”, os movimentos também entram em uma esfera de risco de significação, pois “não podem fazer a mídia publicar essas notícias do jeito que lhes é mais favorável”. (idem)

Independente de conquistarem ou não a atenção das mídias para pressionar o Estado a atender suas demandas, os movimentos sociais contemporâneos investem na construção de mobilizações inovadoras que agreguem seus participantes, com seus símbolos, bandeiras, músicas, palanques e microfones, porque estas ações se fundam também na construção interna da solidariedade de seus militantes, fortalecendo seus laços entre si e sua vinculação ao movimento, independente de serem ou não ignoradas pelas autoridades governamentais. Junto a essas práticas, esses movimentos também foram incorporando técnicas como as coletivas de imprensa convocadas para um horário razoavelmente antes da emissão dos principais telejornais televisivos, assim como foram destacando alguns de seus militantes para funcionar como porta-vozes e servir de referência para os jornalistas, cuja produção simbólica segue regras de construção para conferir um maior grau aparente de objetividade, produzindo discursos que, por exemplo, precisam sempre das tais “aspas”, oriundas da fala de uma liderança que possua prestígio para desempenhar esse papel. Deste modo, os próprios movimentos sociais foram construindo formas de se relacionar com esses profissionais de mídia e seus veículos de modo a garantir visibilidade para suas demandas porque eles também os consideram espaços autorizados, embora pouco confiáveis, para a difusão dos novos valores que sua luta social constrói.

Este relacionamento dos movimentos sociais com a mídia acaba sendo determinante em uma sociedade como a atual, em que a experiência da realidade social se dá intensamente por informações mediatizadas pela televisão, rádio, internet e páginas de jornais e revistas, e onde as diversas formas de mobilização ativadas pelos movimentos sociais dependem muito de que sua “palavra” esteja presente nessas arenas virtuais, cuja forma e conteúdo estruturam os quadros cognitivos dos consumidores de comunicação e a realidade na qual operam e tomam posições. A própria linguagem mobilizatória criada pelos movimentos sociais é muitas vezes construída tendo em vista atingir esse alvo. É, portanto, através desses veículos de comunicação onde pode ser constatado ou não o processo de consolidação da “nova cultura” proposta pelos movimentos sociais, gerando um novo consenso que se torna, futuramente, parte do senso comum.

Para Melucci, o ambivalente “discurso público” fornecido pela mídia é “produto resultante de um complexo jogo de interações, no qual intervêm, certamente, os objetivos e interesses dos grupos de poder e dos aparatos públicos”, e para o qual contribuem “com um papel não subalterno” os profissionais de comunicação e os usuários dessas produções simbólicas que compõem este discurso público através “da filtragem das mensagens, da ativação das redes comunicativas quotidianas, das escolhas de consumo que levam aos diversos meios” (MELUCCI, 2001, p. 144).

É esta incorporação de “todos” na análise da produção simbólica da mídia, ou seja, dos intelectuais, dos profissionais da comunicação, dos atores políticos, cidadãos e consumidores de mensagens das mídias na construção da ambivalência do discurso público, cada qual “em graus diversos e com diverso poder e conhecimento”, que remete à questão do senso comum levantado por Gramsci. Ou seja, existe um repertório do qual é retirado este discurso, ele próprio composto por diversas camadas de senso comum, vinculadas muitas vezes às atividades profissionais de determinados grupos sociais e, claro, algumas delas mais influentes do que as outras, como é o caso do senso comum dos jornalistas. Todos participam, de certo modo, da construção do discurso midiático porque na hora de se pautarem, ou seja, quando as redações dos veículos de comunicação definem o que será objeto de cobertura jornalística, esses profissionais partem de um senso comum que pressupõe o que deve chamar mais atenção de seu público, ou seja, eles são dotados de um senso comum direcionado para a produção desta construção social chamada notícia, produção simbólica que se constitui no relato de eventos socialmente relevantes, cuja singularidade frequentemente depende não só da factualidade como também do apelo emocional que são capazes de suscitar, já que dentro da profusão de mensagens que são

produzidas no nosso cotidiano, os critérios de racionalidade na seleção destes eventos, incluído na questão formulada por Gramsci, já não são mais suficientes.

Por esta razão, a escolha das mensagens nas quais iremos ou não prestar atenção em meio a um mundo em que circulam tantas e diversas informações, que serão comentadas com familiares, vizinhos, conhecidos, colegas e amigos, optando-se até por procurar saber mais e participar mais ativamente de seus desdobramentos, é produto da posição social e do capital cultural e social que cada um de nós carrega. Criar sensibilidade ou não a determinadas problemáticas que não fazem parte do cotidiano, por exemplo, de quem mora em grandes centros urbanos, como é o caso da concentração da propriedade da terra no Brasil, pode ser fruto de um acaso qualquer, pois dificilmente buscam-se informações que não atingem diretamente o nosso cotidiano se elas não têm capacidade de produzir impactos, manchetes e imagens fortes.

As prisões de Diolinda

Em 30 de outubro de 1995, a mulher do líder do MST no Pontal, José Rainha Jr. foi presa pela primeira vez no Estado de São Paulo. Diolinda Alves de Souza abriu a porta da casa para os policiais, recebendo-os “como visitas”⁵. Eles entraram, deram-lhe ordem de prisão e a algemaram na frente do filho João Paulo, então com 2 anos, que ela acabava de ter levado ao médico, onde teria marcado uma cirurgia para o menino. No mesmo dia, outra liderança do Pontal, Marcio Barreto, foi preso no Fórum da Cidade, depois de atender ao convite do delegado de polícia para ir até lá para ter uma conversa. Ninguém até então sabia que corria, em sigilo, um processo por formação de quadrilha que arrolava além dos dois presos, José Rainha Jr. e Laércio Barbosa, que conseguiram escapar da prisão, se escondendo na própria região. A prisão preventiva de Diolinda e de Marcio havia sido solicitada pelo juiz da Comarca de Pirapozinho, cujo inquérito baseava-se sobretudo nas reportagens que saíam nos jornais de São Paulo, citando ela e os demais como líderes das “invasões” de terra que o MST vinha promovendo nas terras do Pontal do Paranapanema. Diolinda, na época, comandava um programa de rádio do MST na região, mas não era uma liderança das ocupações de terra. Já havia participado da Coordenação Nacional do MST e militado pelo movimento em outros estados, mas, após o casamento com Zé Rainha, vinha dedicando-se mais a cuidar da casa e do filho do casal.

De qualquer modo, as circunstâncias da prisão de Diolinda, algemada dentro de sua casa e na frente do filho de 2 anos, sensibilizaram os jornalistas e seus editores que já vinham dando atenção aos conflitos de terra ocorridos na região. Esta atenção acabou gerando grande repercussão, levando-a para a capa dos jornais de circulação nacional, tornando-a objeto de matérias de TV e de rádio, durante os 17 dias de sua prisão, que geraram, além das mobilizações de protesto organizadas pelo MST em todo país, visitas de personalidades políticas, como Luís Inácio Lula da Silva, aos dois militantes presos na capital paulista. A detenção no Carandiru tornou Diolinda uma celebridade solicitada para inúmeras entrevistas, reportagens especiais e programas de TV logo que ela foi posta em liberdade.

Uma dessas reportagens foi capa da Revista da Folha, publicação dominical do jornal Folha de S. Paulo, com foto da sem-terra tirada no estúdio de um badalado fotógrafo de moda, Bob Wolfenson. O perfil assinado pelo repórter Armando Antenore descreve a moça que havia ganho notoriedade repentina com a prisão e que passava a dar um rosto fotogênico para a luta do MST. Militante experiente e articulada, Diolinda cumpria a risca o papel que lhe cabia, repetindo em várias dessas ocasiões, inclusive nesta entrevista dada durante a sessão de fotos, que estava “aproveitando a oportunidade para divulgar” a causa do MST. “Quem está famosa não é a Diolinda. É a luta pela reforma agrária”, disse ela, com um “tom” que o repórter classificou como “messiânico”. A reportagem cita que ela já tinha sido presa outras três vezes por ter participado de ocupações de terra em Pernambuco,

⁵ Segundo relato da própria, na época.

Sergipe, Paraíba, Maranhão e Paraná, “nenhuma tão longa e rumorosa quanto a quarta, no Carandiru”⁶. Apesar de seu currículo prisional, naquele ano Diolinda foi chamada até pelo “Fantástico” para participar do amigo secreto promovido pelo programa da TV Globo que ia ao ar no período natalino. Ou seja, apesar de estar representando um movimento social que pressiona os limites de compatibilidade do sistema, um veículo de comunicação com hegemonia na sociedade brasileira buscava veicular sua mensagem, ou melhor, a sua imagem.

A repercussão da primeira prisão da Diolinda pegou de surpresa o próprio MST que já havia lidado com a prisão de várias de suas lideranças, sobretudo durante o governo Collor. Seu procedimento usual para obter o relaxamento das prisões preventivas era a promoção de campanhas públicas entre entidades, personalidades e organizações “amigas” para o envio de cartas para pressionar os Tribunais de Justiça estaduais a revogarem as detenções, o que evidentemente levava mais tempo. Uma de suas destacadas lideranças femininas, Ivanete Tonin, a Nina, tinha amargado seis meses de prisão, em Dourados no Mato Grosso do Sul em 1992. Em entrevista ao Jornal Sem Terra⁷ quando ainda estava detida, Nina, então com 22 anos, já refletia sobre a decisão do juiz local de mantê-la presa, apesar do relaxamento da prisão de outros dez sem-terras detidos com ela durante o despejo de uma ocupação em Rio Brilhante, em julho do mesmo ano. “Nós, os trabalhadores, e os donos do poder sabemos porque eu estou aqui. A opinião pública é que pode não saber”. De acordo com uma campanha que o MST vinha promovendo na época para obter sua liberdade, o juiz João Rosa de Lima negava o relaxamento da prisão de Nina porque ela representava “perigo para a ordem pública”.

Em 1995, a situação política em torno da luta pelo MST era outra e, sobretudo, no caso de Diolinda, sua detenção se dera em um presídio na capital paulista, o que, descobriu-se rapidamente, fazia uma grande diferença. Apesar da notoriedade e da simpatia que conquistara junto à opinião pública, menos de três meses depois de sua primeira e mediatizada detenção, Diolinda foi presa pela segunda vez no dia 25 de janeiro de 1996, pela mesma acusação de formação de bando e quadrilha. Zé Rainha, avisado da prisão enquanto participava do Encontro Nacional do MST, em Salvador, conseguira mais uma vez escapar do cárcere, assim como Marcio Barreto, mas outros militantes do Pontal, como Felinto Procópio, Laércio Barbosa e Cláudio Cano acabaram presos na mesma ocasião. Desta vez, o cárcere de Diolinda foi o Presídio Feminino de Álvares Machado, em uma cela com outras cinco mulheres que cumpriam pena por tráfico de drogas, roubo de carros e homicídio. Os demais militantes presos foram levados para a Cadeia Pública de Presidente Prudente. A distância da capital paulista já se fez sentir na diminuição da cobertura jornalística desta detenção. A ida de personalidades como a então deputada Marta Suplicy e do senador Eduardo Suplicy é o que atraía holofotes para o local.

Não por acaso, portanto, a segunda detenção de Diolinda, no interior de São Paulo, foi bem mais longa: 46 dias. Os líderes do MST do Pontal só foram libertados no dia 12 de março, a partir de uma decisão, até então inédita, do Superior Tribunal de Justiça. Os juízes deram o *habeas corpus* afirmando que a prisão preventiva no caso do processo por bando e quadrilha envolvendo os líderes do MST era desnecessária por que não os consideravam ameaça à ordem pública. Solicitaram, entretanto, que houvesse pagamento de uma fiança de R\$ 667,00 por cada um dos indiciados, que continuariam a responder ao processo em liberdade. Um dos juízes do STJ, Ministro Luiz Vicente Cernichiaro, justificou seu voto argumentando que a reforma agrária estava posta na Constituição Brasileira e que, como há “demora” na implantação do programa por parte do governo, os líderes do MST não promoviam “esbulho possessório” ao promoverem as ocupações nem ameaçavam a ordem pública:

⁶ Revista da Folha (edição paulistana), domingo, 17 de dezembro de 1995. Nas edições nacionais do jornal “Folha de S. Paulo”, as principais reportagens desta revista sai publicada no corpo do jornal, no caderno “Cotidiano”.

⁷ Jornal Sem Terra, novembro de 1992, p. 11.

A ordem pública precisa ser recebida no contexto histórico. E também, assim, o modo de atuação das pessoas. As chamadas classes sociais menos favorecidas não têm acesso político ao governo, a fim de conseguir preferência na implantação de programa posto na Constituição da República.

Já o juiz Adhemar Maciel invocou “o uso do direito de resistência” para justificar as ações do MST”:

Não seria uma reforma agrária de baixo para cima, uma pressão social, já que o governo está ‘tranquilo’ há não sei quantos anos – quando todas as nossas Cartas e as nossas Constituições estão apregoando a reforma agrária?

Maciel inclusive abordou em seu voto “o aspecto jurídico-político da igualdade perante a lei e a igualdade na lei”, pois ela “muitas vezes está na Constituição, na lei. Mas é puramente formal”.

A terceira prisão de Diolinda ocorreu em 10 de setembro de 2003. Seu marido José Rainha estava preso desde julho do mesmo ano. Provavelmente, a prisão do líder do MST não foi por acaso, já que em maio, alguns meses antes, ele fora objeto de uma reportagem de capa da revista *Veja*, que retratava um grande acampamento de sem-terras que estava se formando na região do Pontal motivado em grande parte pelas expectativas geradas pelo governo Lula. Quando os mandados de prisão foram expedidos por ordem do juiz Átis de Souza Araújo, de Teodoro Sampaio, descobriu-se que também estava arrolado no processo por formação de quadrilha o irmão dele, Carlos Rainha, que é advogado e trabalhava na secretaria nacional do MST, na capital paulista. Era o primeiro ano do governo Lula e foi a primeira vez, nos 20 anos de existência deste movimento social, que sua sede nacional fora cercada pela polícia. Os policiais, imbuídos do mandado de prisão, queriam entrar nas dependências do prédio, no bairro central de Campos Elísios, para prender o advogado, que não se encontrava no local e permaneceu foragido até a obtenção do *habeas corpus* que soltou Diolinda e outros nove integrantes do MST presos, no dia 3 de novembro do mesmo ano. Zé Rainha que respondia também a um processo por porte ilegal de armas só foi solto em dezembro. Desta vez, poucas pessoas ouviram falar da prisão da militante do MST, agora mãe também de uma menina, Sofia. Foram cerca de dois meses de cárcere e pouca repercussão midiática.

Conclusão

As prisões de Diolinda de certo modo retratam os percursos recentes da luta pela reforma agrária no Brasil e, de certo modo, são um sintoma do impasse que cerca esta medida política no país. Em 1995 e 1996, a mulher de Zé Rainha cativou os profissionais da imprensa com sua história. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, sua prisão e o próprio cerco à Secretaria Nacional do MST, na capital paulista, não foi percebida por eles como um fato jornalístico digno de nota, mesmo no contexto de um governo do Partido dos Trabalhadores. Usando expressão cunhada pelo jornalista, Bob Fernandes, estes eventos foram recebidos com “estrondoso silêncio”, sem o que no jargão jornalístico, chama-se “repercussão”. A chamada repercussão só ocorre quando o fato classificado como “notícia” sai em um veículo de prestígio e é repetido pelos demais. Na época da primeira prisão de Diolinda, ocupavam esta posição no país os jornais “Folha de S. Paulo”, “Estado de S. Paulo”, “O Globo”, “Jornal do Brasil”, e as revistas “Veja” e “Isto É”. Também fazem parte deste ranking - com poder de repercussão bem mais acentuado - os telejornais televisivos, especialmente o “Jornal Nacional”, da TV Globo. Não basta, portanto, ser notícia em um desses veículos, todos concentrados na região Sudeste do Brasil. O que conta é o fato de os demais veículos que se situam no mesmo patamar de prestígio e credibilidade reproduzirem a notícia, darem “suíte”, ou seja, destacarem seus repórteres a continuarem

acompanhando os desdobramentos do evento jornalístico, como no caso da primeira prisão de Diolinda, dando atenção ao caso até sua suposta “conclusão”.

Estes meios de comunicação situados no Sudeste do país também possuem a peculiaridade de definirem o que será a “agenda nacional” tanto em termos de debate político como em termos de consumo de produtos culturais classificados de “artísticos”, de “entretenimento” ou mesmo no que se refere a práticas e costumes sociais. Justamente pelo fato de que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo continuarem sendo as capitais culturais e econômicas do país, é que, apesar do deslocamento do centro de poder para Brasília, são os principais veículos de comunicação destes estados os que determinam a “agenda nacional” jornalística do país, sendo, em geral, imitados pelos veículos localizados nas demais regiões.

Neste processo de construção da notícia, conta-se muito com o impacto que personalidades tornadas públicas geram nos jornalistas. Muito afeitos ao chamado “personalismo”, faz parte da técnica jornalística procurar sintetizar fatos em personalidades. Diolinda havia cativado a curiosidade jornalística em 1995. Em 2003, ela já não era “novidade” ou as lentes jornalísticas não se interessaram em se aproximar deste fato para descobrir as singularidades que esta prisão poderia ocultar.

Já na época da primeira prisão de Diolinda, as lutas do MST em um estado altamente industrializado como São Paulo eram novidade para estes jornalistas, embora elas ocorressem desde o início da década de 80, próximas inclusive de grandes centros urbanos como Campinas, tendo originado um assentamento em Sumaré, município da região metropolitana desta cidade. Em 1995, marcava-se um novo patamar para a luta do MST, quando após o seu III Congresso em Brasília, durante o qual foram recebidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, este movimento originado dez anos antes, no Sul do país, passou a ser objeto de interesse mais intenso por parte de jornalistas que trabalhavam nas sucursais paulistas dos principais jornais do país. Diversos repórteres disputavam entre si os possíveis “furos” gerados por pautas envolvendo os líderes sem-terra que, na época, promoviam grandes acampamentos e ocupações na região do Pontal do Paranapanema, área de grandes fazendas formadas em terras devolutas.

Região mais atrasada de São Paulo, estado que – junto com o Rio de Janeiro – concentra o poder econômico e simbólico dos meios de comunicação, o Pontal do Paranapanema tornou-se o ponto nevrálgico da luta pela reforma agrária durante o governo Fernando Henrique Cardoso. As terras devolutas desta região, griladas ainda no século XIX, projetaram a questão agrária brasileira justamente em um ponto onde curiosamente construiu-se uma enorme cortina de silêncio social no país, que são as grandes propriedades irregulares, forjadas em cartórios.

No caso do Pontal do Paranapanema, em 1995, dos seus cerca de 1 milhão de hectares, 20% eram privados. Outros 40% eram terras decretadas devolutas, ou seja, eram propriedades do governo paulista. Os 40% restantes ainda não tinham definição da Justiça, em um processo que poderia durar até 20 anos para ser julgado. Um levantamento em satélite realizado pelo Incra, na época, demonstrou que boa parte das terras da região eram improdutivas. Matéria publicada no jornal “Folha de S. Paulo” (3/02/1997), dizia que o Incra não divulgava esses resultados para evitar novas “invasões”.

Em 2003, a região do Pontal, com mais assentamentos e atuação de outros movimentos sociais, além do MST, continuava sendo objeto de conflitos fundiários e Diolinda havia sido presa no primeiro ano de presidência de um político que, no período de sua primeira prisão em 1995, foi visitá-la no Carandiru. Embora tenha sido objeto de notícia em alguns veículos de comunicação, a terceira prisão foi bem mais apagada em termos de repercussão, refletindo um processo social que possibilitava este silenciamento, o desinteresse social sobre o tema.

Em 1995 e 1996, quando o MST organizou trabalhadores rurais para ocupar as áreas devolutas do Pontal, a situação da região foi divulgada nacionalmente, obtendo visibilidade e uma decisão em instância superior do Poder Judiciário brasileiro que determinou a soltura dos militantes do MST com pareceres que revelavam um avanço concreto de compreensão de setores do Estado sobre a legitimidade da luta empreendida

por este movimento social para obter a realização da reforma agrária. Naquele caso, os sem-terra acabaram ganhando a luta simbólica que está no bojo de qualquer luta política, pois conseguiram transformar o senso comum que existia em relação à posse das terras daquela região, hoje publicamente reconhecidas como devolutas. Ao questionar a legitimidade da posse das terras do Pontal, entretanto, o MST estava mexendo com a ponta de um “iceberg” que poderia gerar o questionamento da posse de propriedades espalhadas por todo o Brasil.

É interessante notar que provavelmente boa parte destes donos de propriedades questionáveis mora no Estado de São Paulo. Segundo o falecido ex-presidente do Incra e grande defensor da reforma agrária, José Gomes da Silva, os proprietários de terra residentes em São Paulo concentravam em suas mãos 2, 35 vezes a dimensão do Estado. Em suma, um dos desdobramentos possíveis da luta do MST no Pontal poderia ser colocar na agenda nacional a questão das irregularidades fundiárias existentes no país, geralmente concentradas nas mãos de grandes proprietários. Hoje, entretanto, esta situação nebulosa da estrutura fundiária brasileira é um dos pilares de sustentação do que hoje convencionou-se chamar de “agronegócio”⁸. Não é por acaso que este modo de exploração agrícola foi avançando para regiões de terras devolutas como os cerrados baianos, o sul do Piauí e o Mato Grosso, este último governado neste período por um novo “rei da soja”, Blairo Maggi, que possui 200 mil hectares em uma região onde se encontra um “mistério fundiário” ainda sem explicação: a soma das terras registradas do Mato Grosso é maior do que a superfície territorial do estado⁹.

Se, para Melucci, um movimento social só é eficaz quando a inovação de valores da qual ele é portador se naturaliza na sociedade e ele deixa, inclusive, de existir, o MST, embora tenha sido eficiente ao trazer a demanda da reforma agrária para o centro do debate político, durante o governo Fernando Henrique, trouxe-a, no entanto, de modo insuficiente e precário porque suas demandas tornaram-se facilmente neutralizáveis durante o governo do partido, o PT, com o qual mantinha mútuas relações de apoio. As três prisões de Diolinda Alves de Souza e as repercussões que elas obtiveram pontuam de forma eloqüente esta situação. Evidente que este processo foi fruto também de algumas campanhas midiáticas que procuraram deliberadamente desmoralizar o MST, que volta e meia surge em matéria desqualificadoras nas páginas de jornais e revistas do centro do país, com atenção especial às da revista *Veja*¹⁰. Por procurar romper os limites de compatibilidade do sistema, os sem-terra de um movimento altamente organizado como este serão sempre alvo de campanhas midiáticas deste caráter, como o eram seus companheiros operários do século XIX e XX, se não forem objeto do tal “estrondoso silêncio” da mídia brasileira, que muitas vezes segue a cartilha pregada pelo articulista do *La Revue des travaux publics*, em 1883. Isto até os sem-terra do MST conseguirem difundir sua nova cultura, um novo senso comum em torno de um outro modo de apropriação da terra no Brasil. Mesmo a desarticulação e o esquecimento a que correm risco não tem o poder de fazer adormecer indefinidamente nos vãos da história uma demanda assim tão profunda e popular no país, cuja expressão mais forte foram as

⁸ De acordo com trabalho de Claudio Severino, apresentado na ANPOCS em 2004, “agronegócio” – livre tradução “agribusiness” – é uma expressão que legitimou, sob o ponto de vista discursivo, o projeto político de seus idealizadores reunidos na ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness) e que hoje tem por um de seus quadros, Roberto Rodrigues, como ministro da Agricultura do Governo Lula.

⁹ Esta informação está presente na proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária apresentada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário pela equipe técnica chefiada por Plínio de Arruda Sampaio. Segundo esse documento, “a soma das terras privadas cadastradas, terras indígenas, de unidades de conservação, públicas e arrecadadas” dá resultados maiores também nos estados de Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins, São Paulo Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (p. 42).

¹⁰ Entre as matérias emblemáticas que caracterizaram este período de “fim de namoro” da mídia com o MST, estão a série de reportagens, também publicadas, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de autoria de Josias de Souza, centradas nos chamados “pedágios” compulsórios que os assentados tinham que pagar à organização, retirados dos créditos de produção liberados pelo governo, e a edição da revista *Veja* (3 de junho de 1998), que trazia na capa a foto do líder do Movimento, João Pedro Stedile, sob uma iluminação vermelha, com o título “A esquerda com raiva”¹⁰.

levas de sem-terras que, em 2003, acorreram aos acampamentos do MST na espera que o governo Lula fizesse, enfim, a tal reforma agrária.

Essa aparente fragilidade da posição do MST frente às decisões e iniciativas do Governo Lula deve-se, em grande parte, à importância que a exportação da produção agrícola das grandes propriedades rurais têm para sua política econômica. Mas, embora a vontade política expressa pelo MST, que se concretizaria em uma reforma econômica e não só agrária, viva hoje um bloqueio político, é importante dar-se conta que lida-se atualmente com uma inércia senão com uma antipatia da opinião pública brasileira com relação a esse tema, embora o MST tenha construído um elo com este particular “discurso público”, sobretudo com a “Marcha a Brasília”, ocorrida em 1997. De acordo com Melucci, este discurso não pode ser entendido apenas como o produto das mídias, ou seja, como produto dos “objetivos e interesses dos grupos de poder e dos aparatos políticos”, mas também deve incluir com um papel “não subalterno” os profissionais que atuam na área, bem como “as escolhas dos consumidores de comunicação”. No caso brasileiro, deve-se incluir as novelas como elementos constitutivos deste discurso público, e até neste quesito a questão agrária foi contemplada, pouco depois das primeiras prisões de Diolinda, com uma no horário nobre da TV Globo abordando essa temática: a novela “Rei do Gado”.

Ou seja, para um partido que está no poder e que, naturalmente, está imbuído do projeto de se manter no poder, o fato de neutralizar a força política que historicamente lhe apoiava indica também que, deixá-la de lado, não lhe trará grandes prejuízos políticos. Isto é paradoxal se levarmos em conta, como observa Martins (2004), que o PT valeu-se largamente do MST para produzir uma imagem negativa do governo Fernando Henrique Cardoso e de sua política agrária, assim como da CPT (Comissão Pastoral da Terra), para “produzir-se como partido salvacionista, orientado por uma mística messiânica e mesmo milenarista”. Mesmo costurando uma certa conciliação como o MST através do repasse de verbas públicas para a educação no campo, foi ficando claro já na metade de seu mandato, que o Governo Lula não tinha condição política ou interesse de atender a demanda de reforma agrária expressa não só pelo Movimento Sem Terra como por outros movimentos sociais do campo e pelos trabalhadores brasileiros que a consideram uma saída para a pobreza e a violência que enfrentam nas periferias urbanas. Isso ocorre, provavelmente, porque a opinião pública (que inclui produtores e consumidores de informação) ao selecionar os assuntos que lhe dizem respeito, no meio de uma profusão ensurdecadora de informação, escolhe, de certo modo, não prestar atenção na inovação cultural, social, política e econômica proposta pelo MST, que visa desafiar a ordem e o saber que sustentam a visão de mundo social baseada na concentração da propriedade da terra, e que, deste modo, não consegue se enraizar no imaginário social brasileiro. Cabe, quem sabe, aos sem-terra voltarem a cativá-la novamente para furar o bloqueio a que estão submetidos.

Bibliografia

- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOYER, Robert. The seven paradoxes of capitalism. (Mimeo) Paris, 1996.
- CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- CHAMPAGNE, Patrick. Formar a opinião. Petrópolis: Vozes, 1996.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978. pp. 147-236.
- GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978. pp.21-39
- JAMESON, Frederic. O pós-modernismo e o mercado. In: _____. Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996. pp. 268-284.
- LEDESMA, Manuel P. Cuando lleguen los días de colera (movimientos sociales, teoría y historia). Zona Abierta. Madrid, 69, 1994. p.51-120
- MARTINS, José de Souza. O Poder do Atraso. São Paulo, Hucitec, 1994.
- _____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Tempo Social (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol 15, n. 2, pp.141-175, 2004.
- MELUCCI, Alberto. Challenging codes. Collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- _____. A invenção do presente. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARX, Karl. O 18 do Brumário de Luís Bonaparte. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- OFFE, Clauss. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: _____. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. pp. 56-118.
- PEREIRA, Irotilde G. et al. Aborto Legal: implicações éticas e religiosas, das ONGs Católicas pelo Direito de Decidir. São Paulo, 2002
- PERROT, Michele. O primeiro de maio na França (1890): nascimento de um rito operário. In: Os excluídos da história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp.127-164
- SANTOS, Boaventura de Souza. Os horizontes são humanos: da regulamentação à emancipação. In: _____. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2000. pp. 261- 327
- SANTOS, Boaventura de Souza. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: _____. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- SEVERINO, Claudio. Novas estratégias de organização política dos empresários do agribusiness. In: Encontro Anual da ANPOCS, 27, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências sociais, 2004.
- TARROW, Sidney. Power in Movement: Social Movements. Collective Action and Politics. New York: Cambridge University Press, 1994.
- VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ZANETTI, Edmilson. Na região, média é de um boi por hectare. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 fev., 1997. Nacional, 1-8.

Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005¹)

Norma Giarraca

Doutora em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires – UBA
Profesora Titular de Sociologia Rural da Universidad de Buenos Aires
Membro do Grupo de Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – CLACSO

Endereço profissional: Instituto de Investigaciones Gino Germani – Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Buenos Aires

Endereço eletrônico: ngiarra@mail.retina.ar

Jorge Ramón Montenegro Gómez

Doutor em Geografia pela FCT/UNESP (2006)
Membro do Centro de Estudo de Geografia do Trabalho - CEGET
Membro do Grupo de Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – CLACSO

Endereço eletrônico: jorgemon00@hotmail.com

Resumen

Durante los días 2 y 3 de septiembre del 2005, el grupo de trabajo “Desarrollo Rural” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) tuvo su primera reunión en Presidente Prudente (Estado de São Paulo, Brasil). En aquel primer encuentro, además de debates muy productivos, realizamos dos trabajos de campo para conocer la realidad de los asentamientos y acampamentos del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en dos regiones del Estado de São Paulo: el Pontal do Paranapanema y la región en torno de la ciudad de Riberão Preto. Se trata de dos regiones con dinámicas diferentes que se hilvanan en esta relatoría a través de informaciones, entrevistas e intuiciones.

Palabras clave: MST, CLACSO, reforma agraria.

Resumo

Estratégias de vida, estratégias de luta: aportes de um trabalho de campo: o MST, São Paulo, Brasil (Reunião do GTDR – CLACSO, agosto/setembro de 2005)

Nos dias 2 e 3 de setembro de 2005, o grupo de trabalho “Desenvolvimento Rural” do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) teve sua primeira reunião em Presidente Prudente (Estado de São Paulo, Brasil). Naquele primeiro encontro, além de debates muito produtivos, realizamos dois trabalhos de campo para conhecer a realidade

¹ En el encuentro del GT estuvieron presentes: Bernardo Mançano Fernandes, coordinador e investigador de la UNESP; Carlos Vacaflares y Pilar Lizárraga de JAINA, Tarija, Bolivia; Andrés Uceda de la Universidad San Simón de Cochabamba, Bolivia; Miguel Teubal y Norma Giarracca de la Universidad de Buenos Aires, Argentina; Harry Vanden de la University State of Florida, Estados Unidos; Cliff Welch y Jorge Montenegro de la UNESP, Presidente Prudente, Brasil; y Douglas Mansur de la Universidad Cruzeiro do Sul, São Paulo, Brasil.

En el viaje participaron también los estudiantes de posgrado y graduación Sônia M. Ribeiro Souza, Eduardo Paulon Girardi, Matuzalem Bezerra Cavalcante, Anderson Antonio da Silva, Ademir Terra, Rodrigo Cezar Criado, Fabiana Sales Diogo, así como funcionarios del INCRA.

dos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em duas regiões do Estado de São Paulo: o Pontal do Paranapanema e a região em torno da cidade de Riberão Preto. Trata-se de duas regiões com dinâmicas diferentes que se alinhavam neste relatório através de informações, entrevistas e intuições.

Palavras-chave: MST, CLACSO, reforma agrária.

Abstract

Strategies of life, strategies of fight: you arrive in port of a field work: the MST, São Paulo, Brazil (Meeting of the GTDR - CLACSO, August/September of 2005)

On September 2 and 3, 2005, the current participants of the Rural Development Working Group of the Latin American Social Sciences Council (CLACSO) held their first meeting in Presidente Prudente, São Paulo, Brazil. A series of productive debates on the theme of “agribusiness and peasant movements” were followed by two field trips to familiarize the group with land conflicts in two regions of the state: the Pontal do Paranapanema and Riberão Preto. As this report relates, members visited land occupations and agrarian reform settlements and spoke with members of the Landless Laborers Movement (MST), gathering information and photos through interviews and observation.

Key-words: MST, CLACSO, agrarian reform.

Viernes, 2 de setiembre: el pontal del latifundio *grilado*

Subimos al autobús que nos conduciría a la región de trabajo del primer día, el Pontal do Paranapanema en el extremo oeste del Estado de São Paulo, e inmediatamente Bernardo Mançano Fernandes (BMF), principal anfitrión, desplegó interesantes mapas de la región que atravesábamos para ubicarnos territorial e históricamente. La Ley de Tierras de 1850 y la Ley de Liberalización de los Esclavos de 1888 fueron instrumentos de preparación de la economía capitalista desplegada desde el XIX. Nos cuenta BMF que a pesar de la tierra ser de propiedad pública hasta la promulgación de la Ley de Tierras, su apropiación comienza entre 1822 y 1850, cuando muchos futuros terratenientes se preparan para lograr sus inmensos dominios privados en función de una legislación vaga y sin fiscalización. En la zona hay un personaje, José Teodoro Souza, que tuvo mucho que ver con esta región. Veamos la historia.

Después de 1850, los registros parroquiales eran necesarios para lograr la escritura y cuando José Teodoro llega a la región procura conseguirlos. Demarca una gran área desconocida (en la época la zona es una gran extensión de bosques tropicales, habitados por varias tribus indígenas), atravesada por dos ríos conocidos y la registra en una parroquia. Eran más o menos un millón de hectáreas. Pero por aquella época también se hacía necesario que el Estado reconociera la posesión. Teodoro no tenía el control sobre ella pues además, habitaban los aborígenes que no permitían asentamiento alguno, sólo se podía atravesar estos territorios. Entre 1856 y 1892, nuestro personaje trajo unas 100 familias del vecino Estado de Minas Gerais y las dispersó por la zona para intentar mostrar que tenía el dominio del territorio, pero aún con esta estrategia no consiguió *grilar* el territorio.

BMF nos recuerda las distintas historias de este término *grilar*² aún cuando todos reenvían a lo mismo: falsear títulos de propiedad de la tierra. Una especie de “tráfico de tierras”.

² Hay dos historias para el término *grilar*. Una se refiere a que se utilizaban grillos para dar una apariencia de antiguas a las escrituras de las tierras. Se colocaban los documentos de propiedad falsificados en una caja con grillos y éstos se comían algunas partes y al morir desprendían una

En 1892 aparece otro personaje, el coronel Manuel Goulart - con más experiencia en estas técnicas del *grilado* – y toma la franja norte de la región haciéndose de otro millón de hectáreas. Los descendientes de Manuel Goulart y de José Teodoro de Souza intentan intercambiar las posesiones antes de finalizar el siglo. Ambas familias sabían que no habían conseguido el reconocimiento estatal ya que los documentos con los que contaban eran inválidos. Entonces intercambian los documentos y los presentan al Ministerio de Agricultura para traer al país colonos inmigrantes japoneses e italianos. El Ministerio sin averiguar la autenticidad de los títulos los autoriza y con esos nuevos documentos los Goulart comienzan a lotear y vender fincas de 15 mil hectáreas. A partir de esa permuta comienza la venta de esas tierras así como la fundación de los pueblos y ciudades, como por ejemplo Presidente Prudente. Sigue un período de guerras entre los *grileros* y de matanza indiscriminada de los indígenas. Los *grileros* esperaban las fiestas indígenas para lograr verdaderas ejecuciones en masa de indios y en menos de diez años acabaron con todos y los que quedaron migraron más al oeste, al Estado de Mato Grosso do Sul.

A mediados del siglo XX hay intentos de regularizar la situación y declaran la zona reserva forestal pero los *grileros* no respetan la nueva norma y aún cuando la tierra era pública comenzaron a pagar impuesto hasta lograr las escrituras por parte del Estado. Pagaban durante un tiempo y después dejaban de pagar, de esa forma el Estado les procesaba y colocaba la tierra a subasta, siendo los mismo *grileros* los que la compraban, ahora con un título emitido por el Estado. Es decir la base del acceso a la tierra en la región, fue un gran proceso basado en la corrupción. En algunos casos, los menos, hubo devolución de tierras al Estado pero en la gran mayoría no se logró. Nos recuerda Bernardo el poder de estos propietarios que tienen aún hoy amplias bancas parlamentarias.

Hoy la región tiene un 90% de explotaciones de más de 15.000 has en manos de 2.000 personas, mientras que el módulo de producción oficial para la región es de 15 ha. y la media nacional de 100 ha. El Pontal do Paranapanema se consolidó como el feudo de los latifundios que intentan disfrazar su improductividad criando algunas cabezas dispersas de ganado.

Pasamos por el municipio de Presidente Bernardes, tierra colorada, arenosa. Bernardo didácticamente nos explica porque es arenosa y también colorada por su componente ferroso. Sigue el relato histórico y su interpretación sobre el resultado contemporáneo.

Históricamente la tierra es del Estado y la lucha del MST se orienta a lograr ocupar todo ese territorio apropiado ilegalmente. El objetivo final es que toda la región se transforme en “agricultura familiar” (Para BMF, campesino y agricultor familiar es una misma cosa). Sólo se solucionarán los conflictos agrarios cuando se desapropien a los terratenientes y se entreguen las tierras a los campesinos. Pero sólo los distintos movimientos de “sin tierra” defienden esto, no lo hacen los sindicatos, los partidos. Es una lucha muy solitaria. El Partido dos Trabalhadores del actual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, nunca defendió la Reforma Agraria (RA) en esta zona. Por ejemplo, José Graciano da Silva, el principal asesor del partido en materia agraria, nunca tuvo esta posición y hasta la semana pasada sostuvo que la RA no tiene ningún sentido en Brasil.

Hoy la Vía Campesina, el MST y la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) defienden la RA. La lucha por la tierra y las ocupaciones son, como siempre, el mejor modo de lograrla. Desde 1990, cuando el MST llega a esta región del Estado de São Paulo, 100.000 has han sido desapropiadas; quedan aún 500.000 has para desapropiar. La presidencia de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) fue un buen período para la proliferación de los asentamientos pues los terratenientes aceptaban títulos de desapropiación de tierras para luego comprar empresas estatales. FHC desapropió 20 millones de has pero no tiene mucha importancia en el contexto total de la enorme concentración de la propiedad de la tierra que existe en el país. FHC promovió apenas una política de asentamientos, no de RA, ya que no

sustancia que amarilleaba los papeles. La otra, más prosaica, afirma que por ser las escrituras documentos guardados en sitios escondidos, siempre aparecían grillos cuando las buscaban.

hubo cambios en la estructura de la propiedad. En la actualidad, con el gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva, la situación apenas si ha sufrido alguna modificación.

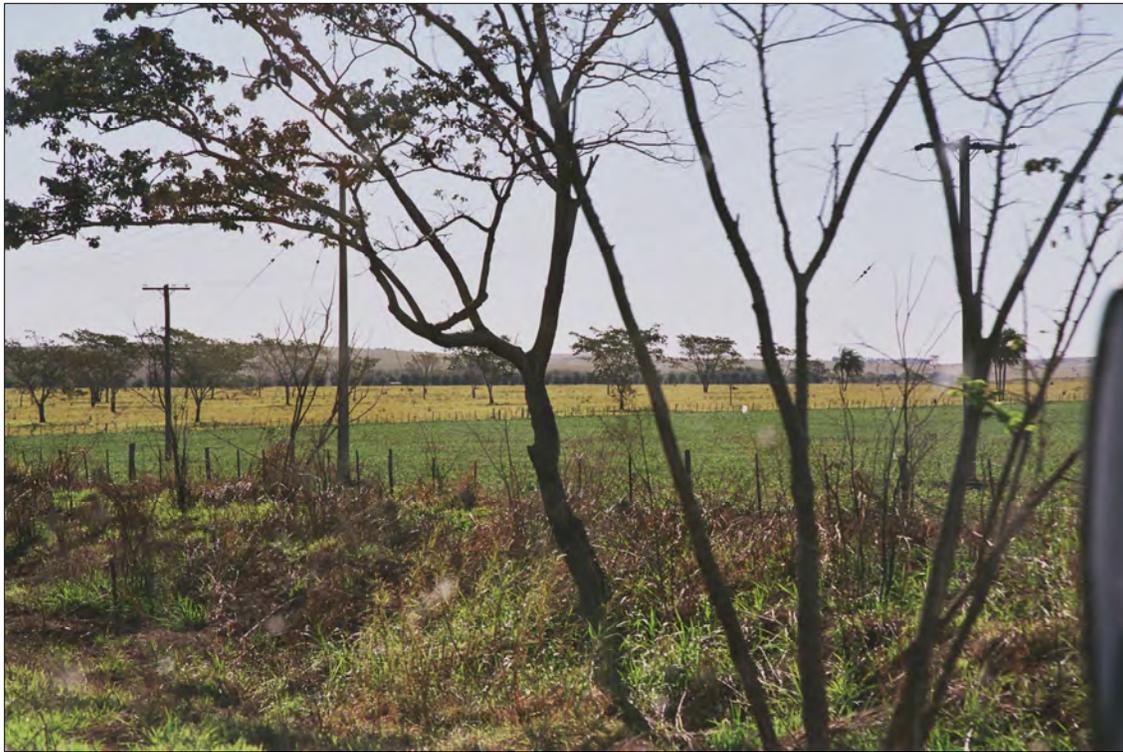
El MST continúa su lucha por una RA real y profunda. Su territorialización, iniciada hace 21 años en la región Sur, alcanza hoy la mayoría de los Estados brasileños, 23 de los 27 existentes. En el Estado de São Paulo, desde inicios de los años 1990, el Movimiento se territorializa de Este a Oeste.

Hacienda Santa Rita...

Pasamos por la hacienda Santa Rita, 10 mil hectáreas sin desapropiación alguna. Muchas veces los *sem-terra* (ST) acamparon en sus dominios pero no lograron su desapropiación pues Santa Rita es de una familia con gran poder económico y político; para toda la “clase” terrateniente esta hacienda no “debe ser” desapropiada; la manejan casi como un símbolo, como un bastión que no debe caer. Pero el momento llegará pues los procesos se intensifican mes a mes. Frecuentemente son procesos violentos y sólo la presencia de los medios logra que la situación no llegue a mayores. Terminamos de pasar por Santa Rita, símbolo del poder terrateniente de este Estado cercado de asentamientos por todos los lados....

Antes de arribar al campamento que será nuestra primera parada indagamos, ¿Quiénes son los ST, qué origen social tienen? BMF nos cuenta que hay información, encuestas, trabajos de tesis. Que está muy estudiado por el NERA (su equipo de investigación). Lo que han encontrado, muy en general, es que en algunos campamentos hasta un 90% son de origen campesino; en otros esta cifra disminuye y hasta un 50% son desocupados urbanos. El desempleo aumenta esta proporción.

Discutimos acerca del imaginario de nuestros países: un obrero no puede transformarse en campesino; es muy fuerte en Argentina pero también en todos lados por la cosmovisión moderna del “progreso”. Sin embargo, en la mayoría de nuestros países fueron



los trabajadores rurales emigrados en masa a las ciudades en los años 1960 los que fueron

empleados en la industria, la construcción, etc., los que se adaptaron al trabajo en serie, al trabajo en turnos de 8 horas y más.

Campamento “Patativa do Assaré”

Llegamos al campamento “Patativa do Assaré”. Un campamento situado en los terrenos cedidos temporalmente por un asentamiento reciente. Los acampados proceden de otros acampamentos que han ido formándose y fragmentándose en la región en los últimos años. Entramos un kilómetro de la carretera y nos encontramos un campamento de los ST típico: barracas de lona negra y la vida cotidiana de un viernes a media mañana que fluye, los niños, los perros, las mujeres preparando pan. Bernardo nos presenta y nos cuenta que Patativa do Assaré fue un poeta del Nordeste, conocido por sus poesías simples de personas simples, que murió recientemente y que nació en el Estado nordestino de Ceará en la ciudad de Assaré. El primer núcleo de base del campamento que visitamos se llama Roseli Nunes, en memoria de la luchadora que Teté Moraes inmortalizó en su película “Terra para Rose”.



Se nos acercan los niños, les mostramos los grabadores y las cámaras pues se sienten atraídos por ellos. Le preguntan al primer entrevistado cuánto tiempo hace que está en el campamento y él contesta que sus padres eran del Estado de Pernambuco, él nació en el Estado de Paraná y luego vivió por aquí, trabajaba en una hacienda. Hace sólo tres meses que está en el campamento. Tiene dos hijos pequeños.

Los sueños de las mujeres....

Buscamos conversar con las mujeres. Encontramos a una señora de mediana edad, oriunda del Nordeste, del Estado de Alagoas; es simpática, abierta y el diálogo fluye sin problemas a pesar del idioma y de su fuerte acento nordestino. Ella permanece desde hace tres años acampada y se siente tranquila y cómoda hasta poder lograr su posesión. Fue trabajadora rural, trabajaba en la *roça*, en el campo. Nos cuenta que adora la naturaleza y que su vida es como toda vida: buscar comida con algunos trabajos, recibir comida del gobierno, criar a los niños, cuidarlos aunque agrega que los cuidan entre todos. Trabajan en grupos para tener un poco de dinero para comprar lo que el gobierno no provee, insiste en la falta de sal.

Hacemos la pregunta que repetiremos durante los dos días “¿qué es lo que esperan, cual es el sueño de ustedes?”. Oímos por primera vez la respuesta que se repetirá durante los dos días: “Tierra para trabajar. No queremos la vida del trabajo de aquí o de allá. No queremos la vida de la ciudad. Tener una casa y tierra, aquí”.



Eunicecléia

Comenzamos a hablar con una joven de 24 años, Eunicecléia, tiene dos años de acampada e hijos pequeños. El área de asentamiento ya está siendo negociada en una hacienda próxima y saben que el sueño está próximo. La esperanza se siente en la sonrisa de esta joven ST. Espera lo mejor para sus hijos, darles estudios, darles educación, una vida mejor que la propia. Que estudien y que luego hagan lo que quieran, darles libertad. Les preguntamos acerca del problema de seguridad y nos cuentan que aquí no hay problemas, que es un vida muy comunitaria. Sabe que en otros campamentos hubo problemas pero no aquí. Se sienten seguros. Jugamos con los niños que desean descubrir la función del grabador.

Francisca

Hablamos con Francisca, estuvo en un primer campamento y luego vino a éste. A pesar de todo, sostiene que la vida es *gostosa*, ¿qué quiere?: la tierra y que los niños trabajen y estudien. La tierra es el medio para que los hijos tengan estudios. Le preguntamos si les gustaría una escuela y una universidad propia del MST y nos responde afirmativamente: “si eso se lograra, todo sería más fácil”.

María Aparecida

Hablamos luego con María Aparecida (MA), le preguntamos acerca de las enfermedades en los campamentos y nos dice que aquí hay buena agua y eso asegura salud. Insiste en que la gente de este campamento es saludable.

Indagamos sobre las prácticas religiosas y MA nos narra que si bien la gente practica varias religiones - ella pertenece a la Asamblea de Dios- se reúnen todos y hacen juntos las

oraciones. Las diferentes religiones no generan problemas. Agrega que la única dificultad reside en que el galpón donde se reunían para el oficio religioso se desarmó con un vendaval reciente.

Nos muestra su fogón a leña y nos cuenta como cocina para su familia y que del mismo modo lo hace el resto. Es decir, no hacen comidas comunitarias. A veces MA hace pan y vende un poco y hasta logra vender en la ciudad. Vuelve a contarnos acerca de la necesidad de dinero para la sal, para el café, y harina de mandioca, que son los productos que no vienen con la caja que entrega el gobierno.

Finalmente nos comenta que mucha gente no aguanta la vida del campamento y se va. A veces son los hombres los que no soportan y otras son las propias mujeres. Sale el nombre de Maikon (Michael Franklin), nieto de 15 años de MA. A Maikon le gusta el campo pero no la escuela. Luego nos encontraremos con el joven personaje.

Caminamos, oímos que los muchachos hacen oír los gritos y cánticos del MST a los visitantes. Cada grupo de nuestro equipo recorre parte del campamento. Nosotros mismos cruzamos la tierra y encontramos otros parajes, otras personas; mujeres simples que se casaron a los 15 años, que trabajaron toda su vida, que nos cuentan sus sufrimientos, las enfermedades de los niños, la pérdida de algún hijo, el peligro de las víboras cuando estaban trabajando. Varios toman café y comen un sabroso pan ofrecido con la generosidad de una familia formada por José, Gilda y Joãozinho. Cuando salimos, encontramos a Maikon.

Maikon

Maikon es rubio, de ojos claros que contrastan con su gorra negra que le cubre la cabeza. Su cuerpo es grande pero aninado. Le pedimos hablar con él y se entrega a la conversación, a contarnos sus sueños ecológicos. Ama la tierra desde pequeño, le gustó siempre criar animales, ver como crecen las plantas. Sus amigos creen que está loco porque no le gusta la ciudad. Él insiste como un reproche a sus amigos que ama a la naturaleza. Indagamos -recordando sus 15 años- “¿Qué pasa con la escuela?”. Nos contesta que sólo le interesa asistir cuando hablan de la tierra y del MST. Pero luego agrega que también le interesa la asignatura de ciencias pues sabe que sirve para conocer acerca de la tierra. Le contamos que el Movimiento está abriendo cursos de agricultura orgánica pero él ya los conoce, asistió y le gustaron mucho. Se autodenomina *Zé do mato*, literalmente un Pepe de los bosques alguien que está todo el día feliz en medio de la naturaleza. Conoce la agroecología, le gusta estudiar sobre eso. Nombra al Che Guevara, lo ama y le gusta saber todo sobre él. Le contamos acerca de la tierra donde el Che se crió, cerca del Uruguay, en Misiones, Argentina. Insiste en su admiración e identificación con Guevara, busca una metáfora “él es como un espejo para mí”. Le preguntamos si conoce al Sub-comandante Marcos de Chiapas y no recuerda saber algo sobre él. Pero nos habla de Patativa do Assaré, el poeta nordestino. Seguimos hablando, nos cuesta despedirnos, sacamos fotos, Douglas registra con sus cámaras inquietas ésta y muchas otras entrevistas.

Nos acompañan al autobús, nos despedimos, nos abrazamos y sentimos en ellos la esperanza de una vida mejor. Maikon y otros jóvenes así como las mujeres y los más pequeños levantan sus manos cuando el autobús ya está por partir....

Asentamiento Che Guevara/Santa Clara

Cuando aún las imágenes de “Patativa do Assaré” seguían en nuestras retinas, pasamos por el asentamiento “Paulo Freire”, por “Antonio Conselheiro”. Cambió el paisaje, el latifundio omnipresente deja paso a las casas de los asentamientos, la tierra trabajada, el sueño cumplido. Llegamos al asentamiento “Che Guevara”. Es uno de los primeros en esta

región del Estado, tiene 13 años. Somos recibidos por *Seu* Guilherme en una casa que se prepara para una comida colectiva. La casa con gran alero, árboles, hamaca para los niños y una gran galería donde se realizará la comida.



BMF nos presenta, nombre y lugar de origen de cada uno en una situación llena de risas y bromas y le pide a nuestro anfitrión que en 30 segundos nos cuente la historia de la región. Nuevamente las risas se entrelazan.

Recorremos la explotación, la cría de cerdos para la autosubsistencia (familia extendida), huerta, caña para cachaça. *Seu* Guilherme tiene un proyecto con plantaciones de *mamona* para combinar este fruto con otras oleaginosas para la producción de biodiesel. Descubrimos una caña de azúcar marrón, grande y le pedimos probarla. Nuestro anfitrión toma la macheta, la pela y terminamos todos chupando ese delicioso primer jugo de la caña repitiendo un ritual de toda zona cañera latinoamericana.

Seu Guilherme insiste en que no le conviene vender la carne de cerdo en el mercado por los bajos precios. Tienen un freezer donde guarda la carne que van usando a lo largo del año. Se siente orgulloso de su producción de frijoles. Nos muestra las bolsas: 30 dólares cada una con 70 kg; nos dice que al comienzo de la zafra estaba a 50 dólares pero fue bajando.

Almorzamos en la amplia galería, en una larga mesa que ocupamos después de servirnos el arroz blanco, el frijol, la mandioca, el cerdo. Todo delicioso, simple, cultivado “en casa” (menos el arroz) con el sabor y aroma de las comidas campesinas de todo el mundo. Los ajíes nos tientan, los probamos pero luego sufrimos las consecuencias, sobre todo el equipo boliviano. Las particularidades agronómicas de cada región dan distintos niveles de picante, estos no se parecen al mexicano ni al boliviano... Los integrantes de los “estudios rurales” aprendimos algo sobre los picantes de los ajíes y chiles.

Isabel

Isabel estuvo activa durante toda la preparación de la comida, es mayor que el resto de las mujeres. La observamos reposar en una pequeña pared después de la tarea

realizada. Una joven se le acerca, la abraza. Nos acercamos y le pedimos conversar unos minutos.

Vivía con su esposo, *Seu Guilherme*, en Paraná pero hace tres años se mudaron a esta región. Había visitado los campamentos pero luego vino directamente a este asentamiento. Ya estaba plantado cuando llegó, nos dice recordando aquellos tiempos. Compró el derecho sobre la casa directamente de otro campesino, con mucho esfuerzo para juntar el dinero, su parcela de tierra está al otro lado de la carretera en otro asentamiento, donde vive su hijo.

Le preguntamos si visita a los que aún son acampantes pero Isabel es una persona mayor y tiene problemas con sus piernas. No obstante estuvo en las marchas, conoce gente que marchó este año a Brasilia y nos cuenta que muchos de sus amigos fueron y regresaron felices.

Indagamos sobre su filiación política y afirma que es del PT pero que siente cierta desilusión “cuando votas piensas una cosa y luego pasa otra cosa”. Nos cuenta que un hijo de 40 años está con problemas y no encuentra trabajo como mucha otra gente. Vive con ellos mientras sus otros tres hijos se quedaron en Paraná. Le preguntamos si extraña su lugar de origen y nos dice que le gusta visitarlo pero no vivir, está feliz aquí. La nieta adolescente se acerca, la abraza por detrás, registramos con la cámara la escena, ellas sonríen conscientes del destino de estas fotos....

Asentamiento “Antonio Conselheiro”

Salimos para el asentamiento “Antonio Conselheiro”, nos dirigimos a una casa del lugar de una familia muy querida por los brasileños del GT; Bernardo abraza a *Seu Adão* y a *Dona Amalia* como a hermanos. Nos presentan a la familia.

Es una huerta diversificada, “chayanoviana” decimos usando “la jerga”. Después de las presentaciones comenzamos a seguir las distintas etapas del cultivo del café: los almácigos, los trasplantes, el trabajo artesanal. Nos acercamos a otro campesino que resultó ser un vecino que está ayudando a *Seu Adão* (son 66 familias en todo el asentamiento). Prepara los almácigos pacientemente, recoge la tierra y con una caña de plástico va rellenando las pequeñas bolsas donde luego se transplanta el plantín de café. Todos preguntamos, todos indagamos, el equipo boliviano indaga si la forma de trabajo es individual o colectiva; Pilar pregunta como se hace presente el MST en estos casos de agricultura individual. Notamos que la tierra para preparar los almácigos está mezclada con veneno, es decir, no es cultivo orgánico.



Recorremos las hileras de plantas sanas y fuertes del café, *Seu Adão* y su hijo lo muestra con orgullo. Douglas filma, Miguel saca fotografías y nosotros contamos en el grabador la acción de sacar fotos: registramos a los registradores... Douglas hace el sonido de la filmación para el grabador... Miguel agrega información que recogió por su cuenta: la explotación logró una autosubsistencia casi perfecta; vende leche en el mercado y, por supuesto, también el café. La cosecha se hacía con la familia pero como varios hijos se casaron, recurren a los vecinos en un sistema ayuda mutua.

(Nos enredamos en la conversión de acres, hectáreas, conversación que se cierra con la intervención de Andrés que recuerda la medida del incario, el “tupu”, medida que indica “lo que tú necesitas”).

Dona Amalia tiene preparada una sabrosa merienda para cuando regresamos del recorrido cafetalero y nos vamos despidiendo en esta cálida vivienda de campesinos que también consiguieron su sueño. *Dona Amalia* nos marra que ella soñó la casa, no como metáfora sino como “sueño real”, por eso no cejó hasta que encontró las mismas mayólicas que aquellas que habían aparecido en sus sueños. Son las que decoran la cocina y el baño.

La Cocamp en Teodoro Sampaio

Nos dirigimos a la Cooperativa de Comercialización y Prestación de Servicios de los Asentados de Reforma Agraria del Pontal Ltda.. (COCAMP), BMF nos dice que no funciona y que fue un tremendo error su fundación. Nos reciben Cristina y Sergio que ya estuvieron en nuestros encuentros de discusión en la UNESP días atrás. Entramos a un gran salón con varias computadoras que son usadas por jóvenes; Cristina nos explica que son cursos de formación y que si bien la COCAMP no está activa en términos económicos, estos otros funcionamientos son muy importantes.

La cooperativa cuenta con instalaciones para una usina de leche, procesamiento de frutas y silos de almacenamiento. Indagamos por qué no pudo funcionar. Bernardo tiene una interpretación razonable: es un proyecto gigante para una economía campesina y el MST no consiguió organizar la producción; es casi un modelo empresarial no campesino. Agrega que es posible hacerlo funcionar pero con otra organización de los campesinos para poder apropiarse de este territorio. La idea original era que el MST la hiciera funcionar pero no lo

lograron. Aclaran que en otras regiones muchas cooperativas agroindustriales funcionan muy bien. Esta se hizo hace casi 10 años con créditos del gobierno federal y aún hay técnicos pagados por él. Funcionó durante poco tiempo. Es una estructura industrial que necesita trabajo asalariado y no trabajo campesino. Es paradójal que los campesinos hoy tengan que vender la leche a las usinas capitalistas de la zona cuando en la cooperativa hay equipamientos de alta calidad parados.

Recorremos la gran extensión de la cooperativa, maquinarias, usinas de almacenamiento de leche de excelente calidad. Tractores, camiones, maquinarias de todo tipo. Un cartel recuerda “Sabor del campo. Producto de la Reforma Agraria”, fue un galpón destinado a las semillas. Nunca funcionó.

Sergio

Todos escuchan a Sergio que cuenta su propia versión. Es técnico y campesino del asentamiento Antonio Conselheiro y en su tierra, 10 has, produce: café, maíz, animales. Vive sólo con su madre. Le pedimos conversar. Se presenta como técnico en contabilidad. Hace dos años y medio que es director de la cooperativa. No cobra sueldo, es agricultor asentado y viene dos días por semana a este lugar en forma gratuita. Él piensa que la cooperativa alguna vez va a funcionar.

Hablamos de las maquinarias. Nos cuenta que son usadas por núcleos de campesinos asociados a la cooperativa y que pagan algo para el mantenimiento. Lo mismo ocurre con los camiones. Nos dice Sergio que pagan menos que si se lo contrataran a servicios privados. Las usan para la cosecha de algodón, frijoles y “para la lucha también”, para las marchas aunque no está permitido pero es lo que tienen.

Le preguntamos si participó en la marcha a Brasilia, contesta que no pudo. El se formó en el MST, se sigue formando, estudiando, no puede parar, ahora está viendo a los pensadores brasileños, Florestan Fernandes, Milton Santos y también Marx (no es brasileño agregamos risueñamente). Son cursos de dos años, por etapas de seis meses, con un ritmo muy fuerte y con importantes académicos brasileños a cargo de los cursos.

Nos recuerda que el movimiento es muy complejo y que se debe lograr “esa armonía” para estar trabajando, luchando, estudiando... Sergio forma parte de la dirección regional y conoce a los delegados estaduais y nacionales. La gente discute y elige en las asambleas, son 5 delegados estaduais y en la reunión estadual se eligen a los delegados nacionales. Hay encuentros regionales, se levanta un nombre, de acuerdo a su trabajo.

Les preguntamos cuales son los principales principios y valores del MST, nos contesta: primero, defender la vida; segundo, luchar por la tierra; trabajar valores como solidaridad, trabajo. Es intentar una vida digna, no destruir nuestra cultura. El MST busca nuevos espacios, busca la dignidad. Sergio conoce muy bien a la CLOC y Vía Campesina. Aunque no salió mucho, sólo estuvo unos días en Paraguay conoce a muchos campesinos de otros países que han pasado por aquí.

Sergio nos alienta con el trabajo del grupo CLACSO ya que nos escuchó los días pasados, “sinceramente me quedó una esperanza de esa contribución que puedan hacer”, le dice a Harry cuan importante es la cuestión acerca de la geopolítica que es el tema que anoche ha disertado en la Semana Latinoamericana de Geografía.

Emprendemos el regreso a Presidente Prudente pero antes posamos para la foto colectiva en los pies de la estatua-homenaje que Oscar Niemeyer hizo al MST con motivo de la masacre de Eldorado dos Carajás (Estado de Pará), donde fueron asesinados 19 campesinos *sem-terra* en 1996, una réplica de la cual está en esta cooperativa.

Ya en la ciudad, los comentarios no cesan mientras Ana, la esposa de Bernardo, nos espera con un sabroso café con tortas caseras a la manera campesina. Fue un día intenso pero muy fructífero.

3 de setiembre: la lucha por la tierra en el corazón del agronegocio

Salimos de Presidente Prudente a las 5 de la mañana, aún es oscuro, los visitantes llevan sus pertenencias pues seguiremos rumbo a São Paulo. Será el final del viaje, el final de la semana de trabajo. Algunos dormimos un poco más en el ómnibus ya que el viaje a la zona de Ribeirão Preto es largo. Desayunamos más o menos tres horas después y seguimos viaje.

Centro de Formación del MST

Llegamos a media mañana al Centro de Formación Don Helder Cámara del MST. Fue una gran sorpresa pues no estaba en el programa inicial del GT. Toparnos con un encuentro masivo del MST del Estado, con toda su simbología es tan impactante, sobre todo para los extranjeros, que Bernardo debe disciplinarnos: “Nada de fotos ni entrevistas hasta después de las presentaciones”. Y llegaron las presentaciones, la coordinadora primero presenta a Bernardo como “el profesor militante”; aplausos; luego Bernardo nos presenta a cada uno y todos aplaudimos.

Conversando con Kelli

Kelli Mafort es una de las responsables de este encuentro de formación y nos reúne a todos en la capilla que hace las veces de sala de reunión. Douglas festeja esta polifuncionalidad de la Iglesia Católica. Kelli nos cuenta que han sido cuatro días de trabajo destinados a discutir la difícil situación actual del país.

Comienza a describirnos las principales características de la región: hay una gran concentración de riqueza ya que es la mayor exportadora de azúcar y alcohol del mundo. El periódico *O Globo* la llamó, ya en los años 70's, “la California brasileña”. Este imaginario que se complementaba con el hecho de que los trabajadores tenían altos ingresos la hizo un centro de inmigrantes que venían sobre todo del Nordeste. Fue entonces, una zona de luchas sindicales y de grandes huelgas como las ocurridas entre 1984 y 1986. Pero nunca hubo movimientos campesinos.

Por esta razón el MST diseñó una estrategia para su ingreso a la región. En 1999 hubo un campamento de 400 familias de trabajadores pero al comenzar la zafra todos dejaron la lucha por la tierra y se fueron a la cosecha. No obstante, con los procesos de mecanización, cosechadoras integrales que reducen drásticamente la demanda de mano de obra y la expansión de otros agronegocios que no son especialmente demandantes de trabajo, la desocupación comenzó a sentirse. Pero la región sigue siendo un “ejemplo” para el capitalismo agrario y aquí mismo se hacen los grandes “Agro show”, grandes ferias de muestras dedicadas al agronegocio, con gran cobertura mediática.

¿Cuál fue entonces la estrategia del MST para la zona? Fue establecer una fuerte alianza con la sociedad civil: promotores de medio ambiente, profesionales sensibles con los que es posible discutir la Reforma Agraria.

Pero en esta región el criterio de desapropiación de “áreas improductivas” no es suficiente ya que todo es producción o “productivismo”. Por eso se recuperó la idea de la “función social de la tierra”. Para que la tierra tenga una función social es necesario que se cumpla las legislaciones laborales, ambientales, etc. La Constitución dice – nos cuenta Kelli – que si estas legislaciones no se cumplen, la tierra puede ser desapropiada. Y como en esta región se da un uso intensivo de “agrotóxicos” y existe una larga historia de explotación extrema del trabajo (se trajo población indígena en condiciones infrahumanas, etc.), la función social no se cumple. Este es el punto que hace posible la lucha del MST en el corazón del agronegocio.

En lo que hoy es el asentamiento “Sepé Tiarajú”, se llevó a cabo el primer campamento donde se estuvo luchando cuatro años por la tierra. Era campo de una usina

azucarera y la entregó al Estado como parte de una deuda fiscal pero la compañía lo seguía trabajando hasta que finalmente intervino el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) y se desapropió efectivamente y se entregó a los campesinos. Allí hay 4 agrovillas con 20 familias cada una. Se proyectan 3 has individuales por familia y luego un área de 60 ha colectivas para uso de campo experimental. Se producen alimentos, es decir, la caña se levanta.

Kelli también nos cuenta acerca de la hacienda La Barra de 1.700has (que luego visitaremos). También tiene una larga historia de lucha de los trabajadores. Está sobre el Acuífero Guaraní, importante reservorio mundial de agua. En esta región en particular, el agua está muy cerca del suelo y es importante cuidar, por tanto, la posibilidad de recarga; pero la élite de Ribeirão Preto quiere hacer allí un *condominio fechado*, un *country*, o sea, mansiones de lujo cercadas por un alto muro en una zona naturalmente privilegiada y muy cercana al centro de Ribeirão, lo cual es un disparate en términos ambientales. La *fazenda* fue declarada improductiva por el INCRA. Nosotros visitaremos luego el campamento “Mario Lago” con 400 familias acampadas a la espera de sus tierras. El Presidente Lula ya firmó la desapropiación y el trámite está en la justicia federal. Uno de los lemas del campamento es “El agua es nuestra”.

Emiliano Zapata y Chico Buarque

Luego de la charla, almorzamos; aquel lugar donde nos recibieron, presidido por la gran fotografía de Emiliano Zapata, ahora está vacío en el centro y convertido en un largo comedor en sus márgenes, donde grupos comen informalmente. Nuevamente compartimos la comida con ellos y disfrutamos de su gran hospitalidad. Nuevamente arroz, yuca, papas, carne de pollo y frijoles. Pero esta vez nos cuidamos con los ajíes. La singular voz de Chico Buarque acompaña nuestro almuerzo bajo la fuerte y penetrante mirada de aquel Emiliano de Anenecuilco que en los comienzos del siglo pasado supo luchar por la tierra para los campesinos mexicanos.

Pedimos llevarnos los símbolos del MST: las gorras y las banderas y cada anfitrión, a su manera, los encuentran para que nos acompañen en nuestros viajes a Tarija, Cochabamba, Buenos Aires, Florida.... Conocemos a Don Luis, 97 años quien sigue caminando hasta cinco kilómetros en alguna que otra marcha; conocemos a un sacerdote holandés, uno de los fundadores del MST. Nos sacamos fotos con todos ellos. Buscamos que la foto de Emiliano también salga. La voz de Chico de fondo nos sigue acompañando...

Nos despedimos de todos; Kelli ya está nuevamente ocupada pero nos saluda su compañero, Lavratti. Nos dirigimos al campamento “Mario Lago” en Ribeirão Preto. Un campesino al que llaman Paraguay y otro Ronaldo son nuestros guías. Simpáticos y locuaces se integran inmediatamente a los bullicios y comentarios del autobús.

Campamento “Mario Lago”

Llegamos a una región lo suficientemente alta como para poder observar panorámicamente el gran campamento. Una gran cuña de las precarias construcciones de plástico negro penetrando en la tierra cañera, rompiendo el verde de lo que fue uno de los ricos cañaverales de la zona. Son kilómetros, una gran línea que se pierde en el mismo punto donde nuevamente el cañaveral vuelve a ser compacto. Es el mundo campesino rompiendo uno de los agronegocios más antiguos de Latinoamérica; desafiándolo.

Llegamos al campamento a punto de ser asentamiento: “Mario Lago”, nombre de un conocido actor, escritor y locutor de radio, fuertemente comprometido con los trabajadores. Paraguay y Ronaldo nos explican que mantuvieron algunas personas del lado de afuera de la hacienda ya que allí comenzó el campamento y allí volvían cada vez que la policía los desalojaba. Fueron desalojados dos veces y una tercera vez la confrontación sin violencia física con las fuerzas represivas duró doce horas mientras los abogados del MST

negociaban en el poder judicial. La presencia de promotores judiciales de medio ambiente aflojó la situación en el campamento donde mujeres, niños y hombres de todas las edades permanecieron en una gran cadena humana a la entrada del campamento con una hilera policial armada enfrente.

Es un campamento diferente a los que hemos visto el día anterior. Bernardo nos dice que esta imagen del mundo campesino reemplazando a la vieja agroindustria azucarera es una verdadera esperanza. Además aquí ya se está produciendo; se sacan los cañaverales y se ha comenzado a producir alimentos. Están organizados en 21 núcleos, visitamos al núcleo Antonio Conselheiros, que tiene 23 familias (la media es de 20 familias por núcleo) y están trabajando colectivamente aunque mantiene 1 ó 2 hectáreas individuales. Cuando llegue la desapropiación ya tendrán la programación que es básicamente de trabajo colectivo y cada familia deberá cambiar de sitio. Aunque tratarán de organizarse del mismo modo que lo hacen en la actualidad; hay propuestas y están abiertos a cambios. Unas 80 familias vienen de otros campamentos de la zona de Campinas, también el en Estado de São Paulo.

Llevan tiempo produciendo, derriban la caña y hacen lotes de 30 metros y de unos 300 metros siguiendo los surcos de la caña; a veces dejan un surco que hace las veces de límites con sus vecinos.

Lucía

Lucía nos cuenta como en un comienzo se montó el campamento: se cortó la caña y pusieron maíz y mandioca. La familia es grande: cuatro hijos desde 31 años hasta 23 años y 12 nietos. Esos hijos están acá también, en el campamento. Lucía se pasó la vida hasta que conoció a su marido en el trabajo en *fazendas* y en la *roça* Siempre trabajó en la tierra. Cuando se casó su padre les compró un terrenito y trabajaron con los hermanos. Así fue la vida, hasta que hace unos años supo del MST, por amigos, y fue ella quien decidió y convenció a algunos de sus hijos a unirse a este campamento.

Cuando le preguntamos cual es su sueño, contesta tener la casa, la tierra bien bonita con frutas y frijoles y poder comer todo natural, sin venenos (agrotóxicos), todo sano. Ya logró algunas producciones y nos muestra orgullosa su tierra que está muy cerca. Sueña con quedarse allí donde ya comenzó a plantar y vivir; ya hicieron buenos amigos pues la gente es muy buena. Le preguntamos acerca de posibles problemas de salud y nos dice: “gracias a Dios no hubo”; el gobierno manda agua y los niños se mantienen sanos. Tampoco hay problemas o peleas (vuelve a agradecer a Dios). Dice que está muy feliz.

La merienda infantil

Seguimos un poco más con el autobús para recorrer otra zona más alejada del gran campamento. Llegamos a un paraje donde una gran ronda de niños sentados en el pasto espera la merienda. De por sí la escena es bulliciosa pero cuando nos acercamos con nuestras cámaras, videos, las voces de sorpresa se tapan unas con otras. Algunos posan para los fotógrafos, una niña se niega tenazmente a la foto mientras los otros ya parados siguen a los visitantes.

Varias mujeres adultas a las que los niños llaman “tía” reparten emparedados y bebidas frescas. Los hay de todas las edades, las niñas están en pequeños grupos que les permiten comentar entre ellas como en cualquier otra escena del mundo donde se reúnen pequeñas mujeres (sólo basta recordar el maravilloso cine iraní). Bernardo insiste en una foto a la niña esquiva pero ésta voltea su cara. Algunos piden ver por la lente de la cámara y otros hasta se atreven a querer convertirse en fotógrafos.

El grueso del grupo CLACSO se acercan a un lugar donde hay frutas y cachaça. Otros permanecemos observando a los niños merendando.

Yolanda

Yolanda está sentada en el suelo detrás de la ronda infantil, muy entretenida con toda la situación. Le preguntamos si alguno de sus hijos está allí pero nos contesta que ellos son grandes y que sus nietos no están aquí. No obstante suele ayudar con la tarea de reunir a los niños a la hora de la merienda. Hoy no hizo falta pero igual se quedó. Está muy contenta pues sabe que falta poco para obtener la tierra y que cuando esto suceda quedará más tranquila. Fueron tiempos difíciles cuando debían abandonar la tierra porque llegaba la policía pero el final se avizora. Su sueño se está por cumplir y piensa que todo será mejor para sus hijos y nietos. La tierra hace la diferencia. Se interesa por nosotros y le contamos que hacemos y porque estamos por acá.

El grupo tarda en regresar y lo hace comiendo coco y al pasar por la ronda infantil varios vuelven a buscar la foto y los niños vuelven a posar, a buscar la cámara, a lograr convertirse un instante en fotógrafos. Es un atardecer apacible y esa imagen de los niños en ronda y esas mujeres de gran paciencia así como los hombres luchadores y tenaces nos acompañaran durante todo el viaje de regreso.

Mario

En el autobús hablamos con Mario, tiene 31 años y una larga historia de lucha. Lo regresamos al centro de donde salimos al mediodía. Estuvo todo el tiempo con su cámara digital registrando todo. Esto nos llama la atención. Nos cuenta que es su función: registrar lo que pasa y esto fue lo que hizo en el último enfrentamiento con la policía de este campamento. No sólo registró el enfrentamiento con la policía sino llegó a captar el helicóptero que constantemente sobrevolaba la situación. Aquel fue un momento que quedará para siempre en su memoria, nos cuenta. Ahora todo está bien pero aquellos días de lucha fueron importantes. Luego pasaron las fotos para todos y como fondo una canción de la reforma agraria que ahora él, con su voz ronca y melódica, nos deja de recuerdo en nuestro grabador.

Emprendemos el viaje a São Paulo pero antes pasamos por esa ciudad del centro de la región, Ribeirão Preto, que ostenta su carácter de núcleo administrativo de una rica zona agroindustrial. Ciudad de bella arquitectura que da cuenta de que gozó durante muchos años de una importante “renta agraria”. Elegimos (elige Cliff) una cervecería, la Pinguim, de estilo europeizado y moderno de comienzo del XX para la despedida grupal aunque los compañeros del INCRA ya regresaron. Luego partimos hacia el punto final donde cada uno de nosotros regresará a casa con una nueva y rica experiencia profesional y humana.